

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA

ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA

**MÍDIA RADICAL DIGITAL COMO REDE DE APOIO E DIVULGAÇÃO DA
REALIDADE INTERSECCIONAL: UMA ANÁLISE DO NÓS MULHERES DA
PERIFERIA**

BAURU - SP

2022

ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA

**MÍDIA RADICAL DIGITAL COMO REDE DE APOIO E DIVULGAÇÃO DA
REALIDADE INTERSECCIONAL: UMA ANÁLISE DO NÓS MULHERES DA
PERIFERIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMIT), da Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), para obtenção do título de Mestre em Mídia e Tecnologia. Orientador: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

BAURU - SP

2022

Parreira, Isabela Holl Cirimbelli Grossi.
Mídia radical digital como rede de apoio e divulgação
da realidade interseccional: uma análise do Nós
Mulheres da Periferia/ Isabela Holl Cirimbelli Grossi
Parreira, 2022.
220 f.

Orientador: Juarez Tadeu de Paula Xavier.

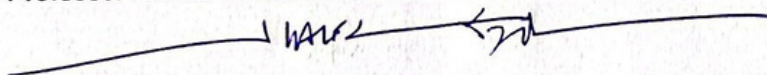
Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual
Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design, Bauru, 2022.

Violência. 2. Mulheres. 3. Interseccionalidade. 4.
Capitalismo 5. Mídia Radical. I. Universidade Estadual
Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA, intitulada **Mídia radical digital como rede de apoio e divulgação da realidade interseccional: uma análise do nós mulheres da periferia**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Doutor JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Doutora MARIA LUCIA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Jornalismo / Centro Universitário FMU FIAMFAAM, Professora Associada VÂNIA CRISTINA PIRES NOGUEIRA VALENTE (Participação Virtual) do(a) Departamento de Artes e Representação Gráfica da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista . Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Doutor JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER



ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA

**MÍDIA RADICAL DIGITAL COMO REDE DE APOIO E DIVULGAÇÃO DA
REALIDADE INTERSECCIONAL: UMA ANÁLISE DO NÓS MULHERES DA
PERIFERIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: AMBIENTES MIDIÁTICOS E TECNOLÓGICOS
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO MIDIÁTICA E TECNOLÓGICA**

BANCA EXAMINADORA:

**PRESIDENTE/ORIENTADOR: PROF. DR. JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO” (UNESP)**

**PROFª DRA. MARIA LUCIA DA SILVA
INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO FMU FIAMFAAM**

**PROFª DRA. VÂNIA CRISTINA PIRES NOGUEIRA VALENTE
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO” (UNESP)**

RESULTADO: APROVADA.

BAURU, 30/9/2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, à minha madrinha e à minha avó materna, que durante a minha infância e adolescência foram as pessoas que me ensinaram a valorizar o estudo e me fizeram continuar estudando, mesmo nos momentos em que eu quis desistir. Sempre me incentivaram a buscar a próxima etapa: o vestibular, a iniciação científica e a aprovação no mestrado. Também agradeço ao meu irmão, você é um dos motivos pelos quais eu sigo em frente.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista (Unesp), pelo ensino público, gratuito e de qualidade, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo meu primeiro apoio acadêmico na Iniciação Científica e à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), pelo amparo ao meu mestrado e pela oportunidade de atuar como facilitadora.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, por ter separado um tempo lá em 2015 para conhecer os calouros da universidade e apresentar o seu grupo de estudos, o que selou o começo de 8 anos de caminhada acadêmica, incluindo uma iniciação científica, um trabalho de conclusão de curso e um mestrado. Sendo a primeira pessoa a acreditar que eu poderia desempenhar uma carreira acadêmica e que sempre nos incentiva a persistir.

Meu orientador sempre afirmou que desejava um grupo de estudos colaborativos, cujos orientandos se ajudassem e estudassem juntos. Afirmando que, mesmo com a pandemia, esse desejo se concretizou, pois Fernanda Gatto, Paola Leutwiler, Débora Lopes e eu construímos uma vivência acadêmica coletiva. Por isso, também agradeço a essas mulheres, sem elas talvez eu não conseguiria entregar esta dissertação e trilharia um caminho muito mais difícil. Obrigada por serem apoio durante uma pandemia e companhia durante um percurso tão solitário que é a escrita acadêmica, mais que colegas de pesquisa, se tornaram minhas inspirações e amigas: uma surpresa boa que a vida trouxe.

Meu agradecimento também vai ao meu amor, Eduardo Carlin, que realmente segurou as pontas todos os dias e esteve do meu lado nos momentos mais difíceis, que foi minha companhia certa para esses dias finais da entrega do trabalho, que são os mais desafiadores.

Sempre me incentivou a alcançar meus sonhos e sonhou junto comigo. Obrigada por estar sempre ao meu lado.

Também agradeço a todas as minhas amigas de república e da universidade que me apoiaram e me animaram durante esses longos anos de graduação e mestrado, deixando os dias mais felizes. Principalmente, à Ariela Cursino, que foi uma companhia enorme durante dias solitários de pandemia.

Meu agradecimento também vai às pessoas que conheci recentemente na minha trajetória, à Beatriz por todo apoio, empatia e, principalmente, pela confiança e ao Varlei pela parceria e apoio.

Ao longo desses dois anos, aprendi que ninguém chega a lugar nenhum sozinho, tive a sorte de estar rodeada de pessoas que ajudaram como podiam e cada uma com a sua maneira, desempenhando seus diferentes papéis. Se consegui concluir mais esta etapa foi porque cada uma delas contribuiu para fazer isso ser possível.

RESUMO

Esta pesquisa parte da hipótese de que há um sistema necropolítico que afeta as mulheres de forma interseccional. Necropoder é um termo usado para denominar as violências que o Estado sabe que existem e não atua para impedi-las e, também, que são feitas pelo próprio Estado. As violências analisadas por este estudo são as estruturais, culturais e diretas cometidas contra as mulheres, além disso o estado pandêmico aumentou as vulnerabilidades que já existiam. Devido a esse cenário, analisaremos a resistência feita por mulheres periféricas em plataformas de mídias radicais digitais, como o portal *Nós Mulheres da Periferia*, durante os meses de julho de 2020 e julho de 2021. É objetivo da pesquisa avaliar se o site informa as mulheres sobre seus direitos ao articular uma rede de apoio e acolhimento delas. Esse veículo de comunicação se encaixa no conceito de mídia radical, pois se posiciona de forma contrária à realidade hegemônica. A interseccionalidade é necessária para se fazer uma análise concreta da realidade. Dessa forma, foi selecionada uma forma de mídia radical que abrange as questões da interseccionalidade. Assim, a análise do portal permitirá um maior entendimento sobre as dificuldades que estão sendo enfrentadas pelas mulheres de baixa renda e de maioria negra no Brasil durante a pandemia. O conteúdo veiculado se somará aos dados já coletados dos relatórios de 2020 e 2021 do Fórum Nacional de Segurança Pública sobre gênero, economia e violência. O trabalho avalia o contexto histórico, aprofundando discussões sobre o sistema hegemônico atual, feito através dos materiais bibliográficos utilizados, pois tanto o objeto (portal analisado) quanto os sujeitos não são separáveis de seu contexto histórico.

Palavras chave: violência; mulheres; interseccionalidade; capitalismo; mídia radical.

ABSTRACT

This research starts from the hypothesis that there is a necropolitical system that affects women in an intersectional way. Necropower is a term used to refer to violence that the State knows exists but does not prevent it from happening, and those that itself commits. The violence analyzed by this study is the structural, cultural and direct violence committed against women, added to the pandemic state which have increased the vulnerabilities that already existed. Due to this scenario, we'll analyze the resistance made by peripheral women on radical digital media platforms, such as the *Nós Mulheres da Periferia* portal, during the months of July 2020 and July 2021. The objective of the research is to assess whether the site informs women about their rights by articulating a support and reception network for them. This communication vehicle fits the concept of radical media, as it stands against the hegemonic reality. Intersectionality is necessary to make a concrete analysis of reality. This way, a form of radical media was selected that encompasses the issues of intersectionality. Thus, the analysis of the portal will allow a greater understanding of the difficulties that are being faced by low-income and mostly black women in Brazil during the pandemic. The content aired will be added to the data already collected from the 2020 and 2021 reports of the National Public Security Forum on gender, economics and violence. The work evaluates the historical context, deepening discussions about the current hegemonic system, made through the bibliographic materials used, since both the object (analyzed portal) and the subjects are not separable from their historical context.

Keywords: violence; women; intersectionality; capitalism; radical media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O significado real do dia da mulher.....	26
Figura 2: Mulheres de diversas nacionalidades	26
Figura 3: Interseccionalidade.....	46
Figura 4 - Capa do jornal alternativo Brasil Mulher evidenciando a questão da pobreza.....	62
Figura 5 - Capa do jornal alternativo Brasil Mulher.....	63
Figura 6 - Protesto de rua organizado por meio de redes sociais.....	67
Figura 7: Infográfico sobre violência doméstica e feminicídio.....	96
Figura 8 - Dados sobre denúncias de violência contra as mulheres feitas por meio do “Ligue 180”.....	96
Figura 9 - Infográfico sobre mulheres de quem as mulheres cuidam durante a pandemia...115	
Figura 10- Imagem da ativista Keit Lima, moradora da Brasilândia.....	120

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. A IDEOLOGIA HEGEMÔNICA	14
2.1 A ideologia da meritocracia e da igualdade	23
3. O ESTADO E O PODER SOBRE OS CORPOS	31
3.2 O Estado, o necropoder e o racismo	35
4. FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E PATRIARCADO	46
5. MÍDIA E TECNOLOGIA: A MÍDIA RADICAL DIGITAL	60
5.1 Esfera pública virtual e divergências na Comunicação	66
5.2 Barreira Digital e Tecnocapitalismo	74
6.COMUNICAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS: O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	76
6.1 Epistemologia de pesquisa	77
6.2. Observação participante	83
6.3 Fases da Pesquisa	86
7. O PORTAL DE MÍDIA RADICAL DIGITAL: NÓS MULHERES DA PERIFERIA	87
8. ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PORTAL NÓS MULHERES DA PERIFERIA	110
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
10.1 Documentários:	146
11. APÊNDICE	146
11.1 Entrevista com uma das fundadoras do portal: Jéssica Moreira	146
12. ANEXOS	154

1. INTRODUÇÃO

Em 2015, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Segundo essa organização, o documento é um guia para as ações da comunidade internacional, com objetivo de criar um mundo mais sustentável e resiliente até 2030. Nessa agenda, a ONU expressou a necessidade da redução das desigualdades, como pode ser visto no ODS de nº 1 “Erradicação da Pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e no ODS de nº 5 “Igualdade de Gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Essa definição ocorreu porque os dados globais apontam para a carência de igualdades, de oportunidades e de direitos que assolam as sociedades e afetam ainda mais parcelas específicas, como grupos sócio-acêntricos¹. Essas mazelas foram agravadas pela pandemia causada pelo Coronavírus, decretada em março de 2020 pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Segundo Santos (2020), toda quarentena é discriminatória, ampliando as vulnerabilidades que assolam grupos específicos de maneiras particulares, referentes a cada um desses grupos. Nesta pesquisa, os sujeitos escolhidos para análise são as mulheres, de forma interseccional, ou seja, considerando marcadores sociais que possam acarretar estereótipos e violências estruturais como o gênero, a raça e a classe econômica Crenshaw (2002).

A questão do sistema econômico capitalista é analisada em profundidade neste estudo, interpretando-o como o plano de fundo em que a sociedade se estrutura e organiza seus mecanismos de sobrevivência. O paradigma teórico (Lopes, 2003) utilizado por esta pesquisa é o marxista, que considera a história como uma relação de causa e efeito das ações dos sujeitos, esta pesquisa utiliza autores contemporâneos, mas cujas pesquisas pertencem ao mesmo paradigma selecionado. O termo “ideologia” utilizado pela pesquisa, se refere a conceituação marxista que interpreta “ideologia” como ideias falsas que encobrem a realidade. A ideologia hegemônica é posta em prática com a intenção de manter o estado da atualidade como ele está e não transformá-lo (Marx e Engels apud Gorender, 1989). Nazaré

¹ O termo foi cunhado por Ferreira (2011), segundo o autor opta-se por termo sócio-acêntricos no lugar de “minorias” para evitar a confusão, pois associa-se que esses sujeitos são uma minoria numérica, o que não é verdade. Assim, o termo sócio-acêntrico representa grupos que não têm representação social e política.

Ferreira² (2006), cujas pesquisas também pertencem ao paradigma marxista, afirma que na ideologia há a tendência de entender, como se fossem objetos, as representações mentais e noções abstratas, como se fossem verdadeiras fisicamente.

A ideologia é um conjunto lógico sistemático de ideias, valores, normas de conduta que indicam aos membros de uma sociedade como eles devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir. Cujas função é dar para os membros de uma sociedade de classes uma explicação racional para as diferenças, sociais e políticas. Tem como função apagar as diferenças como classe e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social. Encobrir conceitos como liberdade, humanidade, igualdade, nação, povo, estado, a profunda divisão existente na sociedade de classes, onde os interesses são antagônicos e irreconciliáveis (Ferreira, 2006, p.69).

Ferreira (2006) também aborda que a ideologia pode fazer parecer que as massas participem das decisões ou do centro de poder de uma sociedade. Entretanto, essa ideia é uma fabulação, para ela, a ideologia é divulgada através de meios ideológicos privados, como as escolas e meios de comunicação. Além disso, o paradigma marxista pressupõe a construção do contexto histórico, por isso os primeiros capítulos dissertam sobre a construção histórica da sociedade brasileira capitalista, suas ideologias e desigualdades. Assim, construir-se-á um contexto sólido para abarcar a realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras, de forma interseccional, durante a pandemia.

Outro termo importante para a pesquisa é “necropolítica” cuja criação foi do autor Mbembe (2018), ao dialogar com teorias de Foucault (1987). O autor aborda a instrumentalização dos corpos pelo Estado dominante e, para ele, o sistema permite a morte e a violência contra determinados corpos, como os das mulheres, abordadas pela pesquisa. Mbembe também ressalta a existência de uma construção simbólica, abstrata, não-material que respalda essas violências, esse conceito se relaciona com a visão sobre ideologia de Marx e Engels. O autor, entretanto, contrapõe a visão de biopoder de Foucault e o transforma, criando o necropoder, atestando a existência de uma política de morte, que existe sobre a sociedade. O estado estaria envolvido na decisão de quem deve morrer e quem deve viver. Esta pesquisa, assim como Mbembe, também considera a omissão estatal como uma forma de necropolítica, principalmente durante a epidemia do Coronavírus que atingiu as sociedades. Analisar de maneira mais aprofundada a violência de gênero é um dos objetivos da pesquisa, dessa forma respalda-se, também, nos conceitos desenvolvidos do Galtung (2005), de que a

² Para pontuar quais pesquisadoras são mulheres, os seus primeiros nomes aparecerão na primeira menção do texto a elas, posteriormente apenas o sobrenome será utilizado.

violência atua de forma direta, estrutural e cultural. A primeira atua como um acontecimento, ela é visível e tem agressores e vítimas, como o feminicídio, a agressão doméstica ou a agressão sexual. Já a estrutural atua como um processo, ela deixa vítimas, entretanto os agressores estão ocultos por trás de sistemas sociais, políticos ou econômicos. Um exemplo são as altas taxas de desemprego das mulheres. Além dessas, há as violências culturais, que estão permanentemente diluídas na sociedade, elas repercutem através dos discursos sociais, institucionais e produtos culturais, como os estereótipos divulgados contra as mulheres, que serão aprofundados na dissertação.

Santos (2020) afirma que a pandemia aumentou fragilidades antes já existentes. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) realizou um levantamento de dados sobre feminicídio entre os meses de março e abril³ de 2020, foi feita uma comparação com o mesmo período do ano anterior. O fórum verificou que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, durante o período, em 12 estados do país. Esse estudo também revelou que as denúncias formalizadas de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica caíram -25,5%. Da mesma forma, diminuíram os registros de ocorrência relacionados à violência sexual, que tiveram uma redução em cerca de -28,2%. Assim, constatou-se que há menos formalização de denúncias sobre violência física e sexual, mas há um aumento de feminicídio, o que indica, segundo o FBSP, que as mulheres estão tendo mais dificuldades de registrar essas ocorrências durante a pandemia.

Além disso, outra pesquisa do FBSP⁴ apontou que 8 mulheres são agredidas por minuto na pandemia, considerando o período de maio de 2020 a maio de 2021. Em relação a raça, 23,5% das mulheres que se autointitulam como brancas afirmaram ter sofrido agressões, o mesmo foi afirmado por 28,3% das que se autointitulam como pretas e 24,6% das que se autointitulam como pardas.

Segundo o FBSP, uma das dificuldades de a mulher deixar o local da agressão, que normalmente é o ambiente doméstico, são as dificuldades financeiras e de se auto sustentar. Essa questão também foi aumentada durante a pandemia, pois em 2020 o índice de desemprego da mulher chegou em níveis que eram encontrados há 3 décadas atrás⁵. Esses

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>

⁴ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf>
Acesso do dia 13/08/2021

⁵ Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/11/desemprego-na-pandemia.htm>
acesso do dia 13/08/2021

dados preliminares justificam a necessidade de um estudo interseccional sobre a realidade da mulher brasileira.

Uma autora importante para a estruturação desta pesquisa é bell hooks⁶. As teorias de hooks, especificamente seus conceitos sobre o que é feminismo, capitalismo, patriarcado e supremacismo racial auxiliaram não só na formação do conteúdo bibliográfico, mas também na estruturação dos capítulos em si. Pois, cada um desses aspectos levantados por hooks será aprofundado bibliograficamente e serão levantados dados sobre o tema, assim aprofundando o contexto e a análise do portal Nós mulheres da Periferia.

Como ressaltado, antes de aprofundar os conceitos se faz necessário um estudo mais detalhado sobre o contexto brasileiro capitalista e suas raízes, buscando entender de forma mais profunda a nossa realidade simbólica e material, que é formada por uma ampla desigualdade e estigmas. Para Marx e Engels (2007), os modos de produção da vida material condicionam o processo da vida social, política e espiritual, sendo a atualidade, fruto de um processo histórico.

2. A IDEOLOGIA HEGEMÔNICA

Souza (2018), com sua bagagem em Sociologia, analisa a sociedade brasileira buscando identificar as suas raízes, essas fundamentam os valores hegemônicos, estruturas simbólicas e organizativas de nosso país. Essas raízes também têm influências externas de outras culturas. Ele inicia partindo do princípio de que os seres humanos de todas as épocas e lugares têm necessidades em comum, o autor as conceitua como "necessidades externas e internas". A primeira se refere aos fatores como comida, proteção contra intempéries e sobrevivência material, sendo o impulso animal da autopreservação.

Enquanto a "interna" se relaciona mais com o sentido pessoal da vida, nossa parte humana, que dialoga com desejo de construir uma vida virtuosa e feliz. Embora, cada sociedade lide com esses aspectos de uma maneira específica, essas necessidades compõem questões centrais da existência humana e permitem comparar-nos com outros indivíduos e sociedades que não ocupam o mesmo lugar no tempo ou espaço (Souza, 2018).

⁶ As letras minúsculas do pseudônimo bell hooks são uma opção da autora, que tinha como intenção destacar o conteúdo de sua escrita e não a sua pessoa. Dessa forma ela se afastava do que ela chama de "identidade de apego", se distanciando do próprio ego. A opção pela religião budista também influencia a visão de bell hooks na forma como ela enxerga a sociedade e a si mesma. Disponível em: <https://tricycle.org/magazine/bell-hooks-buddhism/> Acesso do dia 05/10/2021.

O autor complementa que a necessidade externa é mais verbalizada, naturalizada e conscientemente articulada. Por sua vez, a necessidade interna não é tão destacada assim, se torna algo fragmentado que não é tão simples de entender. O próprio indivíduo não consegue perceber as suas necessidades internas, seus sentidos e desejos. O autor disserta que essa falta de auto reflexão e construção pessoal dos próprios sentidos para vida, assim como a não verbalização deles, não é um costume que acontece totalmente por acaso, tendo os seus motivos. Souza dialoga com a Psicanálise ao utilizar o termo “recalque⁷” que, resumidamente, significa algo (geralmente um trauma ou um incômodo) que é escondido da percepção da consciência.

Não por acaso, portanto, a capacidade humana de autorreflexão e descoberta de novos sentidos para a vida pessoal e social sempre foi recalçada e mantida sob estrita vigilância. Essa capacidade humana é revolucionária e, quando deixada livre, tende a questionar o sentido da tradição e da reprodução impensada da vida. Os detentores de privilégios não têm interesse nesse tipo de liberdade, que abre o caminho para a crítica à tradição e a invenção de um mundo novo (Souza, 2018, p.20).

Santos (2001) também alerta que o mundo como está não é algo fixo, estável e que há possibilidades de mudança que visem a coletividade ao invés da competição individualista pelo capital. Ele também ressalta que estamos em um período de avanço das ciências, das técnicas e da tecnologia, essas podem ter sua utilização subvertida e gerar novas possibilidades. “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (Santos, 2001, p.9)

A teoria desses pesquisadores complementa e atualiza uma teoria anterior, criada no séc. XIX, quando Marx e Engels, ao dissertarem sobre dialética, tese, antítese e síntese, fundamentaram o “Materialismo Histórico Dialético” em 1846. Eles ressaltaram que os capitalistas desejam manter tudo como está, conservando o status quo, recusando o debate dialético, pois esse incita transformações. A tese enunciada pelos dominantes poderia ser colocada em xeque pela antítese da classe trabalhadora, fonte de conflito, pois sempre desejam que algo mude (Marx; Engels apud Gorender, 1989).

Para Ferreira, dentro do Estado capitalista, a classe burguesa, que posteriormente Souza (2011) chamou de elite ou classe dos proprietários, é dissolvida na sociedade, participando da condição de anonimato e na visão igualitária de cidadão. Portanto, seu papel e

⁷ LAPLANCHE, J. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

seu poder de ação sobre a sociedade não são debatidos, assim o Estado é entendido como se funcionasse separadamente, como autônomo. Essa situação permite que a classe dominante exerça sua ação hegemônica sobre o Estado⁸ (Gramsci apud Ferreira, 2006, p. 106).

Marx e Engels afirmam que o Estado é o Estado da classe dominante, controlado por ela e em prol dela. Dessa forma, “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de cada época” (Marx; Engels apud Gorender, 1989, p.18). Os autores alertam que essas ideias não são tão explícitas, se tornam obscuras e dissolvidas socialmente. Como resultado, as classes dominadas e submetidas replicam os conceitos ideológicos hegemônicos, esses ideais atingem o imaginário de toda a sociedade.

Sobre valores e imaginários sociais, Souza ressalta:

Imaginar que os valores são criações individuais, como fazemos no dia a dia, é uma bobagem facilmente criticável e passível de refutação empírica. Ora, a moralidade é, por definição, social, ou seja, pressupõe ao menos duas pessoas com expectativas recíprocas de comportamento. Nesse sentido, todo indivíduo já nasce dentro de um contexto moral, o qual ele incorpora de modo insensível e irrefletido pela socialização familiar, e depois escolar, como algo afetivo e sagrado, uma vez que transmitido por pessoas próximas (Souza, 2018, p. 25).

Para Marx e Engels a ação humana tem consequências materiais e ideológicas, sendo a história humana interpretada como um processo de causa e efeito. Uma crítica que esses autores fazem aos pensadores hegelianos, é que eles interpretavam os problemas da sociedade como se fossem algo natural do processo histórico. Para Marx e Engels, era necessário entender que esses problemas eram causados por ações humanas e relações materiais, sendo que essas teriam um poder hegemônico sobre as ideias. Além disso, há diferenças de poder relacionadas ao local social que o indivíduo ocupa, sendo que as classes dominantes têm mais poder de ação na construção da realidade, ou seja, as decisões de poucos impactam a vida de muitos (Marx; Engels apud Gorender, 1989).

⁸ O conceito de hegemonia foi criado por Gramsci e é utilizado por alguns autores cujas teorias foram selecionadas para esta pesquisa, como é o caso de Ferreira, Gorender, Downing, Chauí e Souza. A própria pesquisa também utiliza o termo “hegemonia” dentro do sentido gramsciano. Para Gramsci, a noção geral de Estado seria fruto de uma somatória entre a sociedade política e a sociedade civil. A classe hegemônica controla a sociedade política e estende esse poder ao controle e influência sobre o Estado e sobre a sociedade civil. O conceito de hegemonia não engloba apenas o sentido financeiro, mas também o sentido ideológico, moral e cultural: uma concepção de mundo. A visão de mundo dominante é a que pertence e se integra ao grupo hegemônico de determinado tempo. Essas ideias hegemônicas se perpetuam e multiplicam através dos ensinamentos escolares e meios de comunicação. Entretanto, Gramsci acreditava na possibilidade de construção ou alternância do poder hegemônico, isso ocorreria por meio da união entre teoria e ação, com novas relações sociais e de produção (Gramsci, 2016).

Marilena Chauí (2019) apresenta, de maneira resumida, alguns pontos da história da evolução do modelo capitalista no ocidente. A corrente de ideias que fundamenta o neoliberalismo surgiu no final da segunda guerra mundial, quando um grupo de capitalistas dirigentes, economistas, cientistas políticos e filósofos passaram a se reunir e expor suas ideias contra o Estado de bem-estar social. Os teóricos advindos da Escola de Chicago e Escola Austríaca, criaram um projeto econômico e político que atacava o que eles chamavam de estado providência. Para eles, os encargos sociais e a regulamentação econômica prejudicavam a liberdade e a competição de mercado. Segundo Chauí, essas ideias vieram à tona durante a crise do capitalismo em 1970, com a alta inflação e as baixas taxas de crescimento, os neoliberais afirmaram que a culpa era dos poderes excessivos dos sindicatos e pressões por aumento de salário, que estavam destruindo o lucro das empresas e desencadeando a inflação. Assim, eram “contra a regulação estatal da economia e sobretudo contra o financiamento dos direitos sociais dos trabalhadores, exigindo que a totalidade dos fundos públicos fosse dirigida ao capital” (Chauí, 2006, p.32).

O Estado de bem-estar social, criticado pelos neoliberais, possuía 3 características principais: 1) Grandes plantas industriais, empresas que gerenciavam desde a coleta da matéria-prima até a distribuição, com alto estoque e produtos com qualidade e longevidade. 2) Uma inclusão crescente de indivíduos no mercado de trabalho. 3) A propriedade das empresas era, majoritariamente, cunhada em oligopólios e monopólios (Chauí, 2019).

O Estado, para manter essa estrutura e visando o bem-estar coletivo, intervia como parceiro e regulador, financiando os gastos públicos e gerando subsídios para diversos setores como agricultura, indústria, comércio, ciência e tecnologia, formando amplos setores produtivos estatais. Além disso, havia o financiamento simultâneo da força de trabalho, focado nas pessoas, que eram gastos como educação pública, previdência social, medicina socializada, seguro desemprego, subsídios para transporte, alimentação, cultura e lazer. Esse duplo financiamento gerou um segundo salário, o chamado “salário indireto”, esse era pago aos cidadãos com os recursos sociais em troca de sua força de trabalho. O Estado de bem-estar social, portanto, não dirigia os fundos públicos apenas para o financiamento do capital, mas também para a manutenção dos direitos sociais e do salário indireto. O resultado foi o aumento da capacidade de consumo das classes sociais, particularmente, da classe média e trabalhadora, com o consumo em massa gerou-se uma dívida pública, o Estado endividou-se, causando uma crise fiscal. Um dos problemas centrais que contribuiu para a crise, é que os grandes oligopólios já haviam se internacionalizado e não repassavam os ganhos obtidos no exterior para seu estado nação e, justamente por isso, buscavam uma ampla

atividade internacional. Dessa forma, esse capital não ia para os fundos públicos nacionais em seus países de origem. “O colapso da modernização está na origem, na aplicação da economia e da política neoliberais”⁹ (Chauí, 2019).

Segundo Chauí, outra questão que gerou a crise fiscal foi o enorme avanço tecnológico, pois a ciência e a tecnologia passaram a ser usadas para acumular capital, o que também faz com que o conhecimento se torne um monopólio. O impulso e a inovação tecnológica tornam-se, praticamente, ilimitadas. Isso também demanda alto investimento, o capital passa a precisar das parcelas da riqueza pública, do fundo público, atuando como financiador dessa concretização, dessa nova forma de negócios. Assim, destrói-se o capital indireto, apontado como o único culpado da crise. Os direitos sociais e a garantia de direitos civis tendem a desaparecer, se tornam serviços precificados, somente quem possui determinada quantia pode adquiri-los (Chauí, 2019). Nesse sentido, ocorrem as privatizações das universidades, da saúde, da segurança, das escolas e, também, a precarização do trabalho. Como afirmado pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes, que é favorável a privatização de todas as empresas estatais¹⁰.

Os neoliberalistas, após a crise, propuseram: a criação de um Estado autoritário perante a sindicatos e manifestações operárias; a estabilidade monetária como uma grande meta estatal, restaurando o desemprego para formação de um exército de reserva; aumento de impostos sobre a renda individual (trabalho, comércio e consumo individuais); afastamento do estado da regulamentação econômica, privilegiando a racionalidade e operação do próprio mercado (Chauí, 2019).

Dessa forma, o desemprego passa a ser uma medida estrutural. Amplia-se a desvalorização do trabalho e, com o rápido avanço tecnológico, competências profissionais se tornam obsoletas rapidamente, contribuindo com o desemprego massivo. Outra consequência desse processo, é o aumento da terceirização, uma empresa pode ter unidades terceirizadas espalhadas por todo o mundo. A terceirização para de ser apenas um suplemento da mão de obra, a produção se desfragmenta e gera-se uma distância entre os membros da classe trabalhadora, que param de perceberem-se como classe, perdendo sua potência política. Devido a todas essas informações, Chauí afirma “o neoliberalismo não é, de maneira nenhuma, a crença na racionalidade do mercado e enxugamento do estado, mas é a posição que decide cortar o fundo público do financiamento dos gastos públicos” (Chauí, 2019).

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gCQ-axQF6y0> Acesso do dia 20/10/2021.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/24/economista-do-psl-paulo-guedes-defende-a-privatizacao-de-todas-as-estatais.ghtml> Acesso do dia 22/10/2021.

Assim, neoliberalismo não traz soluções sociais, não tem em suas ações resultados benéficos para a classe trabalhadora, classes médias baixas e classes baixas, pelo contrário, proíbe o governo de intervir diretamente em benefício dessas e torna o Estado em uma dimensão política e geográfica sem restrições para a aplicação da “lógica do mercado”, que pode operar de maneira livre. Ou seja, os proprietários adquirem o privilégio de poder usar o mercado da maneira como melhor lhes compete.

Para Santos (2001), as empresas transnacionais são agentes da imposição do sistema técnico dominante, invadindo territórios e contribuindo para a imposição de uma nova ordem global. Segundo ele, o sistema não apenas se insere em outro país, mas se espalha na produção e no território.

A pesquisadora Chauí cita Harvey e sintetiza os 6 principais momentos de transformação do sistema capitalista:

[...] na fase industrial, com o modelo fordista, o capital induzira o aparecimento das grandes fábricas (nas quais se tornavam visíveis as divisões sociais, a organização das classes e a luta de classes) e ancorara-se na prática de controle de todas as etapas da produção (da extração da matéria-prima a distribuição do produto no mercado de consumo), bem como nas ideias de qualidade e durabilidade dos produtos (levando, por exemplo, à formação de grandes estoques para travessia dos anos). Em contrapartida, na fase dita pós-industrial, imperam 1) A fragmentação e a dispersão da produção econômica (incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora), que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta); 2) A hegemonia do capital financeiro; 3) A rotatividade extrema da mão de obra; 4) Os produtos descartáveis (com o fim das ideias de durabilidade, qualidade e estocagem); 5) A obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias; e 6) O desemprego estrutural, decorrência da automação e da alta rotatividade de mão de obra, causando exclusão social, econômica e política. A desigualdade econômica e social atinge níveis jamais vistos não só mantém distância entre países centrais ricos e países periféricos pobres, como ainda, em todos eles, divide a sociedade entre bolsões de riqueza e bolsões de miséria (Harvey apud Chauí, 2006, p. 31)

Em 1989, ocorreu um encontro na capital dos Estados Unidos cujo intuito seria realizar recomendações para os países latino americanos, para que eles se aproximassem da vertente Neoliberal. O evento ficou conhecido como “Consenso de Washington” e elencou alguns pontos principais que deveriam ser seguidos como: disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação

de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas¹¹. Dessa forma, Chauí (2006) disserta sobre as consequências sociais desse acordo, que retira o salário indireto, incentiva os cortes sobre os direitos trabalhistas e a internacionalização de empresas, que também contribui para diminuição de empregos nacionais e para falta de pagamento de impostos no país originário da empresa.

Chauí (2006) afirma que o neoliberalismo foi primeiro aplicado no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet, seguido da Inglaterra, durante o mandato de Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, presidido por Ronald Reagan. Posteriormente, expandiu-se para o todo o mundo capitalista e, depois da queda do muro de Berlim, disseminou-se para o leste europeu. No Brasil, alguns pontos do Consenso de Washington foram e estão sendo seguidos, em 1990 foi criado o plano de desestatização. Durante essa década, foram privatizadas empresas do setor siderúrgico, como a Companhia Nacional de Siderurgia (CSN), também houve privatizações do setor elétrico como a empresa *Light* e da Vale do Rio Doce, a maior mineradora nacional criada por Getúlio Vargas¹². Atualmente, houve a privatização da BR Distribuidora, que teve início no governo de Michel Temer em 2019 e foi concluída em 2021, quando a Petrobras vendeu o resto das ações que possuía da BR Distribuidora¹³, também houve as vendas de refinarias de petróleo e de transportadoras de gás natural¹⁴. Outro ponto que sofreu transformações foram os direitos trabalhistas, após a Reforma Trabalhista que ocorreu em 2017 e realizou um série de transformações nas contratações¹⁵.

Para Santos (2001), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do sistema capitalista e isso está diretamente relacionado com o avanço das tecnologias e ideologias políticas.

¹¹ Pena, R. F. A. "Consenso de Washington"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em 31 de março de 2022.

¹² Pena, R. F. A. "Consenso de Washington"; *Mundo Educação*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/privatizacoes-no-brasil.htm> Acesso do dia 02/02/2022.

¹³ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/br-distribuidora-acoes-30jun2021.pdf>

¹⁴ Disponível em: <https://ineep.org.br/privatizacao-de-refinarias-pode-levar-a-apagoes-no-abastecimento/>

¹⁵ Disponível em: <https://jornalcontabil.com.br/reforma-trabalhista-entenda-quais-foram-as-principais-mudancas-na-clt/> Acesso do dia 02/02/2022.

Sobre o processo neoliberalista de globalização, Santos (2001) afirma: “fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações... (Santos, 2001, p.9). Uma exemplificação dessa fala de Santos são as denúncias sobre os fornecedores de marcas como C&A, Zara e Nike, que se recusam a pagar o salário mínimo das funcionárias costureiras na Índia. Em entrevista para o jornal *The Guardian*, o diretor da entidade mundial *Worker Rights Consortium*¹⁶ (WRC), Scott Nova, afirmou: "Os filhos dos trabalhadores estão com fome para que as marcas possam ganhar dinheiro"¹⁷.

Santos escreveu sobre o processo de globalização, que ele conceitua como globalitarismo no ano 2000, hoje, em 2022, suas teorias estão atuais e pertinentes à realidade em curso. Santos afirmou que o desemprego estava se tornando crônico, a pobreza aumentando, as classes médias perdendo qualidade de vida, o salário médio tenderia a baixar e a fome se generalizaria ainda mais por todos os continentes. Segundo a Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), cerca de 33 milhões de brasileiros estão passando fome¹⁸ e segundo o ex-ministro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Francisco Menezes, o Brasil voltou para o Mapa da Fome em 2020¹⁹, durante a pandemia. Além da volta ao mapa da fome, o Brasil também é o sétimo país mais desigual do mundo e o único país latino americano que está entre as 10 primeiras colocações da lista.²⁰ Ainda assim, somos o segundo país do mundo com a maior concentração de renda, pois, em 2020, o grupo que é 1% mais rico bateu novos recordes e acumulou metade da riqueza nacional: 49,6%²¹.

Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação

¹⁶ Tradução: Consórcio de Direitos do Trabalhador.

¹⁷ Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2022-01-03/fornecedores-zara-cea-nike-salario-minimo-india.html> Acesso do dia 03/01/2022.

¹⁸ Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso do dia 22/07/2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/23/o-brasil-ja-esta-dentro-do-mapa-da-fome-denuncia-ex-presidente-do-consea> Acesso do dia 22/10/2021.

²⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/-brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor- apenas-do-que-africanos.htm> Acesso do dia 07/02/2022.

²¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/> Acesso do dia 07/02/2022.

de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (Santos, 2001, p.10).

Santos (2001) ressalta que o processo de globalização depende de fábulas que mantenham a hegemonia, a produção de imagens e imaginários que estejam em prol do dinheiro e na monetização da vida social e pessoal. Para Ferreira, “o neoliberalismo atinge o mais alto grau de perversidade quando toda a produção humana - material e simbólica - é transformada em mercadoria” (Ferreira, 2006, p.71).

Chauí (2006) aborda que a nova dimensão social e econômica transforma o espaço e o tempo da forma como se percebia antes. Para ela, a globalização tem como efeito a fragmentação e a dispersão espacial e temporal e a compressão do espaço, tudo se passa aqui, sem distâncias, não há passado, nem futuro, sendo tudo agora, como consequência não há profundidade na passagem do tempo. Santos (2001) também percebe as diferenças desse aspecto, o progresso das Ciências e das técnicas causam a aceleração de todos os processos, gerando vertigens e fazendo com que o mundo se torne confuso e difícil de ser compreendido.

Já Santos²² (2020) relaciona os efeitos da pandemia em uma realidade neoliberal:

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980— à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro—, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica todo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise (Santos, 2020, p.5).

²² O primeiro autor citado trata-se de Milton Santos, enquanto o segundo é Boaventura Souza Santos.

2.1 A ideologia da meritocracia e da igualdade

Há cerca de dois séculos atrás, Marx e Engels já haviam percebido que o peso simbólico que diferencia as formas de trabalho teria repercussões dentro do sistema capitalista. Souza (2018), como um autor que analisa a sociedade contemporânea, insere as classes médias em suas teorias, percebendo que nessa, principalmente nas camadas mais altas, há privilégios que vão além de recursos monetários, o que ajuda a obscurecer a percepção da realidade pelas classes mais pobres, pois alguns desses privilégios são invisíveis, como a posse do conhecimento. Essa invisibilidade gera uma ilusão fantasiosa sobre como a sociedade funciona.

Há uma espécie de ilusionismo no domínio dos bens culturais tal como surge para uma pessoa na condição de Leninha²³. Toda a classe média, com a qual Leninha tem contato mais estreito nas figuras dos patrões, é como que feita de ilusionistas fazendo “truques” muito sérios; extraindo, a partir de processos obscuros, de uma série de objetos mais ou menos caros, efeitos maravilhosos que ela deseja produzir também para si mesma... tentar com todas as forças imitar o “truque” das classes médias. É o drama de quem quer ser reconhecida como “gente” (Souza, 2009, p. 141).

Esses “truques” que fazem o dinheiro entrar, majoritariamente, requerem aprendizado anterior. A própria alfabetização é um exemplo desse processo, pois uma pessoa não-alfabetizada tem dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho ou construir qualquer ação empreendedora autônoma que tenha um rendimento. Para Souza, até a própria aprendizagem na escola depende de experiências anteriores vivenciadas no ambiente doméstico, como estímulos emocionais, ele dá como exemplo a curiosidade com a leitura, que tende a surgir na criança ao ver adultos lendo. Enquanto nas classes populares, como os filhos, muitas vezes, começam a trabalhar cedo, não há um estímulo escolar que esteja em condições de igualdade com as mesmas crianças das classes mais altas. O estímulo e vontade de ir à escola também está relacionado com o sentido desse ato, se os pais ou membros da família não tiveram benefícios de frequentar a escola, o sentido da educação escolar se torna vazio. Diferente de uma criança que pertence a classe média e observa seus pais colhendo benefícios devido as suas profissões, assim o sentido da educação se torna mais explícito. Além disso, o autor correlaciona que, para as classes baixas, foi dificultado o acesso às terras

²³ O autor Souza realiza entrevistas com pessoas de classes sociais mais baixas e mais altas, com intuito de entender a fundo a mentalidade, costumes e perspectivas similares entre as pessoas de determinada classe social. A “Leninha” da entrevista é uma empregada doméstica vinda do interior, onde trabalhou com corte de cana ainda na infância, depois de adulta tornou-se doméstica, acumulou diversos trabalhos e extrapolou as horas de expediente em seus dias para poder adquirir segurança social e ter acessos a bens materiais das classes médias.

e, posteriormente, também foi dificultado o acesso ao conhecimento e esse é “o recurso mais importante das classes não proprietárias²⁴” (Souza, 2009, p.78). O sociólogo reforça que a classe média não possui grandes empresas e não faz parte da classe proprietária. Os objetivos de sucesso dentro da classe média são as contratações em altos cargos em empresas, como um cargo de liderança, gestão ou gerência, por exemplo, que oferecem pagamentos mais altos (Souza, 2018).

Para Castells, atualmente, o sistema econômico passa por uma fase que ele conceitua como “capitalismo informacional”, pois no mundo contemporâneo dados e informações se tornaram bens valiosos, a partir deles são tomadas decisões de impactos globais. A atualidade se organiza, produz, troca e consome informações, as mudanças no sistema capitalista fizeram com que as informações se tornassem um bem imaterial. Como a informação, que é usada para produzir mais informações, sendo possível extrair novos lucros, formas de negócios, bens simbólicos relacionados à cultura, etc. (Castells apud Sá Martino, 2014).

Antes da ascensão do capitalismo, o pertencimento à classe social alta era visto como uma superioridade natural, a família bem nascida tinha legitimidade de ocupar aquele lugar de poder e privilégio. No mundo moderno, após a criação da burguesia, a superioridade natural perde lugar para valores como mérito ou talento. Portanto, para ser beneficiado com o capital, passa-se instituir uma ideia de merecimento, mesmo que o indivíduo tenha tido privilégios de herança ou outros benefícios gerados por uma vida mais abonada dos seus progenitores.

Existiria, no mundo moderno, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade. Os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. O que assegura, portanto, a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual (Souza, 2009, p.43).

Para Souza, a ideologia principal do mundo moderno é a meritocracia. O pesquisador utiliza o termo “ideologia” dentro da conceituação marxista que interpreta como uma ideia falsa usada para encobrir a verdade ou em outros termos: “compêndio das ilusões através das quais os homens tratavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica... enquanto consciência falsa, equivocada da realidade” (Marx; Engels apud Gorender, 1989, p.18). A meritocracia, portanto, é uma ideologia popular que está presente

²⁴ Classes proprietárias são as classes dominantes, enquanto não proprietárias denominam camadas altas e baixas das classes médias e o que o autor chama de “ralé”, as pessoas em situação de pobreza e miséria no Brasil.

nas ruas, no Direito, na Política, na Sociologia e, também, faz parte do senso comum de outros países. É através do raciocínio meritocrático que podemos culpar os pobres pelo seu próprio fracasso (Souza, 2009).

Para Souza, perceber a falsidade da meritocracia é algo simples e mesmo assim, esse raciocínio está presente por todas as partes: escolas, universidades, cinema, televisão, jornais, propagandas, etc. O sociólogo afirma que a sociedade, de maneira majoritária, escolhe acreditar na meritocracia. Além de ser um raciocínio vantajoso para as classes dominantes, que irão estimular essa ideologia, a meritocracia estimula o narcisismo e transmite uma falsa ideia de controle: “o desejo de nos vermos como fortes, inteligentes e poderosos. A felicidade está logo ali na esquina, e depende apenas de nossa vontade livre e autônoma para ser conquistada” (Souza, 2018, p.9). Portanto, uma vida capaz de suprir as nossas necessidades externas e internas seria de fácil acesso para todos, se isso não é uma realidade, o erro está na pessoa, que não está sendo suficientemente autônoma ou disciplinada. Com bases nessa ideologia, na atualidade, a classe social é algo mais abrangente e não restringe os indivíduos, para Souza, a classe média é a que mais está imersa nessas mentiras sociais de liberdade e autonomia.

Freire, também vê a meritocracia como uma ilusão. Para o educador, a hegemonia é uma ordem opressora, que é vista, erroneamente, como uma ordem de liberdade:

...todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-la e procurar outro emprego. O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando : “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica (Freire, 1987, p.86).

Freire também afirma que a meritocracia permite culpar os pobres por seu fracasso. Como não possuem bens e não participam amplamente do sistema capitalista, são vistos como desonestos, preguiçosos ou inferiores. Ao mesmo tempo que essas ilusões estão enraizadas na sociedade, a classe média, mesmo que baixa, entende que, no Brasil, descer de classe é “deixar de ser tratado como gente” (Souza, 2018, p. 139).

O sociólogo aponta que um dos problemas que auxilia a manutenção do sistema hegemônico, é que a classe média ampla se auto percebe como elite: “um auto engano fatal e de consequências terríveis para o destino da sociedade brasileira e da própria massa da classe média” (Souza, 2018, p. 12). Além disso, há a dificuldade em se notar o lado simbólico nas dimensões cognitivas, morais ou estéticas. O foco da sociedade está ligado ao dinheiro e às

trocas das mercadorias materiais (Souza, 2018), o que se relaciona com ideias de *status*, algo simbólico presente nas classes médias, altas e classe de proprietários.

Assim, o sonho de toda criança das classes marginalizadas é ter um tênis Nike ou um iPhone, produtos corriqueiros entre os filhos da classe média real. As classes subalternas já se percebem como inferiores por não terem acesso aos mesmos símbolos de status e de bom gosto. Desse modo, nem precisa escrever na lei que essas pessoas são gente de menor valor, pois elas próprias estão convencidas disso, na prática cotidiana, pela impossibilidade de ter acesso a mercadorias que são mais um símbolo de distinção social do que algo para uso concreto (Souza, 2018, p.56).

Downing (2002) ressalta que o sistema capitalista e seu conjunto simbólico é poderoso e consegue permear todas as estruturas. A hegemonia é capaz de se infiltrar e o capitalismo é capaz de se apropriar. Souza (2020)²⁵, aborda que perante o aumento de demandas por igualdade de gênero, racial e LGBTQIA²⁶ houve uma “astuta” resposta do setor neoliberal, que se diz disposto a dar chances para uma certa quantidade de sujeitos sócio-acêntricos desde que sejam “talentosos”, dentro do raciocínio meritocrático. Sendo uma inserção individual, pensada dentro de termos liberais, que não traz para discussão os principais pontos sobre desigualdade no Brasil. Não que a inserção de mais mulheres negras, homens negros e pessoas LGBTQIA+ no mercado não seja algo positivo, mas é preciso estar atento para a forma como isso está acontecendo e de que forma essas inserções são pensadas. Pois, essas novas campanhas não divulgam o sentido de uma luta coletiva e transformadora, mas apresentam oportunidades individuais para quem pode competir por elas, sendo que as recompensas também são individuais.

Hooks também afirma que o feminismo escolhido pela mídia para ser disseminado é uma forma de feminismo voltada para o capitalismo, muito focada em questões como igualdade salarial e dividir as tarefas domésticas, para que as mulheres também tenham oportunidades no mercado. Essas questões são relevantes, mas segundo a autora, o feminismo sem pensar em desigualdade, tanto econômica quanto racial, não é transformador o suficiente para que se alcance uma sociedade mais igualitária.

[...] feministas reformistas que estavam decididas a projetar a noção do movimento como se ele fosse, exclusivamente, pela igualdade entre mulheres e homens no sistema existente. Mesmo antes de raça se tornar uma questão debatida nos círculos feministas, estava claro para as mulheres negras (e para as revolucionárias aliadas da luta) que jamais alcançariam igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente.

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qmNvpjUwhFM> Acesso do dia 22/10/2021.

²⁶ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexo e Assexuais.

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante (hooks, 2018, p.19).

Outra questão apontada pela autora, é de que quando as mulheres, em maioria privilegiadas, começaram a alcançar poder econômico dentro da estrutura existente começaram a recusar ainda mais o feminismo revolucionário, deixando questões como “sororidade” para trás. Hooks (2018) enxerga a sororidade como uma solidariedade política entre as mulheres, uma compaixão compartilhada, que só vai ser alcançada por completo se o poder advindo das classes econômicas altas, assim como o privilégio racial não forem mais usados para explorar outras mulheres.

A socióloga Maria Lygia de Moraes denuncia a subversão da data do Dia da Mulher. Ela chama atenção para o “embaralhamento” dos sentidos relacionados ao dia, pois a marcha ocorrida em 8 de março de 1917 ocorreu para celebrar novas conquistas das mulheres, como a inclusão delas no operariado e a organização política desse. Assim, a data surgiu devido ao acontecimento da marcha das mulheres trabalhadoras. Essa data foi o estopim para a Revolução Russa, que se consolidou após uma semana, no dia 15 de março. Após a revolução, outros direitos passaram a englobar as mulheres, como o direito a voto e ser eleita²⁷, sendo a República Socialista Soviética o primeiro país do mundo a consagrar essas leis.

Figura 1 - O significado real do dia da mulher

²⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bL5ZiCA5qTk&t=2s> Acesso do dia 22/10/2021.



Fonte: Editora Boitempo.

Figura 2 - Mulheres trabalhadoras de diversas nacionalidades



Fonte: Revista de Relações Internacionais e Audiovisual em Foco.

Para Souza, a mulher só passou a ser vista como ser humano no final do século XVIII, devido à escola do romantismo e expressionismo, onde se consagra a noção de amor moderno. Nessa época, foi o início de se retirar a mulher de seu papel de “ser humano de segunda classe”, submissa ao homem. O autor aborda que as raízes do tratamento dado às mulheres, inclusive de classes mais altas, era uma “violência hoje inconcebível. Se um nobre não gostava da intervenção da esposa num jantar com amigos, podia desferir um soco e

quebrar-lhe o nariz, sem que ninguém achasse o fato incomum ou digno de reprovação” (Souza, 2018, p.42). Souza comenta que a própria ideia da conquista amorosa por convencimento, ao invés de usar a força física ou força econômica para “ter” uma esposa é algo que teve origem nos anos de 1700.

Segundo o sociólogo, a reforma protestante do século XVI também gerou transformações que influenciaram o contexto histórico brasileiro. A concepção de indivíduo, capaz de escolha consciente, tendo a sua própria subjetividade e responsabilidade, ou seja, ser racional, passou a ser uma capacidade de todos e não só da aristocracia. Outra transformação foi o peso simbólico do trabalho, esse era delegado apenas para servos ou escravos, a realeza se enobrecia pelo ócio. O protestantismo passa a ver o trabalho como algo sagrado, se tornando uma missão de Deus na terra, o trabalho passa a gerar reconhecimento, autoestima, respeito e honra para indivíduos das classes mais baixas (Souza, 2018). Dessa forma, inicia-se a ascensão da burguesia, essa classe se apropriou do discurso do trabalho como obra divina para deslegitimar a aristocracia, suas tradições e seu ócio, demonstrando também o poder de uma ideologia. Assim, a burguesia se torna a classe dominante, entretanto, as classes trabalhadoras passam a se perguntar o porquê que esse novo discurso não se aplica a elas e passam a exigir sua inclusão econômica e política. “O aspecto crucial dos últimos duzentos anos de lutas dos trabalhadores foi precisamente o esforço pelo reconhecimento do valor social de seu trabalho, e não apenas do trabalho de seus patrões” (Souza, 2018, p.31).

A influência da cultura protestante também passa a influenciar o Brasil, com o início da queda do império. Souza ressalta que durante a monarquia, o comércio, as importações e as exportações eram restritas a Portugal e suas colônias na África e na Ásia. Com a ascensão de um novo modelo na Europa, Portugal passa a ser tido como atrasado. No Brasil, alemães passam a produzir as primeiras cervejas brasileiras, a França passa a comercializar roupas e modismos, enquanto ingleses trazem o progresso: as primeiras máquinas, que permitem a evolução de manufaturas e oficinas. Os países protestantes passam a ser tidos como de “bom gosto e superiores, merecedores de imitação” (Souza, 2018, p.72). Entretanto, esses “bons gostos” advindos do exterior europeu durante o século XIX eram voltados para as classes altas, durante o mesmo período as classes baixas passavam por contextos bastante diferentes.

Essas raízes simbólicas influenciam a cultura brasileira até os dias atuais: “nós, brasileiros, nunca nos comparamos com a Bolívia, com a Guatemala, ou mesmo com a Argentina. Nós nos comparamos obsessivamente com os Estados Unidos” (Souza, 2009, p.33). Além do protestantismo, essas obsessões demonstradas por Souza também eram estimuladas pela pobreza e desigualdades presentes no Brasil e possuíam um fundo racista,

inclusive porque cientistas e médicos europeus de países protestantes afirmavam que miscigenação brasileira ou a presença de pessoas negras era algo negativo para o país, um exemplo é o médico do Reino Unido, Robert Knox²⁸.

O Brasil se via — e era efetivamente — uma nação pobre. O país que se torna autônomo em 1822 e que, portanto, vê-se subitamente confrontado com a questão de elaborar uma identidade para si — quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? — sofria de extraordinário complexo de inferioridade, especialmente em relação à Europa, ideal e sonho inatingível de toda a elite culta. Que fazer com um país recém-autônomo, composto em sua imensa maioria de escravos e homens livres incultos e analfabetos? Homens acostumados a obedecer e não a serem livres? (Souza, 2009, p.35)

Para Mbembe (2018), a colonização é um marco histórico, no qual os corpos passam a ser submetidos e explorados pelo Estado colonialista. Além disso, o processo colonizatório não exerceu poder somente por violências físicas, mas construiu imaginários simbólicos culturais, que envolvem inferiorização e hierarquização de corpos, com o objetivo de respaldar a disseminação injusta de direitos e percepções. Dessa forma, as pessoas colonizadas eram categorizadas em uma terceira zona, entre os limítrofes de sujeito e objeto. Sendo que esses imaginários ainda permeiam a realidade atual.

Ao remontar o contexto histórico nacional, Souza (2018) afirma que a escravidão foi uma instituição que influenciou todas as demais instituições brasileiras. O escravismo foi a base econômica do sistema capitalista mercantil colonial. Outro ponto formador do contexto brasileiro, é a figura do “agregado”, no século XIX, dois terços da população eram compostos por homens livres, esses não tinham lugar no sistema produtivo principal. Os agregados eram dependentes e formavam a primeira classe social entre os proprietários e os escravos:

A maior parte dessa classe vai constituir a ralé de quatro séculos que vaga pelo nosso país, em vez de ser o predecessor de uma classe média moderna. Vários dentre eles vão se juntar aos ex-escravos, abandonados pela “abolição” meramente formal, e constituir uma das maiores classes sociais do Brasil moderno: a ralé estrutural de despossuídos e abandonados... Como é a classe dos marginalizados que herda o abandono, o esquecimento, o ódio, a humilhação e o desprezo cotidianos que se dirigiam ao escravo, tudo para ela vai ser mais difícil... (SOUZA, 2018, p.59 - p.63).

²⁸ Robert Knox é apenas um exemplo de autores adeptos do racismo científico, essa corrente era composta por pessoas que tentavam achar supostas razões biológicas ou sociais para basear a fábula errônea de uma hierarquia racial. Disponível em: <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/254945905/racismo-cientifico-origens-das-teses-racistas-na-modernidade> acesso do dia 02/12/2021.

Souza (2018) denomina como “ralé” a classe que está abaixo da classe trabalhadora, para ele houve uma eternização da marginalização dessas pessoas no Brasil. Esse processo mantém a continuidade de nosso passado escravocrata. Para o sociólogo, mesmo participando do mundo moderno, em nosso país sempre se manteve algumas características escravocratas que foram herdadas: a violência e o sadismo, que geram uma sociedade “patológica”, segundo o autor.

Após a abolição, as pessoas ex-escravizadas se somaram a todos os esquecidos e agregados, de outras raças, formando uma classe que se forma no capitalismo da periferia: a ralé, nos termos do sociólogo. Essa classe não faz parte da sociedade competitiva capitalista que foi formada por descendentes de outras classes mais afortunadas. A realidade brasileira e suas misérias tem origem nesse abismo entre as classes sociais e na marginalização permanente. Segundo Souza, conceitos como “jeitinhos brasileiro, povo corrupto ou preguiçoso” por natureza são “balelas”, que explicam de maneira equivocada os porquês da nossa realidade, esquecendo o passado e a forma como esse foi fundado (Souza 2018). Esquece-se também do presente desigual que baseia-se na ideologia da meritocracia, ressalta-se que de 2019 para 2022 a população de rua cresceu 31% em São Paulo, são 31.884 pessoas vivendo nas ruas. Em 2015, havia 15.905, quase metade do que se tem hoje²⁹.

O sociólogo passa a abordar o sadismo por trás da estrutura escravocrata e suas repercussões. Souza, afirma que esse sadismo está presente em todas as sociedades que possuem um passado escravocrata. “Ninguém escraviza o outro sem, ao mesmo tempo, negar-lhe a humanidade. O outro não deixa de ser humano e resiste na medida do possível” (Souza, 2018, p. 60). Esse sadismo repercute na estruturação do sistema, para as classes exploradas nunca lhes sobra tempo, o que auxilia reforçar a sua condenação e acentuar a dificuldade de sair da classe em que se encontra, sendo que a ralé brasileira compõe mais de um terço da população (Souza, 2009).

3. O ESTADO E O PODER SOBRE OS CORPOS

Souza ressalta que no Brasil existe uma narrativa fictícia de homogeneidade e de unidade. O autor reforça que existe uma crença de que “estamos todos no mesmo barco” ou até um “horror ao conflito” (Souza, 2009, p.47). Para o pesquisador, essa visão de que o

²⁹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20que,quando%20eram%2024,344%20nessa%20situa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso do dia 20/01/2022.

conflito é algo ruim, acaba reprimindo aprendizados e mantendo privilégios e prejuízos. As contradições podem ter a função de compor um processo de aprendizado individual ou coletivo. Os conflitos também fazem com que a sociedade perceba consensos perversos que perpassam a história e influenciam os dias atuais (Hegel apud Souza, 2009, p.48).

Como pontuado pelo autor, não estamos no mesmo barco, com intuito de aprofundar questões sobre ideologias perversas traz-se o conceito de corpo para a discussão, pois dessa forma promove-se a percepção de que os corpos são tratados de formas diferentes e, também, passaram instrumentalizações e por construções históricas materiais e simbólicas diferentes.

Membre é um autor que dialoga com as teorias de Foucault e seus conceitos, incluindo o conceito de “corpo”, o autor expande e modifica alguns pensamentos e interpretações a respeito dessas teorias. Para poder aprofundar as ideias de Mbembe (2018), explicar-se-á, resumidamente, conceitos da teoria foucaultiana que dialogam com o conceito de necropolítica criado por Mbembe (2018).

Para Foucault, as concepções filosóficas e os saberes são inseparáveis das outras questões que compõem uma sociedade, como a economia, a moralidade e a jurisdição, por exemplo, e estão ligadas com as formas de poder da época que estão inseridas. Além dessas características que compõem o enredo social da modernidade, o autor também traz o conceito de “corpo” para o foco de sua reflexão, dissertando sobre as formas de poder e controle que o Estado capitalista exerce sobre as populações e seus corpos. Ou seja, forma como as organiza a sociedade, como a entende e como submete seus corpos (Foucault, 1987).

Esse controle sobre os corpos tem entre seus objetivos a manutenção do poder hierárquico do Estado, através da organização e da utilização da energia de produção das pessoas. Sendo assim, é preciso intervir sobre seus costumes e, também, sobre as associações culturais das populações. O autor defende que há mecanismos para que os corpos sejam moldados na modernidade, como as escolas, os quartéis e as indústrias (Foucault, 1987). Esses são locais onde a disciplina está presente na cultura do dia-a-dia, a escola é o primeiro local onde o indivíduo entra em contato com os valores disciplinares. Os que são disciplinados, dóceis e calados são vistos como prodigiosos dentro de uma sala de aula e, desde cedo, assimilam a concepção de que estão sendo vigiados, o que faz com que eles se adequem às normas daquele espaço. Espera-se que esse treinamento reverbere na vida adulta, afinal “um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente” (Foucault, 1987, p.120). Sendo essa eficiência ligada às expectativas do poder controlador, a meritocracia é uma das concepções filosóficas que compõem a sociedade e uma das formas de organização do sistema, mantendo a vida em categorias pré determinadas. Através do uso do corpo para o

trabalho, o sistema também oferece carreiras, para aqueles que aceitam permanecer nas linhas que lhes foram ofertadas. Para o filósofo, o controle e organização estatal sobre os corpos se opera pelas ideologias e, também, pelas formas biopolíticas:

"O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, somático, corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica" (Foucault, 1987, p.82).

Para Foucault, o poder controla tudo que sai ou foge dos limites da norma disciplinar voltada para a produção capitalista, sendo esse o principal interesse. É interesse do poder, controlar a ociosidade do indivíduo que se recusa a trabalhar, se submeter ou trabalhar para alguém³⁰. Além disso, é preciso punir a irregularidade operária, o trabalhador que não produz corretamente, assim como seus desvios, como chegar atrasado, por exemplo. Também não é interesse do poder que os corpos gastem energia com comemorações inúteis, como festas ou frequentar bares (Foucault, 1987). Essas afirmações se traduzem no código penal brasileiro, uma vez que o artigo 59 do decreto-lei 3688/1941 classifica “vadiagem” como um ato criminoso e conceitua como sendo "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita"³¹ (Brasil, 1941, Art. 59). Sendo que leis como essas, de interpretação abrangente, são aplicadas contra pessoas mais vulneráveis dentro do sistema capitalista. Corpos que não se enquadram nas “normatizações” ou não são corpos inteligíveis para o sistema (Butler, 2016). Outro ponto destacado por Foucault, é o papel da “família” para criar indivíduos dóceis e corpos produtivos. Pois a criação de filhos requer a manutenção da renda e, assim, torna-se mais fácil o indivíduo se submeter à servidão do trabalho, se diferenciando do corpo improdutivo ou que foge às normas.

Foucault, então, ressalta que obedecemos todas essas regras impostas porque o poder não gera apenas medos ou punições, mas ele também oferece ordem, conhecimentos, segurança e prazeres. O autor elabora reflexões sobre o atual estado deste biopoder, que controla, vigia e produz as populações, mas também as protege de diversos riscos e oferece conhecimentos. Ele difere o poder da violência e faz um paralelo com o antigo poder soberano, que operava com violências. Antes, durante o feudalismo ou a monarquia, os

³⁰ “Trabalhar para alguém” se relaciona com o conceito de “mais valia” para Marx, que é a disparidade entre o valor que o trabalhador produz para a empresa e o quanto recebe de salário. Pois o dono da empresa, pertencente a classe dos proprietários, se apropria do dinheiro produzido pela mão de obra do trabalhador, chamando-o de lucro.

³¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm Acesso do dia 10/08/2021.

criminosos sofriam punições em praças públicas, esses atos eram feitos em nome do soberano que vingava a sociedade pelo mal causado pelo infrator. Para o pesquisador, o biopoder consistiria em tirar o suplício, ou seja, a tortura. As prisões atuais servem para retirar a liberdade e teriam como objetivo fazer com que o sujeito retornasse a norma social, pois o poder estaria mais relacionado com a ordem e a generalização do que com os mecanismos de suplício (Foucault, 1987). Embora, seja importante ressaltar que essa teoria não aplica-se de maneira efetiva, ao analisar prisões brasileiras, por exemplo, verifica-se que essas instituições não apenas tiram a liberdade dos presos, mas também impõem diversas formas de suplício, como demonstram registros de denúncias e investigações³². A diferença, portanto, seria que esses suplícios não acontecem em praça pública e não são amparados por uma legislação explícita.

Foucault, aprofunda os conceitos de poder e violência, para ele, poder é uma relação de forças, um modo de ação que não atua diretamente sobre os outros, mas direciona e age sobre a ação deles: “uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes” (Foucault, 1995, p.287). Para o autor, o poder exercido pelo estado seria, de uma forma metafórica, uma construção de um campo de ação para os sujeitos: seus limites, direcionamentos e induções dentro desse campo elaborado. O poder pode facilitar uma ação e complicar outra, ampliar ou limitar, tentando tornar determinadas ações mais prováveis e outras mais improváveis, dessa forma delimitando e organizando o campo de ações. O autor também disserta sobre a replicação do poder exercido pelos próprios sujeitos:

“O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (Foucault, 1995, p.284).

Esse enunciado de Foucault também se relaciona com a disseminação da ideologia hegemônica, pois o poder se exerce em rede. Já a relação de violência atua diretamente sobre o corpo ou um objeto e pode-se tentar esconder uma determinada ação de violência. “Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades...” (Foucault, 1995, p.243).

Sobre o poder e sua atuação dentro de um campo de possibilidades de ação, o filósofo também insere suas ideias sobre o corpo e manutenção produtiva dos corpos, o que ele vai nomear como biopoder:

³² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49992057> Acesso do dia 14/08/2021.

A soberania fazia morrer e deixava viver.. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer [...] agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como da vida”, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (Foucault, 2005, p.286).

Preciado (2020) resume que as ideias de Foucault sobre biopoder são como uma força “somatopolítica”, pois as técnicas governamentais biopolíticas vão além da esfera legal e da esfera punitiva, se estendendo sobre o território até penetrar nos corpos, individualmente.

O mais importante que aprendemos com Foucault é que o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política. *Il n'y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps* (não existe uma política que não seja uma política dos corpos). Mas o corpo não é para Foucault um organismo biológico dado sobre o qual o poder age. A própria tarefa da ação política é fabricar um corpo, colocá-lo em funcionamento, definir seus modos de reprodução, prefigurar as modalidades de discurso por meio das quais esse corpo se torna ficcionalizado até poder dizer “eu”. Todo o trabalho de Foucault poderia ser entendido como uma análise histórica das diferentes técnicas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações (Preciado, 2020³³).

3.2 O Estado, o necropoder e o racismo

O autor Mbembe (2018) promoveu uma reflexão sobre a ótica de biopoder elaborada por Foucault. O autor, então, traz um outro termo para o centro desta discussão: o necropoder. Esse, assim como o biopoder, atua sobre a população, mas esse conceito tem como objetivo ressaltar a existência de uma política de morte, que existe sobre a sociedade. Mbembe também traz para o cerne da discussão que o Estado está envolvido na decisão de quem deve morrer e quem deve viver, sendo a morte parte do poder e ações deliberadas pelo Estado.

O autor aborda que existem formas contemporâneas de submissão da vida humana ao poder da morte, essas ações pertencem a necropolítica. O autor afirma que existem, no mundo atual, ações e tecnologias que visam a destruição de pessoas e criam “mundos da morte”, onde populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem estatuto de

³³ Mídia digital, disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>
Acesso do dia 02/12/2021.

mortos-vivos, assim usando o terror como uma tecnologia necropolítica. Como exemplos desses mundos, são citadas as colonizações ou a atual conjuntura da Palestina.

Mbembe (2021) também aborda que todos os corpos são vulneráveis, mas há corpos que são ainda mais vulneráveis às ações necropolíticas, principalmente, tendo em vista o contexto histórico e atual dos países ocidentais. Marcadores como nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e identidade, influenciam a percepção do poder estatal sobre quais corpos a violência pode ser direcionada³⁴ e de que forma, ressaltando que a necropolítica também engloba as omissões estatais. Sueli Carneiro (2011) ressalta que jovens negros encontram-se expostos a violência de diversas formas e existe uma inação/omissão por parte do estado em relação a esse problema.

Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas com que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar soberania como uma forma de exercer o direito de matar... Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações (Mbembe, 2018, p.6-10).

A instrumentalização dos corpos e a omissão que geram a destruição de populações humanas são características que podem ser encontradas em ações atuais do Estado brasileiro perante a realidade pandêmica. O Coronavírus é um vírus mortal que levou a vida de mais de meio milhão de brasileiros. Em 2020, o governo deixou de responder 81 e-mails da empresa *Pfizer*, que havia montado um esquema vacinal e reservado vacinas para o Brasil. O próprio presidente da *Pfizer* na América Latina, Carlos Murillo, também teve seu email ignorado pelo ex-secretário do Ministério da Saúde, coronel Elcio Franco. Ao todo, as tentativas de parceria duraram 6 meses e a farmacêutica chegou a enviar 4 emails em um único dia³⁵. O ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou que o contrato com a *Pfizer* não foi feito porque as cláusulas eram abusivas, entretanto não explicou o porquê delas terem sido interpretadas como abusivas. A *Pfizer* se defendeu, afirmando que o contrato ofertado era padrão e foi aceito por 110 países, o presidente da instituição afirmou que se a primeira proposta tivesse

³⁴ O pesquisador Mbembe ressalta inclusive violências raciais cometidas no continente americano, como o crime de assassinato de Cláudia Silvia em 2014, caso repleto de acontecimentos perversos, no qual uma mulher negra foi morta por agentes do estado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3mWNaTYptB8&t=3701s> Acesso do dia 14/08/2021.

³⁵ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4931817-e-mails-mostram-que-pfizer-tentou-vender-vacinas-ao-brasil-por-6-meses.html> Acesso do dia 10/12/2021.

sido aceita, o Brasil receberia as doses ainda em 2020³⁶.

As mortes causadas pela doença aumentavam no Brasil, enquanto as compras de vacinas não se desenvolviam de forma linear e passaram a surgir denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito. Sobre a vacina Coronavac, Pazuello já havia assinado e autorizado a compra de 46 milhões de doses. Entretanto, o presidente Jair Bolsonaro, vetou a compra e afirmou: “Já mandei cancelar. O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade, até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado por ela, a não ser nós. Não sei se o que está envolvido nisso tudo é o preço vultoso que vai se pagar por essa vacina, essa vacina para a China”.³⁷

Após a instalação da CPI da Covid em abril de 2021, alguns políticos e órgãos jornalísticos alegaram suspeitas em relação a negociações da compra da Coronavac, pois houve negociações dessa vacina com uma empresa intermediária que compraria as doses de uma empresa chinesa, a Sinovac, o preço final havia sido 3 vezes maior do que o ofertado pelo Butantan³⁸. Também há suspeitas de que uma empresa intermediária teria cometido fraude durante as compras da vacina Astrazeneca. As empresas responsáveis pelas vacinas Astrazeneca e Coronavac haviam afirmado que não negociariam com intermediários³⁹, ou seja, com participação de empresas privadas, entretanto há suspeitas de tentativas de negociações feitas com intermediários, que envolveriam pedidos de propinas⁴⁰, como detalha o Portal G1. Posteriormente, houve a denúncia sobre a compra da vacina indiana, a negociação que seria a mais cara de todas: a da vacina Covaxin. O portal R7 declara que há suspeitas envolvendo negociações de 4 vacinas diferentes⁴¹, que teriam sido compradas por meio de intermediários particulares. Em 3 casos, as suspeitas envolveriam o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR).

Ainda segundo o mesmo portal, o caso que mais foi desvendado e mais se tem informações foi a da tentativa de compra da Covaxin, na qual foi pedido propina. A Covaxin

³⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/19/minuta-do-relatorio-da-cpi-denuncia-negligencia-e-indicios-de-corrupcao-em-negociacoes-para-comprar-vacinas.ghtml> Acesso do dia 10/12/2021.

³⁷ Idem.

³⁸ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/pazuello-negociou-coronavac-com/> Acesso do dia 10/012/2021.

³⁹ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/bolsonaro-acobertou-corrupcao-com-vacinas-acusa-omar-aziz-ao-correio.html> Acesso do dia 10/12/2021.

⁴⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/28/astrazeneca-informou-ao-governo-em-janeiro-que-nao-negocia-vacinas-por-intermediarios-mostra-documento.ghtml> Acesso do dia 10/12/2021.

⁴¹ Disponível em:

<https://noticias.r7.com/brasil/entenda-as-suspeitas-de-corrupcao-que-envolvem-vacinas-contr-covid-01072021> Acesso do dia 10/12/2021

havia sido negociada por 15 dólares por unidade, sendo mais cara do que qualquer outra marca, a Astrazeneca, por exemplo, custava 3,16 dólares. Existem documentos do Ministério das Relações Exteriores que mostram que o valor acertado na compra da Covaxin era maior do que foi estimado pela própria fabricante da vacina. O deputado Luís Miranda (DEM-DF) recebeu uma proposta de propina durante as negociações da Covaxin, ele afirmou que alertou o presidente Bolsonaro e, segundo ele, o presidente havia dito que abriria uma investigação sobre o caso, mas não o fez. Em fevereiro de 2021, o Ministério da Saúde chegou a assinar um contrato de R\$ 1,6 milhão para a compra de 20 milhões de doses da Covaxin, a corrupção acabou sendo exposta apenas em julho, quando a Procuradoria da República no Distrito Federal fez uma investigação criminal.

Esses são exemplos atuais do que Mbembe define como instrumentalização dos corpos, pois políticos tentaram obter enriquecimento ilícito, ou seja, lucro pessoal, colocando a saúde da população em segundo plano. O biopoder deveria, por teoria, garantir a segurança da população e “fazer viver” (Foucault, 2005), entretanto nota-se que não houve tentativas comprometidas para garantir essa segurança, mesmo durante uma pandemia. Ressaltando que Mbembe (2018), assim como Boaventura (2020) afirmam que em situações extremas os corpos mais vulneráveis são os mais afetados. Sabe-se que a Covid-19 afeta todos os perfis de pessoas e qualquer um pode desenvolver um quadro grave da doença (apesar dos mais jovens apresentarem uma taxa menor de óbitos, a Covid-19 matou, em um ano, cerca de 1.581 crianças e adolescentes)⁴². Entretanto, fatores econômicos têm impactos sobre acesso à saúde de qualidade, por exemplo, até a forma de condução que leva o trabalhador a seu serviço tem efeitos sobre o quanto uma pessoa está se expondo ao vírus, pois um ônibus lotado é um local que apresenta maior contágio do que um carro particular. Segundo o médico infectologista e professor de Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Unai Tupinambás, fatores como transporte público, moradias precárias e alimentações irregulares fazem com que pessoas mais pobres se infectem mais e corram um maior risco de morte ou de desenvolvimento de quadros mais graves da doença. Essas condições foram chamadas pelo médico de “fator social” e, também, afetam mais as pessoas negras⁴³, exatamente devido às questões de renda.

⁴² Apesar de pessoas mais velhas terem uma tendência maior a desenvolverem a doença, muitos jovens também tiveram quadros graves ou vieram a falecer devido a Covid-19. Em 2021, segundo dados, a doença matou 1.581 jovens brasileiros entre 10 e 19 de idade. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/07/20/covid-ja-e-maior-caoa-de-mortes-naturais-de-jovens-de-10-a-19-anos-no-pais.htm?cmpid=copiaecola> Acesso do dia 20/12/2021.

⁴³ Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/> Acesso do dia 18/12/2021.

Segundo dados do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (MADE - USP), estima-se que 61,1 milhões estão em situação de pobreza no Brasil em 2021, considerando-se pessoas que vivem com menos de 5,5 dólares por dia. Por fins de comparação, ressalta-se que a população total de Portugal é de 10,3 milhões de habitantes. As pessoas que compõem essa faixa de pobreza são “38% entre as mulheres negras, 36% entre os homens negros, 19% entre as mulheres brancas e 19% entre os homens brancos” (MADE, 2021).⁴⁴

Para Mbembe “... experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade” (Mbembe, 2018, p.17). Essa afirmação se relaciona com o fato da modernidade se relacionar com o protagonismo da razão e da evidência racional ou científica. Ao analisar a pandemia e as ações políticas percebe-se que havia um discurso voltado para minimizar a gravidade da doença, ignorando dados científicos e acontecimentos empíricos, como o aumento de mortes. Em dezembro de 2021, o mesmo ano em que morreram 1.581 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos⁴⁵, o presidente afirmou: “Não está havendo morte de criança que justifique algo emergencial [vacinação contra Covid-19]”. Em 2020, órgãos mundiais como a OMS (Organização Mundial da Saúde) alertavam governos sobre o estado de pandemia, ao mesmo tempo o presidente desejava que a população entendesse que era uma “gripezinha” e afirmou que “todos nós vamos morrer um dia”. Ainda em 2020, com piora do quadro pandêmico ao ser questionado sobre o número de mortes, o presidente afirmou que não era um coveiro⁴⁶. Também houve frases ditas por Bolsonaro de que 70% dos brasileiros seriam contaminados e que não adiantava “correr disso”⁴⁷, entretanto diversos institutos científicos procuravam fórmulas para as vacinas e incentivavam as pessoas a se protegerem, principalmente enquanto a vacina ainda não estava pronta. Esses posicionamentos se distanciam do avanço das Ciências, pois estão em discordância não só dos fatos científicos, mas também dos fatos empíricos.

A modernidade pode trazer a lógica e razão humana como princípio, mas também não escapa do corrompimento das ideias que compõem a lógica abstrata humana. Mbembe (2018)

⁴⁴ Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf> Acesso do dia 18/12/2021.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/07/20/covid-ja-e-maior-caoa-de-mortes-naturais-de-jovens-de-10-a-19-anos-no-pais.htm?cmpid=copiaecola> Acesso do dia 20/12/2021.

⁴⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml> Acesso do dia 20/12/2021.

⁴⁷ Idem.

ressalta imaginários pertencentes às formas de soberania que levam a ações necropolíticas durante a modernidade, tanto no passado quanto no presente. Um desses imaginários, em contextos específicos, é pensar na relação com o outro e o ver como diferente negativamente, como uma ameaça mortal, que apresenta um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria a segurança do meu grupo social. Essa construção imaginária do inimigo é algo que pode ser notado em diversos momentos da história humana e que gera desdobramentos ao longo do tempo, impactando na atualidade. Assim, Mbembe também traz o racismo para a discussão a respeito do direito de matar do Estado, pelo Brasil ser um país de origem escravocrata, os pressupostos do autor sobre o estado colonial se encaixam em nossa história.

Como ressaltado, o paradigma escolhido para pesquisa leva em consideração os contextos históricos, pois não há possibilidade de conhecimento de um objeto ou de uma ideologia de forma separada de seu processo histórico (Ferreira, 2006). A história colonial demarcou uma classe explorada e uma classe opressora, utilizando a cor da pele e as origens de um povo como bases para legitimar ações de opressão, essa ideia apesar de não ter lógica é conveniente para os colonizadores.

O Brasil foi um país escravocrata desde meados de 1530 até 1888, totalizando 358 anos, sendo que esse processo começou com a escravidão de povos indígenas e, a partir de 1550, começou o processo de escravidão de povos de origem africana (Schwartz, 2018). Dessa forma, desde a abolição passaram-se 134 anos, ou seja, o país passou quase 3 vezes mais tempo sendo escravocrata do que sendo um país livre, ressaltando que essa liberdade ainda não é igualitária.

O autor Almeida, em concordância com os pressupostos do paradigma teórico da pesquisa, afirma: "o racismo precisa ser entendido como um processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais" (Almeida, 2019, p. 41).

Sobre as subjetividades que têm início em um passado colonial e repercutem até hoje, Munanga (2005) ressaltava que há estruturas atuais que auxiliam a perpetuar esses estigmas e os manter vivos nos imaginários sociais. O pesquisador cita a educação, pois as escolas ignoram a história e cultura dos povos⁴⁸ que fundaram e constituem este país, as contribuições de pessoas negras e indígenas⁴⁹ são excluídas da história nacional ensinadas nas escolas. Mesmo

⁴⁸ Mais informações a segregação de povos indígenas e negros na educação brasileira estão disponíveis em: <http://www.meistudies.org/index.php/cmei/3cime/paper/view/1081/475> Acesso do dia 04/12/2021.

⁴⁹ Além dos povos negros e indígenas, a história das mulheres também sofre apagamentos. Um exemplo nacional é a participação de Benedita da Silva, Dirce Quadros, Moema Thiago e outras 26 mulheres constituintes que auxiliaram a solidificar seus próprios direitos na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que gerou uma nova constituição. Entretanto, elas não são, majoritariamente, mencionadas nos livros escolares.

que existam leis federais (10.639 e 11.645) que determinem o ensino da história e cultura de origens africanas e indígenas, assim como a história das contribuições dos indígenas e negros para o Brasil, essas legislações não são cumpridas, majoritariamente, nos institutos de ensino. Munanga também denuncia “uma educação envenenada pelos preconceitos” que afeta as estruturas psíquicas de educandos brancos, negros e indígenas ainda na infância (Munanga, 2005, p. 16).

Mbembe retoma o passado e afirma que para entender o processo colonizatório como formação de terror é preciso avaliar o imaginário europeu, a ordem jurídica europeia (*jus publicum*) e os princípios que fundamentam essa ordem. Como o princípio sobre a igualdade jurídica dos estados no direito de fazer guerra e o direito de tomar a vida de determinadas populações.

Por um lado reconhecia-se que matar ou negociar a paz eram funções proeminentes de qualquer Estado. Isso ia de par com o reconhecimento de que nenhum Estado deveria exercer qualquer poder para além de suas fronteiras... Por outro lado, o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar. O segundo princípio está relacionado à territorialização do Estado soberano, ou seja, à determinação de suas fronteiras no contexto de uma ordem global recentemente imposta. Nesse contexto, o *jus publicum* rapidamente assumiu a forma de uma distinção entre as regiões do mundo disponíveis para a apropriação colonial de um lado, e, de outro, a Europa em si. Sob o *jus publicum*, uma guerra legítima é, em grande medida, uma guerra conduzida por um Estado contra outro ou, mais precisamente, uma guerra entre Estados “civilizados”. A centralidade do Estado no cálculo da guerra deriva do fato de que o Estado é o modelo da unidade política, um princípio de organização racional a personificação da ideia universal e um símbolo da moralidade. No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, com suas guerras não são guerras entre exércitos regulares... Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (Mbembe, 2018, p.33-35).

Assim, as ações dos europeus e a organização das colônias se tornaram exemplos de estados de exceção (posteriormente o nazismo transformaria a Alemanha em um estado de exceção dentro da Europa destinado aos judeus). Os escravos não eram vistos com humanidade, a condição de escravidão marca a perda de direitos sobre seu próprio corpo, elevando a máxima do poder do Estado, nesse caso, do necropoder. Para o autor, na arquitetura dos estados de exceção, a ideia de uma relação de inimizade é essencialmente a base do direito de matar, pois como visto, o direito de matar se relaciona com a morte por objetivo, que opera em prol da “civilização”. Essa noção ficcional de inimigo passa a se relacionar com o que o autor chama de campo biológico, fazendo uma subdivisão da espécie humana em grupos e estabelecendo uma “censura biológica” (Mbembe, 2018, p.17). Foucault já havia escrito sobre essas diferenças impostas usando a palavra racismo, assim Mbembe relaciona o conceito de luta de classes e racismo: “Afinal das contas, mais do que o pensamento de classe... a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e práticas políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou a dominação a ser exercida sobre eles” (Mbembe, 2018, p.18). Um exemplo da questão racial como alvo do necropoder é dado pela pesquisadora Carneiro, ela explica que o Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado (GAP) elaborou o documento “Sobre o Censo Demográfico de 1980 e suas curiosidades e preocupações”. Nesse documento é apontado que no Brasil, de 1970 a 1980, a população branca havia diminuído de 61% para 55%, enquanto a população negra aumentou de 29% para 38%. Segundo o texto, no ano 2000, teria-se “65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e 1 milhão de negros. A se manter essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, por conseguinte muito superior à branca; e, eleitoralmente, poderá mandar na política brasileira”. A proposta do GAP seria a esterilização massiva de mulheres pretas e pardas (Carneiro, 2011). Dessa forma, para o estado brasileiro o corpo da mulher negra era visto como um objeto a ser manipulado e controlado, pois o racismo é um elemento essencial para decidir quem deve viver e quais são as pessoas que podem ser eliminadas. Carneiro ressalta que, atualmente, a função assassina do Estado é assegurada pelo racismo (Foucault apud Carneiro, 2011).

Sobre a colônia como um estado de exceção, Mbembe afirma:

A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato, é sobretudo nesses casos que a seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo

colonial. Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental... A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa (Mbembe, 2018, p.32).

A soberania em um estado colonial é um exercício de poder e o conceito de paz e civilidade é entendido como uma guerra sem fim, dentro da visão do colonizador. Os escravos, assim determinado, demonstram o ápice do poder sobre a vida, pois a humanidade de uma pessoa é dissolvida ao ponto de se tornar mercadoria e após a venda, se tornar propriedade do seu dominador. A ocupação colonial era um ato de afirmação do controle físico sobre os corpos, criando uma nova cultura de relações sociais. Havia estímulo a essa ideologia, para que essas ideias que baseavam ações, também fossem reproduzidas e absorvidas pela população geral. Dessa forma, os brancos estavam em uma posição de dominação e exercício da violência incentivada pelo Estado e sua organização estatal. Segundo o autor, também foram produzidas novas fronteiras, extrações dos recursos⁵⁰ das colônias e um novo regime de propriedade. Assim como hierarquias e a classificação das pessoas em categorias e uma ampla produção de imaginários culturais e sociais, que davam sentido para a categorização das pessoas. “Soberania significa ocupação e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto”(Mbembe, 2018, p. 39).

Para Almeida (2019), a perpetuação do racismo depende desse sistema de ideias abstratas e ficcionais. Ele afirma que é necessária uma ideologia que forneça algum tipo de explicação para a desigualdade racial, além disso, também é preciso constituir sujeitos que aceitem a exploração racial e não sejam abalados diante da discriminação, que acatem a desigualdade como algo normal ou natural.

O racismo, na modernidade, tem suas expressões concretas dessa ideologia de ódio ao inimigo ficcional em movimentos supremacistas e terroristas, ao exemplo da Ku Klux Klan, grupo nascido nos Estados Unidos (EUA) em 1865. O grupo terrorista teve maior presença em 3 momentos, o primeiro de 1865 a 1871, o segundo aconteceu 1915 e teve mais de 4 milhões de membros e, por último, em 1950, com resquícios ideológicos que ainda

⁵⁰ Dessa maneira iniciou-se o processo de desmatamento nas colônias, algo que perpetua-se sem limites rígidos até os dias atuais. em 2020, segundo a “Agência FAPESP” (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) o ponto de inflexão da floresta amazônica foi alcançado. Esse ponto determina o momento em que não há volta e a Amazônia começa o seu processo de se tornar um bioma não florestal. Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/amazonia-estudo-sobre-degradacao-indica-que-o-ponto-de-inflexao-provavelmente-ja-foi-excedido/246360> Acesso do dia 22/12/2021.

persistem⁵¹. Como ressaltado por Souza (2009), no Brasil, os países de origem protestante são vistos como superiores e há uma imitação constante e comparação com os EUA. No caso, o racismo e os ideais de grupos supremacistas também foram repercutidos aqui e referências atuais a esses atos foram feitas inclusive pelo presidente e por políticos que o apoiam. Dessa forma, percebe-se que ideologias de supremacia racial branca não estão distantes nem no tempo cronológico e nem na geografia.

A *SaferNet Brasil*⁵² é uma instituição sem fins lucrativos que visa a promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil. Essa organização realizou um levantamento que demonstra a ascensão de páginas com conteúdos nazistas no país, em maio de 2020 foram criadas 204 novas páginas, em comparação com 42 no mesmo mês em 2019 e 28 em maio de 2018. Em nota ao jornal “El País”, a equipe da *Safernet* afirmou que existe uma relação de causa e efeito entre as falas do presidente contra sujeitos sócio-acêntricos e o crescimento de células neonazistas no Brasil⁵³. O pico histórico da criação de sites neonazistas no Brasil foi em outubro de 2018, quando Bolsonaro ganhou o segundo turno das eleições, foram 441 páginas criadas, uma das críticas realizadas por membros de fóruns nazistas a Bolsonaro é a sua aproximação diplomática com Israel: um país judaico.

Algumas ações que faziam referência ao supremacismo branco foram feitas pelo presidente ou por políticos do governo. Como o episódio protagonizado pelo secretário especial da cultura, Roberto Alvim, que transmitiu ao vivo na internet um discurso com trechos retirados de discursos do ministro da propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, como a frase: “A arte brasileira da próxima década será heróica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande pathós e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada”. Ao fundo do vídeo feito por Alvim tocava uma ópera de Wagner, o compositor favorito de Hitler⁵⁴.

Outro momento que também aproximou o governo do supremacismo foi a carta enviada pelo presidente a um neonazista de Minas Gerais. Na casa desse homem, que cometeu uma agressão contra um morador de rua em Belo Horizonte, foram encontrados

⁵¹ Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/ku-klux-klan.htm> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵² Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/institucional> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=61-99HUGbAs&ab_channel=JornalOGlobo Acesso do dia 20/12/2021.

livros sobre Hitler e uma carta enviada por Bolsonaro⁵⁵, entretanto o conteúdo da carta não foi exposto. Em 2004, outra carta de Bolsonaro foi publicada em um site neonazista, mas não é possível afirmar se ele enviou essa carta diretamente para esse site, entretanto é possível afirmar que grupos neonazistas brasileiros notavam as ações do ex-deputado na Câmara e, de alguma forma, tiveram acesso a essa carta. O escrito dizia “Todo retorno que tenho dos comunicados se transforma em estímulo ao meu trabalho. Vocês são a razão da existência do meu mandato⁵⁶”.

Mais uma referência feita ao nazismo ocorreu no dia 17 de maio de 2020, quando ex-companheiros de armas de Bolsonaro foram até o Palácio do Planalto saudar o presidente. Entretanto, o grupo não o saudou batendo continência, como é de costume no exército, mas com a mão direita estendida para o alto, assim como fazia o exército de Hitler para saudá-lo, no momento os ex-companheiros disseram “Bolsonaro somos nós”⁵⁷.

Outra polêmica foi a visita de Beatrix Von Storch ao Brasil, que é neta de um ministro de Hitler e vice-presidente do partido *Alternative für Deutschland* (Alternativa para a Alemanha). Em suas redes sociais, Von Storch se posiciona contra imigrantes na Alemanha, principalmente os de origem islâmica. Ela tirou fotos com Bolsonaro e com seu filho Eduardo Bolsonaro, esse publicou a foto com a partidária alemã em suas redes sociais e afirmou que é unido a ela devido aos ideais de defesa da família, proteção das fronteiras e cultura nacional. Outros políticos também tiraram fotos com a alemã, como o ministro da Ciência Marcos Pontes e a deputada Bia Kicis⁵⁸.

Mais um momento que causou repercussões foi a escolha de Bolsonaro de fazer uma transmissão ao vivo bebendo um copo de leite, o ato que pode parecer apenas aleatório, mas tem uma conotação supremacista racial. Pois o grupo estadunidense *Alt-right* (Direita Alternativa) composto por conservadores norte-americanos disseminou na internet a informação falsa de que pessoas brancas teriam mais capacidade de degradar lactose⁵⁹ e isso

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/cidades/neonazista-de-belo-horizonte-e-condenado-pela-justica-1.1296063> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵⁶ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵⁷ Disponível

em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵⁸ Disponível em:

<https://theintercept.com/2021/07/25/bia-kicis-flerte-nazismo-lider-maior-ataque-indigenas/?menu=1> Acesso do dia 20/12/2021.

⁵⁹ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas> Acesso do dia 20/12/2021.

se tornou um símbolo para esses grupos. Alguns membros do *Alt-right* colocam um símbolo de um copo de leite em seus perfis da rede social Twitter. Segundo o presidente, o ato de beber leite em uma transmissão ao vivo ocorreu em prol do setor agropecuário.

Outra suspeita de referência ao supremacismo foi feita durante uma sessão da Câmara pelo assessor internacional da presidência, Filipe Martins, que fez um gesto de “ok” com a mão, que também pode significar *White Power*, pois formam as letras “P” e “W” com os dedos⁶⁰. O assessor afirmou que não fez a referência de forma proposital.

Mais um ato em que há referências supremacistas são as manifestações do grupo “300 do Brasil” liderado por Sara Winter, uma apoiadora do presidente que possui milhares de seguidores em suas redes sociais. Esse grupo já acampou na Esplanada dos Ministérios, eles usavam tochas, assim como fazia a KKK, e usavam máscaras. Além disso, o sobrenome Winter não é o nome original de Sara. Ela se auto nomeou como Winter e a primeira “Sarah Winter” viveu durante a segunda guerra, foi uma espiã nazista, antissemita e integrante da União Britânica de Fascistas⁶¹.

Dessa forma, o presidente, políticos e apoiadores, durante o período de governo de Bolsonaro, trouxeram símbolos, trechos de frases, nomes e músicas oriundas da Alemanha nazista para a esfera pública brasileira⁶², o que pode ter efeitos incentivadores entre seus apoiadores. O presidente, hoje, acumula 19.4 milhões de seguidores em seu perfil do Instagram⁶³.

O supremacismo racial tem desdobramentos abstratos, simbólicos, materiais e físicos sobre os corpos negros e indígenas, escolhidos, como apontou Mbembe (2018), ao explicar sobre a leitura dessas pessoas como inimigos, mesmo que ficcionais. Dessa forma se tornam alvos sócio econômicos e, também, do necropoder, da violência e dos estereótipos.

4. FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E PATRIARCADO

Além dessas questões, há uma outra vulnerabilidade social que demarca os corpos, a questão de gênero, que está relacionada à misoginia e ao patriarcado. Além disso, as questões de gênero se interligam ao racismo e às classes econômicas. Hooks afirma que antes de

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/cronicas/sarah-winter-a-inglesa-nazista-que-reencarnou-no-brasil/>
Acesso do dia 20/12/2021.

⁶² O conceito de Esfera Pública será explicado em maior profundidade no capítulo *Mídia e Tecnologia: a mídia radical digital* desta dissertação.

⁶³ Disponível em: <https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/> Acesso do dia 20/12/2021.

começar-se a debater racismo dentro dos grupos de estudos feministas, para as mulheres negras e para aliadas já estava óbvio que o sistema como estava (e ainda está) estruturado impediria a conquista da igualdade. A autora aborda que a realidade ocidental é composta por um Estado que é, ao mesmo tempo, capitalista, supremacista branco e patriarcal e essa composição desencadeia diversas consequências, principalmente sobre os corpos de mulheres negras, pois sobre elas pesam os preconceitos de gênero, raça e, muitas vezes, são economicamente vulneráveis devido ao racismo estrutural e as condições históricas das populações negras nos países de cultura ocidental.

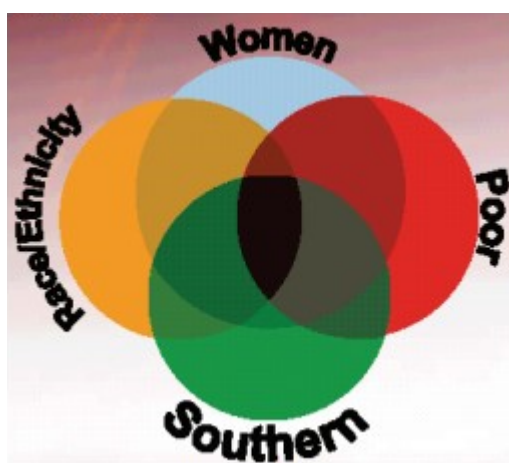
Em 1989, Kimberlé Crenshaw, que é uma pesquisadora estadunidense da área de Direito, especializada em Direitos Civis e questões de gênero e raça, criou o termo Interseccionalidade. A autora afirma que passou por uma experiência que a fez se debruçar sobre os estudos dos preconceitos entre raça e gênero. Ela conta que estava em seu primeiro ano no curso de Direito, quando um amigo se tornou o primeiro estudante negro a ser aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard, que até então somente aceitava estudantes brancos. Assim, seu colega convidou ela e mais um amigo para visitar a agremiação:

“Nós, os convidados, conversamos acerca do que aconteceria quando chegássemos com nossas faces negras naquela instituição tradicionalmente branca. Meu colega deixou bem claro que se nos deparássemos com qualquer hostilidade iríamos dar meia-volta imediatamente. Com essas instruções, nos preparamos para enfrentar qualquer possível discriminação. Chegou o dia, caminhamos até a porta da frente da agremiação e tocamos a campainha. Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: ‘Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente’. Meu colega imediatamente retrucou: ‘Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial’. O colega anfitrião esclareceu: ‘Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberlé é quem não pode, porque ela é mulher’. Aí veio a surpresa, meu colega disse: ‘Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos’. E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno (Crenshaw, 2002, p.8)

Segundo ela, a Interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica para entender opressões múltiplas, sendo que o foco não é construir uma hierarquia ou somatória de opressões, autora usa termos como "discriminações mistas" (Crenshaw, p.12, 2002). É

preciso pensar que a posição de um indivíduo é multirreferenciado a partir de suas experiências e relação com as opressões, a pensadora metaforiza a interseccionalidade a partir da intersecção entre conjuntos matemáticos, quando um mesmo elemento pertence a “categorias” diferentes:

Figura 3: Interseccionalidade



Fonte: Crenshaw (2002).

Dessa forma, ao observar o diagrama é possível perceber que há pessoas que estão no centro desta sobreposição de discriminações, que para Crenshaw são: ser mulher, ser pobre, ser racialmente/eticamente discriminado ou pertencer ao lado Sul do planeta (uma referência principalmente às latino-americanas). Ressaltando que a pesquisadora é estadunidense e inseriu a categoria “sul” ao examinar discriminações em seu país de origem, ou seja, a forma como os “latinos” são vistos pelos países do norte.

Crenshaw (2002) categoriza que há a discriminação contra grupos específicos, como mulheres. Há ainda a discriminação mista ou composta que é o efeito combinado ou sobreposto de discriminações, como mostrado no diagrama. Além dessas categorias, ela analisa o peso da discriminação estrutural que se relaciona com a combinação de se experimentar os prejuízos gerados por estruturas racistas e por estruturas patriarcais.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram

opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

Devido sua formação na área do Direito, Crenshaw também aborda exemplos reais de como o sistema judiciário tem dificuldades de entender a Interseccionalidade, assim como determinar quais ações prejudicam o gênero feminino e quais ações prejudicam a população negra, por exemplo. A pesquisadora afirma que quando mulheres sofriam violações de direitos que fossem similares às vivenciadas por homens, elas eram protegidas pela lei. Entretanto, quando a violação era diferente das experimentadas por homens, ou seja, eram específicas de gênero ou raça, as instituições de direitos humanos, algumas vezes, não sabiam o que fazer, ao exemplo de casos em que as mulheres são estupradas, obrigadas a engravidar e a casar. A autora aponta certo desenvolvimento acerca do debate dessas questões: “Após as conferências de Viena (1992) e de Pequim (1995), as mulheres passam a entender que os direitos das mulheres são direitos humanos” (Crenshaw, 2002, p.9).

A autora ressalta que a Interseccionalidade deve ser amplamente divulgada, para não correr o risco de uma invisibilidade a respeito dessas pautas. Pois, a experiência de mulheres negras demonstra que não é possível considerar apenas o gênero ou apenas a raça. Para a pesquisadora, a Interseccionalidade é um desafio pois aborda “diferenças dentro da diferença” (Crenshaw, 2002, p.9).

Para Dayane C. de Assis (2019), a Interseccionalidade não deve causar desunião entre as mulheres, independente da posição social em que estejam, mas a negação da diferença é capaz de causar desunião.

Sobre a união entre mulheres, hooks ressalta que não é algo fácil de atingir, entretanto a sororidade é poderosa e possível dentro da realidade empírica. Além das questões ressaltadas por Assis (2019), hooks afirma que devido ao machismo internalizado as mulheres possuem algo que ela chama de “inimigo interno”, pois são socializadas a competirem umas com as outras pela aprovação do homem, buscando validação patriarcal. As mulheres tendem a olhar para as outras com inveja, medo ou ódio, pois existe um “auto-ódio feminino introjetado” relacionado ao fato de sermos constantemente vistas como inferiores perante aos homens. Hooks aponta que o pensamento feminista é uma ferramenta aliada para desconstruir o inimigo interno, seja em relação à competição feminina ou sobre a visão introjetada de inferioridade: “Ele [feminismo]; nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência (hooks, 2018, p.29).

Sobre Interseccionalidade, hooks afirma que formou-se um eixo dentro do feminismo conceituado por ela como “feminismo revolucionário”, que além de debater a questão de gênero, insere a questão do sistema econômico e do racismo. Entretanto, essa vertente por debater questões mais profundas do sistema acaba não tendo atenção da mídia e, também, gera-se a problemática de que o feminismo revolucionário se torna debatido e compreendido somente em círculos acadêmicos, criando um abismo entre os conceitos e o público, principalmente entre públicos mais carentes economicamente.

Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. A noção de “libertação da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham. E essa era a ideia mais fácil de realizar... O pensamento feminista revolucionário era mais aceito e adotado nos círculos acadêmicos. Nesses círculos, a produção de teoria feminista revolucionária progrediu, mas com muita frequência não estava disponível para o público. Tornou-se, e permanece assim, um discurso privilegiado, disponível para aqueles entre nós que são altamente letrados, educados e economicamente privilegiados (hooks, 2018, p.19-20).

A autora apresenta um pensamento similar ao de Munanga (2005), quando o autor afirma que as pessoas são envenenadas desde a infância com os preconceitos, pois hooks ressalta que “todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas (hooks, 2018, p.13).

A pesquisadora ressalta que o feminismo é um conceito que desencadeia medos e fantasias em parcelas da população. Para ela, é importante ressaltar que os focos principais ligados ao conceito de feminismo são acabar com o sexismo, com a exploração sexista e com a opressão. Ela afirma que o movimento não é sobre ser “anti-homem”, mas sim, lidar com os prejuízos sociais e opressões sofridas pelas mulheres e é preciso entender como o pensamento sexista funciona para poder desafiá-lo e transformá-lo. Sobre o patriarcado, hooks ressalta:

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca. A maioria dos homens fica perturbada pelo ódio e pelo medo de mulher e pela violência de homens contra mulheres, até mesmo os homens que disseminam essa violência se sentem assim. Mas eles têm medo de abrir mão dos benefícios. Eles não têm certeza sobre o que vai acontecer com o mundo que eles já conhecem tão bem, se o patriarcado mudar. Então,

acham mais fácil apoiar passivamente a dominação masculina, mesmo quando sabem, no fundo, que estão errados. Repetidas vezes, homens me falam que não têm a menor ideia de o que feministas querem. Acredito neles. Acredito na capacidade que eles têm de mudar e crescer. E acredito que, se soubessem mais sobre feminismo, não teriam mais medo dele, porque encontrariam no movimento feminista esperança para sua própria libertação das amarras do patriarcado (hooks, 2018. p.14).

Portanto, para a autora, a relação dos homens com o patriarcado seria uma via de mão dupla formada pelos benefícios de se estar em uma posição de superioridade perante a sociedade. Por outro lado há, também, o preço de ter que ser conivente com a violência direta e cultural, para poderem ser beneficiados pela violência estrutural - dentro dos conceitos de Galtung (2005) sobre violência. Além disso, há os homens que estão completamente imersos na ideologia patriarcal de dominação e perversão, assim executam violências diretas contra as mulheres. Essas violências aumentaram com a pandemia, uma vez que os casos de feminicídio cresceram 22,2%⁶⁴. O levantamento de dados do FBSP⁶⁵ (2021), apontou que “uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ao longo dos últimos 12 meses no país, o que representa um universo de aproximadamente 17 milhões de mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual no último ano” (FBSP, 2021). Segundo o mesmo relatório, 7 em 10 agressões são praticadas por um conhecido, sendo 43,5% um namorado/companheiro ou ex-namorado/companheiro. Entre os conhecidos também são apontadas violências cometidas por pai/mãe, padrasto/madrasta, irmão/irmã ou filhos, mostrando uma alta violência intrafamiliar e doméstica, 48% das agressões ocorrem dentro de casa.

Essas agressões analisadas em entrevistas pela pesquisa (FBSP, 2021) consideraram: ofensa verbal, insulto, humilhação ou xingamento (18,6% - 13 milhões); batida, empurrão ou chute (6,3% - 4.3 milhões); ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (5,4% - 3,7 milhões); ameaça com faca ou arma de fogo (3,1% - 2,1 milhões); espancamento ou tentativa de estrangulamento (2,4% - 1,6 milhão). Dentre as vítimas, as solteiras ou separadas são as que mais são agredidas, concentrando 30,7% e 35% respectivamente. Quando o assunto é idade, as mais jovens são a categoria mais agredida, a faixa de 16 aos 24 anos concentra 35,2% de todas as agressões registradas pelo fórum, quanto mais velha mais

⁶⁴ Disponível em

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-esta-dos-durante-pandemia> Acesso do dia 15/11/2021

⁶⁵ Disponível em

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> Acesso do dia 15/11/2021.

decaem as agressões, mulheres com 60 anos ou mais concentram 14.1 % das agressões. Dessas 17 milhões de mulheres agredidas, 45% não fizeram denúncias e não procuraram ajuda de parentes ou amigos. Quando perguntadas sobre o porquê de não procurar a polícia ou discar 180 (Central de Atendimento à mulher) as entrevistas afirmam que não tinham provas; têm medo de represálias por parte do autor da violência; julgaram que não era importante; não acreditam nas instituições; resolveram sozinhas ou afirmaram que a pandemia dificultou o seu deslocamento até uma delegacia. Além disso, algumas afirmam que não encontraram pessoas que poderiam lhe ajudar e, com a pandemia, conviveram mais tempo com o agressor. Entre as vítimas das violências, elas se autointitulam como: 23,5% brancas, 28,3% pretas e 24,6% pardas, segundo declaração das entrevistadas.

Sobre a violência cultural e o cenário do ambiente acadêmico, Margareth Rago afirma que o feminismo trouxe transformações nas Ciências Humanas, pois havia construções teóricas que se pautavam no conceito universal de homem, “branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo” (Rago, 1998, p.4). Como consequência, as pessoas que não pertencem a essa categoria são excluídas e não têm a sua história, as suas narrativas e os seus pontos de vista inseridos nas áreas científicas. A autora também ressalta sobre a hierarquia entre as ações masculinas perante as femininas e problematiza sobre o porquê de algumas denúncias feitas pelos estudos feministas serem vistos como inferiores, pois o mundo privado é entendido como de menor importância perante aos acontecimentos públicos ou macrossociais. Sendo que metade das violências contra as mulheres ocorrem dentro das próprias residências (FBSP, 2021), demonstrando a necessidade de trazer o olhar crítico para dentro do ambiente doméstico.

Rago disserta sobre como o feminismo tem criado deslocamentos teóricos e trazido novos temas, novos objetos e novas questões à produção historiográfica⁶⁶. A autora afirma que “ao longo da década de setenta se deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política” (Rago, 1998, p.13).

Historicamente, no final do século XIX e começo do século XX, teve-se a primeira onda do feminismo, que foi ligada, majoritariamente, ao direito das mulheres ao voto e a concorrerem a cargos políticos. A segunda ocorreu na década de 60, passou a trazer mais deslocamentos teóricos e novas pautas. A obra “Segundo Sexo (1949) de Simone de Beauvoir

⁶⁶ Esta pesquisa visa trazer novos temas, novos objetos e novos sujeitos, assim contribuindo para o alargamento das Ciências Sociais e para o âmbito da Comunicação.

é considerada um marco inicial para o pensamento da segunda onda feminista (Reis, 2008), que posteriormente evoluiu e ampliou as pautas a respeito das questões de gênero, com o passar dos anos, inseriu-se novas questões, como nas décadas de 70 e 80 em que passou-se a abordar a questão de raça e classe econômica (hooks, 2018). Na década de 90, Judith Butler insere de maneira mais ampla teorias sobre sexualidade, transsexualidade⁶⁷ e identidade.

Beauvoir afirmou que não se nasce mulher, mas torna-se: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (Beauvoir, 1967, p.9). Na metade do século XX as diferenças entre homens e mulheres eram ainda mais discrepantes, a filósofa abordava que o único para essa divergência era a forma como as mulheres eram socializadas desde a infância e, também, a forma como os homens eram socializados. Ela comenta que nos anos iniciais da infância não há diferenças de atitudes entre meninas e meninos, a autora afirma que há um aparato cultural que estimula a submissão, passividade e servidão ao homem que é direcionado às mulheres, enquanto os homens são estimulados a ousar, explorar, ter coragem e são incentivados à enfrentarem grandes desafios.

Essas questões sobre servidão e submissão da mulher perante ainda são disseminadas na sociedade brasileira, como abordado por uma reportagem da Agência Pública⁶⁸, em que são mostradas falas do bispo Edir Macedo que afirmam que as mulheres precisam casar com homens superiores a elas, tanto em cultura quanto em condições financeiras. Pois se a mulher for provedora, o casamento será destinado ao fracasso. A mesma reportagem mostra frases ditas por mulheres sobre as incumbências de servidão da mulher: “A mulher primeiro tem que fazer o papel dela, deixar o homem feliz, e daí ele vai tratar ela bem também. Infelizmente é assim, a gente aguenta mais... têm o dever de cuidar, fazer comida e arrumar”. Ressaltando que segundo o FBSP, a maior dificuldade relatada por mulheres que sofreram violências domésticas entre 2020 e 2021 é a questão financeira em se auto sustentar. Ao colocar a mulher o dever de se manter em uma posição de submissão financeira perante ao homem, pode-se estimular a criação de um ambiente em que essa mulher não conseguirá ou terá mais dificuldades em sair caso vivencie alguma forma de violência. Hooks ressalta “Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura ‘cristã’, multidões de pessoas

⁶⁷ A pesquisa ao usar a palavra “mulher” busca incluir todas as pessoas que se identificam com este gênero, independente da cisgeneridade ou transsexualidade.

⁶⁸ Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/mulheres-virtuosas/#Link2> Acesso do dia 08/01/2022.

continuam acreditando que Deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico” (hooks, 2018, p.18)

Souza afirma que com a reforma protestante do século XVI, o trabalho passou a ser visto como algo relacionado à honra, autoestima e respeito de um indivíduo, o que culminou na revolução burguesa. Entretanto, ressalta-se que não é todo o tipo de trabalho que era valorizado pela ótica ocidental, pois trabalhos domésticos eram e são desvalorizados.

Para Carneiro, atualmente, “O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo (Carneiro, 2011, p.119). Dessa forma, extrapola-se a característica de ser uma serva, que é algo que se espera das mulheres (Beauvoir, 1967), pois quando se tratam de mulheres negras, o racismo faz com que essa servidão seja ampliada, tornando-se uma exploração dentro de contextos laborais e sociais. Carneiro (2011), afirma que não é só o servilismo que é um estereótipo destinado às mulheres negras pela sociedade “parece só haver um jeito suportável de ser negro: aquele ligado ao fracasso, à vulnerabilidade, ao servilismo, à dependência e à inferioridade introjetada (Carneiro, 2011, p.115). A pesquisadora afirma que mulheres negras, e homens negros também, que são altivos, bem sucedidos em suas carreiras incomodam a sociedade. Percebe-se o sentido dessa afirmação de Carneiro quando relaciona-se que dentro do estado capitalista, a ideologia da meritocracia determina que as ações humanas valoráveis são as que geram retorno financeiro.

Beauvoir (1967) afirma que existiam diversas formas culturais em que o homem era mais valorizado perante a mulher, entre elas o ato de poder desempenhar uma profissão. Ela afirma que as meninas eram influenciadas por perspectivas vividas dentro do ambiente doméstico:

A consideração comovida que as mulheres adultas testemunham ao Homem bastaria para colocá-lo num pedestal... A vida do pai é cercada de um prestígio misterioso: as horas que passa em casa, o cômodo em que trabalha, os objetos que o cercam, suas ocupações e manias têm um caráter sagrado. Ele é quem alimenta a família, é o responsável e o chefe. Habitualmente trabalha fora e é através dele que a casa se comunica com o resto do mundo: ele é a encarnação desse mundo aventureiro, imenso, difícil, maravilhoso, ele é a transcendência, ele é Deus (Beauvoir, 1967, p. 29)

A filósofa aborda outros fatos que chamaram sua atenção em 1949 e se comunicam com os dias atuais, como uma parte em que ela comenta sobre um assédio cometido em uma rua contra uma garota de 13 anos. Na ocasião citada, um homem comentou sobre as pernas da

menina e, no dia seguinte, a mãe a obrigou a colocar meias longas e uma saia mais comprida, escondendo as pernas dos olhares dos outros. A atitude de um homem alterou a forma como aquela garota podia se vestir. Ela também comenta sobre o comportamento de instruir as meninas à passividade perante qualquer relacionamento, pois se desejam uma amizade ou namoro com um homem, nunca devem tomar a iniciativa. “Os homens não gostam de mulher-homem, nem de mulher culta, nem de mulher que sabe o que quer: ousadia demais, cultura, inteligência, caráter, assustam-os” (Beauvoir, 1967, p.73). Outra questão levantada é a assexualidade imposta à mulher, pois a vagina é vista como um órgão invisível ou secreto, o que soma-se ao puritanismo cristão que era visto como um valor: a ausência de sexualidade da mulher remete a uma qualidade da mesma. Rago (1998) comenta que os colonizadores incentivaram uma visão hiper sexualizada das indígenas, buscando atingir um estereótipo de amoralidade, com intuito de tecer uma imagem negativa sobre as mulheres pertencentes aos povos originais do Brasil.

Nenhuma educação pode impedir a menina de tomar consciência de seu corpo e de sonhar com seu destino; quando muito poderão impor-lhe estritos recalques que pesarão mais tarde sobre toda a sua vida sexual. Fora desejável, isso sim, que lhe ensinassem ao contrário a aceitar-se sem complacência nem vergonha (Beauvoir, 1967, p.65).

Ainda hoje, a sexualidade natural da mulher é vista como uma amoralidade e há dificuldades de entender que o corpo da mulher não é uma propriedade dos homens, assim como o controle da sua sexualidade. No Brasil houve a necessidade de criar uma nova Lei Federal (n.º 14.425/2021), porque durante um julgamento de um caso de estupro, em 2021, o advogado que defendia o homem acusado trouxe fotografias publicadas na rede social da vítima, a modelo Mariana Ferrer. Nas fotos ela utilizava trajes de banho e fazia poses que o advogado interpretou, com sua visão pessoal, e julgou que eram sensuais demais, buscando atingir o estereótipo de amoralidade ressaltado por Rago (1998), o advogado analisou as imagens e disse, durante a sessão de julgamento, que elas seriam “ginecológicas” e completou afirmando que “jamais teria uma filha” do “nível” de Mariana, repreendendo seu choro: “não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo”. Devido a esse comportamento do advogado durante a audiência, criou-se a Lei 14.425, também conhecida como “Lei Mariana Ferrer”, para proteger a dignidade das vítimas e testemunhas, assim passa-se a regular os comportamentos dos advogados ou promotores, para que esses não

utilizem seus cargos para constranger ou expor a dados pessoais de alguém, que não sejam necessários para o caso, como as fotos das redes sociais de Mariana.

A questão do corpo também foi abordada pelas feministas da década de 70, movimento em que hooks participou como estudante universitária. Para ela, o movimento feminista incentivava, antes de tudo, que as mulheres parassem de enxergar seus corpos como propriedade do homem. Era incentivado que elas tivessem controle sobre sua sexualidade, métodos contraceptivos e se unissem pelo fim dos abusos sexuais, violências e estupros. Além disso, era ressaltado a discriminação que as mulheres sofriam nos ambientes de trabalho.

Como mencionado por Beauvoir (1967), a passividade e a submissão foram culturalmente estimuladas entre as mulheres, hooks (2018) afirma que em *Stanford*, os homens comandavam as aulas e aconteciam diversas ações sexistas.

Mulheres conversavam menos, tomavam menos iniciativas e, frequentemente, quando falavam, era difícil ouvir o que estavam dizendo. Faltava força e confiança na voz delas. E para piorar as coisas, professores homens nos diziam repetidas vezes que não éramos tão inteligentes quanto os homens, que não poderíamos ser “grandes” pensadoras, escritoras e por aí vai. Essas atitudes me chocaram, porque eu vinha de um ambiente só de mulheres, em que nossa dignidade e nosso valor intelectual eram constantemente afirmados pelo padrão de excelência acadêmica que a maioria feminina de professoras estabeleceu para nós e para elas mesmas (hooks, 2018, p.28).

Na década de 70 e 80 passou-se a inserir as questões de raça e classe econômica nas pautas feministas. Para hooks, a intenção desses estudos não é criar divisões, mas que ressaltar que a sororidade só existe se as formas de dominação e opressão por raça, classe, sexualidade⁶⁹ forem confrontadas e, individualmente, as mulheres, dentro do âmbito privado, precisam combater a subordinação ao invés de utilizá-la em benefício próprio. Ou seja, as discussões sobre desigualdades e comportamentos das mulheres mais privilegiadas eram necessárias. Para hooks, a sororidade política entre as mulheres está relacionada a combater as injustiças, ter compaixão pelo sofrimento uma da outra e reconhecer positivamente as ações das mulheres, ela ressalta que essa união enfraquece o patriarcado e o machismo.

Hooks afirma que essa onda de feminismo teve consequências reais e auxiliou a criar oportunidades dentro do mercado de trabalho estadunidense para contratação de mais mulheres, por exemplo.

⁶⁹ Identidade também poderia ser uma palavra acrescentada a essa lista.

O movimento feminista revolucionário dos anos 1970 e 1980 mudou o rosto de nossa nação... Nos anos 1980 mais mulheres começaram a oportunamente reivindicar o feminismo sem ter participado da conscientização feminista que teria dado a elas condição para abrirem mão do sexismo, o pressuposto patriarcal de que o poderoso deve exercer autoridade sobre o fraco permeava suas relações com outras mulheres. Enquanto mulheres, principalmente as brancas privilegiadas previamente desprovidas de direito, começaram a adquirir poder social sem abrir mão do sexismo internalizado, as divisões entre as mulheres se intensificaram. Quando mulheres não brancas criticaram o racismo dentro da sociedade como um todo e chamaram atenção para as formas com que o racismo moldou e influenciou a prática e a teoria feministas, várias mulheres brancas simplesmente deram as costas para a sororidade e fecharam a mente e o coração. E isso é igualmente verdadeiro para as questões de classismo entre mulheres (hooks, 2018, p.30)

Dessa forma, devido a uma ampliação na cultura profissional que passou a abrir mais o mercado de trabalho às mulheres, assim como ampliações na cultura universitária, passou-se a ter contradições entre o feminismo reformista e o feminismo revolucionário defendido por hooks (2018). A vertente reformista questiona menos a composição da sociedade e suas ideologias meritocráticas, pois exige direitos iguais para as mulheres dentro da estrutura de classes existente, essa vertente auxilia mulheres que têm oportunidades de ter um alto nível de educação e um alto nível profissional. Já o feminismo revolucionário reivindica mudanças na estrutura capitalista existente, buscando mais coletividade, igualdade e reciprocidade, além disso analisa o racismo de maneira mais profunda. Essa forma de pensamento é mais voltada para a maioria das mulheres, que pertencem a classe trabalhadora ou não possuem tantas oportunidades de se inserir na ideologia da meritocracia.

Para Carneiro, ao buscar uma sociedade mais igualitária é preciso refletir sobre o “princípio da diferença”. Esse determina que a sociedade precisa entender suas diferenças de oportunidades e tratamentos e dar mais atenção àqueles oriundos de posições sociais menos favoráveis. Assim, reparar-se-á o “desvio das contingências na direção da igualdade” (Carneiro, 2011. p.28).

Além dessas questões, o reformismo não permite uma igualdade de contratações no mercado de trabalho. Sobre as questões profissionais no Brasil, Carneiro afirma que as mulheres negras são preteridas tanto em contratações quanto para ocuparem bons cargos. Segundo ela, há uma cultura da “boa aparência” cujo significado seria que em vagas, em cargos ou empresas onde se aceitam mulheres, é preferencial que sejam brancas.

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos e os empregados domésticos (Carneiro, 2011, p.120).

Para hooks (2018), com o passar do tempo, algumas das conquistas feministas passaram a se tornar comum, se fragmentaram na cultura de uma forma que não são mais identificadas como realizações feministas. Essas afirmações não significam que houve uma igualdade ampla entre homens e mulheres, mas sim, conquistas específicas, pois ainda há disparidades no mercado de trabalho e em outras esferas sociais privadas ou públicas. Em 2018, a pensadora afirmou que havia uma crescente cultura antifeminista e que ela sentia falta de um movimento feminista radical de base popular e organizado. Ela explica que as mulheres de hoje não conviveram com algumas restrições, que já foram alteradas, como o uso de roupas confortáveis, usar calças, optar se deseja ou não colocar sutiã, cintas ou espartilhos. “Hoje em dia, podem parecer triviais para as mulheres que tiveram liberdade desde a infância para escolher o que gostariam de vestir” (hooks, 2018, p.46). Para hook, atualmente, precisamos de divulgação das ideias feministas e comprometimento com o movimento e com a sororidade da mesma forma como quando começou a segunda onda feminista.

Entretanto, hooks escreve sobre as conquistas terem se tornado um lugar comum, mas também é importante ressaltar como aponta Santos (2020) de que qualquer quarentena é discriminatória, mesmo com o mercado de trabalho e as instituições acadêmicas estando mais inclusivos em relação a questões de gênero, no Brasil, as mulheres foram a categoria mais demitida durante a pandemia, a taxa de ocupação caiu para 39,7%⁷⁰, o índice mais baixo desde 1990. Segundo o FBSP (2021), ao fazer o recorte racial sobre a taxa de ocupação, 37% das pessoas pretas perderam o emprego, seguida das pardas (34%) e brancas (29%). Entre os dados sobre as mulheres não há um dado específico que relacione gênero e raça, apenas o recorte sobre cor da pele que envolve todos os gêneros e o recorte de gênero sobre as mulheres cisgênero⁷¹.

Essas vulnerabilidades e disparidades podem ser confrontadas e debatidas por meio do movimento feminista e da defesa dos direitos das mulheres. Hooks demonstra preocupação

⁷⁰ Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963&catid=10&Itemid=9
Acesso do dia 05/01/2022.

⁷¹ A palavra cis é usada para denominar pessoas que se identificam com o sexo biológico.

com as multidões de jovens mulheres que sabem pouco sobre feminismo. Ela afirma que a educação feminista precisa ser contínua que as mais jovens precisam de orientação. A pesquisadora ressalta que é preciso ir além, não só denunciar a desigualdade e as formas dominação, mas confrontar o sexismo internalizado. Outro ponto importante que é subestimado é a necessidade de os homens terem contato com informações feministas. Hooks aponta que se o feminismo fosse debatido em mais profundidade e alcançasse mais pessoas, de todos os gêneros, “teria sido impossível para a mídia de massa desenhar o movimento como sendo anti-homem.” (hooks, 2018, p.26). Dessa forma ela denuncia a mídia corporativa como sendo um alicerce para promulgar uma visão estereotipada sobre o feminismo.

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais. Os cidadãos desta nação não conseguirão conhecer as contribuições positivas do movimento feminista para a vida de todos nós se nós não enfatizarmos esses ganhos. Contribuições feministas construtivas para o bem-estar de nossas comunidades e da sociedade são frequentemente apropriadas pela cultura dominante, que então projeta representações negativas do feminismo. A maioria das pessoas não tem conhecimento da miríade de maneiras que o feminismo mudou positivamente nossa vida. Compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo (hooks, 2018, p.38).

No Brasil, Assis (2019) afirma que a internet auxiliou a expandir o pensamento feminista, principalmente, o pensamento feminista negro. A pesquisadora afirma que a divulgação dessas teorias pela web alcançou mais pessoas, incentivando o empoderamento, o autoconhecimento e a valorização da estética negra, assim como o uso da escrita como uma ferramenta emancipatória. Esta pesquisa entende que comunicações contra-hegemônicas realizadas pelos próprios agentes que pertencem aos movimentos sociais, fazem parte do conceito de mídia radical elaborado por Downing (2002), que será explicado no próximo capítulo.

Hooks afirma que trabalhos acadêmicos são visionários, entretanto as ideias promovidas raramente alcançam o público geral. Para ela, os conteúdos sobre feminismo revolucionário precisam ser escritos em uma “vasta gama de estilos e formatos. Precisamos de trabalhos principalmente direcionados à cultura jovem. Ninguém produz esse tipo de

trabalho em contexto acadêmico... Precisamos de estudos feministas baseados na comunidade”⁷² (hooks, 2018, p.37).

A pesquisadora estadunidense também relembra que, inicialmente, a teoria feminista era feita de boca a boca ou por meio de jornais e panfletos de impressão barata. Dessa forma, a mídia radical estava envolvida desde o começo da divulgação do pensamento feminista e a autora ressalta a necessidade de se manter as mídias radicais sobre esse tema.

6. MÍDIA E TECNOLOGIA: A MÍDIA RADICAL DIGITAL

Quando a pesquisadora hooks relembra dos panfletos e jornais sobre feminismo que circulavam em sua universidade nas décadas de 1970 e 1980, esses formatos de mídia se encaixam no conceito de mídia radical proposto por Downing, assim como quando ela enfatiza a necessidade de criar conteúdos multimídias digitais sobre essas informações. Entretanto, não apenas formatos midiáticos, como rádio, jornal, vídeos ou texto, se encaixam como Mídias Radicais, essas podem ser teatros de rua, cartazes ou até itens de vestuário, como camisetas com mensagens, por exemplo (Downing, 2002). Com a atualização das formas de se comunicar, os conteúdos para redes sociais e suas variações também podem se encaixar no conceito.

Mídia radical está amplamente vinculada à cultura de oposição e à cultura popular. Downing rejeita o sentido binário de cultura de massa e cultura popular criado por Adorno (1975)⁷³, porque ele apresenta o termo cultura de massa como algo separado e negativo. A Indústria Cultural, para Adorno, apresenta conteúdos rasos, que sufocam o espírito de questionamento das pessoas, esses são transmitidos pela televisão/publicidade/rádio para as massas. Adorno conceituou a cultura popular também de forma separada, essa é vista de uma forma positiva pelo filósofo, pois se relaciona aos costumes, visões de mundo, desejos das pessoas e tem um potencial questionador.

Downing inicia sua crítica afirmando que as duas culturas não são tão separadas assim, elas se entrelaçam de diversas maneiras, a Indústria Cultural consegue dialogar com a cultura popular, para ele, esse é um dos motivos dela ter um amplo sucesso e alcançar as

⁷² Devido a essas questões ressaltadas por hooks foi feita escolha do objeto de pesquisa: a mídia radical Nós Mulheres da Periferia. Além do diálogo com feminismo revolucionário e a interseccionalidade, o site apresenta diversos formatos, alguns mais direcionados para o público jovem e outros relacionados com reportagens jornalísticas em profundidade.

⁷³ Saiba mais em T.W. Adorno “*Culture Industry Reconsidered*”, em *New German Critique*, nº6, Cornell University, Ithaca, 1975, p. 12-19. Em português: “Indústria Cultural Reconsiderada”.

massas de audiência. Downing comenta sobre uma minissérie de televisão que foi influenciada pelos movimentos em prol dos direitos civis antirracistas que aconteceram na década de 1960, assim a cultura popular influenciou um produto da cultura de massa que, por sua vez, levou esses questionamentos para um público maior.

Além disso, para Downing, Adorno possui uma visão ingênua sobre a cultura popular, essa também pode transmitir valores preconceituosos, um exemplo disso são bandas de rock com músicas racistas/misóginas. Portanto, Downing afirma que não existe uma separação ou uma fácil categorização em relação às culturas citadas: “Assim como a cultura popular e a cultura de massa se interpenetram e impregnam uma a outra, assim também a cultura de oposição recorre e contribui para a cultura popular e a cultura de massa” (Downing, 2002, p. 35).

Para o autor, a mídia radical é independente da pauta dos poderes constituídos e pode se opor a um ou mais temas dessa pauta. Downing teoriza sobre poder e retoma os pensamentos de Gramsci, ressaltando a visão dele a respeito de domínio cultural e liderança das classes dominantes, dessa forma é necessário desafiar essa hegemonia com uma visão alternativa (em muitos momentos do texto Downing escreve mídia radical Alternativa para ressaltar o caráter contra-hegemônico). Para assegurar esse domínio, as instituições se tornam reprodutoras da ideologia hegemônica, como as escolas, igrejas, meios de comunicação, universidades e ideologias corporativas, para exercer influência cultural. Há ainda, a linha de frente de proteção da hegemonia que são: o sistema econômico, tribunais, polícias, prisões e forças militares. Para Gramsci, a sociedade capitalista produz, com apoio desses pilares, a visão de um mundo incontestável. Ou seja, uma realidade que não se põe em dúvida, que passou a ser vista como inevitável, a mídia radical. Alternativa surge como uma forma de comunicação que contesta este mundo estático. Para Gramsci, seria possível o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, que seria construída com apoio e com a integração de comunicadores, intelectuais e ativistas com as classes trabalhadoras.

Mais tarde, as noções de contra-hegemonia e contra-hegemônico tornaram-se comuns entre escritores influenciados pela pensamento de Gramsci - embora ele próprio nunca tenha usado esses termos -, como forma de categorizar as tentativas de contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las com uma visão radical alternativa. Muitos meios de comunicação radicais alternativos pertencem a esse modelo. A proliferação dessa seria vital tanto para ajudar a gerar essas alternativas no debate público quanto para limitar qualquer tendência da liderança oposicionista, seja qual

for a forma que ela assuma, de radicar-se como agência de dominação em vez de liberdade (Downing, 2002, p.48).

O autor afirma que o papel da mídia radical pode ser visto como de tentar quebrar o silêncio, preenchendo as lacunas informativas deixadas pela mídia hegemônica e pode, também, refutar mentiras. Ele afirma que essa forma de mídia deve: “pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas” (Downing, 2002, p.50).

Downing disserta sobre as características das Mídias Radicais, são formas de comunicação que expandem as informações, debates e reflexões que são, majoritariamente, estreitas nas mídias corporativas, pois essas possuem limites hegemônicos culturais. Dessa forma, elas trazem novidades para a esfera pública.

Outra característica dessa mídia é que não existe censura para atender os interesses dos empresários, patrocinadores, "mandachuvas da mídia", pessoas do poder estatal ou autoridades religiosas. Os coletivos de mídia radical são livres dentro de suas próprias reflexões e praticam a autogestão. A organização interna desses grupos também costuma ser mais horizontal e democrática, pois não há tanta hierarquia entre membros e as decisões são tomadas por todos. Durante Iniciação Científica desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que depois se tornou uma monografia⁷⁴, foi constatado que o princípio da horizontalidade e da autogestão estava presente em todos os coletivos de mídia radical pesquisados, como a Mídia NINJA, o coletivo Fora do Eixo, o Bauru Acordou e as mídias do Movimento Estudantil Secundarista de Bauru. Todos esses grupos tomavam suas decisões sobre os conteúdos que seriam publicados através de votações, debates ou assembleias, o mesmo valia para outras ações que eles faziam como coletivo.

Downing também traz uma reflexão a respeito da responsabilidade desses coletivos, no sentido de envolverem os grupos sócio-acêntricos que eles representam em suas decisões, porque, para o autor, é preciso incentivar a capacidade de desenvolvimento e emancipação dos sujeitos. Os coletivos abordados na Iniciação realizavam reuniões abertas e a Mídia NINJA fornece palestras e oficinas em que são ensinadas habilidades e conhecimentos sobre Comunicação e outros temas⁷⁵.

⁷⁴ Disponível em :<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/203382/000927946.pdf?sequence=1>
Acesso do dia 25/03/2022.

⁷⁵Idem.

As Mídias Radicais, devido ao seu potencial inovador, podem ter influências no desenvolvimento ativo de formas culturais. Essas mídias também têm mais sensibilidade com as demandas dos sujeitos sócio-acêntricos, que o pesquisador nomeia como "excluídos da sociedade", ele ressalta que essa exclusão pode advir tanto por preconceitos sociais quanto econômicos. Essa é uma das características principais das Mídias Radicais, suas pautas se relacionam com a injustiça social e com os movimentos sociais contemporâneos a ela:

A enorme - ainda que oscilante - importância da mídia radical alternativa se deve ao fato de ela ser, comumente, a que primeiro articula e difunde as questões, as análises e os desafios dos movimentos. Sua fidelidade é devotada, em primeiro lugar, aos movimentos sociais, e é por eles que ela nutre seu principal fascínio (Downing, p. 65- 66, 2002).

Dessa forma, há uma função relacionada a dar voz aos movimentos sociais e fomentar debates a respeito deles na esfera pública. Entretanto, o autor afirma que estar relacionada aos movimentos não faz com que as mídias radicais tenham sempre um papel efêmero. Existem meios radicais que sobrevivem por décadas, evoluindo suas pautas e mantendo vivas as questões, a Mídia NINJA completará no ano que vem (2023) 10 anos de existência, por exemplo. Downing afirma que os coletivos radicais possuem seu papel, mesmo em tempos de tranquilidade política, eles têm capacidade de ser o primeiro ato, acender a primeira chama de uma revolução ou um debate que pode continuar por anos.

Muitas vezes, a mídia radical tem estreita relação com algum movimento social em andamento e, portanto, expressa com muita espontaneidade os pontos de vista e opiniões que não encontram espaço ou são ridicularizados na mídia oficial. Com muita frequência também, é ela quem toma a dianteira na discussão de questões que só mais tarde receberão atenção da mídia oficial (Downing, 2002, p.81).

Esse fato abordado por Downing tem sua veracidade comprovada por hooks, quando ela afirmou que durante a segunda onda feminista (1970/1980) as pautas sobre o assunto iniciaram por meio de panfletos e jornais alternativos e, depois, esse tema alcançou o mercado de trabalho e as universidades. Esse conceito também se aplica ao nosso país, pois as comunicações radicais foram pioneiras e trouxeram para a esfera pública conceitos sobre feminismo e homofobia, como relatado por Kucinski (2001), hoje esses assuntos são vistos na publicidade e nas mídias corporativas. O autor explica que durante a ditadura, quando muitos jornalistas e intelectuais estavam exilados e estava-se vivendo uma época de repressão e baixa

reatividade social, surgiram os primeiros grandes jornais alternativos brasileiros. Ou seja, esses surgiram como uma resposta, uma quebra de silêncio, como teorizado por Downing.

Kucinski, assim como hooks, demonstra um momento em que a mídia radical foi pioneira perante uma questão que somente depois foi abarcada pela mídia corporativa. O movimento feminista estava explodindo na Europa nos anos de 1970, mas no Brasil a questão da mulher ainda era desprezada, como conta o jornalista. Em contrapartida, em 1975 surgiu o jornal alternativo feminista Brasil Mulher, de Londrina (PR), o jornal era impresso na Folha da Manhã, que era pertencente ao grupo Folha. Segundo o jornalista, a mídia radical feminista surgiu no Brasil com fortes influências marxistas, voltada para a denúncia da pobreza e sobre como a miséria afetava gravemente a vida de mulheres. O Brasil Mulher chegou a distribuir 10 mil exemplares (Kucinski, 2001).

Figura 4 - Capa do jornal alternativo Brasil Mulher evidenciando a questão da pobreza.



Fonte: Mídias escaneadas do jornal Brasil Mulher.

Figura 5 - Capa do jornal alternativo Brasil Mulher.



Fonte: Mídias escaneadas do jornal Brasil Mulher.

Hoje, não é difícil encontrar questões sobre feminismo na mídia corporativa, o jornal O Estado de São Paulo tem sua própria editoria sobre o tema⁷⁶, demonstrando o pioneirismo de décadas da mídia radical alternativa. Não foi somente em relação a essa pauta que isso aconteceu, segundo Kucinski o feminismo passou a ser mais debatido entre os jornais alternativos da época e essa efervescência estimulou o debate de pautas como a homofobia:

Com essa temática e reagindo contra o autoritarismo nas relações internas d'Opinião, Júlio César Montenegro, seu editor de cultura, Genilson Cezar, Ronaldo Brito e Caio Túlio Costa lançaram, em 1977, o tablóide Beijo, dedicado ao comportamento, sociologia e cultura, à discussão do prazer e de sua necessidade. O Beijo lançou seu primeiro grande ataque contra a concepção de homossexualidade dos jornalistas d'o PASQUIM. (Kucinski, 2001, pág 73).

Essas formas de debate disseminadas pelas mídias radicais alternativas se relacionam com o que Arato e Cohen conceituam como os Novos Movimentos Sociais (NMS), que são um novo estágio qualitativo da cultura política contemporânea. Para esses autores existem 3 fases relacionadas ao contexto histórico dos movimentos sociais. A primeira usa como

⁷⁶ Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/feminismo> Acesso do dia 20/03/2022.

exemplo explicativo a Revolução Francesa, os pesquisadores ressaltam características como: rebelião de massas; tumulto; insensatez levada por emoções impetuosas e descontroladas. O segundo momento é visto como mais racional, nos quais os movimentos sociais são, normalmente, engendrados por pessoas pobres que constataam a necessidade de exercer influências nas decisões políticas e pedir por seus direitos. Assim são feitas greves, passeatas, protestos e bloqueios de tráfego. O terceiro modelo são os NMS que podem misturar pautas ecológicas, feministas, pacifistas, antirracistas e que, muitas vezes, o próprio movimento pode divulgar esses conteúdos em mídias radicais (Arato e Cohen apud Downing, 2002).

6.1 Esfera pública virtual e divergências na Comunicação

O conceito de esfera pública (*Öffentlichkeit*) foi criado por Habermas e se relaciona com as conversas públicas a respeito de temas do momento, que estão sempre em movimento e, em seu conceito clássico, esse debate deveria ser racional, polido e envolver a democracia. A esfera pública seria um espaço de discussão e conversas sobre assuntos de relevância para os cidadãos. O conceito surgiu devido à zona alternativa criada por grupos intelectuais para criticar o regime monárquico, ao exemplo da Inglaterra no século XVIII. Essas críticas eram estimuladas por produtos midiáticos, por meio de panfletos e pelos primeiros formatos de mídia impressa, que depois deram origem aos jornais, esses formatos se encaixam no conceito de mídia radical. Devido às conversas e aos debates que ocorriam na esfera pública, gradativamente, os reinados foram perdendo seu poder absoluto e o monopólio da corte sobre a política oficial foi se extinguindo (Downing, 2002). Dessa forma, a mídia radical e a mídia corporativa são componentes que estimulam a esfera pública e desencadeiam consequências reais.

Para Habermas, a esfera pública caiu em detrimento devido à hegemonia governamental e corporativa, que afetou as mídias e a liberdade de imprensa. Entretanto, nesta pesquisa utiliza-se teorias escritas por autores que acreditam que a esfera pública ainda existe. Martino (2014) afirma que o papel da mídia no sentido original estipulado por Habermas era: “dar publicidade - no sentido de tornar público - temas que por alguma razão precisavam ser colocados em discussão, algo similar pode ser feito no ambiente da internet” (Habermas apud Martino, 2014, p. 92).

Arato e Cohen relacionam as suas 3 reflexões sobre os movimentos sociais com o conceito de esfera pública, para eles os movimentos compõem o significado fundamental de *Öffentlichkeit*. Ao analisar a palavra, a raiz *offen* significa aberto, mas pode ser traduzida

como publicidade ou opinião pública, como em “*Öffentliche Meinung*”. Downing complementa essa questão e afirma sobre um determinado grau de indeterminação e debate acadêmico contínuo sobre o tema:

Esfera é uma metáfora espacial, que não sugere, por si só, as qualidades cinéticas contidas no termo *Öffentlichkeit*. A metáfora espacial, no entanto, tem o mérito de suscitar a questão empírica ‘O que é a esfera pública e onde ela se localiza?’. Foi necessária uma extraordinária quantidade de *toner* [tinta] para imprimir todo o material relativo a esse termo, isso porque - é triste dizer - trata-se de um desses conceitos cuja voga acadêmica é diretamente proporcional ao seu amplo grau de indefinição (Downing, 2002, p.61).

Arato e Cohen pressupõem a fusão do conceito de movimentos sociais com o conceito esfera pública, assim corroborando para a dimensão cinética do termo, ao invés de uma dimensão estática vinculada a locais específicos. Para os dois pesquisadores, toda a esfera pública é necessariamente um fórum democrático, diferentemente de Downing que separa entre esfera pública e esfera pública alternativa. Downing confronta essa ideia de Arato e Cohen afirmando que a conversa pública, os fóruns de debate, estão permeados pelas ideologias hegemônicas e, muitas vezes, não apresentam esse ideal questionador, alternativo ou democrático, pois também podem apresentar ideias racistas, elitistas ou misóginas.

Outros autores que debatem sobre o termo esfera pública são Negt e Kluge, eles afirmam que, na atualidade, a esfera pública proletária deveria ser a real importância e foco das discussões, essa aconteceria em locais em que o proletariado poderia discutir sobre suas questões. Downing ressalta que essa visão desses autores é utópica, mas contém a importante sugestão de uma “identificação de zonas alternativas para o debate radical e a reflexão dentro da atual sociedade” (Downing, 2002, p.63).

O autor passa a dissertar sobre os seus estudos a respeito da esfera pública a fim de formular uma sintetização para o termo. Downing analisou a esfera pública que era formada nas organizações dos movimentos antinucleares na Alemanha Ocidental em 1980, havia circulação de livros, panfletos e revistas que alimentavam essa conversa pública. Ele também analisou formas de ativismo político nos Estados Unidos, dessa vez focando o estudo no uso alternativo de computadores que estimulava uma conversa pública entre grupos e fóruns. Assim, é possível perceber que Downing considera os usos digitais e plataformas online como locais possíveis para existência de Mídias Radicais e esferas públicas alternativas. Devido a isso, esta pesquisa analisa o portal Nós Mulheres da Periferia. Sobre o conceito de esfera pública e o debate circunscrito a ele, Downing sintetiza:

Assim, se a metáfora espacial não requer uma ágora real...Se o assunto em questão é a atividade que acontece dentro das localidades ou no interior de grupos ou fórum particulares, então, com certeza, a essência do que está sendo assinalado na terminologia *Offentlichkeit*/esfera pública é a informação, a comunicação, o debate, a mídia - a conversa pública sobre temas do momento (Downing, p.64, 2002).

Além disso, o autor concorda com Arato e Cohen sobre a “controversa dimensão cinética” presente na esfera pública. O pesquisador aborda o conceito de redes de comunicação: “teias de comunicação interpessoal que não operam por meio da mídia, embora sejam alimentadas pela mídia e a alimentem” (Downing, 2002, p.70). Ele afirma que as redes sociais são fundamentais para a mídia radical, para os movimentos sociais e políticos. Entretanto, é importante lembrar que Downing não romantiza esses conceitos, pois esses também podem ser movimentos que estimulem preconceitos. Em 2013, durante as manifestações que aconteceram no Brasil⁷⁷Hotimsky, que é integrante do Movimento Passe Livre (MPL), concorda com esse fato abordado por Downing. Durante entrevista para o documentário “*Zerovinte*”⁷⁸, ele afirma que havia diversos grupos com suas próprias pautas durante os protestos de 2013, algumas estimulavam a coletividade cidadã, ao exemplo dos membros do MPL, que desejavam tornar o transporte público mais acessível para toda população, enquanto outros grupos organizaram protestos em prol da “Cura Gay”, demonstrando a homofobia e intolerância à diversidade de identidades.

Downing, em 2002, já percebia como as redes de comunicação virtuais influenciavam as esferas públicas de determinados grupos vinculados a movimentos sociais. Para Amadeu (2013), a rede é o espaço em que acontecem as conversas sobre os assuntos do momento e sobre política, por isso ele utiliza o termo “esfera pública interconectada” para abordar sobre este novo momento em que a internet passa a ter grande influência na conversa pública e nos movimentos sociais. O autor ressalta que, em 2013, aconteceram protestos de grandes proporções e esses foram organizados em redes sociais da internet.

Figura 6 - Protesto de rua organizado por meio de redes sociais.

⁷⁷ Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/203382/000927946.pdf?sequence=1>
Acesso do dia 15/03/2022.

⁷⁸ O documentário foi lançado no dia 26/08/2013, ele foi produzido por Gabriel Bonis, Marsílea Gombata, Piero Locatelli, Sergio Lirio, Clara Parada, Paloma Rodrigues, Ricardo Rossetto, Lino Bocchini, Pedro Presotto e Rodrigues Martins da CartaCapital e tem como fonte: o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, os filósofos Renato Janine e Vladimir Safatle o cientista político Sergio Amadeu, e Marcelo Hotimsky do Movimento Passe Livre,.



Fonte: Agência Brasil - Marcelo Camargo.

Downing afirma que a internet é uma plataforma que permite inovações para as mídias radicais alternativas, devido a interconexão de diversas pessoas, maior rapidez ao disseminar informações, por permitir múltiplas formas de comunicação e convergência das tecnologias de mídia:

A internet pode vir a ser a primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional. E é o primeiro veículo que oferece, aos indivíduos e coletivos independentes de todo o mundo, a chance de comunicarem-se, com suas próprias vozes, com uma audiência internacional de milhões de pessoas. Portanto, as possibilidades técnicas da internet como esfera pública são ilimitadas (Downing, p. 270, 2002).

Para Martino (2014), o conceito de esfera pública também continua presente na contemporaneidade e, assim como Downing (2002), ele a relaciona com as redes sociais e a internet, pois considera que a *web* é um espaço em que grupos diferentes podem debater assuntos de interesse geral. “A Esfera Pública, nesse sentido, é o espaço abstrato de deliberação a respeito de assuntos diversos de interesse de um público. A troca de ideias e a livre participação dos interessados são elementos fundamentais para a constituição de uma Esfera Pública” (Martino, 2014, p.91).

Downing conta que uma crítica feita por acadêmicos sobre a internet é que, muitas vezes, ela pode apresentar informações tendenciosas, inconfiáveis e transitórias. O pesquisador afirma que “há alguma verdade nisso... mas essa crítica, em vez de construtiva, priva os leitores da internet do exercício de poder, pois em primeiro lugar, supõe que eles não exercem juízo crítico ao dar credibilidade às fontes ou avaliar as situações de diferentes pontos de vista” (Downing, 2002, p.274).

Em 2002, Downing ainda não havia dimensionado o poder e os problemas que disseminação de *fake news* na internet trariam. Hoje, é possível verificar seu potencial para afetar processos eleitorais, em 2020, Carlos Bolsonaro, filho do presidente e vereador do Rio de Janeiro (RJ) foi identificado pela Polícia Federal como um articulador de um esquema de *fake news*, ele disseminava de forma proposital informações falsas por motivações políticas⁷⁹. Outro ponto, são as *fake news* sobre a Covid-19, que colocaram em risco a saúde de pessoas durante uma pandemia. Matos (2020) listou uma série de mentiras ditas nas redes sociais e em blogs a respeito da doença, há títulos de matérias como “Máscaras de doação da China são contaminadas com Coronavírus”; “Álcool em gel é a mesma coisa que nada” ou “Utilizar álcool em gel nas mãos para prevenir Coronavírus afeta bafômetro em blitz”⁸⁰. O presidente também disseminou informações falsas sobre a Covid-19, como incentivar o uso de tratamentos que não eram indicados pela Ciência, como o que ficou conhecido como tratamento precoce com hidroxicloroquina⁸¹.

Uma coisa que todas as universidades nos Estados Unidos hoje já concordam é que precisam incorporar, na sua formação dos alunos, o mínimo de checagem de notícias, o mínimo de conferir se aquilo que ele está recebendo e está disseminando é real ou não, que a partir da educação (Moura, 2019, p.58)

Moura acredita que a educação pode ser uma aliada no combate às notícias falsas na internet, entretanto o ambiente universitário alcança apenas um grupo da sociedade, ainda seria preciso passar essas informações de maneira acessível a um maior número de pessoas. Há alguns conteúdos na internet que se dedicam a combater *fake news* ou ensinar mais sobre as técnicas que os criadores de notícias falsas utilizam para enganar o público⁸². Dessa forma, a

⁷⁹ Saiba mais em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/pf-identifica-carlos-bolsonaro-como-articulador-em-esquema-cri-minoso-de-fake-news.shtml> Acesso do dia 15/03/2022.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5705/570566811010/570566811010.pdf> Acesso do dia 15/03/2022.

⁸¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/> Acesso do dia 15/03/2022.

⁸² Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/> Acesso do dia 18/03/2022.

informação pode alcançar um maior número de pessoas, entretanto não são todos que possuem acesso à *web*, segundo a Agência Brasil cerca de 35 milhões e meio de pessoas não têm acesso a internet, sendo que 90% dessas pessoas são das classes D e E. Nas classes mais vulneráveis também há quem se conecte apenas pelo celular, pois não possuem notebook e um sistema de *wifi*, o que limita a utilização e serviços⁸³. Por mais que a principal fonte de distribuição de *fake news* seja a *web*, isso não significa que quem não possui acesso a internet esteja imune às notícias falsas, pois elas podem ser reproduzidas de outras maneiras na esfera pública.

As *fake news* podem inventar por completo algumas informações, trazendo elementos completamente irreais para a esfera pública e, normalmente, são produzidas por pessoas individuais e grupos políticos. Entretanto, há outras formas de enviesar informações, que são praticadas pelos os meios de comunicação e veículos jornalísticos. Abramo (2003) é um autor que critica a mídia corporativa, após ter trabalhado em jornais brasileiros de alta circulação nacional, para ele quando há a intenção de manipular informações existem algumas técnicas que permitem que isso seja feito. O autor reitera que não são todos os conteúdos criados pela imprensa que têm a intenção de manipular o público, há os conteúdos que, de fato, são informativos, factuais e objetivos, cumprindo o papel principal da imprensa de informar a esfera pública.

Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento... A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal (Abramo, 2003, p. 37).

Chauí (2006) também aborda sobre esse “mundo irreal” e ressalta que ele, muitas vezes, é criado com intenções políticas. A autora cria um cenário hipotético em que determinado governo federal anuncia um plano de crescimento de emprego no país, caso um veículo de imprensa seja a favor deste governo ele poderá fazer uma matéria com “jovens e idosos que obtiveram emprego e estão muito felizes” (Chauí, 2006, p.17). Caso este canal de

⁸³ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet#:~:text=Pesquisa%20promovida%20pelo%20Comit%C3%AA%20Gestor,anos%20t%C3%AAm%20internet%20em%20casa>. Acesso do dia 18/03/2022.

televisão (ou jornal) seja contrário, ele fará uma matéria sobre o desemprego, mostrando pessoas de várias classes sociais e idades.

Chauí aborda principalmente sobre veículos de televisão, que têm o aporte da imagem e do som, ela relaciona a forma como o conteúdo é produzido e transmitido com a palavra espetáculo. Ela afirma que o espetáculo é referente à obra do pensamento, às artes, à sensibilidade humana imaginativa. Entretanto, há uma mescla entre o espetáculo imaginativo e a factualidade, quando se trata de veículos jornalísticos. A filósofa explica que as palavras Espectáculo e Especulação têm a mesma origem⁸⁴, ambos se relacionam com uma experiência percebida através do olhar e da linguagem: “fazer ver e deixar-se ver” (Chauí, 2006, p. 14). Assim, a pesquisadora ressalta sobre como o que é mostrado pela televisão é diferente da realidade, sendo um simulacro e, muitas vezes, esse simulacro pode ser fabricado por razões políticas ou sensacionalistas, para Gramsci a imprensa é uma das instituições reprodutoras da ideologia hegemônica, assegurando o domínio cultural.

Para Chauí (2006), o simulacro é a encenação do acontecimento⁸⁵. Eco (1984) diferencia a televisão antiga (paleotelevisão) da atual (neotelevisão), na forma anterior os acontecimentos apenas ocorriam naturalmente e as equipes de televisão precisavam se esforçar para transmitir os acontecimentos como conseguissem. Já na neotelevisão, tudo passa a ser pensado em prol de sua transmissão. Como exemplo dessas questões, é abordado a forma como os casamentos da realeza britânica eram realizados antes e como eles passaram a ser devido a transmissão televisiva. Na cerimônia da princesa Diana e do príncipe Charles a televisão ditou as cores dos vestuários dos convidados, o vestido da noiva foi pensado para ser visto de cima e não sob o ponto de vista de quem estava lá presente, sendo assim uma encenação.

Certamente, o ponto culminante da encenação e do simulacro foi alcançado pela rede de notícias CNN com a transmissão, ao vivo e em cores da Guerra do Golfo, em 1991, transformada em fogos de artifício, sem mortos nem feridos, sem dor nem odor. Um entretenimento (Chauí, 2006, p.20).

⁸⁴ “A palavra *espetáculo* vem dos verbos latinos *specio* e *specto*. *Specio*: ver, observar, olhar, perceber. *Specto*: ver, olhar, examinar, ver com reflexão, provar, ajuizar, acautelar, esperar. *Species* a forma visível da coisa real, sua essência ou verdade. *Spectabilis* é o visível; *speculum* é o espelho; *spectaculum* a festa pública; *spectator*, o que se vê, observa, espectador; *spectrum* é a aparição do irreal, visão ilusória; *speculare* é ver com os olhos do espírito. Espectáculo pertence ao campo da visão” Chauí, 2006, p.14.

⁸⁵ Algo que, hoje, está ainda mais difundido ao pensar no padrão de utilização das redes sociais como o Instagram. Em que altera-se a realidade para que ela fique mais atraente ao ser fotografada ou filmada. Saiba mais em: *A Influência do Instagram no cotidiano: Possíveis Impactos do Aplicativo em seus usuários*. Disponível: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0490-1.pdf> Acesso do dia 23/03/2022.

Chauí aborda outros aspectos do simulacro que criam padrões falsos que são transmitidos ao público, como a mistificação das Ciências e a cientificação do misticismo, fazendo com que as duas categorias sejam vistas como indistintas. Outra questão apontada pela autora é que a credibilidade da informação passa a ser trocada pela confiabilidade na fonte, ou seja, pessoas que são vistas como personalidades autorizadas. "Para que algo seja aceito como real basta que apareça como como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável". Quando Mbembe (2018) aborda sobre a lógica do inimigo e sobre quem é visto dessa forma nas sociedades ocidentais, percebe-se que sujeitos sócio-acêntricos carregam estereótipos, assim há uma barreira maior para serem vistos como "personalidade autorizadas". Chauí afirma que a vida pessoal de determinada pessoa pode ser exposta para reforçar que ela é alguém que passa opiniões relevantes ao público, apagando as diferenças entre opinião e factualidade.

Para Abramo (2003), existem padrões de manipulação na grande imprensa, o primeiro é a *ocultação*: quando se determina o que será ou não transmitido ao público, assim a mídia pode escolher ocultar um fato, caso ele não seja conveniente para a sua visão de mundo/linha editorial/projeto. Já o segundo padrão chama-se *fragmentação*, a informação real é despedaçada em fragmentos e reordenada, distanciando-se de uma realidade que não é desejada. O terceiro padrão é a *inversão*, depois que o fato foi fragmentado isola-se partes dele e esse é descontextualizado, pode-se trocar a ordem da importância dos acontecimentos, trocar a versão (opinião) pelo fato ou a inversão do fato pela versão oficial, indicando qual fonte é mais oficial, enquanto portadora da verdade do fato em si, essa questão dialoga com as "personalidades autorizadas" ressaltadas por Chauí (2003). O último padrão é a *indução*, como um resultado de todos esses processos, sendo a indução do público a viver em uma realidade artificial, ou nas palavras de Chauí: um simulacro. A estratégia por trás dos padrões de manipulação consiste na visão da mídia corporativa: "se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato" (Abramo, p.43 2003).

Downing (2002) disserta sobre o conceito de audiência ativa, parcelas do público que não assimilam produtos de mídia de forma passiva, mas refletem, estudam e redefinem as mensagens ofertadas pela mídia e podem elaborar respostas para esses conteúdos. "A linha que separa os usuários de mídia ativos dos produtores de mídia radical alternativa torna-se muito mais indistinta" (Downing p.40, 2002). A mídia radical é a maneira mais engajada de atuação das audiências ativas, para Downing essas pessoas "surrupiam" as mensagens da mídia e podem subverter os valores/enfoques pretendidos. A mídia radical admite a sua parcialidade, como afirma Downing seu maior "fascínio" são os movimentos sociais, é em

prol deles que ela resiste às informações pressupostas e preenche lacunas informativas. Ao contrário da mídia corporativa, que se afirma como imparcial perante o público (Abramo, 2003).

6.2 Barreira Digital e Tecnocapitalismo

A desigualdade de acesso ao universo virtual chama-se “barreira digital”, isso impede a democracia e participação nas redes e é um problema de origens econômicas, políticas e sociais (Martino, 2014), ressaltando que 35 milhões e meio de pessoas não acessam a internet no Brasil⁸⁶. Sabbatini (2000) amplia essa questão e a chama de “apartheid digital”, evidenciando que, atualmente, não participar do universo dos “plugados” gera diversas consequências: “Como, hoje em dia, ter conhecimentos de informática é quase tão importante quanto saber ler e escrever, este abismo vai produzir, mais uma vez, uma legião de pobres sem capacidade de progredir na vida” (Sabbatini, 2000, p.1). O autor também fala sobre “alfabetização computacional”, pois não basta ter o acesso, mas também saber utilizar de forma confiável e segura, seja para ler notícias, realizar uma pesquisa, um estudo, para fins profissionais ou de entretenimento.

Devido a fatos como esses expostos por Sabbatini, que o autor Nayar (2011) considera que o ciberespaço⁸⁷ não é tão separado do universo real, pois as mídias existem dentro de um contexto social e histórico:

Dominar as tecnologias digitais, ter acesso não só à internet, mas também conhecer seus códigos e espaços está vinculado às formações do poder contemporâneo. As tecnologias são criadas dentro de contextos culturais específicos, mas uma vez elaboradas, interferem igualmente nesse contexto... enquanto as culturas determinam quais formas de tecnologia serão desenvolvidas, essas tecnologias, por seu turno, dão forma à cultura (Nayar apud Martino, 2014, p.50).

Nayar interpreta a Cibercultura a partir das teorias dos Estudos Culturais Britânicos, para esses pesquisadores as práticas cotidianas/costumes fazem parte da cultura das pessoas, grupos e classes sociais. Para o autor, essas práticas são elementos essenciais para constituir a

⁸⁶ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet#:~:text=Pesquisa%20promovida%20pelo%20Comit%C3%AA%20Gestor.anos%20t%C3%AAm%20internet%20em%20casa>. Acesso do dia 18/03/2022.

⁸⁷ “Espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores; virtual por não ser localizável no espaço, mas real em suas ações e efeitos” (Martino, 2014, p.11).

identidade cultural de um indivíduo, sendo a forma como a pessoa se entende e se expressa ao outro. Fatores como política, a religião, questões de classe social, gênero, etnia e faixa etária, sexualidade se relacionam com a cultura e impactam na constituição de identidades dos sujeitos. O ciberespaço cria plataformas onde grupos com identidades culturais similares podem se unir, a internet também constitui formas identidade próprias, pessoas podem entrar em contato com essas novas culturas e assumir para si novas identidades. Nayar chama atenção para as formas de resistência que podem ocorrer no ambiente virtual, como a afirmação de discursos nas redes sociais, onde essas vozes existem e ecoam. A resistência e a questão da identidade é perceptível no portal Nós Mulheres da Periferia, pois os membros se assumem de forma interseccional e divulgam informações que fazem sentido para quem possui essa identidade: as mulheres periféricas.

Na medida em que essas relações são desiguais, marcadas por intervalos de poder, a construção das identidades culturais está ligada a uma lógica de tensões, dinâmicas e disputas pelo direito de ser quem se é no espaço social. Assumir uma identidade cultural, nessa perspectiva, é um ato político (Nayar apud Martino, 2014, p.49).

Por isso, Nayar ressalta que o ciberespaço é uma extensão do contexto mundo real, é impactado por ele e também o impacta, seja na parte laboral, política ou na esfera pública. Dessa forma, o autor cria o termo “tecnocapitalismo”, pois ressalta que o ciberespaço e as ciberculturas se desenvolvem dentro de contexto político, econômico e dentro de um contexto de globalização - ou globalitarismo, nas palavras de Santos (2001). A estrutura das redes permite que existam espaços de resistência, diálogo, formação de identidades e divulgação de informações contra-hegemônicas, como as mídias radicais abordadas por este estudo.

O termo tecnocapitalismo também faz menção a parte do consumo existente no ciberespaço, pois esse possui condições materiais, para estar nesse ambiente virtual é preciso ter conexão e algum um equipamento (celular, notebook, tablet, etc.). Para Nayar, as ciberculturas são, antes de tudo, culturas de consumo. “Fazer parte da cibercultura é participar, com mais ou menos força, do consumo. Há demandas econômicas, tecnológicas e sociais para se fazer parte dele, atrelando-o igualmente às condições materiais necessárias para tanto” (Nayar apud Martino, 2014, p.51). Há ainda, a publicidade que é feita de forma multimídia e ocupa redes sociais, sites e portais de notícias. Outra forma de consumo na *web* são os próprios dados dos usuários, que são mercadorias valiosas para empresas ou para pessoas má intencionadas que aplicam golpes utilizando dados de outros.

7. COMUNICAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS: O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

A metodologia que é utilizada nesta pesquisa é a proposta por Lopes (2003), a autora entende a Comunicação como uma área que apresenta objetos dinâmicos, de frequente atualização. Para Lopes são necessárias a atenção e o questionamento constante do pesquisador durante a investigação científica, pois é uma condição imposta pelo dinamismo da área. Esses constantes questionamentos são necessários uma vez que o paradigma teórico é afetado e atualizado pela realidade. A autora defende que a metodologia não pode ser “engessada” ou atuar como uma “receita”, pois “a reflexão não se faz de modo abstrato, porque o saber de uma disciplina não é destacável de sua implementação na investigação” (Lopes, 2003, p.92).

Para a autora, o campo de pesquisa, local de trabalho efetivo dos pesquisadores, é dinâmico, em que se configuram estruturas e processos da pesquisa. Para ela, existe uma estrutura vertical ligada ao embasamento teórico que sustenta a pesquisa, as leituras fundamentais para as análises, os conteúdos metodológicos que constroem a estrutura do estudo e as técnicas que necessárias para apreender o objeto. Também há as estruturas horizontais que são relacionadas as fases da pesquisa que precisam ser feitas para que possamos concluí-la:

Como *estrutura* porque apresenta uma articulação de natureza “vertical” entre níveis, instâncias ou dimensões: epistemológicas, teóricas, metódicas e técnicas. Como *processo* realiza-se mediante uma articulação de tipo “horizontal”, entre fases, ou momentos da investigação: a definição do objeto de pesquisa, observação, a descrição e a interpretação (Lopes 2003).

Para Lopes, o critério epistemológico orienta a seleção dos paradigmas existentes nas Ciências Sociais, pois a Comunicação, por ser um campo recente de saber, apoia-se nas Ciências Sociais e nas suas formas de aproximação da realidade. A construção desta pesquisa ampara-se na epistemologia marxista porque estuda as diferenças entre cultura hegemônica e cultura subalterna, preocupa-se com o contexto histórico por trás dos sujeitos de estudo e dos objetos de estudo (mídia radical) e busca compreender o real através da sua totalidade. Partindo do pressuposto marxista de que o concreto é a unidade entre o abstrato (teoria) e o empírico, para compreender algo é preciso olhá-lo a partir da totalidade, a síntese de múltiplas abstrações, pois os sujeitos e os objeto interligam-se com elementos de seu

contexto. Esses conceitos direcionaram a forma como a pesquisa foi executada. Além disso, busca-se entender melhor a construção de imaginários fabulatórios que servem para respaldar o sistema hegemônico, esses mecanismos eram entendidos por Marx e Engels (2007) como “ideologias”. As teorias dos demais autores selecionados para a imersão bibliográfica também são similares com o paradigma escolhido ou trazem informações pertinentes para construção do contexto histórico e atual. “O paradigma pode ser considerado a visão de mundo compartilhada por uma comunidade científica que expressa por meio do trabalho teórico (Lopes, 2001. p.36).”

7.1 Epistemologia de pesquisa

Como ressaltado sobre as estruturas verticais da pesquisa, o materialismo histórico dialético define que o entendimento de toda ação depende da conscientização da totalidade que está presente nessa ação, dessa forma, poderíamos nos aproximar do real concreto. Além disso, a metodologia determina que é impossível conhecer qualquer objeto ou sujeito de pesquisa descolado de seu contexto histórico e atual.

A primeira relação que fundamenta o uso deste conceito é a noção de estrutura, a qual está presente em todo tipo de “ato de conhecer”. É evidente que não há possibilidade de conhecimento de um objeto isolado de seu contexto e, muito menos registrá-lo em um setor de memória preparado para recebê-lo. Ainda que pareça grotesco este exemplo, a ninguém ocorreria pensar que o objeto de conhecimento “pé de mesa” possa existir como pé fora da mesa, isto é, a mesa sem pés deixa de ser mesa e o pé sem mesa deixa de ser “pé de mesa” (Ferreira, 2006, p.81).

A construção do contexto histórico é algo que perpassou todos os capítulos da pesquisa, nos quais a historicidade de cada tema foi ressaltada, foram escolhidos autores que refletem sobre o passado e sobre as origens da sociedade brasileira, como a escravidão em nosso país e as consequências dela que reverberam até hoje, a revolução feminista, a mídia radical no Brasil e o início da temática feminista presente nos jornais alternativos radicais. Todas essas questões constroem um contexto histórico e atual para nosso estudo: o portal Nós Mulheres da Periferia. Uma vez que essa é uma mídia radical digital, portanto uma continuação histórica dos jornais alternativos feministas da década de 70, assim como é uma extensão do movimento feminista e das lutas pelos direitos dos negros nas décadas de 70 e 80 e, claro, está inserido na sociedade brasileira com desigualdades de renda, como abordado pelos capítulos teóricos. Durante a entrevista, também foi perguntado sobre a criação desse portal e as motivações para isso, buscando aumentar a historicidade do objeto em si.

A entrevistada foi uma das co-fundadoras do portal Nós Mulheres da Periferia, Jéssica Moreira, a pesquisa, originalmente buscava entrevistá-las de forma presencial, entretanto a agenda das criadoras do portal estava restrita durante o período da pesquisa e foi preciso achar formas de lidar com esse obstáculo. Assim, foi feita uma entrevista pela plataforma *Google Meet* de acordo com o horário disponível da jornalista. No dia anterior, a criadora do coletivo também estava em compromissos, pois Moreira havia voltado de uma convenção no Uruguai da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), que ocorreu no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de maio), o nome do evento era “Jornalismo sob cerco digital”.⁸⁸ A jornalista realizou um debate no painel: “Igualmente segura: rumo a uma abordagem feminista para a segurança das jornalistas”. Ela também participou de *workshops* no evento para informar sobre a perspectiva do Nós Mulheres da Periferia a respeito da liberdade de imprensa e segurança das mulheres que trabalham com o Jornalismo.

Sobre a criação do portal, Moreira conta que o Nós Mulheres da Periferia surgiu devido a uma necessidade que elas enxergavam na falta de representação na mídia sobre as mulheres negras e periféricas. O portal foi criado no dia 9 de março de 2014 exatamente para preencher essa lacuna, representar as mulheres periféricas de uma forma real e que fizesse sentido para as mesmas. A jornalista afirma que já havia, no Brasil, algumas formas de mídia que atuavam nesse sentido como a Geledés⁸⁹, que comemorou 34 anos em 2022. Moreira

⁸⁸ A conferência da UNESCO foi divulgada no site da própria organização, disponível em: <https://en.unesco.org/commemorations/worldpressfreedomday> Acesso do dia 05/05/2022. O evento deste ano reuniu 86 países e cerca de mil participantes, um dos objetivos era buscar soluções para ameaças feitas contra jornalistas no âmbito digital. Um dos temas abordados foram as desigualdades experimentadas pelas mulheres em relação à participação na mídia, liberdade de expressão e ter o mesmo respeito que seus colegas homens, assim como dificuldade de acesso a internet e dispositivos digitais. O portal Nós Mulheres da Periferia publicou um artigo em seu site abordando a participação no evento internacional e a possibilidade de levar a perspectiva das mulheres negras periféricas em um evento de grande porte e grande diversidade de nacionalidades, uma vez que essas são historicamente excluídas da mídia e dos noticiários. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-participa-de-conferencia-de-liberdade-de-imprensa-no-uruguai/> Acesso do dia 05/05/2022.

⁸⁹ A Geledés - Instituto da Mulher Negra é uma organização brasileira que busca a proteção e o empoderamento de mulheres negras e, além disso, tem como objetivo erradicar o racismo e o sexismo. Segundo as organizadoras, elas se posicionam contra todas as formas de discriminação que limitam a realização da cidadania plena, como o preconceito contra LGBTs, os preconceitos regionais, de credo e de classe social. A Geledés foi criada em 1988 e seu nome foi escolhido porque “Gueledé” era a forma como se nomeava as sociedades secretas femininas de caráter religioso da cultura Iorubá, uma região antiga onde, hoje, se localizam partes dos países Nigéria, Benin e Togo. A organização possui um site (disponível em: <https://www.geledes.org.br/>, acesso do dia 05/05/2022), onde divulga-se notícias e informações pertinentes ao tema.

A organização é presidida pela Profa. Dra. Antonia Aparecida Quintão, vice presidida pela advogada Sônia Nascimento, coordenada pela filósofa Profa. Dra. Sueli Carneiro, também é coordenada pela advogada Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, pela advogada Érica Pereira, pela Me. Suelaine Carneiro; pela comunicadora Nilza Iraci e pela comunicadora Natália de Sena Carneiro.

afirma que o grupo tinha o sentimento de querer contribuir com o universo da comunicação realizado por mulheres:

Na grande mídia, a gente observava que eles retratavam as mulheres periféricas de uma maneira muito estereotipada em novelas, programas de auditório, revistas ou, então, nem aparecíamos. Também havia estereótipos em programas sensacionalistas, pois as mulheres periféricas apareciam sempre em um lugar apenas de miséria e carência. Claro que temos muitos desafios nas periferias e não fechamos os olhos para isso, mas também temos várias potências e possibilidades, que não eram mostradas na mídia. Outro estigma que nos incomodava, era a forma como as novelas retratavam as mulheres periféricas sempre como “piriguetes”, ocupando sempre este lugar do exótico. Lembro que isso incomodava muito a gente. Nosso principal objetivo sempre foi contar a história das mulheres, o nosso jeito de ver o mundo e também nos colocar no cenário. Quando começamos o Nós queríamos trazer a realidade: mulheres da periferia alcançando outros lugares, atravessando a cidade todos os dias, e levantar questões sobre como é o nosso corpo, como é ocupar todos esses espaços, como é morar na periferia, mas estudar, trabalhar ou se divertir no centro. Como é, para nós, de noite subir as ladeiras escuras ao voltar para casa, quais são os medos que perpassam este corpo. O corpo da mulher negra é um corpo muito político, esses corpos que, muitas vezes, não têm acesso a tantos direitos humanos e estão sempre perante a omissão do estado, tentando reagir fortemente, com muitas potências e criações de movimento. Tudo que conquistamos nas periferias, as mulheres costumam estar na dianteira desses movimentos e de pautas como Educação, Saúde e moradia. Então, a gente está no Nós, na dianteira da Comunicação, pois as mulheres periféricas também têm o direito de contar as suas próprias histórias, as suas versões, sejam elas sobre a periferia, sobre o Brasil ou sobre o mundo. A gente tem que estar inserida em qualquer coisa, seja na construção de um livro didático ou de uma política pública (Moreira, 2022).

Moreira faz uma metáfora com a maternagem, a gestação de projetos que, segundo ela, é uma característica presente em organizações femininas. Ela conta que “o Nós nasceu antes de nascer” porque, em março de 2012, as fundadoras do coletivo⁹⁰ escreveram um artigo chamado “Nós Mulheres da Periferia⁹¹” para a Folha de São Paulo. O texto inicial deste artigo sintetiza a primeira fase do caminho que o portal tomaria após a sua criação:

Sempre escutamos frases como “ela é formada, mas não na USP” ou “ela é ótima, mas mora longe”, mas o tempo ensina a não ter vergonha da periferia. Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões. Em São Paulo, há mais de 650 mil mulheres vivendo na periferia, presentes em toda a cidade, trabalhando, estudando e saindo com os amigos. No Brasil, quase 22 milhões de mulheres são chefes

⁹⁰ As autoras são Bianca Pedrina, Jéssica Moreira, Mayara Penina, Semayat Oliveira e Patrícia Silva, todas são residentes de periferias de São Paulo (SP) e co-fundadoras do Portal Nós Mulheres da Periferia.

⁹¹ O artigo escrito está disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml> Acesso do dia 05/05/2022.

de família. E para quem é considerada uma favelada, alcançar o ensino superior é quase impossível. É como se ela nascesse com seu destino determinado. Jamais vai ter dinheiro para pagar a universidade e a escola pública não vai prepará-la. Mas agora, belas, agressivas, cheias de gana e autoconfiança, essas mulheres estão driblando as dificuldades para ascender socialmente (Nós Mulheres da Periferia - Folha de São Paulo, 2012).

O artigo foi escrito devido a um convite feito pela jornalista, Izabela Moi, da Agência Mural de Jornalismo das Periferias⁹², que foi o primeiro *blog* a produzir notícias sobre as periferias em São Paulo e, desde o início (2010), está alocado na lista de *blogs* da Folha de São Paulo.

As jornalistas do Nós se conheceram na Agência Mural, onde atuavam como correspondentes de seus bairros. Atualmente, o Nós é formado por cerca de 18 colaboradoras assalariadas, a faixa etária das jornalistas é de 24 a 40 anos e são todas moradoras ou ex-moradoras de periferias, que trabalham em suas casas, de maneira virtual, e se encontram presencialmente uma vez por mês, para definir as pautas que serão abordadas e organizar as tarefas.

Moreira trouxe em suas falas a sua preocupação em retratar a realidade concreta vivida pelas mulheres da periferia, para confrontar as versões estereotipadas, fantasiosas e ideológicas mostradas pela grande mídia. As jornalistas preocupam-se em abordar as práticas desempenhadas pelas mulheres periféricas.

Para os criadores do Materialismo Histórico Dialético, Marx e Engels, os diferentes tipos de práticas (econômicas, políticas, sociais, culturais e afetivas) se articulam harmoniosamente e contraditoriamente em torno da prática produtiva. Por mais que todas essas ações pareçam estar separadas, o principal ponto dos autores é o entendimento de que todas essas práticas se articulam e são dependentes do modo de produção de determinada época, assim como das ideias dominantes de cada época, que são determinadas pela respectiva classe dominante: “O conjunto de práticas que constitui o eixo de sua atividade

⁹² A Agência Mural de Jornalismo das Periferias foi criada em 2010, com intuito de minimizar as lacunas informativas a respeito dos acontecimentos das periferias de São Paulo, distantes das redações dos grandes jornais, e contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre as periferias. A organização se define como uma “agência de notícias, de informação e de inteligência sobre as periferias”. Um dos objetivos do portal é fazer com que pessoas residentes de periferias se sintam parte da realidade e capazes de transformá-la: “O jornalismo reencontra-se aqui com sua missão original: o interesse público”. No site da agência, os organizadores afirmam que estão contribuindo para o décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que é a redução das desigualdades, pois as lacunas informativas e desigualdades de produção e consumo de notícias também tornam a sociedade mais desigual e menos informada. Eles afirmam que também desejam mudar a forma como os cidadãos paulistanos enxergam as periferias e tornar esse olhar mais próximo do real. Disponível em: https://www.agenciamural.org.br/sobre-nos/?gclid=CjwKCAjws8yUBhA1EiwAi_tpER9X4KLO1QKJTWg8vz4BsJKmClhW1ZqKFGxUCPaCipzzuUpaWjAPRhoCSfMQAvD_BwE Acesso do dia 05/05/2022.

produtiva social” (Ferreira, 2006, p.100). Essa metodologia critica outras abordagens que enxergam como “holística” as tentativas de aproximação da realidade, que assumem os objetos de estudo como uma realidade complexa em movimento: síntese de múltiplas abstrações. O materialismo histórico dialético destrói a dualidade analítica, formal e pragmática.

Se a dialética é o movimento do real, seu “constructo” teórico deve ser, por sua vez, uma estrutura conceitual de máxima capacidade, capaz de abarcar todas as significações de tal movimento e de suas limitações. Será então uma “totalidade”. O conceito de totalidade assume a importância primordial porque embora o todo se constitua a partir de elementos, esses só se explicam e se tornam possíveis pela precedência da totalidade, que dá origem a cada novo ato de conhecimento... Nenhuma concepção científica deixa de estar ligada a uma compreensão total do real. Deve-se compreender que a totalidade é o subjetivo e a particularidade o objetivo, ou ainda, que a totalidade é o abstrato e o particular é o concreto. Totalidade não vazia e infinita, mas concreta, na medida em que totaliza realidades em um processo histórico. Neste ponto, é necessário colocar um dilema, que não é da historicidade, mas da condição praxista entre sujeito e objeto. Dilema que pode ser desdobrado em dois níveis problemáticos: a) A identidade entre a totalidade real e a totalidade conceitual. b) O caráter metodológico da relação entre sujeito e objeto de conhecimento. É na unidade indissolúvel entre teoria e método onde surge a condição particular que adquirem as categorias analíticas do Materialismo Histórico... Marx elabora um dos pontos máximos de sua metodologia ao aludir ao ‘concreto como síntese de múltiplas determinações’... É somente no concreto que é possível encontrar as suas determinações abstratas. É também no concreto que se constitui a síntese entre o empírico e o abstrato (Ferreira, 2006, p.100-102).

Segundo Ferreira, o materialismo histórico dialético supre 2 problemas das Ciências sociais que são: “o reducionismo do objeto ao método e o idealismo formalista e metafísico” (Ferreira, 2006, p.100). Pois assume a síntese entre as totalidades e as especificidades no conhecimento através da relação praxista entre sujeito e objeto e a contradição como síntese conceitual da historicidade.

A totalidade, portanto, opera sobre unidades do real, reproduzindo as relações concretas que circundam o objeto de conhecimento, inserido em seu presente historicizado, onde ainda permanece em movimento. Caberia ao pesquisador, dentro desse viés, compreender a dinâmica de cada bloco histórico, no qual seu objeto ou sujeito está inserido, de examinar suas contradições, para poder entender o real sentido de seu objeto de estudo, independente desse objeto pertencer às áreas de Ciências políticas, Comunicação, História ou qualquer aspecto que se procure examinar na sociedade (Ferreira, 2006). Ferreira aborda sobre o que determina a ação prática que o indivíduo irá desempenhar:

Fundamentalmente, de sua visão totalizadora, de sua consciência praxista, ou consciência prática (parcial) que este indivíduo tenha de suas relações com a sociedade. É a partir do ponto de vista da apreensão da unidade do real que Marx define como ‘um concreto síntese de múltiplas abstrações’, que se realiza através da estrutura conceitual, capaz de desentranhar no “ato do conhecimento”, as múltiplas determinações abstratas de tal conceito, ou seja, o conceito global de Modo de Produção. A primeira definição desta máxima categoria analítica poderia expressar-se como a unidade entre a superestrutura e a infraestrutura. Esta definição é válida em si e resume o sentido gramsciano de bloco histórico (Ferreira, 2006, p.102).

A autora faz uma alusão ao bloco histórico, um conceito de Gramsci, esse autor cria uma metáfora sobre a infraestrutura e a superestrutura de um edifício - o bloco. A infraestrutura seria o conjunto de relações de produção, as relações de classes de determinada sociedade que culminam na estrutura econômica. A superestrutura se ergue sobre essa base e forma-se a consciência social, a política, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, as relações entre os sujeitos e os significados abstratos de grupos sociais. A superestrutura está relacionada aos modos de pensar e aos elementos ideológicos. A ideologia tem o seu papel de sustentar o edifício e omitir a consciência totalizadora, fazendo parecer que as práticas não estão correlacionadas, ou seja, fazendo parecer que a infraestrutura não dialoga amplamente com a superestrutura (Ferreira, 2006).

Assim, para Ferreira (2006) cabe ao pesquisador penetrar na dinâmica de cada bloco histórico e saber analisá-lo, incluindo as suas contradições. Para Gramsci, a Ciência não é uma procura incompreensível, ela reduz tudo que o homem não conhece a um conhecimento empírico, passível de vir a ser conhecido, mas condiciona a possibilidade de conhecimento ao desenvolvimento de instrumentos para ela e da inteligência histórica dos cientistas. “Este trabalhador intelectual deve ser preparado para evitar armadilhas da ‘neutralidade’ do trabalho científico. Toda produção científica estará, de alguma forma, comprometida com uma posição ou manutenção do *status quo*” (Ferreira, 2006, p.123).

O conceito de Ideologia, para Marx e Engels (1989), é sobre ideias fabulatórias que determinam os valores e as normas que direcionam os indivíduos a respeito do que eles devem pensar, o que devem valorizar, como precisam se comportar e o que devem sentir. Dessa forma, é possível direcioná-los ao entendimento de como o mundo é e como deve permanecer sendo, sem a dialética e sem a antítese. Outro papel da ideologia é impedir a consciência sobre como todas práticas estão conectadas e se articulam com a atividade produtiva social, assim como as limitações impostas por cada classe social.

Outro ponto fundamental para o materialismo histórico dialético é o conceito de trabalho, como sendo a mediação inevitável do homem com o meio e é em torno do trabalho, de como ele acontece ou como ele é imposto que encontra-se a relação conflitiva original. Uma vez que a história humana é a história da luta de classes. Não é desconsiderada a função humanizadora do trabalho, mas essa função é frustrada devido ao trabalho alienado e a venda da mais valia aos proprietários. Assim, a mercadoria se valoriza, se humaniza, enquanto o trabalho é feito por pessoas desumanizadas. No pólo extremo da desumanização causada pelo trabalho está o trabalho escravo, que cresceu 470% no Brasil, considerando o ano de 2020 para 2021⁹³, um período pandêmico com crise inflacionária⁹⁴ e, também, é uma repercussão do passado histórico desta nação.

Outro ponto perverso do neoliberalismo, como apontado por Ferreira é “quando toda produção humana - material e simbólica - é transformada em mercadoria” (Ferreira, 2006, p.71). Assim, todo o valor das ações humanas está unicamente vinculado ao capital, atividades que não servem para acumular ou produzir capital não têm valor.

O materialismo histórico dialético, também entende que o ato de conhecer não ignora a relação entre o sujeito e o objeto, pois esses não são pólos separados. O sujeito não é passivo ante a matéria e a matéria não é inerte perante a onipotência do sujeito. “O conhecimento é uma prática, uma relação na qual a ênfase teórica é só uma “operação” necessária, que não substitui nem oculta a relação material do homem com as coisas e os demais homens” (Ferreira, 2006, p.77). O conhecimento, dessa forma, não subestima a relação da pessoa com seu objeto de pesquisa ou os sujeitos de pesquisa, aproximando-se dos conceitos de Lopes (2003) sobre objeto construído. A pesquisadora também parte de sua própria historicidade com alguns dos temas da pesquisa.

7.2. Observação participante

Assim, a metodologia materialismo histórico dialético traz à vista o que não costuma ser dito nos ambientes acadêmicos, embora seja parte da realidade de qualquer pesquisa: a relação entre pesquisador e objeto, pois não são alheios, não são polos duais. O próprio

⁹³ Disponível em

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/operacoes-da-pf-contra-trabalho-escravo-crescem-470-em-2021/#:~:text=Foram%20abertos%20306%20inqu%C3%A9ritos%20sobre,2021%2C%20acr%C3%A9scimo%20de%2084%25>. Acesso do dia 03/03/2022.

⁹⁴ Disponível

em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/analise-efeitos-da-pandemia-de-covid-19-a-alta-da-inflacao-no-brasil-e-no-mundo> acesso do dia 05/04/2022.

interesse do pesquisador precisa surgir de alguma forma, a partir de sua observação participante da realidade. Nesta pesquisa o interesse em aprofundar o tema a respeito da interseccionalidade e buscar encontrar a voz das mulheres em prol de seus direitos, surgiu a partir da experiência prática no câmpus, que inaugurou percepções e experiências que ainda não tinham sido testemunhadas pela pesquisadora, sendo que a graduação e Iniciação Científica possibilitaram a percepção da realidade a partir de uma perspectiva crítica. O tema já estava definido desde o começo da idealização do mestrado, entretanto é preciso ressaltar, que o pré-projeto inicial incluía visitação presencial em coletivos feministas e arranjos intensos produtivos de cultura em Bauru (SP). Após 3 semanas do mestrado, iniciou-se a pandemia de Covid-19 tornando impossível a aproximação presencial, seja em sala de aula ou nos coletivos que seriam analisados e, ainda, alguns deles se desmancharam com o início da pandemia, encerrando as suas atividades.

Dessa forma, iniciou-se um período de dúvidas a respeito de como reorganizar a pesquisa. O interesse na interseccionalidade permaneceu e o despertar dele ocorreu ao longo de 4 anos de graduação, que foram cursados em paralelo com uma presença frequente no coletivo feminista do câmpus e como testemunha de diversos assédio sexuais dentro da universidade. Os estudantes tinham um contato frequente com o tema devido à apresentação de diversas palestras abertas sobre violências contra as mulheres ou momentos nas aulas em que assédios se tornavam pauta de discussões e, também, devido ao contato feito pelo compartilhamento de informações nas redes sociais. Entretanto, ainda assim os assédios sexuais continuavam acontecendo entre os universitários, principalmente em festas, onde aconteceram violências diretas, como tapas e empurrões em mulheres. Por ser um ambiente acadêmico, caracterizado como um antro da elite intelectual, pode-se fazer a falsa observação de que essas violências não ocorrem com as estudantes universitárias, mas a realidade é que essas não estão tão seguras assim e a maior parte das violências, que ocorreram contemporaneamente a presença da pesquisadora no câmpus, não foram denunciadas e seus agressores não foram judicialmente abordados.

Nas reuniões dos coletivos feministas que ocorriam no câmpus, as vítimas compartilhavam o que ocorria com elas, sendo que alguns desses desabafos também tinham questões específicas relacionadas à raça, à fetichizações e objetificações. Quando esses relatos sobre estupros, empurrões, desrespeitos, tapas em público, assédios e atos racistas chegavam na esfera pública dos coletivos, as jovens, muitas vezes, não sabiam como agir. Somente acolhiam as vítimas e ouviam os relatos, tomando consciência de que o câmpus não

é um lugar seguro para mulheres, assim como as festas e celebrações também não são seguras, assim como as ruas, pontos de ônibus e todo o trajeto de ida e volta da universidade também não são locais seguros. Portanto, volta-se ao questionamento, onde dentro da sociedade, dita civilizada, há um lugar seguro para as mulheres? Onde há um lugar de igualdade?

Devido a esses acontecimentos, foram criadas algumas frentes feitas por mulheres universitárias voltadas para a proteção das próprias estudantes, ao exemplo da Aliança Feminista. Esse coletivo foi criado após dois enfrentamentos de casos de estupros em 2019, quando as mulheres envolvidas decidiram agir juntas em nome das vítimas. Com essas experiências foi percebida a necessidade de aprofundar estudos e conhecimentos no âmbito jurídico, não há curso de direito no câmpus em questão, portanto jovens mulheres buscaram ensinamentos e orientações em mulheres mais experientes e advogadas, que se dispuseram a ajudar. Essas proporcionaram diversos conhecimentos ao grupo sobre como denunciar, como agir, como usar os nomes jurídicos corretos ao realizar um boletim de ocorrência, como se proteger de retratações e processos judiciais por parte dos assediadores, como difamação e calúnia, por exemplo. Pois uma prática presente em movimentos feministas era a exposição do agressor, às vezes, em ambientes virtuais, essa prática pode gerar retaliações judiciais para a vítima, que além de ter as sequelas psicológicas oriundas da violência ainda poderia ser exposta a um processo judicial contra ela.

A Aliança também passou a fazer acolhimento em festas universitárias, algumas jovens iam até as festas para ficar de plantão nos eventos, para ter alguém que soubesse como agir caso ocorresse algum assédio, para acolher a vítima e auxiliá-la caso essa quisesse fazer uma denúncia, oferecendo-a apoio emocional e informativo para fazer um boletim de ocorrência. A pesquisadora convidou uma das integrantes ativas da Aliança para fazer uma fala informativa na recepção dos calouros de 2022, para que as jovens ali presentes saibam da existência do grupo e, também, passassem a ter conhecimento do grau de seriedade dos assédios que ocorrem. É preciso ter consciência deles para buscar estratégias protetivas, como foi feito pelas fundadoras da Aliança.

A observação dos casos dessas violências diretas, culturais e estruturais (Galtung, 2005) contra as mulheres durante a universidade, assim como para fora de seus muros e de seus círculos sociais fez com que a pesquisadora criasse uma relação com esse universo, além das próprias experiências pessoais vividas ao longo de uma existência habitando um corpo feminino. Durante a pandemia, foi decidido que a pesquisa iria se virtualizar, pois os coletivos tanto da cidade quanto do câmpus passaram por períodos de inatividade. Dessa forma, foi

considerada a necessidade de expandir horizontes, para buscar realidades concretas experimentadas por mulheres brasileiras, considerando experiências interseccionais: gênero, raça e classe econômica. A pandemia criou novas imposições e realidades na vida das mulheres. Logo, em 2020, passa-se a noticiar que os casos de feminicídio estavam aumentando⁹⁵ em diferentes lugares do Brasil, nas palavras de Santos (2020) as vulnerabilidades já existentes estavam sendo ampliadas.

Durante uma aula virtual do programa, a docente de uma disciplina, em uma conversa informal, apresentou o Nós Mulheres da Periferia à pesquisadora e, dessa forma, seria possível se aproximar novamente do tema e seria possível uma análise interseccional. Ao longo do programa de mestrado, o contato frequente com o Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa (NEOCRIATIVA) auxiliou a construir e pensar a pesquisa, devido a aproximação do grupo de estudos com pautas sobre sujeitos sócio-acêntricos. Entre as atividades do núcleo destaca-se a participação, organização e observação das palestras proferidas na I Semana Antirracista do cursinho Caiçara da Unesp, câmpus de São Vicente. Esse evento proporcionou um encontro de diversos pesquisadores a respeito de temas antirracistas, tanto a atividade de escuta das falas dos participantes quanto a preparação para o evento auxiliaram a ampliar a visão e o entendimento da pesquisadora sobre o tema.

7.3 Fases da Pesquisa

Partindo dos pressupostos por Lopes (2003), o método para realização da pesquisa consistiu na seleção das publicações do portal Nós Mulheres da Periferia (referentes aos períodos selecionados - julho 2020 e julho 2021), seguido de uma análise descritiva, que descreveu as características jornalísticas e principais das notícias. Posteriormente, foi feita a análise interpretativa que analisou o conteúdo das notícias e as formas de violência cometidas conforme os objetivos estipulados, utilizando os autores selecionados pela pesquisa como Mbembe (2018) e Galtung (2005) que auxiliam a compreender de forma mais aprofundada sobre as formas de violência denunciadas no portal Nós Mulheres da Periferia. Além disso, a perspectiva interseccional das autoras Crenshaw (2002) e hooks (2018) também auxiliou a análise do objeto de estudo. Da mesma forma, todos os conteúdos bibliográficos auxiliaram a criar uma análise mais ampla e próxima da realidade concreta, construindo o entendimento do bloco histórico contemporâneo.

⁹⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia> Acesso do dia 05/05/2022.

8. O PORTAL DE MÍDIA RADICAL DIGITAL: NÓS MULHERES DA PERIFERIA

Utilizou-se critérios jornalísticos para decupar as informações emitidas pelas notícias do portal Nós Mulheres da Periferia, para verificar quais eram os principais focos de determinada reportagem. As reportagens, assim como demais conteúdos jornalísticos possuem uma hierarquia de informações, dessa forma foi verificado quais eram os temas principais dentro das matérias.

As notícias estão organizadas em: Título, Subtítulo, Lead⁹⁶, Presença de imagens, infográficos ou vídeos e Principais temas. Ao total foram analisadas 40 notícias, mas apenas algumas foram selecionadas para serem apresentadas no corpo deste texto, pois foram consideradas as principais que nos guiarão ao objetivo de nos aproximar da compreensão da realidade concreta experimentada pelas mulheres periféricas durante o período pandêmico, assim como nos aproximar da mídia Nós Mulheres da Periferia: seus objetivos, organizações e perfil.

As demais notícias serão apresentadas nos Apêndices da pesquisa, onde optou-se por manter recortes dos textos como eles foram redigidos pelo portal, para poder verificar a linguagem utilizada e manter a voz das criadoras do portal. Enquanto as matérias que foram selecionadas para o corpo do trabalho receberam algumas adaptações e inserções de novos dados a respeito dos temas tratados, buscando uma maior contextualização em relação aos tópicos de interesse da pesquisa. Nos apêndices também estão os links de acesso direto para essas matérias no site do Nós Mulheres da Periferia.

No dia 03/07/2020, o portal Nós mulheres da periferia publicou uma reportagem com o título “Não tem luta antirracista sem as trabalhadoras domésticas”, diz cineasta. Quem assina o texto é Lívia Lima e o subtítulo é: “A diretora Karoline Maia está com uma campanha de financiamento coletivo para finalizar o documentário ‘Aqui não entra luz’, com previsão de lançamento para 2021”. A notícia tem o Lead: “Eu amo janela grande e ficava imaginando que deve ser uma droga morar em um lugar que não tem janela, não tem luz do sol entrando”⁹⁷. Foi esse pensamento que fez a diretora, filmmaker e fotógrafa Karoline Maia, 26, dar o nome ‘Aqui não entra luz’ para seu primeiro longa-metragem, um documentário

⁹⁶ Lead ou Lide é um termo jornalístico, é o primeiro parágrafo de um texto que resume as principais informações sobre a notícia - O que? Como? Quando? Onde? Por que?. Assim o lead mostrará ao leitor o que é singular naquela notícia, esse poderá decidir se deseja ou não ler o resto. O modelo de Lead começou no Jornalismo brasileiro na década de 1950 devido a influências do Jornalismo estadunidense que criou essa forma de escrever os primeiros parágrafos das notícias.

⁹⁷ Devido a grande frequência de aspas para evidenciar o texto do portal que não foi alterado e as falas das entrevistadas, optou-se por deixar o texto no formato jornalístico apenas neste capítulo. Pois as citações prejudicariam a leitura e não há necessidade de trocar palavras apenas para evitar citações.

sobre as relações sociais e arquitetônicas entre o quarto da empregada e a senzala. Presença de imagens, infográficos ou vídeos: a reportagem tem duas imagens no texto, sendo uma como capa, a foto mostra uma empregada doméstica, que é mulher negra com cerca de 40 anos, ela está em uma área de serviço de uma casa. A outra foto é da cineasta Karoline Maia e a sua equipe de filmagem, são ao todo 5 mulheres negras e jovens, que posam para foto com sorrisos. No meio da matéria há uma galeria de imagens que compara fotos das casas grandes do passado com as casas atuais.

A notícia traz como principais temas o fato de que a cineasta Karoline Maia, uma mulher periférica do Jardim Helena (zona leste de São Paulo - SP) que possui sua própria produtora audiovisual, estava criando um documentário para mostrar a realidade enfrentada pelas trabalhadoras domésticas, fazendo associações entre o passado escravocrata e a realidade atual dessa profissão. Um dos focos analisados por Maia foi a questão da Arquitetura, como os quartos de empregada nos apartamentos e casas são extensões das senzalas, devido às janelas pequenas, a qualidade dos móveis normalmente é inferior à das atuais casas grandes. A diretora percebeu que esses “quartos de empregada” têm padrões como uma entrada pela lavanderia, pouca iluminação, nos fundos da casa, próximo a cozinha e a área de serviço.

“A gente filmou várias senzalas e casas grandes. No Brasil colonial já existia trabalho doméstico e a senzala doméstica. O quarto de empregada é uma extensão desse tipo de moradia, leva a trabalhadora doméstica para dentro da casa. A empregada doméstica abre mão de sua vida e passa a viver em função da vida dos patrões. A expectativa é estar ali, a qualquer momento, para servir... Independente se é casa ou apartamento, o lugar reservado é sempre escondido. Há diferença nas mobílias. Enquanto a casa é super bem cuidada, nos quartos têm móveis mais velhos, pouco cuidados, pouca atenção por ser um espaço social em que a família não convive, vale menos na casa”, afirma Maia. Para a cineasta, durante a pandemia, a situação das trabalhadoras domésticas se evidenciou ainda mais durante a pandemia de Coronavírus.

Segundo um levantamento de 2018, cerca de 6.2 milhões pessoas são trabalhadoras domésticas no Brasil. Dessas, 92% são mulheres e, entre elas, 68% são negras, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Sendo que 70% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada e, apenas, 28% têm vínculo empregatício e direitos trabalhistas. Em 2020, realizou-se essa pesquisa e estima-se que 1,5 milhão de empregadas domésticas foram demitidas na pandemia, devido a falta de vínculo empregatício é mais fácil demiti-las. Além disso, ainda há empregadas que dormem no trabalho, o que compromete o cálculo de horas

diárias de trabalho e a faz ter horas extras não remuneradas, sendo um dos poucos trabalhos em que o trabalhador não volta para casa no final do expediente. No Brasil, no começo de 2020, a empregada doméstica Cleonice Gonçalves morreu de Covid-19, sendo que seus empregadores sabiam que estavam contaminados, pegaram a doença em uma viagem internacional, mas não dispensaram a trabalhadora, que foi se tornou o primeiro caso de morte no Rio de Janeiro⁹⁸.

A análise do contexto histórico é necessária para compreender o fenômeno da falta de direitos das trabalhadoras domésticas, pois esse desinteresse em sua qualidade de vida advém dos tempos da escravidão. Como afirma Maia (2020), na casa grande colonial já havia um quarto dentro da casa para mulheres cuja função era servir constantemente a família branca.

“É uma história muito negra, muito periférica, a do trabalho doméstico. Há muitos anos os cineastas negros estão disputando esse lugar, eu estou nessa disputa, de mais uma cineasta negra, porque ainda temos pouca projeção”, afirma Maia.

O documentário de Maia foi realizado por meio de financiamento coletivo na internet, ela usou uma plataforma online para coletar doações espontâneas de pessoas. A cineasta também teve apoio do programa Rumos, do Itaú Cultural, assim conseguiu formar uma equipe para a produção e gravação do filme.

Já no dia 08/07/2020, foi publicada a notícia “Na Brasilândia (SP), seguimos sozinhos, mas cuidando dos nossos”, diz ativista”, com o subtítulo: “Keit Lima reflete sobre como as periferias estão sendo afetadas pela Covid-19 e o descaso do Estado para os territórios diante da crise sanitária e social”. O *lead* é: “Eu moro na Brasilândia e consigo sentir o cheiro da morte. Todo dia uma notícia de alguém que faleceu, todo dia Brasilândia estampada nas telas dos celulares e televisões como o lugar com mais mortes, mesmo não sendo o com mais casos. Isso deixa bem evidente que não temos acesso a uma saúde de qualidade”. A matéria tem 2 imagens, a primeira de capa que mostra a Brasilândia de fundo e Lima, a ativista. No meio do texto há uma imagem com Lima, uma moça jovem e negra com o punho cerrado para cima, um símbolo do movimento negro. Em sua camiseta está escrito: “Em caso de opressão, quebre o silêncio”.

Os principais temas dessa matéria estão relacionados à falta de intervenção estatal para auxiliar os moradores durante a pandemia. Também é evidenciado que os moradores da periferia Brasilândia não estão tendo acesso a uma saúde de qualidade, pois apesar de não ser

⁹⁸ Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2021/05/04/a-empregada-domestica-sempre-e-invisibilizada-nao-so-agora-na-pandemia> Acesso do dia 01/06/2022.

o local com a maior número de casos, é o local com o maior número de mortes. “Estamos sentindo de forma descarada o descaso total com as nossas vidas”, afirma Lima, evidenciando a necropolítica por omissão do Estado.

“Há um mês painho deu positivo. Eu nunca tinha sentido tanto medo na vida. Medíamos o tempo todo sua pressão e a diabetes. Quando algum desses dois sobe demais, precisamos ir para o AMA (Assistência Médica Ambulatorial) ou hospital e falar para os médicos que ele está com Covid-19. Eles então nos mandam voltar para casa. As pessoas na rua literalmente correm de nós. Há uns 10 dias minha irmã também deu positivo para a Covid-19. E o medo, mais uma vez, me atravessou. Estamos por conta própria. E, ao que tudo indica, continuaremos. E como fica a família das pessoas com Covid-19? Quem está pensando nessas famílias? Como fazer isolamento em uma casa pequena e com muitas pessoas? Isolamento não é uma possibilidade na minha casa. Estamos lidando todos os dias com os impactos das desigualdades econômicas e sociais, que com a pandemia se intensificaram e ficaram mais escancarados. Contudo, não se engane, do lado de cá essa sempre foi a nossa realidade”.

Lima continua: “O Estado tem um projeto político de exclusão e extermínio dos pobres, pretos e periféricos. É um projeto genocida. O objetivo deles é nos deixar morrer, mas é preciso lembrá-los: atravessamos oceanos, construímos quilombos, reinventamos modos de viver e estamos resistindo há quase 500 anos... Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

Lima denuncia que as recomendações do governo e dos médicos não são possíveis de serem feitas dentro da realidade imposta pela sua condição social, são recomendações que as classes economicamente mais altas conseguem executar, mas as mais pobres não conseguem. Outro problema evidenciado por ela é a ampliação das vulnerabilidades que já existiam na periferia e que, agora, perante uma situação mais agravante de pandemia se tornaram entraves ainda maiores, causando outras consequências, com a falta de saúde que está resultando em um maior número de mortes.

No dia 10/07/2020, foi publicada uma matéria com o seguinte título: “Fotógrafa promove ensaio à distância para estimular autocuidado de mulheres”. O subtítulo é “A cada mulher que reservar uma sessão de fotos, um ensaio será doado pela fotógrafa a outra mulher que não tenha condições de bancar um ensaio. Para concorrer, utilize a hashtag #pelatelaPelajanela”.

O *Lead* é “Se antes da quarentena a sobrecarga de trabalho e cuidados com o lar tinham rosto feminino, essa realidade assume camadas ainda mais densas com o

distanciamento social. O autocuidado com o corpo e a mente por parte dessas mulheres neste momento de isolamento pode estar mais difícil. Para contribuir com a diminuição da falta de tempo para o autocuidado, potencializado por esse período de incertezas trazidas por conta da pandemia, a fotógrafa Maria Ribeiro, 34, está promovendo ensaios fotográficos à distância.

A imagem de capa é uma foto de Maria Ribeiro, uma moça de cerca de 30 anos, que posa de camisa de botão, ao fundo está um quadro com arte africana. Os principais temas são a necessidade de cuidar da autoestima das mulheres periféricas. A fotógrafa Ribeiro afirma: “Conseguir esse momento de respiro para nos celebrar, celebrar nossos corpos e nossas existências nesta pandemia é um ato de resistência. A gente se amar nesse momento é poderoso, porque quando nos cuidamos nos fortalecemos e temos mais energia para lidar com todo o medo, o ódio, o fascismo e as dificuldades desse período”, afirma.

No dia 16/07/2020, foi publicada uma notícia escrita por Semayat Oliveira, o título é: “Pandemia do Sistema: documentário retrata desigualdade nas periferias”, com o subtítulo: “O média-metragem traz relatos e histórias de apoio entre vizinhos e vizinhas e de pessoas que foram ajudadas durante a quarentena”. O *Lead* é: “Há quatro anos, Naná Prudêncio criou a Zalika Produções e decidiu viver do audiovisual. A empresária e documentarista irá lançar o seu segundo filme: ‘Pandemia do Sistema’, com estreia online no dia 4 de agosto, às 19h, na página do portal Alma Preta no *Facebook*. A imagem de capa mostra um casal de idosos negros que moram na periferia, a senhora está conversando com a cinegrafista. No meio do texto há uma imagem da cinegrafista, uma moça jovem negra de boné e máscara, entrevistando um homem no meio da rua em uma periferia, o homem é alto, branco e tem uma blusa da CUFA (Central Única das Favelas). Também há a foto de uma menina negra, que aparenta ter uns 7 anos, com uma máscara com desenhos infantis, ela estava à espera de uma cesta básica quando a fotografia foi feita. Há mais uma foto de uma criança, desta vez de Yuri, um menino negro, cerca de uns 10 anos, que olha para foto com sua camiseta do Corinthians, o menino conseguiu um tratamento dentário devido ao trabalho de produção audiovisual da Zalika, pois uma dentista viu a obra em um museu e percebeu que o garoto sorria sem mostrar os dentes. Outra foto presente na reportagem é uma placa, escrita com letra de criança, em frente a uma porta “cuido de criança falar com Caique”.

A matéria divulga o média-metragem que traz relatos e histórias de apoio entre vizinhos e vizinhas e de pessoas que foram ajudadas durante a quarentena. Aborda aspectos como o racismo, o desemprego, a insuficiência no atendimento de saúde nesses territórios e como todos esses elementos, juntos, resultam em uma fórmula genocida.

Também é evidenciado que as periferias, que possuem menor renda média familiar

mensal, há mais óbitos por Covid-19 em comparação com distritos mais ricos. Prudêncio afirma que teve a ideia de gravar o documentário enquanto distribuía cestas básicas: “Quando comecei a ir nas paradas de entregas de cesta básicas, meu parceiro Nego Marco assumiu a Cufa (Central Única das Favelas) Taboão e a gente já tava entregando as fitas. E um dia, voltando de uma ação, a gente falou: não é só isso. Eu me senti rasa, voltei pra casa mal e pensei: o que eu sei fazer? Eu faço foto, faço vídeo e posso usar a minha força assim. Agora é a hora de voltar pro meu povo e devolver isso. Mas não queria ficar falando de um negócio temporal. Porque percebi que o problema da pandemia não era temporal, era atemporal. Era: ‘ganhei a cesta, mas eu nunca tive um gás’. Tá ligado? Era: ‘ganhei o produto de higiene, mas eu não tenho o rodo’. Sabe? Tipo, era uma parada que não veio com a pandemia. E eu precisava falar sobre isso. Quando eu chegava na favela era assim: a liderança é o irmão ali, é o outro irmão ali, é a irmã ali. E vereador? Não tem vereador, não tem empresa, não tem Estado, não tem Planalto. Aqui é favelado cuidando de favelado! ‘Não é só a arma que colocam na nossa cara, na cara dessas mães de favela. Na cara dos filhos dela. É a falta de comida dentro de casa. São várias ideias que eles – o Estado – fazem para apunhalar mesmo. E você vê que é. Mano, só em São Paulo a Cufa tá cuidando de 1.500 favelas. Isso dá quase 500 mil pessoas. Você acha que o governador e o prefeito não sabem que essas pessoas existem? Muitas vezes eu estava ali na ação de entregar um negócio e entregar outro, mas eu percebia que – as mulheres – elas tinham mais liberdade comigo. Fui com um amigo lá no Taboão e uma mina chegou e falou: ‘oh nega, vem cá. Tem absorvente?’. Sabe? Porque ela não ia falar pra ele. Então tem essa representatividade, de mulheres pretonas como eu estarem lá pra trocar ideia. Quando eu falei que ia fazer o filme, as lideranças locais falaram: ‘Vamo, Naná! Já veio CNN, já veio Record, já veio muita gente aqui. Mas gente nossa, se bobear, você vai ser a única’. Eu quis colocar a experiência dessas pessoas em primeira pessoa. Tá aparecendo um monte de reportagem na televisão? Tá! Mas ainda é nesse formato. O repórter fala: ‘Estamos aqui no Capão Redondo. Como está aqui, senhora?’ E a pessoa fala 10 segundos e a repórter fala um minuto”.

Além disso, ela afirma que a população periférica é cobrada de seus deveres, mas também é a que menos tem acesso a direitos. Ela enfatiza que desejam que os meninos não cometam delitos ou roubos, mas eles não têm acesso a educação de qualidade assim como as gerações passadas de sua família também não tiveram.

Prudêncio também ressalta que as pessoas a diziam que era impossível sobreviver como autônoma e dona de uma produtora audiovisual, porque nunca haviam visto uma mulher preta que é dona de uma empresa.

A produtora também ressalta que as ajudas que eles recebem de empresas não são tão solidárias assim “Eu uso muito a frase ‘Nós só tem Nós’, é a maior verdade sobre a favela, sabe? Porque nós só tem nós real. Vem a empresa e dá 10 mil, mas ela não quer ajudar a favela. Ela quer o logo dela lá no bagulho. E a gente tem que enxergar mais isso”.

Prudêncio afirma que enquanto trabalha, algumas pessoas das periferias a procuram e fazem perguntas como: “Naná, você tem uma foto do meu irmão? Ele morreu há uns cinco anos”. Assim, a sua produtora interage com as vivências e sofrimentos daquele território, ela também conta que conseguiu um implante dentário para o menino Yuri, pois uma dentista visitou sua exposição e percebeu, ao ver a foto, que a criança escondia o sorriso. Caique é outra história que Zalika interveio, um garoto de 12 anos passou a pendurar uma placa em sua casa, escrito que ele poderia trabalhar de babá cuidando de outras crianças. Prudêncio publicou essa história nas redes sociais e conseguiu doações para a família, que passava por necessidades financeiras, a mãe de Caique é mãe solo e trabalhava como pedreira, mas com a pandemia acabou se tornando catadora de latas de refrigerante.

Prudêncio conta: Pedi pra conversar com ele [Caique]. Disse que existem vários programas de Jovem Aprendiz e que ele pode se inscrever em alguns anos. Aí ele falou: ‘até lá eu fico vendo minha mãe passando veneno pra cuidar de nós? Eu quero trabalhar, quero comprar minhas paradas, comprar as paradas pra minha irmã. A gente come arroz e feijão. Eu comia carne na escola, não tá tendo escola. Eu quero trabalhar, comprar carne moída, comprar ovo”.

No dia 17/07/2020 foi publicada a matéria “Projeto forma agentes de saúde para prevenção à Covid-19 nas periferias”, com o subtítulo: “O projeto Agentes Populares de Saúde realiza ações de acompanhamento e apoio para pessoas com sintomas de Covid-19 nas comunidades de São Paulo”. O *Lead* é : “Desde março, quando a Covid-19 também se tornou um risco no Brasil, as periferias têm sido os territórios mais atingidos pela doença. Até esta quinta-feira (16), o Brasil já tinha 1.966.748 casos confirmados, sendo 180.450 só na capital de São Paulo, como mostra o Boletim Diário Covid-19, da Secretaria de Saúde municipal. Diante desse cenário, a Uneafro Brasil e o Instituto de Referência Negra Peregrum construíram o projeto Agentes Populares de Saúde, com o objetivo de apoiar os territórios periféricos na prevenção do novo coronavírus.

A foto de capa mostra mulheres adultas, negras e brancas, usando máscaras, no fundo há uma estante com livros. Abaixo há uma foto de uma das agentes oferecendo um ovo de páscoa para uma criança, que está no colo da mãe ao lado do pai. Há outra imagem, com uma das voluntárias entregando algo a uma menina pequena. Na camiseta da voluntária está

escrito “Uneafro- Conhecimento é Poder”.

A notícia explica que foi feito um projeto para que moradores da periferia se tornem agentes de saúde. Para que esses orientem a população e façam acompanhamento de quem está com sintomas de Covid e não conseguiu ter acesso a um atendimento médico. A equipe montada está tendo o apoio informacional de profissionais da área da saúde.

A Uneafro lançou uma nota oficial sobre o projeto, que afirma: “O projeto reforça que todas as pessoas têm direito à saúde e a importância do SUS [Sistema Único de Saúde] é inquestionável! Mas, nem sempre o serviço consegue atender todas e todos que necessitam dele”.

No dia 22/07/2020 foi noticiado o “Dia da Mulher Negra: Marcha fará ato online com intervenções de rua”, cujo subtítulo é: “ Com o mote “Nem cárcere, nem tiro, nem Covid: corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas! Por nós, por todas nós, pelo bem viver!”, a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo vai apresentar uma programação online e intervenções de rua. O *Lead* da matéria é: “Pelo quinto ano seguido, mulheres negras do estado de São Paulo apresentam suas reivindicações para toda a sociedade alertando-a contra o projeto genocida em todas as esferas de governo, e sua visão de mundo com base no Bem Viver. Esse ano, porém, por causa da pandemia, a manifestação não vai reunir as milhares de pessoas nas ruas da capital paulista, mas vai conectá-las de onde estiverem, em qualquer parte do mundo”. A imagem de capa mostra pessoas com punhos erguidos em um protesto. O texto afirma que no nosso país, a pandemia escancarou ainda mais as desigualdades sociais, mostrando que as populações periféricas estão mais vulneráveis perante a doença. O texto afirma que essa vulnerabilidade ocorre devido à falta de acesso a direitos básicos, como educação, saneamento e moradia digna.

A matéria do dia 24/07/2020 aborda sobre questões emocionais que envolvem o dia-a-dia das mulheres. O título é: “Você sente culpa por ter preguiça mesmo resolvendo um ‘Titanic’ de problemas?”, com Subtítulo: “Negras Linhas: conheça o podcast que descoloniza os sentidos. Com o lançamento no Dia da mulher negra, o primeiro episódio fala sobre preguiça e ócio”. O *Lead* é: “Promover debates sobre cotidiano e sociedade em uma perspectiva descolonizadora de forma leve e acessível é o objetivo de Janaína Oliveira, ilustradora, assistente social e idealizadora, roteirista e editora do podcast Negras Linhas”. A foto de capa retrata Janaína Oliveira, ela usa uma máscara de proteção contra Covid-19.

O texto divulga o podcast “Negras Linhas”, que está disponível no Deezer, no Spotify e no no Google Podcasts e no Apple Podcasts. O programa debate a lógica colonial, que é dada como óbvia pela sociedade. Neste episódio divulgado, é abordado o ócio e a culpa por

ter momentos de descanso ou preguiça. Oliveira questiona: “Muitas mulheres não conseguem ficar paradas um só minuto. Mas por que as coisas funcionam assim?”

No dia 24/07/2020 foi publicada uma reportagem, cujo título é “Título: Você não está sozinha: como pedir ajuda em caso de violência doméstica em SP”, com subtítulo: “Se você está em situação de violência doméstica ou quer ajudar uma amiga, conheça os serviços, os telefones e os aplicativos que você pode acessar”, com o subtítulo: “Se você está em situação de violência doméstica ou quer ajudar uma amiga, conheça os serviços, os telefones e os aplicativos que você pode acessar”. O *Lead* é: “De acordo com a Lei Maria da Penha, violência contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. A imagem de capa mostra uma mulher com a mão para frente aberta em sinal de “pare”. Durante a matéria, vários ícones coloridos aparecem ao lado das informações, dentro deles há os nomes das organizações que ajudam as mulheres.

Principais temas: A reportagem, feita em profundidade, explica quais serviços de proteção às mulheres existem em São Paulo, para além do 190 (que também pode ser utilizado). O texto reforça a necessidade de assegurar os direitos de todas as mulheres e explica sobre quais são as formas de violência que elas podem sofrer: “Violência psicológica: considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Violência física: Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Violência sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Violência Patrimonial: Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Violência Moral: É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

Após essa apresentação informativa, a reportagem explica sobre o número de telefone específico para esses atendimentos: a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Ligue 180, que garante o anonimato da denunciante.

Em seguida, são apresentados os Centros, geridos pelo Estado, que atendem às mulheres vítimas de violência, cada um atua de forma específica. São ofertados serviços de atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico às vítimas de violência ou mulheres em situação de vulnerabilidade econômica.

Também há espaços mais culturais e políticos como os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs), um lugar de formação em cidadania que atende qualquer mulher que deseje se integrar mais sobre direitos sociais, econômicos e culturais. Elas podem inclusive propor e participar ações e projetos a respeito de políticas de igualdade.

As Casas Abrigo auxiliam as mulheres em situação de violência doméstica e até risco de feminicídio. É uma casa com endereço sigiloso que abriga as mulheres até elas terem condições de sair de lá, elas podem levar consigo filhos menores de 18 anos. Para entrar em contato com as Casas Abrigo é preciso antes passar diretamente pelo CREAS, CCM's, CRM's ou CDCM's. Para fins similares, mas em casos que a mulher não está correndo risco de morte, existem as Casas de Acolhimento Provisório, que atuam de maneira parecida com as Casas Abrigo, porém com período de tempo inferior.

Há locais, como a Casa da Mulher Brasileira, que têm atendimento em Libras, onde cuidam de crianças, é um abrigo de passagem e oferecem serviços como apoio psicossocial, delegacia, juizado, Ministério Público e Defensoria Pública, que possui um número de atendimento no aplicativo *Whatsapp* (11 94220-9995) e um site informacional⁹⁹.

A reportagem também informa sobre a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), que funciona 24h e afirma que há atendimento específico em hospitais para casos de violência doméstica ou sexual. Além disso, há os Grupos de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) que são sete núcleos espalhados pela cidade de São Paulo, que protege os direitos das mulheres, oferece serviços de atendimentos especializados, responsabiliza os autores das violências e busca prevenir o acontecimento de violências.

O Plantão Judiciário de 1ª instância também pode atender mulheres, ele funciona nos dias em que não há expediente normal, como feriados e finais de semana. O atendimento pessoal é feito das 09h00 às 13h00 e há um juiz para deferir medidas protetivas.

A reportagem também ensina como utilizar o celular para fazer denúncias por meio do Aplicativo Direitos Humanos Brasil, do Boletim de Ocorrência eletrônico e do Robô Isa.bot, um programa que informa e orienta mulheres que estão nessas situações e está disponível pelo *Google* ou pela rede social *Facebook*. A *Uber* e a *Avon* também fizeram um *Whatsapp* (11 94494-2415) que, por meio de um *chat* que identifica a necessidade da mulher, solicita um carro gratuito da *Uber* para levá-la ao hospital, unidade de saúde, delegacia ou a um centro de atendimento que preste serviço de assistência social, psicológica e orientação jurídica.

⁹⁹ O site da Defensoria Pública é www.defensoria.sp.def.br Acesso do dia 15/06/2022.

Já no dia 24/07/2020 foi publicada outra matéria sobre violência doméstica, seu título é: “Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres”, com subtítulo: “No período de distanciamento social, o número de feminicídios no Brasil cresceu 22%. Mulheres vítimas de violência doméstica, advogadas e psicólogas compartilharam quais têm sido os principais desafios no atendimento diante deste contexto”, cujo *Lead* é: “Eu me perguntei várias vezes porque eu não morri. Depois tive que ouvir coisas como: ‘foi ela que apanhou do marido, ela tentou se matar’. Mas... gente. Eu não tentei me matar. Eu pulei pra viver”, contou Victória*, moradora de um bairro periférico da cidade de São Paulo. Nesta reportagem, por proteção, a chamaremos de Victória”.

Há uma ilustração como capa de uma jovem sentada em um cômodo com a porta fechada, ilustrando a vida de Victória, que ficou presa no quarto porque seu companheiro a trancava. No corpo do texto também há uma imagem das funcionárias do CDCM que foram entrevistadas pelo portal, são 3 mulheres negras, uma assistente social, uma advogada e uma psicóloga. Essa matéria traz infográficos a respeito da violência contra as mulheres:

Figura 7: Infográfico sobre violência doméstica e feminicídio.



Fonte: Portal Nós Mulheres da Periferia.

Figura 8 - Dados sobre denúncias de violência contra as mulheres feitas por meio do “Ligue 180”



Fonte: Portal Nós Mulheres da Periferia.

A reportagem conta sobre a violência doméstica vivida com Vitória, que o namorado a trancava no quarto, uma vez ele a ameaçou de morte, para fugir ela pulou da janela e se machucou na queda. No hospital foram negligentes e a recomendaram que voltasse para casa com o agressor e em nenhum momento a separaram do agressor para conversar em particular com ela. Victória conta que ele falava que a mataria, de quais formas a mataria e o que faria para esconder seu corpo, mas ela vivia em um ciclo de fugas e recaídas. Hoje, ela diz que não compreende porque voltava para a casa do agressor. Ela conseguiu ajuda e rompeu com o ciclo da violência no momento em que foi ao Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) em São Paulo. No caso de Vitória, o centro avaliou que era preciso encaminhá-la para uma Casa Abrigo, ela aceitou e foi com a roupa do corpo, no mesmo dia. A partir daí, sua vida começou a mudar para melhor.

A matéria também aborda sobre o aumento do feminicídio durante a pandemia e traz uma pesquisa do Atlas da violência 2019, cujo resultado afirma que 39,2% das mulheres assassinadas no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017, estavam dentro de suas casas. Nesse período, o uso de arma de fogo nesse tipo de crime cresceu 29,8%.

O portal ainda traz a informação de que para as mulheres transgênero¹⁰⁰, a casa também é um dos locais mais perigosos. Pois segundo o Mapa da Violência de Gênero, entre 2014 e 2017, 49% das agressões contra mulheres trans foram cometidas na casa da vítima e

¹⁰⁰ Pessoas que cuja identidade de gênero não se relaciona com o sexo biológico.

38% em locais públicos. A maioria das vítimas eram negras (54%).

O Portal também traz a informação de houve um aumento de 400% no número de publicações nas redes sociais que abordavam sobre brigas de casais na vizinhança, entre os meses de fevereiro e abril de 2020. “Os vizinhos estavam brigando e ele bateu na mulher, eu não consigo ouvir isso e não sentir vontade de chorar, parece que eu sinto na pele tudo o que ela está sentindo“, dizia uma dessas publicações”.

“O que costuma acontecer é as mulheres se sentirem revitimizadas nos atendimentos policiais. Às vezes, a mulher que mora na periferia não vai chamar a polícia, porque ela já tem uma relação com a polícia de muita violência e não de proteção, nem de ajuda. Por isso, muitas vezes ela se sente mais segura de ir por outro caminho em um primeiro momento”.

Após esses dados, a matéria passa a trazer informações cedidas pelas entrevistadas, a advogada especialista na área Criminal de Violência Doméstica Contra a Mulher, Denise Novaes, conta que as mulheres conseguem acessar medida protetiva sem precisar registrar o boletim de ocorrência (B.O), mas o ideal é formalizar o B.O. A matéria também evidencia que o B.O online, que pode ser registrado pela internet, não alcança vítimas que não tenham acesso a um celular ou computador.

Também é explicado que os serviços dos Centro de Referência Especializado em Assistência Social não pararam durante a pandemia, pois são considerados serviços essenciais. A psicóloga Denna Souza conta que a maioria dos casos só chega aos centros depois de tentativas de feminicídio.

Ela afirma que durante a pandemia passou-se a ter outra situação: “o fato de muitas vezes a mulher receber o auxílio emergencial e o homem não, a sobrecarga da mulher com os afazeres de casa e o cuidado com os filhos. São as mulheres que têm enfrentado filas para o auxílio emergencial, muitas estão em situação de miséria” Sobre esse tema, a advogada Novaes afirma: “Eles batem, quebram os celulares, exploram, xingam e roubam. Pegam o único dinheiro que elas têm para arcar com as contas”.

A advogada também conta que: “Quando as pessoas falam assim: ‘ela não sai porque ela não quer’. Não. Não é culpa da mulher. Isso é um fato. Ela não é culpada. Ela aprende com a própria violência. A gente fala que isso é síndrome do desamparo aprendido. Ela suporta e vai aprendendo a lidar com aquilo”.

Uma servidora pública da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, que não quis se identificar, contou: “Nossa Secretaria é uma das que menos tem verba no orçamento. Temos 1,5% do orçamento de São Paulo. Mas somos uma política pública muito importante. Portanto, teríamos que receber uma verba maior para trabalhar com a

proteção social que essas famílias merecem. Não só as mulheres vítimas de violência doméstica, como outras pessoas vítimas de violência”.

A servidora também afirmou: "A gente tem um problema da saída delas da casa sigilosa, porque precisam de uma casa para morar. E aí é um nó, porque não se tem um subsídio financeiro para essa mulher sair de casa. Ela precisa de um lugar para morar”.

No dia 30/07/2020 foi feita uma reportagem cujo Título é: “50% das mulheres cuidam de alguém na pandemia, diz pesquisa”. O subtítulo é: “Partindo da perspectiva de que as tarefas de cuidado e trabalho se sobrepõem de forma mais intensa durante o distanciamento social, o objetivo da pesquisa foi investigar os efeitos sobre o trabalho, a renda das mulheres e a sustentação financeira da casa” e o *Lead* é: “Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Gênero e Número, veículo de jornalismo de dados, lançaram nesta semana a pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. O levantamento ficará disponível online no dia 30 de julho (acesse o site) e mostra os impactos do contexto de isolamento social na crise da saúde para a vida das mulheres, considerando as desigualdades raciais”. A imagem de capa é de uma mulher usando máscara, com olhos sérios ou tristes. A reportagem indica que metade das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante a pandemia, principalmente as que vivem em áreas rurais e as mulheres negras têm menos suporte nos cuidados, apesar dos dados também demonstrarem que as mulheres brancas também estão exercendo cuidados sobre os grupos, pois compõem 49% das que estão cuidando de outros. As principais diferenças, ao fazer o recorte de raça, é que as negras cuidam mais de filhos de outras famílias e de adultos saudáveis sem deficiências, enquanto as brancas são as que mais cuidam de pessoas com deficiências e todas são as que mais realizam trabalhos domésticos não remunerados de limpeza, administração e cuidado dos filhos, sendo que 83% das entrevistadas são heterossexuais. Os dados foram retirados de um questionário respondido por 2.600 mulheres brasileiras entre abril e maio de 2020.

“Os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida não pararam – não podem parar. Pelo contrário, foram intensificados na pandemia. A economia só funciona porque o trabalho das mulheres, quase sempre invisibilizado e precarizado, não pode parar”, afirmam as organizações que fizeram a pesquisa.

No dia 02/07/2021, o portal publicou a seguinte matéria “Na boca do povo: corrupção, impeachment e manifestações no sábado”, com o subtítulo: “Desde o Super Pedido de Impeachment contra o atual presidente Jair Bolsonaro até as polêmicas da CPI da Pandemia, saiba o que pegou na semana”. O *Lead* é: “Sexta-feira é dia de Na Boca do Povo, uma

curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo. Aqui você acessa não só o fato, mas uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa”. A imagem de capa mostra um político coçando a cabeça em um sinal de dúvida. No meio do texto há um grupo de pessoas com uma bandeira escrita: Coalizão Jovem por Direitos. Alguns estão com os punhos erguidos simbolizando o símbolo da luta de resistência negra. Há uma outra imagem no meio do texto em que aparece o político Luiz Paulo Dominghetti apresentando um áudio durante a sessão, que ele atribuiu ao deputado Luiz Miranda.

A editoria “Na Boca do Povo” se trata de uma seleção das notícias da semana, essas são passadas para a linguagem do portal, que é uma linguagem simples e que, às vezes, traz gírias, como em: “Sequência de Toma Toma, sequência de Vapo Vapo”, esse verso da Mc Ingryd pode ser uma boa tradução para o que tem sido as sessões da CPI da Pandemia, oficialmente instalada no Senado Federal em 27 de abril de 2021”.

Também foi abordado sobre o esquema de compra superfaturada da vacina indiana Covaxin pelo governo federal. Após a exposição das notícias, o portal contextualiza a leitora, com o subtítulo “Como isso atinge você?”, que busca relacionar como que os fatos impactam a vida das moradoras de periferias. Nesse parágrafo, elas também divulgaram que seria feita uma manifestação a favor do impeachment de Bolsonaro.

Já no dia 07/07/2021, foi publicada uma matéria com o título “Vale Gás paulista: saiba se você tem direito”, com o subtítulo: “O produto foi reajustado e em São Paulo chega a custar R\$ 90¹⁰¹. Sem renda, muitas famílias tiveram que recorrer ao fogão à lenha devido ao preço alto”. O *Lead* é: “O governo de São Paulo (SP) anunciou no dia 17 de junho que irá disponibilizar para famílias de baixa renda um vale gás. O pagamento será feito em três parcelas de R\$ 100, a cada dois meses, sendo a primeira já neste mês de julho”. A imagem de capa é de um homem segurando um botijão de gás.

A notícia denuncia que o desemprego ultrapassa a marca de 14 milhões no país, também é abordado a inflação sobre os itens da cesta básica. O texto informa a leitora sobre como conseguir o vale-gás ofertado pelo governo estadual.

No dia 08/07/2021, foi publicada uma matéria similar, pois também aborda a questão inflacionária. O título é “Na boca do povo: você vai pagar mais caro na conta de luz”, com subtítulo: “Tá todo mundo falando que o preço da conta de luz vai aumentar. Mas você sabe

¹⁰¹ Atualmente, em 2022 valor médio nacional do botijão de gás é de 120 reais. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/19/botijao-de-gas-chega-a-custar-r-160-aponta-anp-veja-valores-por-estado.ghtml> Acesso do dia 02/06/2022.

porque e no que esse aumento se baseia? A gente te explica”. O *Lead* é: Na Boca do Povo é uma curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo feita pela redação do Nós, mulheres da periferia. Aqui você acessa não só o fato, mas uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa. A imagem de capa mostra uma moradia em uma comunidade periférica.

O texto apresenta uma linguagem coloquial que é escrita em forma similar a um diálogo: “Tá todo mundo falando que o preço da conta de luz vai aumentar. Mas você sabe porque e no que esse aumento se baseia? Bom, antes de tudo é preciso resgatar uma decisão feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lá em 2015”.

A reportagem explica como é organizado o cálculo da energia elétrica no país. Além disso, outro ponto levantado pelas jornalistas é a falta de chuvas regulares, pois como a energia elétrica no país é, majoritariamente, produzida em hidrelétricas, a falta de água aumenta o custo da geração de energia. Apresenta-se a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de que o Brasil apresentou um recorde de queimadas em florestas em 2020. Devido às queimadas e a seca, os reservatórios estavam com baixa quantidade de água, isso faz com que a conta de luz também fique mais cara.

Em seguida, a matéria passa diversas dicas práticas, para que as leitoras economizem energia elétrica dentro de suas casas e consigam pagar mais barato na conta.

No dia 14/07/2021, foi feita uma matéria para divulgar o podcast feito pelo Nós, o “Conversa #42: economia do cuidado e mulheres negras”, o subtítulo da matéria era: “No 2º episódio da série Futurar, Nós, mulheres da periferia e Revista Azmina refletimos sobre os futuros da economia do cuidado pelo olhar das mulheres negras”. O *Lead* é: “Como você imagina que vai ser o futuro das tarefas de cuidado? Você ac

ha que vai ser tudo automatizado? Onde as mulheres negras estarão? No segundo episódio da série Futurar, fomos a São Paulo e Pernambuco conversar com Luiza Batista, presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas, e com a doula e pedagoga Edite Neves para entender como o trabalho de cuidado das mulheres negras, dentro e fora de casa, move toda a sociedade: no passado, no presente e no futuro” A imagem de capa é uma fotomontagem de uma mulher com dois filhos, ela está de costas, usa tranças, no fundo há o universo em roxo.

O texto começa com uma metáfora: “Se você viveu na década de 90, provavelmente viu aquele desenho “Os Jetsons”, que mostrava uma família do futuro. A animação trazia uma

realidade super tecnológica e, nela, quem cuidava das tarefas domésticas era uma robô. Isso mesmo, uma robô, no feminino. Curioso né? Pensar que até no imaginário de um futuro tecnológico, quem é responsável pelas tarefas de cuidado é uma figura feminina”. Assim é levantado o questionamento de que os cuidados domésticos ou com os outros são sempre delegados à mulher. O podcast está disponível para ser ouvido no Spotify.

No dia 14/07/2021, foi publicada uma notícia com o título: Na boca do povo: o transfeminicídio só cresce. O Subtítulo é: “No primeiro semestre de 2021 o Brasil perdeu pelo menos 89 pessoas trans. Deste número, 80 foram mortes foram causadas por transfeminicídio”.

O *Lead* é: Na Boca do Povo é uma curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo feita pela redação do Nós, mulheres da periferia. Aqui você acessa não só o fato, mas uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa. A imagem de capa traz a bandeira LGBTQIA+ com as cores do arco-íris.

A matéria aborda que no Recife (PE), entre os meses junho e julho de 2021 foram registrados quatro casos de transfeminicídio. Sendo que no primeiro semestre de 2021, no Brasil, 89 pessoas trans faleceram. Desse número, 80 foram mortes causadas por transfeminicídio, ou seja, assassinado motivado por preconceito e 9 foram suicídios. Também aconteceram 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos. Os dados são da Associação Nacional de Travestis e Transexuais da ANTRA, divulgados em julho de 2021.

A mesma associação divulgou que 2020 foi um ano recorde em assassinatos de pessoas trans, um total de 175 casos.

O texto do Portal Nós Mulheres da Periferia aborda a questão da autorresponsabilidade e afirma que é necessário analisar as nossas posturas e falas a respeito da violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+. “A nossa negligência também compactua com a morte sistemática dessa população... Portanto, devemos assumir a responsabilidade com a inclusão, defesa e convivência respeitosa com todas as pessoas”, afirmam as jornalistas.

No dia 19/07/2021, foi publicada uma reportagem com o título “Marcela Bonfim: “celebramos as mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira”, com o subtítulo “Na estreia de sua coluna, Marcela Bonfim conta a história das mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira, em Rondônia”. O *Lead* é: “O texto desta coluna contém partes do artigo *À cabeça de Negro*,

*as imagens (in)visíveis da Cor*¹⁰². O mapeamento das mulheres é parte da jornada de encontros organizada em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho em parceria com o SESC-RO e com a Universidade Federal de Rondônia; com a organização de Joelma Holder, Anne Cleyanne e Elsie Shockness, com a composição curatorial de Marcela Bonfim. O evento faz parte da jornada de encontros organizada em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, pela Prefeitura de Porto Velho, utilizando as referências da tese da doutora Cleide Blackman e informações prestadas pelas famílias das mulheres homenageadas”.

A imagem de capa mostra uma mulher idosa negra com cabelos curtos e leve sorriso. No meio da matéria há 6 fotos de mulheres afro-antilhanas que tiveram suas histórias apresentadas no texto, todas são senhoras idosas.

O texto divulga o memorial fotográfico “Afro-Antilhanas do Madeira: pioneiras na arte de educar”, que ocorreu entre os dias 22 de julho a 22 de agosto de 2021 no Mercado Cultural de Porto Velho.

A reportagem foca na história das mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira, que emigraram de ilhas caribenhas inglesas e vieram morar nas margens do Rio Madeira, que banha Rondônia e o Amazonas. Esse movimento migratório foi estimulado pelos serviços na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Essa linha de trem possibilitou a formação de Porto Velho - RO (Blackman, 2011)¹⁰³.

O texto ressalta que essas populações migrantes originaram o bairro “Barbadian Town” em Porto Velho, em alusão ao país Barbados no Caribe. Devido ao racismo presente naquela região, o nome do bairro foi popularmente alterado para “Alto do Bode”.

A matéria apresenta a biografia de algumas mulheres afro-antilhanas, que tiveram forte participação social, principalmente na área da Educação. Elas foram fundadoras de escolas, professoras, diretoras, supervisoras, coordenadoras, membros da Secretaria da Educação, além disso foram mulheres universitárias e docentes de universidades daquela região. A maior parte das biografadas nasceu na década de 1930 e algumas nas décadas de 1950 ou 60.

¹⁰²Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11669> Acesso do dia 20/06/2022. O ensaio mencionado foi publicado pela revista acadêmica Fim do Mundo do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC) e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia (GPOD), em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

¹⁰³ Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/12/os-imigrantes-antilhanos-de-porto-velho.pdf> Acesso do dia 20/06/2022.

Já no dia 20/07/2021, foi publicada uma matéria com o título “Infância negada: as marcas do trabalho infantil para crianças negras”, quem assina o texto é Semayat S. Oliveira e o subtítulo é: “No Brasil, antes da pandemia, já havia mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes nessa situação. Mas qual a origem do trabalho infantil?”, com o *Lead*: “O dia 13 de julho marcou o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e que, até hoje, enfrenta desafios para ser cumprida no Brasil. Um dos pontos críticos em relação a isso é o trabalho infantil e isso é comprovado em números”.

A imagem de capa mostra uma fumaça densa, um homem negro usando chapéu de palha leva uma garota pequena pela mão, ela também é negra e usa maria chiquinhas, aparenta ser sua filha. No meio do texto a uma fotografia de Elisiane Santos que é procuradora do Ministério Público do Trabalho e realizou um mestrado sobre trabalho infantil.

A matéria relaciona a pandemia de Covid-19 com o possível aumento de casos de trabalho infantil. Um relatório divulgado em junho de 2020 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertou que o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões de meninas e meninos nos últimos quatro anos, de 2016 a 2020. Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da pandemia. O texto informa que 1,7 milhão de crianças e adolescentes estavam trabalhando no Brasil em 2019, antes da pandemia¹⁰⁴.

Segundo a entrevistada Elisiane Santos, procuradora do Ministério Público do Trabalho, a pandemia fez com que mais crianças trabalhassem para ajudar nas contas dentro de casa. Ela afirma: “no Brasil, existe uma ideologia que foi sendo incorporada no dia-a-dia das pessoas, de que é normal ver crianças trabalhando. E isso se reproduz em alguns mitos, né? Do tipo: ‘ah, é melhor estar trabalhando do que estar na rua’ ou ‘é bom trabalhar porque é aprendizado’. Mas, na verdade, tudo isso oculta as violências que estão por trás do trabalho infantil. Essa naturalização pode aparecer de muitas formas diferentes, inclusive na fala de líderes nacionais, como é o caso do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Durante uma de suas lives, em 4 de julho de 2019, ele disse o seguinte: “Quando o moleque tá fumando um paralelepípedo de crack, ninguém fala nada. Então o trabalho não atrapalha a vida de ninguém”.

¹⁰⁴ Disponível em:

<https://www.fadc.org.br/noticias/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-para-17-milhao-de-criancas-e-adolescentes-no-brasil> Acesso do dia 20/06/2022

A reportagem então afirma que a Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, a não ser que seja na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, apesar do presidente incentivar que crianças trabalhem.

A procuradora também ressalta que a defesa do trabalho para as crianças só ocorre quando são filhos de classes mais baixas, com vulnerabilidades econômicas, assim essa cobrança só recai sobre crianças negras. Santos também ressalta que meninas negras são cobradas para exercer tarefas de cuidado cedo em suas vidas e até trabalham como babás de crianças de outras famílias ou como pequenas empregadas domésticas.

“O trabalho infantil doméstico nega direitos aos trabalhadores adultos, porque uma família que está explorando essa mão de obra infantil está deixando de contratar uma trabalhadora com direitos assegurados, né? Economicamente isso é vantajoso para quem explora, mas para criança é um sofrimento”, afirma a procuradora. Ela também ressalta sobre os riscos psicológicos e físicos para as crianças, além de meninas estarem mais expostas à violência sexual dentro de um ambiente doméstico privado.

A pesquisadora também comenta que essas ações são parte da herança cultural escravocrata brasileira, que desumaniza corpos negros. A jornalista do portal relembra o caso da morte do menino Miguel, que caiu de uma janela do prédio e que estava sob os cuidados de Sari Corte Real¹⁰⁵, que cometeu negligência e o deixou sozinho.

A procuradora ressalta que mostrar referências positivas de pessoas adultas negras para as crianças é importante para que elas tenham perspectiva de futuro, ela cita autoras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. “Elas [as crianças] devem saber que existem direitos que precisam ser assegurados a todos... Às vezes, as pessoas acham que as crianças não têm maturidade pra isso. Não, as crianças têm, elas entendem tudo. Então acho que a gente precisa falar sim com as crianças negras e as crianças não negras para que elas não reproduzam e não formem suas identidades em valores e representações excludentes e discriminatórias que trazem sofrimentos a todos e a todas”, conta Santos.

No dia 20/07/2021 o portal divulgou mais um episódio do podcast *Conversa de Portão*, cujo título é: “Tecnologias negras e novos imaginários”, com subtítulo: Os usos e o futuro das tecnologias negras são o tema do último episódio da série *Futurar*. O *Lead* é: Os usos e o futuro das tecnologias negras são o tema do 3º e último episódio da série *Futurar*,

¹⁰⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/05/31/caso-miguel-sari-corte-real-e-condenada-a-8-anos-e-seis-meses-de-prisao.ghtml> Acesso do dia 20/06/2022.

uma parceria do podcast *Conversa de Portão* e Revista *Azmina*. Desde instrumentos, de lidar com a terra, o poço, a vestimenta, a bolsa, etc..”. A imagem de capa é uma fotomontagem que mostra uma mulher negra idosa com um turbante na cabeça, com uma foto da Terra, de espadas de São Jorge e o universo em tons roxos no fundo.

O texto traz uma discussão sobre o ambiente virtual e sobre a inteligência artificial, que também carrega traços da cultura, ou seja, carrega estereótipos, porque são seres humanos que pensam os algoritmos. Segundo dados do National Center for Education Statistics, apenas 3,8% dos funcionários do Facebook são negros. 4,5% na Microsoft e 3,7% no Google. As mulheres são apenas 25% no setor em geral.

As entrevistadas do podcast afirmaram: “A gente tem essa herança da coletividade, de comunidade, de pensar o coletivo, de pensar juntos. A gente tem que conviver com a tecnologia e conviver de forma que ninguém seja explorado em demasia a ponto de ficar refém de tecnologia, mas que a gente encontre um meio termo pra lidar e utilizar ali, extrair da tecnologia, soluções coletivas e harmoniosas”.

No dia 23/07/2021, uma matéria traz o título “Os futuros imaginados pelas mulheres negras”, com o subtítulo: “Nesta reportagem da Futurar, parceria Nós Mulheres da Periferia e Revista *Azmina*, contamos como mulheres negras estão imaginando futuros”. *Lead*: Esta reportagem integra a série Futurar, uma parceria entre a Revista *Azmina* e Nós, Mulheres da Periferia, ouvindo mulheres que imaginam futuros sem nunca esquecer do passado. Reportagem por Jéssica Moreira e Marília Moreira. Edição Lívia Lima e Helena Bertho. A imagem de capa é uma fotomontagem com 6 mulheres negras em preto e branco, no fundo está a imagem do universo em tons roxos. As mulheres têm várias idades e todas estão sorrindo.

Esta matéria conta histórias sobre o passado, presente e futuro de mulheres negras e traz depoimentos cedidos em entrevistas sobre esse tema: “Na infância de Ana Lúcia dos Santos Silva, 59, era por meio das histórias contadas pela avó Benedita que ela viajava no tempo. A mais velha estendia uma esteira, punha os netos todos em volta, sentava em um banquinho e narrava as estratégias de luta e sobrevivência do povo preto enquanto trançava os cabelos das criança”.

A matéria também explica o que é afrofuturismo, que significa o movimento de refletir sobre futuros possíveis através da ótica não branca, não ocidental e de uma forma mais coletiva.

Uma das entrevistadas pela matéria ressalta as dificuldades de se inserir no sistema capitalista: “Imagine uma família numerosa, trabalhando no corte de cana na agricultura, não

para si, mas para o fazendeiro. Que sonhos a gente podia ter? Que sonhos a gente ia conseguir? Se onde morava, não tinha nem energia, não tinha luz elétrica?”, provoca Luiza, que começou a trabalhar como doméstica aos 9 anos para ajudar a família”. A entrevistada acredita que o futuro precisa ser desenhado coletivamente.

Ao abordar sobre a questão da tecnologia e sua expansão no futuro, a pesquisadora Taís Oliveira ressalta que mulheres negras têm menos acesso à tecnologia, assim têm menos acesso à formação e à carreira em tecnologia. Ela afirma “então, como pensar uma tecnologia com um olhar não hegemônico, se os espaços de decisão e de reflexão a respeito da tecnologia não são plurais?... Tão importante quanto a criação de tecnologia para suprir problemas ou melhorar processos e fluxos é a reapropriação dessas tecnologias”.

A pesquisadora também aponta: “Esse modelo hegemônico é puramente centrado no sistema. Ele é pensado para a individualidade e permite que pessoas violentas, grupos extremistas tenham espaço e se apropriem desse espaço com bastante liberdade e tranquilidade... Então, já que esse modelo não funciona, a gente precisa buscar outros modelos, outras referências, outros modos de pensar, outros pontos de vista. Eu não tenho soluções pra isso, eu tenho sugestões, sugestões de pensar por outros caminhos... O povo preto tem essa herança da coletividade, de comunidade, de pensar o coletivo, de pensar juntos o movimento social, o movimento negro.

O texto encerra ressaltando que os direitos básicos são uma luta centenária de gerações dos povos de origem africana no Brasil e até hoje não são assegurados. Hoje, além de saúde, educação, justiça também aborda-se o direito de se comunicar e de acessar a internet.

No dia 23/07/2021 foi publicada uma matéria com título: “Lana Souza: ‘comunicação faz a verdadeira revolução”, cujo subtítulo: “A jornalista carioca Lana Souza estreia sua coluna reafirmando a importância da comunicação a partir das favelas e periferias”. O *Lead* é: Trechos da matéria foram retirados e adaptados da matéria *Jornalismo comunitário: Uma ferramenta necessária para a comunicação no Brasil* publicado no portal alemão Kobra – Kooperation Brasilien. As favelas e periferias do Brasil são muito diversas. Isso é um fato. Muito se assemelham nas vivências, luta e falta de garantia de direitos, mas o tamanho das diferenças e particularidades que existem em cada uma é imensurável. A imagem de capa é da jornalista Lana Souza com uma máquina de filmagem, abaixo no texto há outra imagem da jornalista, em que ela está sorrindo de óculos escuros e brincos azuis.

O texto aborda sobre as formas de Jornalismo que são feitas dentro de uma favela e usa o Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, como exemplo de uma

organização, criada dentro de uma periferia, que atua com comunicação e direitos humanos.

A jornalista Lana Souza é do Complexo do Alemão, ela afirma: “A comunicação popular geralmente está associada a uma ideia de transformação e de resistência. Mas, assim como existe a necessidade desses grupos produzirem uma nova forma de comunicar os problemas que enfrentam morando nas favelas e periferias do país, existe também um desejo intenso de serem reconhecidos e fortalecidos pela qualidade técnica que seus trabalhos possuem e também por suas produções culturais e de registro da memória local. Por isso, é urgente que os jornalistas de escritório – aqueles que SÓ passam os seus dias atualizando as redes sociais em busca de alguma pauta policial vinda da favela – verdadeiramente compreendam que existe qualidade de apuração no trabalho feito por um jornalista que narra a sua própria vivência”.

No dia 27/07/2021, o portal publicou o seu editorial e o seu posicionamento para os seus leitores. O título da matéria é: “O Nós lança novo posicionamento e jeito de fazer jornalismo”, com o subtítulo: Bate-papo ao vivo acontece na sexta (30) e contará com a presença da jornalista Flávia Oliveira. Não perca!” O *Lead* é: “Com mais de sete anos de existência, o site jornalístico Nós, mulheres da periferia apresenta nesta sexta-feira (30) seu novo posicionamento, o que inclui uma nova identidade visual, novas editorias, e um novo jeito de falar sobre o Brasil e o mundo pelo olhar das mulheres negras e periféricas” A imagem de capa mostra uma mulher jovem negra usando máscara aponta a câmera do celular para uma outra mulher, que também usa máscara, parece estar acontecendo uma entrevista. Atrás delas há outras mulheres e à esquerda um carro da polícia.

A matéria noticia um bate papo que ocorrerá com jornalistas e as co-fundadoras da organização Jéssica Moreira e Semayat Oliveira.

As co-fundadoras afirmam: "O Nós é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal”.

Após 7 anos de experiência trabalhando no portal, as jornalistas perceberam que tinham que expandir o Nós, para alcançar outros públicos além das mulheres de periferias de São Paulo, considerando mais lugares do Brasil. “ As histórias das mulheres estão no coração do projeto jornalístico do grupo, sendo este nosso principal ponto de partida para qualquer conteúdo. Acompanhando as histórias, todos os conteúdos trazem também o contexto no qual as entrevistadas estão inseridas, com informação e apresentação de dados de forma didática e de fácil compreensão — um jornalismo informativo, reflexivo e pautado em uma narração

que gera identificação em quem lê”.

As fundadoras do portal também definiram novas editorias e as organizaram no site: “Histórias, Análise, Contexto e Comportamento”. Além disso, as leitoras são convidadas a contarem as suas histórias pessoais na coluna “Nossas Vozes”.

As fundadoras ressaltam “Em 2015, a partir de oficinas de comunicação destinadas a mais de 100 mulheres entre 17 e 92 anos, chegamos onde as outras mídias ainda não chegavam, incidindo sobre a importância da diversidade no jornalismo”¹⁰⁶.

9. ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PORTAL NÓS MULHERES DA PERIFERIA

A análise das notícias do portal Nós Mulheres da Periferia foi realizada com base em 3 macro categorias teórico analíticas, que direcionaram o foco da análise. Entretanto, com a realização do estudo percebeu-se que na realidade as notícias não eram tão segmentadas, pois os assuntos convergem entre si. A primeira categoria estipulada se relaciona com a interseccionalidade, enquanto realidade concreta, a síntese de práticas que desempenham as mulheres periféricas e as ações, prejuízos ou preconceitos que as atingem por serem mulheres periféricas e, em maioria, negras. Como esses corpos enfrentam um período pandêmico para além das dificuldades cotidianas que já existiam. Além disso, aborda-se a interseccionalidade, como parte dessa síntese necessária para a visão totalizadora proposta por Marx e Engels (2007).

A segunda se relaciona com as ações do Estado, as formas de biopolítica e necropolítica que o Estado produz. Quais ações do Estado que alcançaram as mulheres periféricas durante uma pandemia. Toma-se como ponto de partida os conceitos de Foucault (2005) sobre a relação dos corpos com o Estado e de Membe (2018) sobre necropolítica, sendo a instrumentalização dos corpos, a determinação por parte do governo sobre quem deve ou não morrer e as ideias abstratas construídas para criação de inimigos imaginários, em grande parte, determinadas através do racismo.

Enquanto o terceiro ponto de foco é a mídia radical digital e a tecnologia, englobando assuntos como barreira digital, tecnocapitalismo, esfera pública interconectada e características das mídias radicais. Para compreender as formas que as mulheres utilizam a tecnologia e as mídias, além das suas visões sobre o assunto.

Da mesma forma que a teoria da Interseccionalidade nasceu de um desconforto vivido

¹⁰⁶ A jornalista faz menção à oficina *Desconstruindo Estereótipos – eu, mulher da periferia na mídia*.

Disponível em:

<https://nosmulheresdaiperiferia.com.br/quando-mulheres-da-periferia-decidem-como-querem-aparecer-na-midia/>

Acesso do dia 30/06/2022.

por Crenshaw (2002) em sua universidade estadunidense, o portal Nós Mulheres da Periferia também nasce de um desconforto vivido pelas mulheres periféricas ao assistirem novelas, telejornais, programas e lerem notícias e revistas. As mulheres, que depois criariam o portal, avaliaram que eram representadas como “piriguetes” na comunicação hegemônica. A assexualidade da mulher era, e ainda é, vista como um valor devido a cultura católica que foi historicamente implantada no país. Essa visão de “piriguite” desmerecia a mulher periférica, porque contrastava com a imagem ideal de uma mulher de valor: recatada, assexual (Beauvoir, 1967) e pertencente às classes hegemônicas. Essa imagem de hiper sexual também recaiu sobre as indígenas devido ao julgamento dos colonizadores sobre elas (Rago, 1998).

Além disso, outro lugar comum era a representação das mulheres periféricas somente em narrativas de miséria, não explorando outros temas possíveis. Crenshaw deu um passo à frente a partir de um lugar de desconforto, assim como hooks (2018) que criou um livro porque percebeu que as pessoas não entendiam o que era feminismo e, de forma similar, as jornalistas decidiram criar algo novo, que confrontaria a visão hegemônica sobre o que é ser moradora de periferia, se tornando uma audiência ativa e dando as suas próprias resposta para a mídia e para esfera pública. Assim, elas criaram o portal Nós Mulheres da Periferia. Uma das lógicas apresentadas no manifesto¹⁰⁷ feito pelas jornalistas, é que para se determinar um bairro como periférico, primeiro é preciso determinar o que é o centro, é a partir desse centro que se determina conceitos de longe e perto. Elas propõem a inversão dessa lógica ao colocar a periferia no centro e a história das mulheres da periferia como foco principal, o “coração” do Nós, como afirma Moreira (2022).

O Nós Mulheres da Periferia é uma mídia radical digital que Moreira, em entrevista, intitulou como sendo:

Antirracista, anti patriarcal e que luta pelas questões de gênero. Se eu fosse ditar a linha editorial do Nós, seria isso. O Nós Mulheres da Periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil é uma mídia voltada para construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal. As nossas pautas falam sobre mulheres, pessoas LGBTQTS, pessoas com deficiência, que são pessoas que nunca foram olhadas (Moreira, 2022).

Ao criar o portal com esses objetivos, as jornalistas passam a se encaixar no conceito de audiência ativa e criadoras de mídia radical digital, pois ao invés de aceitar as mensagens da mídia hegemônica, elas elaboraram respostas para essas falas da mídia e transformaram os

¹⁰⁷Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/> Acesso do dia 30/06/2022.

valores e características que estavam sendo apresentados na mídia (Downing, 2002). Além disso, demonstram a sua parcialidade e a sua dedicação ao que elas acreditam que seja ideal: uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal, englobando pessoas que costumam ser excluídas socialmente, como os portadores de deficiências ou pessoas LGBTQIA+. “As histórias das mulheres estão no coração do projeto jornalístico”, afirma Moreira (2022). Ao assumir a parcialidade devido ao compromisso com esses valores, elas se diferenciam da mídia hegemônica que se entende como imparcial (Abramo, 2023).

Embora autores, como Abramo (2003) e Chauí (2006), afirmem que a imparcialidade nesses veículos não existe, pois a maioria acaba tendo um viés político e suas matérias transmitem os ideais dessa ideologia, o que pode ser feito para amenizar a parcialidade da mídia hegemônica é a objetividade intencional e isso depende dos jornalistas e de seus editores.

Outro ponto levantado por Downing (2002), é a responsabilidade das mídias radicais perante o seu público, uma vez que esse tipo de mídia costuma ser devotado a um movimento social e, conseqüentemente, também dedica-se aos agentes desse movimento. Com o Nós Mulheres da Periferia, esses agentes estão visíveis, pois compõem até o título do portal. Downing reflete que as mídias radicais devem se comprometer em informar e incentivar a capacidade de desenvolvimento de seu público. O autor também ressalta que esse tipo de mídia costuma ter uma sensibilidade maior com as necessidades dos sujeitos sócio-acêntricos, assim como com as injustiças cometidas contra eles.

Moreira (2022) afirma que o Nós tem como objetivo informar as suas leitoras e que elas não se limitam a abordar assuntos restritos à periferia, mas que todos os assuntos como políticas públicas, educação, sociedade, comportamento, política nacional e internacional devem ser noticiados e analisados pela ótica das mulheres periféricas. O maior público do Nós são mulheres, na faixa etária de 24 a 35, que tiveram acesso à educação e, por vezes, se formaram na universidade, que têm acesso, em maior ou menor grau, à tecnologia e são moradoras de periferias da capital do Estado de São Paulo.

Segundo ela, a equipe se preocupa em atingir a maior quantidade de moradoras de periferias possíveis e o maior desafio é a barreira digital (Sá Martino, 2014), tanto em relação ao acesso à tecnologia quanto a uma rede de internet. Moreira explica que grande parte não tem acesso a notebooks ou computadores e o acesso à *web* é feito pelo sinal do celular, assim elas passaram a refletir sobre estratégias para que os conteúdos do Nós conseguissem alcançar essas mulheres. As jornalistas perceberam que a maior parte dos pacotes mais acessíveis das operadoras trabalham com oferta de internet para aplicativos como o *Whatsapp*, a partir dessa

percepção elas adaptaram o podcast “Conversa de Portão”, que é publicado semanalmente, para o formato “Zapcast”. O áudio do programa pode ser escutado pelo próprio *Whatsapp* sem que a pessoa tenha que fazer *download* do conteúdo, dessa forma o pacote de dados da usuária é preservado.

A implementação do *Zapcast* foi uma forma que as jornalistas encontraram de tentar alcançar mulheres sem acesso a rede *wifi*, a um notebook ou a um pacote de internet maior e mais caro. Apesar dessa melhoria, Moreira afirma que o desafio ainda é grande, elas também fizeram eventos *offline*, antes da pandemia, com o objetivo de informar mais pessoas:

A gente sempre fez muitas mesas de debate em escolas, em periferias, com a pandemia isso foi mais difícil, mas agora estamos voltando. Nos eventos, a gente ouvia muitos relatos de violência [contra às mulheres]. A gente tem falado muito sobre essa questão, inclusive por meio de conteúdo [no site e nas redes sociais]. Em 2015, a gente fez uma série de oficinas em um projeto nosso que chamava “Desconstruindo Estereótipos - Eu Mulher da Periferia”¹⁰⁸, nós falamos com mais de 100 mulheres de seis bairros diferentes da periferia. Mulheres de 17 até 92 anos, as mulheres se fotografavam, se desenhavam e diziam como queriam estar na mídia. No fim do processo, a gente fez uma exposição multimídia, que ficou em cartaz em um bairro da cidade de São Paulo e essas mulheres puderam se ver. Depois disso, a gente rodou vários lugares, acho incrível esse projeto nosso, sem falsa modéstia. Em 2017, entrevistamos algumas delas e lançamos um documentário com 4 delas: o “Nós Carolinas”¹⁰⁹. Em 2017 e 2018 a gente rodou muitas periferias, lembro de ir em um bar punk só com homens, mas falando e de ir à EJA (Escola de Jovens e Adultos) para escutar histórias de mulheres. Lembro de estar nas UBS (Unidade Básica de Saúde) com agentes comunitárias e as meninas [jornalistas do Nós] rodaram em muitos lugares também (Moreira, 2022).

Moreira afirma que entende os limites das jornalistas enquanto comunicadoras, quando uma mulher procura elas pessoalmente ou pelo portal, a primeira ação é acolher essa mulher e encaminhá-la para profissionais que realmente possam cuidar dela e auxiliar o seu caso. O grupo é muito conectado à assistentes sociais que atuam nas periferias, psicólogas e advogadas, além de informar as mulheres sobre os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

A jornalista afirma que sempre que o portal publica sobre temas como assédio ou violências costuma-se surgir relatos fortes de vítimas. “Teve uma postagem que teve muito

¹⁰⁸ Disponível em:

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quando-mulheres-da-periferia-decidem-como-querem-aparecer-na-midia/>
Acesso do dia 30/06/2022.

¹⁰⁹ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM&ab_channel=N%C3%B3s%2Cmulheresdaperiferia Acesso do dia 30/06/2022.

mais de mil curtidas, pois muitas mulheres se viram na publicação sobre tipos de assédio” (Moreira, 2022). Ressalta-se que se a esfera pública interconectada e alternativa é o espaço abstrato para conversa pública sobre temas do momento e temas de interesse público, com livre participação de quem deseja estar ali. É possível afirmar que o Nós cria uma esfera pública alternativa, uma vez que o assédio faz parte do patriarcado e, portanto, da cultura hegemônica (Downing, 2002).

A comunicadora ainda comenta que é sempre um desafio falar sobre violência doméstica e fazer entrevistas sobre isso, porque elas moram na periferia e, muitas vezes, essa vítima de violência mora na mesma periferia que ela. Essa situação pode expor a fonte a um risco ainda maior e a jornalista que escreveu o texto também: “Quando a gente vive no território é muito diferente de uma grande mídia que vai lá gravar e vai embora” (Moreira, 2022). Sobre a atuação a respeito das violências, ela comenta: “A gente levanta o debate, levanta a possibilidade de falar e de ter espaço. Tem uma área do Nós que chama Nossas Vozes, para mulheres publicarem suas histórias (Moreira, 2022).

O Portal também conta sobre casos reais de violência, omitindo o nome das fontes, esses assuntos contextualizam a violência doméstica na realidade, assim retira-se a fabulação e a alteridade¹¹⁰ em relação ao assunto. A aproximação com a realidade evita estigmas introjetados na cultura hegemônica como acreditar que a mulher “merece” apanhar ou fabular sobre justificativas para esse ato. No caso relatado na matéria “Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres”, o portal também expôs um problema: um atendimento feito em um hospital. Pois, não houve nenhuma conversa em particular entre profissionais da saúde com uma mulher que havia se jogado da janela do segundo andar, apenas cuidaram de seus ferimentos e a enviaram de volta para casa, junto com o agressor.

A reportagem exposta pelo portal “Você não está sozinha: como pedir ajuda em caso de violência doméstica em SP” é um exemplo da abertura de debate e inserção do tema na esfera pública alternativa interconectada que o Nós alcança. Esse texto informa detalhadamente sobre o que é uma violência física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial e ressalta que a proteção contra essas violências está contida na Lei Maria da Penha. A partir dessas explicações, as jornalistas informam sobre 11 formas de conseguir apoio através de instituições públicas e 5 formas de conseguir ajuda *online*, além dos disque denúncias 190 e 180. Essas informações compõem o que analisamos como uma “rede de proteção” formada

¹¹⁰ No dicionário Oxford: “natureza ou condição do que é outro, do que é distinto”.

para informar mulheres sobre seus direitos e como realizar denúncias. As matérias sobre saúde mental, informações a respeito de preconceitos, situações que as mulheres passam, conteúdo educacional ou a respeito de economia financeira também são formas de proteger essas mulheres, tendo em vista a realidade que as perpassam, segundo hooks (2018): uma realidade capitalista, racista e patriarcal.

Um exemplo de texto que cuida da saúde mental das mulheres é a matéria : "Fotógrafa promove ensaio à distância para estimular autocuidado de mulheres", pois divulga um projeto que aumenta a auto estima das mulheres e estimula um debate sobre autocuidado e sobre a sobrecarga de trabalhos e cuidados com os outros que são desempenhado pelas mulheres. A fotógrafa responsável pelo projeto, por também ser de periferia e saber que as mulheres mais pobres não teriam condições de realizar um ensaio fotográfico, decidiu que para cada ensaio fotográfico pago, um seria feito de graça com uma mulher que não tivesse condições. Assim, a profissional conseguiu levar o seu trabalho até a periferia, trazendo temas como autoestima, autocuidado e amor próprio para mulheres que há centenas de anos foram ensinadas a não aceitar o tom de sua pele e suas condições financeiras, sendo marcadas pela rejeição social (Carneiro, 2003).

Rago (1998) afirma que, muitas vezes, os problemas das mulheres são invisibilizados nas Ciências Humanas por serem assuntos privados, pessoais e abordam situações que ocorrem dentro de casa. O Nós aborda essas questões pessoais e privadas também, o portal disserta sobre a culpa sentida pelas mulheres por reservarem momentos de descanso ou lazer, esse remorso aparece mesmo após resolverem diversos problemas. Assim, as leitoras acessam esse conteúdo, se identificam e passam a compreender melhor que têm direito ao descanso, ao lazer e à cultura.

As jornalistas também problematizam a cultura hegemônica patriarcal, como exemplo, elas enfatizam o fato de um desenho dos anos 90 (Os Jetsons) ter uma robô feminina para ser babá e faxineira, isso delimita uma posição social e profissional para as garotas que cresceram assistindo a animação.

Essa expectativa de que a mulher desempenhe cuidados pode se tornar uma condição perversa para adultas e meninas. O Nós trouxe a entrevista da procuradora do Ministério Público do Trabalho, que estudou situações de trabalho infantil. Ela explica que desde cedo, meninas são expostas a trabalhos de babá, uma criança cuidando de outra, ou serviços domésticos na casa de outras famílias. Isso as leva precocemente a uma cultura laboral perversa, que tem origens históricas no patriarcado e na colonização. Quando o presidente

endossa que é melhor que as crianças trabalhem do que fumem crack¹¹¹, ele sintetiza a vivência de crianças periféricas a apenas dois pólos: o crack ou o trabalho, omitindo que essa criança poderia estar na escola, praticando esportes ou brincando com demais crianças. Sendo assim, ele alimenta uma ideologia de meritocracia perversa ,a esfera pública.

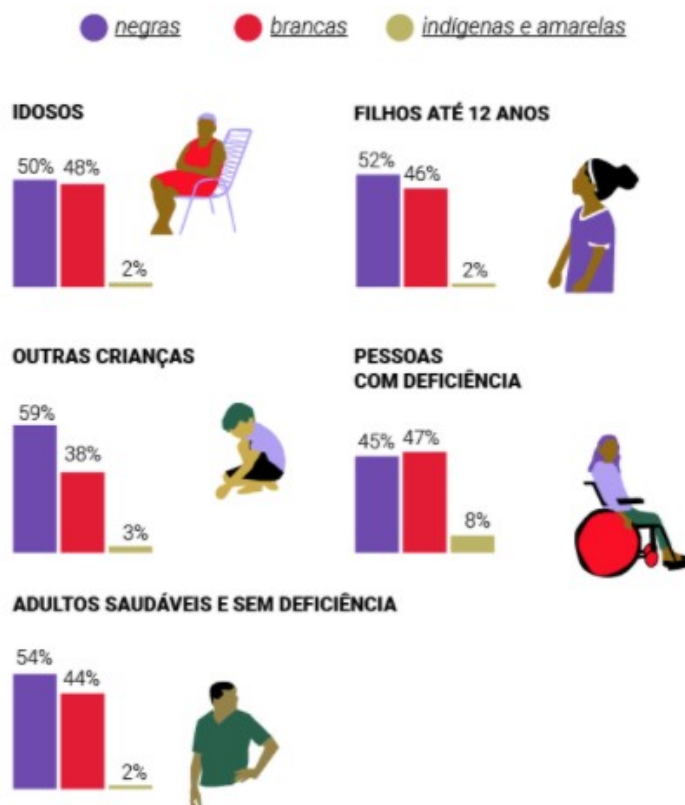
O cuidado que as mulheres desempenham foi analisado pela organização não governamental “Sempreviva Organização Feminista (SOF)” e pela empresa social “Gênero e Número”, que fizeram uma pesquisa¹¹² com 2.641 mulheres entre o período de 27/04/2020 a 11/05/2020. O objetivo era compreender sobre mudanças experimentadas na realização do trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia. Dessas mulheres, 47% afirmaram que são responsáveis por cuidar de outra pessoa, dessas 50% são negras e 49% são brancas, sendo que as mulheres negras possuem menos apoio externo (54%). Entretanto, o questionário foi realizado *online* e, devido a barreira digital (Sá Martino, 2014), mulheres mais vulneráveis economicamente não participaram, sendo que essas são de maioria negra, como apontado por este estudo. Além disso, destaca-se que as organizações que encomendaram a pesquisa são voltadas para assistência às mulheres. A pesquisa considerou como trabalho e cuidado as ações desempenhadas por elas que não são remuneradas.

Figura 9- Infográfico sobre mulheres de quem as mulheres cuidam durante a pandemia

¹¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_WutxuLg0V4&ab_channel=UOL Acesso do dia 13/06/2022.

¹¹² Disponível:
https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf Acesso do dia 13/06/2022.

De quem essas mulheres cuidam?



As organizações responsáveis pela pesquisa afirmam que os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida foram intensificados na pandemia

Crédito: SOF / Gênero e Número

Fonte: Portal Nós Mulheres da Periferia

Os cuidados analisados pela pesquisa envolvem atos como: monitoramento de alguém; responsabilidades sobre outros; limpeza do domicílio; cozinhar; servir alimentos; comprar alimentos; fazer reparos de manutenção no domicílio; pesquisar preços de bens/alimentos e pagar contas. A pesquisa levantou esses e outros dados de maneira separada, pois as perguntas foram feitas em blocos. A pesquisa também expôs alguns depoimentos como:

Existe desproporção entre responsabilidades, preocupações e cuidados. Há uma sensação de culpa sobre qualquer risco vivenciado que recai de forma desproporcional entre as pessoas e acho que tem a ver com gênero, com ser responsabilizada ou cobrada, sentir-se responsável pela segurança do outro e/ou do lar etc... Embora o marido tenha consciência da necessidade de divisão do serviço doméstico, homem fica fazendo vista grossa para a sujeira e em meu caso, muitas vezes acabo assumindo mais do que deveria (SOF; GN, 2020).

No infográfico apresentado, 54% de mulheres negras, 44% de mulheres brancas e 2% de mulheres indígenas ou asiáticas alegaram cuidar de adultos saudáveis, elas realizam esses serviços devido a questões culturais ligadas à cultura hegemônica e patriarcal. Souza (2020) publicou sobre sua hipótese de que a pandemia aumentaria as vulnerabilidades pré existentes sobre a cultura do cuidado que recai sobre as mulheres, o autor afirmou:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas «as cuidadoras do mundo», dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. Poderia imaginar se que, havendo mais braços em casa durante a quarentena, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres. O aumento do número de divórcios em algumas cidades chinesas durante a quarentena pode ser um indicador do que acabo de dizer. Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem vindo a aumentar agora (Souza, 2020, p. 15- 16).

Segundo o FBSP (2021), Souza está correto, a violência contra mulher realmente aumenta em tempos de guerra e crise, uma vez que na pandemia os casos de feminicídio cresceram 22,2% em 2020¹¹³. Já em 2021¹¹⁴, o FBSP verificou que uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ao longo dos últimos 12 meses no país, totalizando 17 milhões e 48% dos ataques aconteceram dentro de casa. A dependência financeira é um dos maiores entraves para a mulher deixar um relacionamento. Souza (2009) também ressalta que mulheres economicamente vulneráveis que moram em periferias permanecem em relacionamentos não recíprocos devido à proteção que o marido traz em relação a abusos sexuais de terceiros. Em 2009, ao realizar pesquisa em campo, um homem da periferia faz uma afirmação ao pesquisador:

¹¹³ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-esta-dos-durante-pandemia> Acesso do dia 15/11/2021.

¹¹⁴ Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> Acesso do dia 15/11/2021.

Fato é que, como nos disse um informante, “mulher sozinha na favela vira toco de cachorro mijar”. Mais que tudo, a imagem que esse dito popular evoca diz respeito ao contexto de vulnerabilidade extrema das mulheres da ralé perante o abuso sexual e físico; à maneira de um toco, impotente, à mercê...[um casamento traria] a proteção contra as intempéries da natureza e contra certas crueldades das quais o Homem é capaz, nesses contextos, a situação de uma menina se torna especialmente vulnerável com o chegar da puberdade. Nos piores casos, como não chega a ser raro, as meninas constantemente ameaçadas pelos assédios e ataques dos homens mais próximos chegam a ficar grávidas de seus próprios parentes: pais, tios e irmãos muitas vezes consideram legítimo que as meninas sirvam como objeto para alívio de seus desejos e pulsões sexuais (Souza, 2009, p.129 - 130).

Além de denunciar as desigualdades das vivências das mulheres, o portal Nós Mulheres da Periferia também busca informá-las sobre questões financeiras, o que se encaixa na criação de uma rede de proteção, como na matéria em que são apresentados dados sobre formas práticas de economizar energia elétrica e, também, sobre como conseguir apoio do governo estadual para comprar gás: o Vale Gás Paulista. Dessa forma, o portal denuncia violências, informa sobre os direitos das mulheres, sobre como e onde procurar ajuda em caso de violências, aconselha sobre finanças e cria estratégias para tentar driblar a barreira digital, como o *zapcast* e os eventos *offline*.

A reportagem “Afro-Antilhanas do Madeira: pioneiras na arte de educar” traz informações explicativas sobre a imigração ocorrida devido a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, que trouxe imigrantes Afro-antilhanos para Rondônia, que se estabeleceram às margens do Rio Madeira. Essas pessoas fundaram uma parte da cidade de Porto Velho: *Barbadian Town*: nome cujo racismo e a xenofobia transformaram para Alto do Bode. O portal publicou sobre algumas das trajetórias das mulheres que foram as primeiras educadoras da região e em suas carreiras atuaram em órgãos do governo dentro da área da Educação. Essas mulheres fundaram a primeira escola de Porto Velho e também a primeira escola informal bilíngue do início do século XX, no Brasil¹¹⁵ (Blackman, 2020). Assim, o portal divulga trajetórias de mulheres negras na Educação, auxiliando a contextualizar a história do Brasil e, assim, realizando sua função como mídia radical de preencher lacunas informativas e quebrar os silêncios hegemônicos, fornecendo informações sobre assuntos que não são visibilizados (Downing, 2002).

¹¹⁵ Saiba mais em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202237/blackman_c_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y
Acesso do dia 14/06/2022

Outra questão histórica abordada pelo portal é a escravidão e os seus descobrimentos, como apontado no documentário “Aqui não entra luz” que foi divulgado pelo Nós, na matéria “Não tem luta antirracista sem as trabalhadoras domésticas”. O título ressalta uma frase da diretora Karoline Maia, que fez um trabalho audiovisual mostrando como os antigos espaços coloniais têm semelhanças com os atuais quartos de empregadas domésticas. Pois mesmo que estejam dentro da casa, tanto no passado quanto no presente, esses cômodos se localizam próximos da cozinha e são mais simples do que o resto da casa, por vezes, sem janelas como aponta o título. Essa matéria demonstra a máxima do materialismo histórico dialético, de que nada é perdido no espaço, tudo tem a sua historicidade, sendo que o presente é fruto de ações humanas (Marx; Engels, 2007). O portal também denunciou que a primeira morte causada por Covid-19 no Brasil, foi de uma trabalhadora doméstica, que não parou de trabalhar mesmo durante a pandemia, seus chefes, que haviam voltado da Itália, sabiam da existência da doença e do risco da contaminação após uma viagem internacional, mas mesmo assim escolheram expor a funcionária.

O trabalho de empregada doméstica sofreu diversos impactos durante a pandemia. O IBGE estimou a demissão de 1.5 milhão de trabalhadoras domésticas na pandemia, que passaram a não receber salário¹¹⁶. Também havia o risco de contaminação no transporte público ao ir e voltar do trabalho e casos em que a empregada passou a dormir na casa de seus chefes devido a pandemia, esses, inclusive, chegavam a proibir que a trabalhadora visse a própria família¹¹⁷. Os corpos das empregadas domésticas se encaixam em todas as determinações de Crenshaw sobre interseccionalidade: gênero, classe econômica, ser latina e 68% são negras (IBGE, 2018)¹¹⁸. Para hooks, a sociedade é patriarcal capitalista e supremacista branca o que explicaria o tratamento dado a esses corpos, uma vez que diversos estereótipos ultrapassam essas trabalhadoras, além da historicidade deste trabalho em si.

Devido a inserção e escolha dos temas e também devido a afirmação de que o Nós é um portal “antirracista, anti patriarcal e que luta pelas questões de gênero” (Moreira, 2022). A linha editorial do portal se assemelha aos conceitos de hooks (2018) sobre feminismo revolucionário, pois interpreta que a luta contra o supremacismo racial branco, contra o patriarcado e contra a vulnerabilidade econômica é necessária para que a sociedade possa ter condições mais igualitárias. Assim, as jornalistas não se aproximam de um viés reformista,

¹¹⁶ Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2020_nov.pdf Acesso do dia 14/06/2022

¹¹⁷ Disponível: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/vulnerabilidade-domesticas-pandemia/#page1> Acesso do dia 14/06/2022.

¹¹⁸ Idem.

que seria estimular a permanência da hegemonia e se voltar apenas para pautas como ascensão em cargos profissionais e divisão dos trabalhos domésticos, o que não significa retirar a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho e nem de se dividir as tarefas de cuidado não remuneradas, mas atentar-se de que somente essas condições não nos levariam a um patamar de igualdade. O portal abre espaço para falas como: “Esse modelo hegemônico... é pensado para a individualidade e permite que pessoas violentas, grupos extremistas se apropriem desse espaço... Então, já que esse modelo não funciona, a gente precisa buscar outros modelos, outros modos de pensar... O povo preto tem essa herança da coletividade, de comunidade, de pensar o coletivo” (Oliveira, 2021). Essa entrevistada também ressalta que ela própria não tem soluções prontas, mas que seria necessário pensar de forma coletiva para encontrar soluções para além da lógica individual. PAREI

As 40 reportagens analisadas pela pesquisa demonstraram que o portal segue um padrão para escolha de imagens de capa das matérias e de entrevistadas. Como afirmado por Moreira (2022), as histórias das mulheres periféricas são o “coração” do Nós Mulheres da Periferia, devido a isso, essas são as protagonistas das imagens de capa, com exceção de matérias sobre outros assuntos ao exemplo de “Vale Gás paulista: saiba se você tem direito”. O portal também busca entrevistadas, em maioria, que sejam negras e/ou periféricas quando precisam de fontes para explicar sobre determinado assunto, como na matéria sobre trabalho escravo infantil, em que a procuradora, que realizou uma dissertação sobre o tema, é negra e tem uma história pessoal vivida por ela de trabalho infantil.

O portal apresenta professoras que são moradoras de periferia, psicólogas, ativistas, produtoras de documentários, buscando o que Moreira (2022) afirmou na entrevista, de sair dessa representação midiática que mostra somente a miséria, mesmo que sem romantizar os problemas enfrentados, mas mostrando narrativas e possibilidades para além dessa história única. Para Hall (1997) a mídia cria significados sobre o que mostra, ela representa pessoas, políticos, mulheres, artistas, eventos e, assim, divulga os significados contidos nela (na mídia) e além dela. Isso tem impactos na identidade pessoal de cada um:

...quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (Hall, 2006, p. 75)

Hall também afirma que os significados podem ser partilhados entre os membros de uma cultura criando um código cultural. Esse código estaria relacionado aos valores, conceitos e ideias compartilhadas. No portal são passadas significações antirracistas e antipatriarcais que vão além do texto escrito. Downing (2002) afirmou que as mídias radicais contra-hegemônicas, que dialogam com uma esfera pública específica, que ele nomeou como alternativa, utilizam elementos comunicacionais que vão além de materiais jornalísticos, seriam eles: grafite, camisetas, canções, teatro de rua, arte performática etc. O portal traz esses significados contra-hegemônicos para as suas imagens também:

Figura 10- Imagem da ativista Keit Lima, moradora da Brasilândia.



Fonte: Nós Mulheres da Periferia.

Na foto acima, a ativista mostra uma forma de mídia radical têxtil, uma camiseta com o escrito: “Em caso de opressão, quebre o silêncio”. Os punhos levantados têm significados de resistência e são símbolos do movimento negro. O Nós opta pela publicação de imagens que contenham símbolos contra-hegemônicos.

Sobre os conceitos de hooks (2018), o Nós não estimula o ódio introjetado das mulheres, que hooks chamava de “inimigo interno”, que retira a coragem de falar, de se posicionar seja em um ambiente acadêmico, como exemplificado por hooks, quanto em outros lugares, devido a visão introjetada de inferioridade pregada pela cultura patriarcal. O

“auto ódio” também estimula as mulheres a competirem entre si, uma característica que não foi notada no portal, pois o Nós traz em seus textos palavras como “auto cuidado” e “amor próprio”. Além disso, se posiciona contra injustiças cometidas contra as mulheres, até mesmo quando o machismo ocorre contra mulheres que não são periféricas, como na matéria em que comenta-se sobre a multa aplicada contra as jogadoras olímpicas europeias de handebol de praia que se recusaram a usar biquínis durante o jogo. O portal também denuncia injustiças cometidas contra mulheres trans, mostrando o seu viés de lutar pela igualdade de direitos de todas as mulheres.

O Nós pode estimular a igualdade de direitos, mas já houve quem tentou censurar essas jornalistas. Moreira (2022) afirmou que elas não sofriam ataques na internet até o momento em que passaram a falar de política, ela conta que a sociedade não está acostumada com mulheres periféricas que expõem suas ideias e opiniões sobre os assuntos da esfera pública. Após realizar uma cobertura sobre os atos contra o presidente, em 2021, a página do portal no Instagram foi hackeada:

No dia 31 de maio de 2021, a conta do Nós no Instagram foi invadida, tendo todos os seus posts de mais de sete anos de trabalho apagados. Eu acredito que tem um efeito cascata que é: se no congresso as jornalistas que estão ali tentando entrevistar o Bolsonaro ou outras pessoas do próprio governo sofrem essas violações, os apoiadores do governo se sentem no direito e na liberdade de fazer o mesmo com qualquer outra pessoa. De fazer isso nos espaços e arredores onde estão, vivemos um processo de descridibilidade da imprensa. Nós fizemos um B.O, mas não tivemos uma resposta sobre quem invadiu, esses caminhos de descoberta são muito complicados no Brasil... É muito curioso que quando a gente começa a se colocar no lugar político, de cobrir política, que é um lugar que não se espera de uma mulher, muito menos uma mulher negra periférica, a gente começa a receber muito mais ataques. Então, a partir de 2020 e 2021 a gente começa a receber (Moreira, 2022).

As jornalistas já receberam ofensas racistas e ofensas machistas, além disso recebem emails e comentários de homens perguntando quantos anos elas têm, se são solteiras e avisam que estão procurando namoradas.

Você não tem isso em uma matéria de um homem, sabe? Você pode ler todos os comentários de uma matéria de um homem que não tem nenhum comentário perguntando se ele faz programa, então como jornalistas essa mensagem nos afeta também. Porque a violência contra as mulheres jornalistas, é antes de tudo, uma violência contra as mulheres. Então, porque não bebermos dos movimentos feministas e negros? Para pensar em

propostas de defesa e segurança das mulheres jornalistas. Temos um grande problema, as jornalistas estão sendo mais atacadas, isso diz muito sobre esse governo (Moreira, 2022).

A matéria em que trouxe Keit Lima como entrevistada possui o seguinte *Lead*: “Eu moro na Brasilândia e consigo sentir o cheiro da morte. Todo dia, uma notícia de alguém que faleceu, todo dia, a Brasilândia estampada nas telas dos celulares e televisões como o lugar com mais mortes, mesmo não sendo o local com mais casos (Lima, 2020). A matéria também abordou sobre os descasos para essa situação por parte do Estado. Membe (2018) quando conceituou sobre necropolítica, a decisão do Estado de fazer morrer ou invés de fazer viver, afirmou que essa nem sempre é expressa por meio de uma violência direta (Galtung, 2005), mas também pela criação de “mundos da morte”, onde as populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem a classificação de “mortos-vivos”. O autor ressalta a sua preocupação acerca da instrumentalização generalizada da vida.

Lima afirma que o isolamento social não era uma possibilidade em sua casa e em sua família, ela comenta: “Estamos lidando todos os dias com os impactos das desigualdades econômicas e sociais, que com a pandemia se intensificaram e ficaram mais escancarados. Contudo, não se engane, do lado de cá essa sempre foi a nossa realidade” (Lima, 2020).

As condições de vida dentro da periferia durante a pandemia, aproximou esses territórios ainda mais do conceito de “mundos da morte”, pois as vulnerabilidades aumentaram. Em 2020, o IPEA divulgou que as mortes por coronavírus são maiores nas periferias¹¹⁹, os motivos apontados pelo instituto são: “o menor acesso aos serviços de saúde nessas áreas e a maior exposição ao risco da população residente nas áreas menos desenvolvidas da capital” (IPEA, 2020). Sobre a pandemia, Santos afirma:

São os grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela. Tais grupos compõem aquilo a que chamo de Sul. Na minha concepção, o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual (Santos, 2020, p.15).

¹¹⁹ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36264
Acesso do dia 17/07/2022;

O portal também noticiou sobre o lançamento do documentário “Pandemia do Sistema”¹²⁰ de Naná Prudêncio. Neste documentário foi abordado sobre como os serviços de saúde não estavam sendo suficientes para auxiliar as famílias durante uma pandemia e o aumento do desemprego que dificultava a compra de medicamentos, por exemplo. Durante a matéria, Prudêncio conta a história de Caique, uma criança de 12 anos que queria trabalhar como babá para comprar carne para sua família comer. A produtora conversou com ele, disse que em 2 anos ele poderia trabalhar como menor aprendiz, ele a respondeu que não poderia aguardar todo esse tempo: “Até lá eu fico vendo minha mãe passando veneno pra cuidar de nós?”. O garoto queria comprar carne moída e ovos, sua mãe trabalhava como pedreira e com a pandemia parou de ter clientes e passou a catar latas. Outra ação que demonstra a necropolítica experimentada nesses “mundos da morte” é o fato de Prudêncio relatar que a procuram para perguntar: “Naná, você tem uma foto do meu irmão? Ele morreu há uns cinco anos”, demonstrando a alta presença da morte nas periferias.

A solidão dos corpos periféricos está em evidência na frase de Prudêncio: “Nós só tem Nós’, é a maior verdade sobre a favela, sabe? Porque nós só tem nós real. Vem a empresa e dá 10 mil, mas ela não quer ajudar a favela. Ela quer o logo dela lá no bagulho. E a gente tem que enxergar mais isso” (Prudêncio, 2020). Assim, destaca-se a lógica neoliberal dos setores privados que apoiam ações da sua produtora de vídeos, levando ao conceito de Mbembe (2018) sobre instrumentalização dos corpos.

O Nós também noticiou na matéria, “Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres”, o fato de que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social é a secretaria que menos tem verba no orçamento (1,5%). Nesse texto foi abordado a dificuldade de se prestar auxílio a pessoas em situação de violência, principalmente mulheres, devido a falta de verba. As omissões estatais também são conceituadas como necropolíticas (Mbembe, 2018).

A matéria “Projeto forma agentes de saúde para prevenção à Covid-19 nas periferias”. Em julho de 2020, o Brasil estava com 1.966.748 casos confirmados da doença e 80.450 na capital de São Paulo. Devido a situação e a percepção de que as periferias eram os locais com

¹²⁰ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=nTeLuwWq-R4&ab_channel=ZalikaProdu%C3%A7%C3%B5es Acesso do dia 17/07/2022.

maior número de mortos, a Uneafro Brasil¹²¹ e o Instituto de Referência Negra Peregrum¹²² construíram o projeto “Agentes Populares de Saúde”. O projeto buscava orientar moradores de periferias e os tornarem um agente popular de saúde, que passaria informações para os demais moradores sobre a Covid-19 e acompanharia quem estivesse com sintomas, com foco principal em quem não teve acesso a um médico presencial. Segundo organizadores do projeto:

O projeto reforça que todas as pessoas têm direito à saúde e a importância do SUS [Sistema Único de Saúde] é inquestionável! Mas, nem sempre o serviço consegue atender todas e todos que necessitam dele. Nesse contexto, o projeto foi desenvolvido para apoiar, primeiramente, as comunidades onde estão os núcleos de educação popular da Uneafro Brasil com informações e ações para a área da saúde. No entanto, a proposta é que qualquer pessoa disposta a ajudar possa orientar seu território sobre como prevenir riscos de contágio, o que fazer para apoiar pessoas com sintomas, disseminar medidas de autocuidado e dar suporte jurídico e assistencial. Neste momento de pandemia, é de extrema importância nos articularmos para cuidar das pessoas que estão com sintomas de coronavírus sem atendimento médico, além de compartilharmos informações confiáveis sobre como prevenir e cuidar da população mais vulnerável ao coronavírus... Todo o conteúdo foi produzido por profissionais de saúde qualificados, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde, e pela equipe da Uneafro Brasil (Uneafro, 2020).

Assim, o projeto surgiu devido a falta de acesso total ao SUS e a falta de estrutura suficiente para atender a todos na cidade de São Paulo. É necessário ressaltar que essa ideia e atuação não partiram de órgãos de governo, mas de uma organização independente e da contribuição individual e voluntária de agentes da saúde, como médicos do Hospital Sírio Libanês, atuantes do SUS, enfermeiros da Santa Casa de Misericórdia, médicos do grupo Amil e integrantes do Programa Mais Médicos, entre outros profissionais. A Uneafro ofertou apoio informacional e teve apoio de pesquisadores da Fundação Fiocruz para confecção de cartilhas. Essa iniciativa ocorreu devido a demanda por apoio, entretanto esse papel não deveria ser desempenhado por moradores, mas sim por profissionais da saúde capacitados e organizados pelo estado, uma vez que a legislação pressupõe a oferta de Saúde a todos os cidadãos. A Uneafro também disseminou informações confiáveis sobre a Covid-19 usando carros de som e, assim, contribuindo para que a informação alcançasse mais pessoas,

¹²¹ A Uneafro é uma organização educacional com diversos núcleos de atuação em várias áreas. Segundo a instituição: “O trabalho mais conhecido são os cursinhos pré-vestibulares comunitários que atendem jovens e adultos oriundos de escolas públicas, prioritariamente negros/as, que sonham em ingressar no Ensino Superior e preparar-se para o ENEM ou Concursos Público”. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/> Acesso do dia 18/07/2022.

¹²² Não foi possível obter mais informações sobre o Instituto de Referência Negra Peregrum porque o site estava em manutenção. Acesso do dia 18/07/2022.

independentemente delas terem acesso às tecnologias ou não¹²³.

Enquanto a servidora pública reclamou ao Nós sobre a falta de orçamento direcionado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, em 2020 havia R\$ 376,4 milhões disponíveis para uso do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e do Ministério da Saúde, essa verba tinha as mulheres como público-alvo. Entretanto, o dinheiro não foi utilizado, mesmo durante uma pandemia: “...não foi usado para a sua finalidade e possivelmente retornou ao caixa único, abastecendo outros ministérios ou mesmo servindo para fomentar o toma lá dá cá que sustenta o apoio do Centrão ao presidente da República (Folha de São Paulo; Azmina, 2021)¹²⁴. Segundo a reportagem:

Entre os valores que não foram utilizados, está a maior parte dos recursos que deveriam ter servido para a construção e equipagem de Casas da Mulher Brasileira - estruturas de acolhimento, apoio, proteção e acesso à Justiça para vítimas de violência doméstica. Desde que Bolsonaro assumiu, dos quase R\$ 115 milhões disponíveis para essa política pública, apenas R\$ 1 milhão foi efetivamente gasto... Um valor que poderia garantir por um ano inteiro o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 375 para quase 84 milhões chefes de família no Brasil. O necessário para construir, equipar e manter funcionando por meio século uma Casa da Mulher Brasileira nos moldes da recém-inaugurada em Ceilândia (DF). Ou ainda o suficiente para imunizar com duas doses de Coronavac a população feminina da cidade do Rio de Janeiro... Para a Rede Cegonha, a estratégia de planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério do Ministério da Saúde, dos R\$ 270 milhões autorizados, apenas R\$ 182 milhões foram desembolsados e R\$ 89 milhões ficaram pelo caminho (Folha de São Paulo; Azmina, 2021).

A verba estava no caixa dos Ministérios e tinha as mulheres como público alvo e mesmo durante uma pandemia, optou-se por não utilizá-la. Além disso, em paralelo ainda houve suspeitas de corrupção na tentativa de compra da vacina indiana, a Covaxin¹²⁵. Assim como, o ato de minimizar a doença afirmando que era apenas uma “gripezinha”¹²⁶ no começo da pandemia e o incentivo a tratamentos que não tinham base científica como

¹²³ Disponível em: <https://agentespopularesdesaude.org.br/> Acesso do dia 18/07/2022.

¹²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/bolsonaro-nao-usou-um-terco-dos-recursos-aprovados-para-politicas-para-mulheres-desde-2019.shtml> Acesso do dia 18/07/2022.

¹²⁵ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/entenda-as-suspeitas-de-corrupcao-que-envolvem-vacinas-contracovid-01072021> Acesso do dia 10/12/2021

¹²⁶ Idem.

hidroxicloroquina¹²⁷. Ainda ressalta-se que, no final de 2020, foram ignorados 81 emails da empresa *Pfizer*, que havia montado um esquema vacinal, no qual as doses das vacinas chegariam ao Brasil ainda em 2020¹²⁸, o que poderia ter evitado, ou ao menos reduzido, o ponto mais alto de mortes por Covid-19 em abril de 2021, quanto a média de mortos chegou em 3.125 por dia. “Em 2021, o Brasil passou seis meses com a média de mortes acima de mil” (Globo, 2021), encerrando o ano com 619.109 mortes¹²⁹.

A postura governamental adotada foi de instrumentalização da vida humana em todo o país, pois todos estavam correndo riscos, e como havia regiões com vulnerabilidades já pré existentes, como as periferias, esses territórios contabilizaram números ainda maiores de mortos, tornando-se, de fato, “mundos da morte” (Mbembe, 2018).

A necropolítica diz respeito ao “fazer morrer”, às omissões que “deixam morrer”, à construção de noções ficcionais de construção de inimigos cuja morte é justificada. Assim, são criadas tecnologias, ideologias e omissões para atuação da necropolítica, cria-se cenários de vida que estão sob constante ameaça de diversos lados.

A presença do governo nas periferias foi feita através do auxílio emergencial federal e ações como o Vale Gás Paulista. Entretanto, a inflação aumentou, assim como o desemprego¹³⁰ e todas as demais vulnerabilidades.

As reportagens do portal demonstram ações como da Uneafro e distribuições de alimentos feitas pela CUFA. Também houve ações com foco voltado em informar e denunciar sobre a situação, como a da cineasta que criou o documentário “Pandemia do Sistema”, motivada pelo sentimento de fazer algo a mais para auxiliar as periferias durante a pandemia.

As reportagens do Nós mostraram a ausência de direitos básicos previstos por lei e a forma como isso é vivido no cotidiano das periferias, principalmente durante uma pandemia. Quando afirma-se que o Estado atua a favor da classe dominante, é controlado por essa classe e que as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante de cada época, esse raciocínio explica o porquê desses territórios terem sido deixados de lado. O porquê que

¹²⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/> Acesso do dia 15/03/2022.

¹²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/19/minuta-do-relatorio-da-cpi-denuncia-negligencia-e-indicios-de-corrupcao-em-negociacoes-para-comprar-vacinas.ghtml> Acesso do dia 10/12/2021.

¹²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml> Acesso do dia 22/07/2021.

¹³⁰ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2022/05/16/Infla%C3%A7%C3%A3o-e-desemprego-batem-recorde-e-paassam-de-10-no-Brasil#:~:text=Desde%20meados%20de%202021%2C%20a,p%C3%BAblica%20sobre%20o%20governo%20Bolsonaro>. Acesso do dia 22/07/2021.

os mais pobres, as mulheres e os negros, que foram o que mais sentiram os impactos, pois não foram relevantes o suficiente a ponto de fazer com que o Estado tomasse medidas mais eficazes e se propusesse, de fato, a pensar sobre ações possíveis. Isso não foi feito porque esses corpos não pertencem a classe dominantes e o Estado atua em prol dela.

Em momentos de escassez e crise a classe alta é prioridade ante das demais, tanto que com a pandemia o 1% mais rico brasileiro bateu recorde de acúmulo de riqueza nacional, acumulando 49,6% da riqueza de todo o país em 2020¹³¹. Enquanto os R\$ 376,4 milhões que deveriam ser destinados às mulheres periféricas prescreveram e não se sabe exatamente o fim dessa verba. As demais classes e classes médias também foram prejudicadas com a falta de vacinas, falta de acesso à saúde, com a inflação, desemprego e aumento da violência doméstica, mas como demonstrado, onde havia maiores vulnerabilidades pré existentes foram os locais em que os impactos foram ainda maiores. Além disso, há um raciocínio meritocrático que ampara a estrutura desse bloco histórico que vivemos, dentro dessa ideologia estão presentes a culpabilização dos pobres pelo seu fracasso (Freire, 1987) e todos os estigmas relacionados a gênero e cor da pele. O racismo também é um forte componente para permitir a omissão do Estado perante às periferias, uma vez que negros são maioria entre os pobres¹³² e como afirma Mbembe “a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e práticas políticas do Ocidente (Mbembe, 2018, p.18).

Pois o racismo, o patriarcado e a violência contra os pobres fazem parte da ideologia, esses conceitos sustentam o bloco histórico que vivemos. Essa ideologia é propagada por falas dos governo atual, seja para justificar que as mulheres devem ganhar menos que os homens ou para afirmar que uma pessoa negra quilombola é pesada em arrobas (medida de peso para comércio de animais)¹³³. Falas como essas demonstram de maneira explícita os pontos extremos da ideologia que o presidente e o governo valorizam. A ideologia é a única forma de tolerar e sustentar as violências e a miséria cotidiana sob as quais são submetidos os sujeitos sócio-acêntricos das periferias.

A omissão perante o aumento de casos de violência doméstica também têm origens na forma como a ideologia sobre as mulheres foi e está sendo construída. Como afirma Ferreira (2006), a ideologia é capaz de fornecer às pessoas um sentimento de identidade social. Por

¹³¹ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/> Acesso do dia 07/02/2022.

¹³² Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf> Acesso do dia 18/12/2021.

¹³³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KczwxvO3-iE&t=61s&ab_channel=EIPa%C3%ADs Acesso do dia 18/12/2021.

isso que a vivência concreta dos sujeitos sócio-acêntricos só pode ser definida a partir de uma síntese de múltiplas abstrações, uma vez que tudo se conecta: os sentimentos abstratos sobre a própria identidade, seja de gênero de raça ou ambas, sobre a sua condição econômica e a forma meritocrática que essa é vista. Também sobre o que o mundo atual lhe oferece ou lhe omite, isso também condiciona a noção de valor de um indivíduo perante a sociedade e perante a si próprio. Isso justifica que textos do Nós abordem sobre amor próprio, por exemplo, ou frases como: “o tempo ensina a não ter vergonha da periferia” (Nós Mulheres da Periferia - Folha de São Paulo, 2012). Pois somente com o acesso a informações que se combate os estigmas propagados pela ideologia hegemônica, como a culpabilização dos pobres. As mulheres periféricas do portal ao invés de sentirem vergonha da forma como eram vistas socialmente pelos meios de comunicação, elas se tornaram uma audiência ativa e criaram uma mídia para falar que os estereótipos não eram verdadeiros e, além disso, delimitaram a forma como elas querem ser representadas.

As informações disseminadas pelo Nós combatem a ideologia hegemônica que sustenta o bloco histórico contemporâneo, pois abrem espaço para falas sobre coletividade e sobre encontrar soluções fora da lógica individual. Além disso, refletem sobre o futuro das tecnologias, que continuarão fazendo parte de nossas vidas (Sá Martino, 2014): “A gente tem que conviver com a tecnologia e conviver de forma que ninguém seja explorado em demasia a ponto de ficar refém de tecnologia, mas que a gente encontrar um meio termo para lidar e utilizar ali, extrair da tecnologia, soluções coletivas e harmoniosas” (Nós Mulheres da Periferia, 2021).

Sobre os questionamentos presentes nas matérias do site, Souza afirma que há dois tipos de necessidades em qualquer sociedade humana: as necessidades externas (comida, proteção, sobrevivência) e internas, que é a busca pelo sentido da vida (felicidades, valores, virtudes). Segundo o autor, as necessidades internas sempre foram mantidas sob estrita vigilância, pois essa capacidade é revolucionária e costuma questionar a tradição (Souza, 2018), colocando em risco a ideologia que sustenta o bloco histórico, as necessidades internas podem transformar os modos de produção de uma sociedade. As revoluções que foram capazes de alterar regimes políticos na história do ocidente começaram com ideias, como a Revolução Francesa em 1789 e a Revolução Russa em 1917, ambas em momentos de muitos privilégios usufruídos por um grupo em contraste com a falta de igualdade de direitos de outros grupos. Em momentos de desigualdades econômicas extremas é preciso uma ideologia convincente para segurar esse cenário, a ideologia em si não precisa necessariamente conter

sentido lógico, mas precisa convencer um grande número de pessoas a respeito desses valores, como no Estado colonial, no Estado nazista e nas ditaduras das Américas do Sul. Nesses três exemplos históricos foram criadas narrativas fabulatórias para justificar o modo de produção, no colonialismo era falado que as pessoas negras eram inferiores e isso justificaria os motivos para receberem tratamentos diferentes, já durante o nazismo, os judeus foram vistos como inferiores e isso também era respaldado com uma ideologia. Enquanto na ditadura, o comunismo poderia acontecer e a ideologia de que era preciso defender o país do mal maior passou a ser dita nos círculos sociais para defender a tortura.

A habilidade questionadora (Souza, 2018) foi censurada durante a ditadura brasileira (1964 - 1985), diversas censuras foram impostas contra as mídias radicais alternativas¹³⁴. Atualmente, no período neoliberal questionar a ideologia do neoliberalismo também é algo socialmente censurado e diversos estereótipos recaem sobre quem questiona esse sistema.

Entretanto, percebe-se que a ideologia neoliberal é fabulatória, há a crença de que esse método irá trazer melhorias na vida de todos, mas o Consenso de Washington, que determinou as regras do jogo neoliberal, não escreveu sequer uma linha a respeito de incentivos para as populações sócio-acêntricas: o neoliberalismo nunca prometeu o avanço das populações mais pobres. Pelo contrário, o corte de gastos com funcionários era uma das metas do consenso, na prática isso significa desemprego e tem a função de manter um exército da reversa, pois caso um funcionário insatisfeito se demita, basta colocar outro no lugar e, assim, as classes proprietárias podem ditar as regras com mais liberdade. Chauí (2006) ressalta que a principal característica do neoliberalismo é apenas o corte do financiamento do salário indireto, que era dado pelo governo para garantir qualidade de vida da população, como gastos com educação, saúde, previdência e seguro desemprego, por exemplo. O neoliberalismo é comprometido com a alta lucratividade dos empresários e com a diminuição de restrições à lógica do mercado, esses são seus objetivos principais.

As formas de mídia radicais se relacionam com essa habilidade questionadora exposta por Souza (2018). Para Downing, essas mídias estão relacionadas com algum movimento social em curso na sociedade e são conceituadas como “alternativas” devido ao seu caráter contra-hegemônico. Para o autor, a esfera pública que é influenciada pelas mídias radicais pode ser categorizada como uma zona alternativa, nas quais o debate contra-hegemônico e a reflexão sobre a sociedade ocorre. O Nós dissemina informações capazes de gerar debates e

¹³⁴ Saiba mais em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/203382/000927946.pdf?sequence=1>
Acesso do dia 25/03/2022.

reflexões a respeito de temas atuais, fomentando as conversas da esfera pública interconectada. Não são todos os que participam dessas zonas citadas, a sua audiência ativa é composta por pessoas que se identificam, em maior e menor grau, com o movimento social cujo qual a mídia radical está envolvida. Pois a mídia radical tem como função dar voz aos movimentos sociais, como é feito pelo Nós Mulheres da Periferia quando expõe depoimentos de mulheres periféricas, assim como suas opiniões sobre determinados assuntos.

Além disso, o portal se comunica com elas, com o conjunto de práticas que envolve as vivências das mulheres periféricas. Na reunião de pauta semanal, as jornalista analisam a audiência dos temas que elas escolheram tratar no portal, assim percebem sobre o que as leitoras querem saber. Moreira afirma que se determinado assunto teve mais audiência significa que: “nosso público está querendo muito ouvir sobre isso e entender mais sobre” (Moreira, 2022). Essa é uma estratégia para entender os interesses do público e entregar informações que as mulheres desejam saber.

Outro ponto criado pelas jornalistas do Nós é que em reportagens em profundidade, normalmente na editoria “Na Boca do Povo”, sempre há uma preocupação com a contextualização do fenômeno, as jornalistas não publicam informações sem explicá-las, muitas vezes há o intertítulo “Em que contexto isso ocorre?”, seguido de explicações sobre a realidade em que a aquela informação está inserida. Também há o intertítulo “Como isso atinge você?”, que também é utilizado pelo portal, pois além de informar, as jornalistas explicam sobre quais mudanças práticas um acontecimento político trará para a vida das leitoras. A editoria “Na Boca do Povo” é uma curadoria dos acontecimentos mais importantes, sejam nacionais ou internacionais, a escolha dos temas é feita pelas jornalistas do portal. Já no “Dicas da Semana” são feitas seleções de indicações culturais, como filmes, eventos, entre outros, como na matéria “Dicas: filmes e séries para celebrar a ancestralidade africana” e também há a editoria “Nossas Vozes” que publica relatos pessoais das leitoras, demonstrando a aproximação delas com o Nós¹³⁵.

¹³⁵O Nós Mulheres da Periferia ganhou em 2016 os prêmios de comunicação antirracista Almerinda Farias Gama e Antonieta de Barros e também ficou em 2º lugar do Troféu Mulher Imprensa em 2017. A trajetória do portal, ao longo desses 9 anos, acabou chamando a atenção de outros veículos de comunicação. Semanas após a entrevista para esta pesquisa, Moreira foi contratada pela Rede Globo como produtora de conteúdo. Entretanto não saiu do portal Nós Mulheres da Periferia, agora que está atuando em um veículo hegemônico, ela afirma que seu compromisso continua sendo compartilhar as histórias das periferias. Moreira em suas redes sociais afirmou: “Começo aqui um novo capítulo de uma antiga história. Não só minha, mas de várias outras experiências coletivas: tekoas, quilombos, periferias. Há tanto estamos contando nossas histórias: na palavra-flecha, na palavra-cifra, na palavra-corpo. Saúdo aqui as quebradas --meu marco-zero-- com o desejo sincero de honrar cada chão que sustentou minhas raízes. Cada mãe preta-periférica que confiou em mim sua história-vida. Sou cria de uma política pública chamada PROUNI, que me permitiu acreditar que --parafraseando Milton Santos-- uma nova narrativa era possível. Uma narrativa que tivesse as potências de minha mãe, vó, tias e vizinhas na

A gente tentou fazer uma linha editorial que fosse balanceada e a gente parte de três pilares: que é contar as histórias, análises e contextos das mulheres. A história é sempre o centro do Nós... Acompanhando as histórias, todos os conteúdos trazem também o contexto no qual as entrevistadas estão inseridas, com informação e apresentação de dados de forma didática e de fácil compreensão - um jornalismo informativo, reflexivo e pautado em uma narração que gera identificação em quem lê... Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal (Moreira, 2022).

Moreira ressalta a intenção do *Nós* de apresentar os dados de uma forma didática, de fácil entendimento e que gere identificação por parte das leitoras. A linguagem utilizada pelo portal não tenta reproduzir a linguagem de veículos de comunicação hegemônicos, mas utiliza gírias utilizadas por suas leitoras e faz menções à cultura das periferias, ao exemplo das frases: “Sequência de Toma Toma, sequência de Vapo Vapo”, esse verso da Mc Ingrid pode ser uma boa tradução para o que tem sido as sessões da CPI da Pandemia, oficialmente instalada no Senado Federal em 27 de abril de 2021” e “Quando comecei a ir nas paradas de entregas de cesta básicas, meu parceiro Nego Marco assumiu a Cufa (Central Única das Favelas) Taboão e a gente já tava entregando as fitas...” (Nós Mulheres da Periferia, 2021). Uma das características abordadas por Downing sobre as mídias radicais é exatamente a forte relação e conexão com o seu público alvo, muitas vezes, essas mídias assumem caráter de diálogo e troca de informações com as leitoras. Algo que a mídia hegemônica não faz porque não dá espaço para suas audiências. O portal não se coloca em uma posição distante das mulheres periféricas, como abordado por Moreira, quando as leitoras pedem ajuda, elas a acolhem e a colocam em contato com serviços sociais, advogadas ou psicólogas, o veículo publica as histórias pessoais das entrevistadas no “Nossas Vozes”. As mídias radicais tendem

manchete principal. Há 12 anos durmo, acordo e respiro essa vontade junto a muita gente das minhas escolas-veículos: @nosmulheresdaperiferia e @agenciamural . E também nas demais experiência... e meu bairro Perus. Da comunicação feita das bordas aos trilhos de ferro, meu compromisso é um só: fazer as narrativas atravessarem as pontes, físicas e simbólicas. Agora, levo esse compromisso comigo também para as manhãs da @tvglobos, no Programa Encontro, produzindo conteúdos que vocês vão assistir diariamente. Como diria meu pai, tô chegando "como quem não quer nada", mas que sabe muito bem o que significa estar aqui: na maior emissora do país, compartilhando informação para milhares de lares todos os dias. E o direito universal à informação é a ponte para o acesso aos demais direitos. Foi para mim e desejo que seja para muitas pessoas mais. Que a sabedoria e a proteção dos nossos mais velhos estejam sempre comigo, conosco, abrindo e pavimentando essa trajetória que começo a trilhar. Vamo que vamo, que isso de ser exatamente o que a gente é vai mesmo nos levar além!” (Moreira, 2022), disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfIQcPzNbw7/> Acesso do dia 19/07/2022. A passagem de Moreira para rede Globo, com as intenções demonstradas pela jornalista faz parte de uma característica apontada por Downing sobre as mídias radicais, muitas vezes, essas mídias são capazes de pautar a mídia hegemônica, invertendo o fluxo da informação, pois trata-se de um veículo menor pautando um veículo maior, em relação ao número de espectadores.

a saber de forma mais aprofundada sobre vivências de seu público e fornecem informações sobre suas necessidades, algo que as mídias hegemônicas não fornecem.

Outra característica mencionada por Downing ao conceituar mídia radical, é o fato desses coletivos tenderem a ser mais democráticos em sua organização, do que veículos de comunicação privados, sobre esse tema, Moreira afirma:

É claro que hoje estão chegando novas repórteres, essas meninas ainda estão se adaptando a linha editorial do Nós. Então, não é que seja uma hierarquia, mas somos co-fundadoras, a maioria que é co-fundadora está como editora, porque a gente conhece a linha editorial um pouco mais. Então, a gente faz a organização e a distribuição entre as outras repórteres, para que cada uma tenha o seu trabalho na semana, mas geralmente parte de todas a sugestão de pauta, parte de todo mundo, a pessoa que sugere, às vezes, fala “quero cobrir”, mas a gente discute coletivamente. Às vezes, temos temas que são muito complexos e que era bom ter que esperar mais um tempo, pois é complexo não dá para escutar uma só pessoa, mas ali na reunião de pauta a gente já pensa um pouco isso e já diz quem que a gente pode entrevistar, é bem bacana (Moreira, 2022).

A jornalista também comenta sobre o financiamento do portal, que é misto feito por doações, financiamento coletivo e instituições que financiam projetos do portal, como a fundação Rosa Luxemburgo que financia uma série de *podcast*, o Conversa de Portão, e outras instituições que também as financiam, como a *Open society* e Repórter sem Fronteiras. “Para conseguir fechar as contas no fim do mês, não conseguimos ter um único tipo de financiamento, mas sim, um misto” (Moreira, 2022).

Nesta pesquisa foi usado o conceito de tecnocapitalismo (Nayar, 2011), o autor conceitua que o ciberespaço é uma extensão do contexto do mundo real e que a troca cultural entre esses dois mundos é uma via de mão dupla. Entretanto, é preciso lembrar que a internet possibilita que agentes sócio-acêntricos falem com suas próprias vozes, produzam conteúdos por si mesmos e tomem as rédeas da comunicação, enquanto audiência ativa. Para Downing (2002), a internet é uma tecnologia que faz com que a comunicação seja participativa e possibilite que os veículos de mídia radical possuam uma audiência maior e causem impactos maiores na esfera pública, sendo essa interconectada. Assim, confronta-se a ideia do mundo virtual ser uma extensão do real, no seu sentido mais amplo, pois como ressaltado por Moreira (2022), não é um costume de nossa cultura cotidiana que mulheres periféricas tenham espaço para falar sobre suas análises, principalmente, sobre análises políticas e a criação do portal abre as portas desses assuntos para elas.

Entretanto, Nayar não aborda somente esse conceito quando nomeia o termo tecnocapitalismo, o autor também disserta sobre a construção de identidades culturais, que como no mundo real são marcadas por tensões. Assim, explica-se os comentários machistas e racistas que as jornalistas do portal recebem, pois as suas identidades são delimitadas por uma realidade capitalista, supremacista branca e patriarcal (hooks, 2018) e esses estigmas passam para o mundo virtual. Nayar também afirma que assumir uma identidade cultural é um ato político, pois as relações são desiguais e acaba-se disputando pelo direito de ser quem se é dentro do espaço social, seja ele virtual ou não. O espaço virtual também é marcado pela globalização e suas formas culturais.

O criador do conceito de tecnocapitalismo também ressalta que para participar do que a internet proporciona são necessários os consumo de equipamentos e pagar por uma rede de internet, o que faz com que todas as ciberculturas sejam culturas de consumo e o portal Nós Mulheres da Periferia não escapa dessa lógica, somente nos eventos *offlines* mencionados pelas jornalistas que é possível acessar essa informação sem ter que comprar tecnologia. No texto publicado pelo portal “Os futuros imaginados pelas mulheres negras”, é ressaltado que comunicar-se e poder acessar a internet é visto, hoje, como um direito, assim como o direito à educação, por exemplo.

Ainda sobre essa matéria, a entrevistada ressalta que não há muitas mulheres negras trabalhando em áreas que envolvam tecnologia e que elas também não têm muito acesso a essas carreiras. Assim, o Nós Mulheres da Periferia por ser uma mídia radical alternativa digital colabora para esse cenário, além do site, as jornalistas possuem redes sociais onde disseminam as informações. Dessa forma, além do conteúdo ser contra-hegemônico, a própria presença das mulheres negras periféricas no ambiente virtual já é contra-hegemônico em si.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O materialismo histórico dialético foi selecionado para compor a metodologia da pesquisa, devido a isso foi percebida uma necessidade de atualização desse conceito. Uma vez que é considerado que a realidade concreta de um sujeito só é passível de ser conhecida por meio da visão totalizadora, uma síntese de múltiplas abstrações. Essa metodologia é inovadora por trazer a posição social e econômica do sujeito como um fator que afeta diversas esferas da sua realidade, mostrando que o modo de produção de uma época se relaciona com todas as práticas da vida de alguém, pois todas se articulam. A atualização proposta seria a ênfase de que o gênero e a raça também estão relacionados com todas as práticas que

envolvem a realidade concreta de uma pessoa. Seria impossível se aproximar da realidade concreta de uma mulher periférica sem inserir raça e gênero nessa síntese de múltiplas determinações abstratas, afirmadas pela metodologia. Se isso não fosse feito, chegaríamos em uma consciência parcial e não concreta, sendo que o concreto é a síntese entre o abstrato e o empírico. A raça e o gênero afetam relações empíricas e abstratas, pois são capazes de mudar uma realidade, assim como a classe socioeconômica. Dessa forma, a visão totalizadora depende da interseccionalidade e vice-versa.

Essa aproximação da realidade de alguém não significa entender completamente o que é a vivência do outro, pois temos aspectos limitadores em nossas vivências pessoais marcadas por nossa identidade social. Portanto, esta pesquisa não parte da expectativa prepotente de compreender a realidade das mulheres periféricas durante uma pandemia, mas sim pretende uma aproximação concreta dessa realidade e a determinação do bloco histórico em que todos estamos inseridos. Pois cabe ao pesquisador o entendimento do bloco histórico em que ele e os seus sujeitos de estudo estão inseridos e a compreensão concreta acerca desses fatores é passível de ser feita através da historicidade e da visão totalizadora.

Assim, devido a pesquisa, percebe-se que o contato com a teoria, o estudo e a leitura de textos de sujeitos sócio-acêntricos, seja por meio de livros ou por um portal de mídia radical, é fundamental para se aproximar da realidade concreta de um grupo social. Há como exemplificar essa questão, um homem que não assedia as mulheres na rua e tem contato com um grupo de amigos em que não é comum fazer essa ação, pode acreditar que o assédio de rua não acontece com frequência, uma vez que ele não o enxerga e não passa por isso em seu caminho pelas ruas. A única forma possível do homem saber mais sobre a frequência de um assédio de rua seria lendo livros a respeito disso ou ouvindo mulheres falando sobre as suas experiências. Assim, é possível dizer que cada sujeito está imerso em sua própria realidade, os ricos ignoram a realidade dos mais vulneráveis, os homens das mulheres, os brancos dos negros, dos indígenas, dos asiáticos, pessoas cis de pessoas trans e assim sucessivamente. Dessa maneira, a teoria e a educação são necessárias para que seja possível se aproximar da compreensão do mundo de forma mais concreta, um mundo que extrapola os limites da pessoalidade individual. Essa seria a única forma de buscar outras soluções para os problemas enfrentados e ampliar a consciência de que as vivências são diferentes.

A pesquisadora hooks assume uma frustração semelhante, pois aborda que a visão revolucionária, antirracista e antipatriarcal é circunscrita aos ciclos acadêmicos. A pesquisadora também afirma que a única maneira de romper com a realidade desigual, é

conseguir com que mais pessoas tenham acesso a essas informações e se comprometam com elas. Hooks também aponta que uma das soluções para fazer as informações chegarem a um número maior de pessoas é com a mídia radical, mesmo que essa pesquisadora não utilize as palavras “mídia radical” propriamente, mas ela dialoga amplamente com esse conceito, quando aborda sobre estratégias para desmitificar o feminismo e, também, quando conta sobre como as informações antirracistas e anti patriarcais que foram disseminadas nos anos de 1980.

Esses conceitos também dialogam com a política, pois a única forma de trazer vivências sócio-acêntricas para os projetos políticos seria com a presença de pessoas interseccionais dentro do congresso nacional e da câmara dos dos deputados/vereadores. No governo atual, o congresso dos deputados organiza-se da seguinte maneira: são 436 homens e 77 mulheres, em relação a raça 75% se auto declararam como brancos¹³⁶. Ressalta-se que as pessoas sócio-acêntricas são maioria numérica no Brasil e não minoria, como é falado, pois cerca de 52% dos brasileiro são mulheres e cerca de 54% dos brasileiros são negros¹³⁷, quando o presidente afirma que as minorias precisam se curvar perante as majorias¹³⁸, ele parece ignorar esses dados. Entretanto, se “se curvar” significa algum tipo de humilhação social, ressalta-se que isso não solucionaria nenhum dos problemas apontados pela pesquisa, mas as soluções estariam presentes no respeito mútuo entre os indivíduos, na vontade de construir um futuro mais coletivo e em uma educação pedagógica transformadora de qualidade e acessível a todos, que englobe bibliografias e obras pedagógicas criadas por sujeitos sócio-acêntricos. Além de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros e não apenas de uma parte da população.

Esse e outros discursos apresentados pelo presidente compõem a ideologia atual de nosso bloco histórico: o contexto que vivemos hoje. Essa ideologia sustenta o edifício do bloco, a sua infraestrutura - as relações de produção - e a sua superestrutura - consciência social, a política, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, as relações entre os sujeitos e os significados abstratos de grupos sociais. Uma das evidências de que essa ideologia é capaz de sustentar estruturas e está intimamente relacionada com o bloco histórico, é o fato do

¹³⁶ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho> Acesso do dia 22/07/2022.

¹³⁷ Disponível em:

<https://www.ecodebate.com.br/2021/10/14/maioria-da-populacao-brasileira-e-negra-e-feminina-mas-e-governada-por-homens-e-brancos/> Acesso do dia 25/04/2022.

¹³⁸ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=BCkEwP8TeZY&ab_channel=Eueradireitaen%C3%A3osabia. Acesso do dia 25/04/2022.

presidente ter permanecido no cargo até o final do mandato.

Em momentos em que a igualdade de direitos e de realidades está longe ser alcançada, é preciso, para manter o bloco histórico e o poder da classe dominante, uma ideologia que sustente essa estrutura, além de um grande exército da reserva. Pois, se os pobres são iguais aos ricos em seu valor, se independentemente da raça somos todos iguais e se as mulheres são tão válidas quantos os homens, por que estamos vivendo de formas tão desiguais? Por que alguns recebem mais violência direta, cultural e estrutural? Por que um está na miséria e outro tem seus direitos à moradia, educação, comida, cultura e lazer assegurados? Por que um é constantemente questionado e atacado fisicamente, enquanto o outro não? Alcançar a igualdade cultural e livrar-se da ideologia hegemônica preconceituosa significaria alterar a superestrutura e, em seguida, a infraestrutura e isso alteraria o modo de produção, ou seja, aconteceriam alterações profundas no sistema capitalista e isso não é interessante para quem está no poder hoje.

O sistema capitalista, supremacista racial e patriarcal, que tanto dialoga com a ideologia governamental, é necessário para assegurar privilégios. A questão é que essas mudanças na superestrutura estavam/estão em curso, questões sobre feminismo e racismo alcançaram um público maior, por isso articulou-se a eleição de Bolsonaro, em prol das classes dominantes, que também ditam as ideias dominantes de cada época. Além das classes que não são dominantes mas a imitam, como algumas partes das classes médias. Entretanto, é possível que o capitalismo, em sua versão um tanto mais progressista, passe a incluir essas pautas através do reformismo, ao exemplo do governo Biden nos Estados Unidos, assim Bolsonaro estaria procurando manter uma realidade ainda mais arcaica e conservadora, mas também pertencente a nossa época e a nosso bloco histórico. Uma realidade em que o homem branco era o principal e o único representante de todo e qualquer ambiente: laboral, político, social, religioso, esportista, artístico, etc. A mulher submissa e obediente compõe o imaginário da família conservadora religiosa no ocidente.

No bloco histórico de Gramsci, o corpo da mulher negra e periférica, devido às nossas raízes históricas coloniais, está na base da na infraestrutura, são, em grande parte, pessoas com ausência de direitos. Como a infraestrutura afeta diretamente a superestrutura, isso delimita as ações que o Estado e a população têm perante esse corpo. Assim, para cultura hegemônica, é natural que as instituições estatais que deveriam proteger esse corpo recebam apenas 1,5% do orçamento, que os 376,4 milhões de reais destinados à proteção das mulheres prescrevam e sejam usados para outros fins. A ideologia perversa torna possível a omissão em um período de pandemia.

Entretanto, a instrumentalização da vida neste período pandêmico foi tão alta que afetou até as classes mais altas economicamente, com a falta de compra da vacina por parte do governo e com a negligência em relação a Covid-19.

É um costume histórico no Brasil, a falta de reparação de direitos e de julgamento de culpados após crises humanitárias, como na escravidão e como nos crimes cometidos durante a ditadura, por exemplo. Não se fala em nenhum tipo de reparação após o período pandêmico em relação à desemprego, renda, acesso à saúde ou à educação. Por exemplo, durante a pandemia, houve um prejuízo imensurável para a educação, principalmente da educação pedagógica de crianças e adolescentes mais vulneráveis economicamente, entretanto, ainda não se fala de reparação, não há uma política pública sobre isso.

A não reparação de danos históricos é uma constante, após a ditadura, torturadores não foram punidos e também construiu-se imaginários fabulatórios criados para tentar justificar seus atos. Também ignora-se que os torturados poderiam ter sido presos ou até exilados, isso já era o suficiente para calar a voz deles, o que teoricamente era o objetivo do governo vigente, porque não estariam socialmente inseridos em seu país. Ainda hoje, encontra-se pessoas que apoiam os torturadores da ditadura, como Bolsonaro que elogiou Ustra, um dos maiores torturadores, durante o seu voto para o impeachment em 2016. Dois anos depois, ele foi eleito com 57 milhões de votos, mesmo após ter afirmado que uma pessoa quilombola era pesada em arrobas, a mesma medida de peso para comercialização de animais de grande porte, mesmo afirmando para Preta Gil que seus filhos não namorariam uma mulher negra porque eram bem educados, mesmo afirmando que sua filha mulher era fruto de uma fraquejada, mesmo dizendo que as mulheres deveriam ganhar menos que os homens, mesmo alegando que se LGBTs apanhassem, conseguiriam se comportar melhor¹³⁹. Mesmo assim, foram 57 milhões de votos em 2018, o presidente foi o mais votado entre brancos, negros e “outras raças” como afirmado pelo IBOPE¹⁴⁰, também foi preferido das mulheres e saiu na frente em todas as regiões do país, com exceção do Nordeste. O presidente ganhou de seu adversário em todas as classes econômicas e educacionais. A preferência pela política com viés de direita, não é suficiente para compreender essa votação, uma vez que havia outros candidatos que também eram de direita e não tinham falas tão problemáticas. O que demonstra que o Brasil introjetou as suas fabulações históricas, as que foram construídas pelo

¹³⁹ Essas falas estão disponíveis em:

https://www.youtube.com/watch?v=KczwxvO3-iE&t=61s&ab_channel=ElPa%C3%ADs Acesso do dia 17/07/2022.

¹⁴⁰ Disponível

em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/ibope-bolsonaro-lidera-entre-mulheres-ne/gros-e-em-quatro-regioes> Acesso do dia 17/07/2022.

colonialismo, pelo patriarcado e pela meritocracia.

Portanto, a ideologia preconceituosa e perversa não ocorre ao acaso, pois existem funções, ela direciona ações, verbas e privilégios para outras classes sociais e ela mantém o pensamento revolucionário sobre vigilância e freia a dialética. O exército da reserva, o desemprego estimulado pela premissa de corte de custos do neoliberalismo, também têm sua função. Um proprietário que contrata serviços, principalmente os que são entendidos como “subempregos” (mas não apenas esses, haja vista o salário dos professores das escolas públicas), precisa de pessoas no exército da reserva que aceitem ganhar pouco, trabalhar muito e não ter direitos trabalhistas. Assim, ao demitir, seja um funcionário em uma empresa ou uma empregada doméstica em sua casa, terá outra pessoa para aceitar as condições propostas do emprego. A verdade é que não é interessante para o capitalismo, o empoderamento de mulheres periféricas, pois retirá-las de sua vulnerabilidade econômica não é vantajoso para os proprietários, da mesma forma não é interessante ensiná-las sobre seus direitos. Assim como não é vantajoso retirar os preconceitos ideológicos que rodeiam o seu corpo, pois são justamente esses que permitem a exploração. O patriarcado também lucra com o significado ideológico do gênero feminino, pois são as serviçais e as submissas, o que facilita a vida dos homens, seja em casa ou no trabalho. A ideologia preconceituosa em relação a gênero também permite os assédios ou a violência sexual, com direito a culpar a vítima em vários casos.

Devido a interseccionalidade de vivências: raça, gênero e classe econômica. As mulheres negras periféricas vivem de forma mais intensa os assédios, violências e explorações laborais. A periferia, principalmente na pandemia, se encaixa no conceito de Mbembe sobre mundos da morte. Pois não é garantido o acesso a direitos humanos, como o acesso aos serviços de saúde e alimentação, impossibilitando a biopolítica, porque segundo esse conceito o estado deveria “fazer viver”.

Além disso, a ideologia hegemônica meritocrática culpa os pobres pela sua falta de capital, alegando que são preguiçosos e não se esforçam, construindo uma “imagem” que permite que todo esse sofrimento causado pela miséria, falta de acesso à educação e ausência de direitos continue. Pois a ideologia faz com que o Estado e as pessoas de outras classes possam se ausentar sem culpa. Assim, voltamos para o raciocínio inicial, de que em tempos de muita desigualdade precisa-se da ideologia de forma intensa e da criação ficcional de inimigos para justificar as desigualdades, para que essas não sejam vistas como perversas, mas como naturais, como tem sido feito na história humana ocidental.

Por um tempo, a mídia hegemônica amarrou as mulheres periféricas a uma narrativa

única, com estigmas que corroboram com narrativa propagada pela ideologia hegemônica. Entretanto, surge a mídia radical e informa essas mulheres sobre seus direitos, as apresentam a formas de apoio e denúncias escondidas na malha burocrática e que podem ser acessadas por elas, as apresentam uma cultura, que não é a hegemônica, mas uma cultura de oposição, de militância ou uma cultura que dialogue com as suas existências de forma que as valorize. Assim, a mídia radical perfura o bloco histórico e acha espaço para a dialética, conseguindo informar e questionar a infraestrutura/superestrutura. A mídia radical ao dissertar sobre os cuidados com a saúde mental, com a autoestima, com as finanças, sobre quais são as possibilidades no mundo capitalista vigente, sobre educação pedagógica, sobre como sair de situações de violência doméstica com apoio de instituições públicas e como reconhecer assédios, por exemplo, faz com que as leitoras adquiram uma maior consciência de sua posição interseccional. As leitoras reconhecem seus direitos, se informam sobre denúncias e percebem a possibilidade e a urgência de se buscar formas coletivas de pensar a realidade. Dessa forma, passa-se a conseguir achar algumas saídas e possibilidades perante a ideologia hegemônica social que sufoca essa existência.

Assim, a hipótese levantada pela pesquisa, de que as mídias radicais digitais organizadas por mulheres periféricas iriam compor uma rede de proteção e disseminação de informações sobre denúncias e direitos, foi confirmada. Uma vez que há o acolhimento feito pelas comunicadoras, que depois encaminham a mulher para servidoras públicas, psicólogas, advogadas ou diretamente para instituições públicas de apoio. O portal se coloca como um intermediário entre a vítima e a ajuda especializada que ela precisa. Além de toda a informação a respeito de violência contra mulher divulgada pelo portal. O Nós também vai de encontro com as teorias de hooks, pois incentiva todos os eixos que a pesquisadora indica como necessários para existência de uma sociedade mais igualitária, o debate a respeito da individualidade capitalista, do racismo e do patriarcado.

Também foi possível perceber a lógica de coletividade expressa a partir de membros da periferia, como a CUFA (Central Única das Favelas) que estava distribuindo cestas básicas e fazendo ações com 1500 periferias. Assim como os núcleos da Uneafro que disseminaram informações confiáveis sobre a Covid-19 usando carros de som, uma estratégia extremamente barata que poderia ter sido usada em larga escala pelo governo, se houvesse interesse. Além disso, foram feitas cartilhas e projetos para tentar combater a doença nesses territórios que dependiam do SUS, sendo que esse não estava sendo capaz de atender a todos.

Outro ponto exposto pela pandemia, que demonstra a urgência de se debater feminismo na esfera pública, foi o aumento do feminicídio e da violência contra mulher na

pandemia. Santos, antes mesmo de serem noticiadas as pesquisas, já havia explicado que em momentos de crise e guerra, aumenta-se a violência contra mulher. Isso demonstra a visão que a ideologia hegemônica tem sobre esses corpos, um objeto para aliviar frustrações através da violência física ou sexual.

O Nós informa sobre as vulnerabilidades e conscientiza sobre formas de conseguir ajuda, entretanto há um problema, o portal possui uma esfera pública interconectada e parte de seu público não acessa a internet. A barreira digital é um entrave para a disseminação dessas informações. Entretanto, as agentes do portal se mostram conscientes dessa questão e buscam maneiras de atingir o público que não acessa a internet, por meio de eventos e, para quem acessa, mas tem uma condição limitada devido ao pacote de dados, foi feito o Zapcast, como uma alternativa.

Mesmo com esses fatores, por meio da pesquisa, foi possível ressaltar que a tecnologia traz uma maior liberdade e espaço de fala para as mulheres periféricas. Tanto que o portal surge para dar uma resposta a mídia hegemônica, pois as mulheres periféricas não estavam sendo representadas por ela. Sendo assim, a tecnologia permitiu a publicação de opiniões, análises e visões, assim como a construção de uma rede de proteção.

Moreira conta que o Nós nasceu antes de nascer, pois tudo começou com um encontro entre as fundadoras que resultou em um artigo, dois anos depois, foi criado o portal. Assim, o Nós foi gestado no coração de mulheres periféricas para que essas pudessem gestar outras mulheres.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCIBER, 2021. Apartheid social e digital intensifica vulnerabilidades de mulheres e estudantes durante a pandemia de Covid-19. 2021. Disponível em: <<https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2021/paper/view/1550>> Acesso em: 04 jun. 2022.

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALMEIDA, Sílvia L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSIS, Dayane N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidade.s.pdf>> Acesso do dia 28/07/2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CENTENÁRIO PAULO FREIRE, 2021 - Violência contra a mulher na área da saúde e a humanização freireana. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021, p.28, v.7. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/issue/view/1206>> 08 ago. 2022.

CINTEDI, 6, 2021, Cosmovisão africana como caminho para a superação do racismo e do capacitismo nas escolas. Disponível em: <https://www.cintedi.com.br/sistema/congressista/modulos/trabalho/trabalho/aceitos/TRABALHO_EV156_MD1_SA16_ID301_05102021140301.pdf> Acesso em: 28 jul. 2022.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Revista Estudos Feministas, Salvador, ed. 1, p. 7-16, 2002. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**, Estudos feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DOWNING, John. **Mídias radicais: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

FÓRUM NACIONAL ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS, 5, 2021.

Invasão Cultural: uma análise do Exame Nacional do Ensino Médio. Autores: Isabela Holl Cirimbelli Grossi Parreira e Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier. Universidade Federal de Goiás, 2021. Disponível em:

<<https://forumescolaparatodos.com.br/wp-content/uploads/2021/09/ANAIS-V-FORUM-NACIONAL-ESCOLA-DE-EDUCACAO-BASICA-PARA-TODOS-.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, J. **Três formas de violência, três formas de paz: a paz, a guerra e a formação social indo-europeia**, Revista Crítica de Ciências Sociais, ed. 71, 2005, 63-75.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HALL, Stuart. **The work of representation**. In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London: Sage/Open University, 1997.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LOPES, M.I.V. de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais : linguagens, ambientes, redes**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl, ENGELS Friedrich; [introdução de Jacob Gorender] **A ideologia alemã**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATOS, Rafael C. **Fake news frente a pandemia de Covid-19**. In: Vigilância Sanitária em Debate, vol. 8, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 78-85.

MEISTUDIES: Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies - Democracia, meios e pandemia, 3, 2020. Análise da presença de conteúdos defendidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a inserção das mídias radicais na sala de aula virtual para a promoção da aplicabilidade dessas leis. 2020. Disponível em: <<http://meistudies.org/index.php/cmei/3cime/paper/view/1081>> Acesso em: 04 jun. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, Camila M. **A invisibilidade da Lei 10.639 no Exame Nacional do Ensino Médio**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, p. 1-12, 22 jun. 2013.

MOURA, Maurício. **Eleições e Fake News no Mundo**. In: Seminário Internacional Fake News e Eleições. Painel, Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2019. p-58.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PRECIADO, P. B. **Aprendendo com o vírus**: A gestão política das epidemias põe em cena a utopia de comunidade e as fantasias de imunidade de uma sociedade, externalizando seus sonhos de onipotência de sua soberania política. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Campinas, SP, 28 mar. 2021. Disponível em:<<http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciano-aprendendo-com-o-virus/>> Acesso em: 08 jun. 2021.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis, 29 jul. 2022.

REIS, Ana Regina G. dos. **Do segundo sexo à segunda onda**: Discursos feministas sobre a maternidade. Orientador: Cecília Maria Bacellar Sandenberg. 2008. 143 f. Dissertação (Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gêneros e feminismos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6436/1/disserta%3%a7%3%a3o%20ana%20regina.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2022.

SABBATINI, R. **Apartheid Digital**. Correio Popular, Campinas, SP, 30 jun. 2000. Disponível em:<<https://www.renato.sabbatini.com/correio/cp000623.html>> Acesso em: 08 jun. 2021.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. 1ª ed. Coimbra, PT: Almedina, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravidão indígena e o início da escravidão africana**. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216.

SILVEIRA, A. S. et al. **Cidadania e Redes Digitais**. 1ª Ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. Citação em capítulo

SOUZA, J. **A classe média no espelho: suas histórias, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. **Ralé brasileira : quem é e como vive.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

VAINER, C. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Carta Maior, 2013.

XAVIER, J.T.P, **Redações Desterritorializadas.** In: BRONOSKY, M; CARVALHO, J. **Jornalismo e convergência.** 1ª Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

11.1 Documentários:

AMADEU, Sérgio. Entrevista. **Zerovinte.** Direção: Clara Parada. Produção: Marsílea Gombata, Piero Locatelli, Sergio Lirio, Paloma Rodrigues, Ricardo Rossetto, Lino Bocchini, Pedro Presotto e Rodrigues Martins. São Paulo (BR): CartaCapital, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBu09di_XHE. Acesso do dia 20/02/2018 às 20:50.

12. APÊNDICE

12.1 Entrevista com uma das fundadoras do portal: Jéssica Moreira

Idade média das jornalistas integrantes do portal: 24 a 40 anos, sendo 18 colaboradoras, que trabalham online em suas casas.

Somos de periferias diferentes, nos conhecemos em 2010/2011, hoje, algumas saíram de suas periferias. Eu sou de Peru, tem meninas da zona sul, zona leste, zona noroeste, e zona norte. Fomos 9 fundadoras, 3 já saíram, mas o time está gigante atualmente. Desde 2020, o time vem crescendo, estamos com mulheres nas redes sociais e repórteres.

O Nós Mulheres da Periferia surge de uma necessidade que a gente enxergava de representação na mídia sobre as mulheres negras e periféricas.

O lançamento do site ocorreu em 9 de março de 2014, já havia algumas mídias que nos representavam como Geledés, mas a gente queria também contribuir com este cenário da comunicação feita por mulheres.

Na grande mídia a gente observava veículos que retratavam a nós, mulheres periféricas de uma maneira muito estereotipada, seja em novelas, programas de auditório, revistas ou então nem aparecíamos.

Nosso principal objetivo sempre foi contar a história das mulheres, o nosso jeito de ver o mundo e também, é claro, nos colocar no cenário.

O Nós nasceu antes de nascer, pois publicamos um artigo na Folha de São Paulo em 07/03/2012, escrevendo sobre o que era ser uma mulher da periferia. Foi a convite da Izabela Moi que era editora da Agência Mural, todas nós nos conhecemos na agência, já éramos correspondentes dos nossos bairros e entendíamos a importância de trazer o olhar para as periferias.

É importante dizer que o Nós nasceu antes de nascer e isso é uma característica de vários veículos de comunicação de mulheres, é como se a gente fosse nascendo, gestando esse processo.

Alguns estereótipos que nos incomodavam eram os que se repercutiam em programas sensacionalistas: mulheres periféricas eram mostradas apenas em um lugar de miséria e carência, é claro que temos muitos desafios nas periferias e não fechamos os olhos para isso, mas também temos várias potências.

Também havia novelas que retratavam as mulheres periféricas sempre como piriguetes, sempre neste lugar do exótico. Lembro que isso incomodava muito a gente. Quando começamos o Nós queríamos trazer a realidade, uma mulher da periferia alcançando outros lugares, atravessando a cidade todos os dias, como é o nosso corpo de ocupar todos esses espaços. De morar na periferia mas estudar, trabalhar ou se divertir no centro, então a noite desce a ladeira escura e os medos que perpassam este corpo. Um corpo muito político, dentro do transporte público, esses corpos que muitas vezes não têm acesso a tantos direitos estão sempre perante a omissão do estado e tentando reagir fortemente e com muitas potências e criações de movimento. Tudo que conquistamos nas periferias, as mulheres costumam estar na dianteira de pautas como educação, saúde e moradia.

Então a gente está no Nós, na dianteira da comunicação, pois as mulheres periféricas também têm o direito de contar as suas próprias histórias, as suas versões, seja sobre a periferia, o Brasil ou o mundo. A gente tem que estar inserida em qualquer coisa, seja na construção de um livro didático ou de uma política pública.

Pesquisadora: Como é ser uma jornalista e uma mulher negra periférica vivendo na época de um governo que as coloca sobre ameaça a todo o tempo?

É uma ameaça física porque jornalistas mulheres já sofreram agressões e violações, mas são violências em diversos níveis. Quando temos fotos vazadas de mulheres jornalistas ou a sua conduta jornalística sendo colocada em pauta ou em dúvida porque ela é mulher, como no caso da Patrícia Campos Mello que precisou sair do país, devido a divulgação dos esquemas de whatsapp.

O próprio Nós, 48h depois de fazermos uma cobertura sobre os atos contra o presidente, em 2021, tivemos nosso Instagram hackeado. Nós fizemos um B.O, mas não tivemos uma resposta sobre quem invadiu, esses caminhos de descoberta são muito complicados no Brasil. Durante a cobertura recebemos comentários como “macacas burras”, então acho que estamos sob ameaça em de diversos tipos de violências. Como a Bianca Santana que foi vítima de uma fake news do próprio feita pelo próprio governo e ela abriu um processo contra.

No dia 31 de maio de 2021, a conta do Nós no Instagram foi invadida, tendo todos os seus posts de mais de sete anos de trabalho apagados. Eu acredito que tem um efeito cascata que é: se no congresso as jornalistas que estão ali tentando entrevistar o bolsonaro ou outras pessoas do próprio governo. Se elas já sofrem essas violações, os apoiadores do governo se sentem no direito e na liberdade de fazer isso com qualquer outra pessoa. De fazer isso nos espaços e arredores onde estão, vivemos um processo de descredibilidade da imprensa.

Então, isso é um grande desafio porque estamos tentando falar com as periferias, lado a lado, mas o ideário que se tem é que a imprensa mente, porque isso também chega de uma maneira forte na periferia. É muito difícil ser jornalista neste momento.

Também devido a dificuldade financeira, a gente não tem nenhum tipo de projeto de lei ou público pensando. No governo Dilma, o Nós tinha ganhado como Ponto de Mídia do Ministério da Cultura e o ministério acabou, tudo isso são violências contra jornalistas.

A gente tem que pensar desde a violência financeira, que acarreta que você não tem saúde mental para trabalhar ou tem que trabalhar em muitos lugares. Tem uma violência estrutural e

estruturante dos nossos corpos por sermos mulheres, periféricas e negras e isso se agrava por sermos jornalistas. Porque incomoda muito quando uma mulher fala, em nossa sociedade nem sempre as pessoas tiveram mulheres negras dizendo nossas análises, nossa opinião, nossas histórias como estamos dizendo agora. Isso incomoda muita gente.

O Nós foi uma das organizações entrevistadas por isso que a gente estava na Conferência Global do Uruguai. A gente falou sobre violência contra mulher e sobre pensar em caminhos para segurança de mulheres jornalísticas, através de uma perspectiva feminista. Porque a violência contra as mulheres jornalistas, é antes de tudo, uma violência contra as mulheres. Então porque não bebermos dos movimentos feministas e negros, para pensar em propostas de defesa e segurança das mulheres jornalistas. Temos um grande problema, as jornalistas estão sendo mais atacadas, isso diz muito sobre esse governo.

Desde 2014, durante muito tempo, as únicas verbas que entravam eram de premiações, mas em 2019 conseguimos um financiamento institucional. Hoje, eu trabalho para o Nós e outras mulheres também, algumas full time e outras que são part time. Estamos gerando renda para mulheres da periferia ou que suas famílias são da periferia, mulheres negras, então é uma economia criativa, a partir e com as periferias. Qualquer dinheiro que entre é um dinheiro que está girando nas periferias.

Em 2020, conseguimos outros financiamentos, sinto que isso aconteceu porque as pessoas se preocuparam mais com as periferias durante a pandemia, isso [o interesse] já abaixou de novo, mas conseguimos fundos, editais, doações, temos um financiamento misto, catarse e parcerias de conteúdo.

Temos parcerias de conteúdo para o site, com a fundação Rosa Luxemburgo que financia uma série de nosso podcast, o Conversa de Portão, outra com Maria Cecília Souto Vidigal, são várias instituições, como a Open society e Repórter sem Fronteiras, auxiliando nosso site ou redes. Para conseguir fechar essas contas no fim do mês, não conseguimos ter um único tipo de financiamento, mas sim, misto.

[Sobre barreira digital] Um grande desafio, por mais que nos últimos anos, a internet tenha de fato se ampliado. Ela ainda tem muitos percalços, porque a maior parte desses acessos foi por celulares, com pacotes de internet reduzidos, então você tem uma experiência na internet

reduzida. Muitas vezes as pessoas não conseguem acessar grandes conteúdos, baixar coisas ou vídeos. Então tivemos algumas estratégias para conseguir fazer com que nossos conteúdos chegassem às nossas leitoras. Como fazer com que o podcast conversa de Portão fosse transformado em Zapcast, para poder mandar ele pelo próprio Whatsapp e Telegram sem que a pessoa precise baixar, porque os pacotes das operadoras trabalham muito com Whatsapp e Instagram. Então tentamos transformar nosso conteúdo para esses formatos, mas é um grande desafio, temos um público de 18 a 44 anos, temos sim muitas mulheres periféricas, sinto que é um público maior entre 24 - 35 anos, que são mulheres que se formaram na universidade que têm um certo acesso, apesar de morarem em periferias. Há muitas que ainda não alcançamos, de forma regular temos conversar sobre as nossas pautas e sobre como chegar nessas mulheres, com menos acesso digital. Principalmente em um ano eleitoral, mas o desafio que temos é muito grande porque não temos o tamanho de uma mídia de massa, então vamos aos poucos furando a bolha, ganhando a confiança das pessoas. Fizemos alguns eventos offline, o que colabora para criar essa rede forte.

A gente sempre fez muitas mesas de debate em escolas, em periferias

Em 2015, a gente fez uma série de oficinas em um projeto nosso que chamava “Desconstruindo Estereótipos - Eu Mulher da Periferia”, nós falamos com mais de 100 mulheres de seis bairros diferentes da periferia. Mulheres de 17 até 92 anos, as mulheres se fotografavam, se desenhavam e diziam como queriam estar na mídia. No fim do processo a gente fez uma exposição multimídia, que ficou em cartaz em um bairro da cidade de São Paulo e essas mulheres puderam se ver.

Depois disso a gente rodou lugares, eu acho incrível esse projeto nosso, sem falsa modéstia, depois entrevistamos algumas delas e lançamos um documentário com 4 delas em 2017: o “Nós Carolinas”.

Em 2017 e 2018 a gente rodou muitas periferias, lembro de ir em um bar punk só com homem, mas falando, de ir à EJA - Escola de Jovens e Adultos escutar a história de mulheres. Lembro de estar nas UBS com agentes comunitárias e as meninas rodaram em muitos lugares também. Esse é um evento que faz com que as pessoas te conheçam e acompanhem o seu site.

Com a pandemia isso foi mais difícil, agora estamos voltando. Nos eventos, a gente ouvia muitos relatos de violência. A gente tem falado muito sobre essa questão, inclusive por meio

de conteúdo. A gente não se vê no lugar de alguém que vai fazer alguma coisa para mulher que nos escreveu no Instagram, mas que pode colocar ela em contato. Então, com os Cras, com os CREAS, com toda a rede de assistência social que existe, advogadas, psicólogas, etc.. A gente tem um especial no nosso site com todos os contatos que as mulheres podem procurar em caso de violência. A gente se vê nesse lugar como comunicadores, que podem fazer a ponte para mulheres procurarem as informações, mas a gente nunca se colocou nesse lugar que a gente vai ser assistente social não é porque não somos, somos as jornalistas, mas somos muito conectadas às assistentes sociais dos territórios onde a gente mora. A gente é muito conectada a alguns grupos de advogadas, mas a nossa postura sempre é de quando entra em contato com a gente sobre isso, claro acolher da melhor maneira possível, mas de encaminhar porque não é o nosso papel mesmo. É sempre um desafio falar sobre violência doméstica, às vezes com mulheres que compartilham o mesmo território que você, não só a sua fonte está em risco, mas você também pode estar. Quando a gente vive no território é muito diferente de uma grande mídia que vai lá gravar e vai embora.

Olha acontece que a partir do que a gente posta surgem relatos de mulheres e aí é o que eu te disse, a gente sempre tenta encaminhar, mas aparecem sim casos de violência, casos de assédio muito forte, seja na internet ou fisicamente. Quando a gente puxa esse gancho também vem muito. Teve uma postagem que teve muito mais de mil curtidas, pois muitas mulheres se viram na postagem sobre tipos de assédio.

Eu acho que sim, é como eu te disse a gente não tem essa prepotência de que a gente é a profissional para cuidar disso, mas a gente levanta o debate, levanta a possibilidade de falar e de ter espaço. Tem uma área do Nós que chama Nossas Vozes, para mulheres publicarem suas histórias.

O Nós Mulheres Periferia tem uma reunião de pauta semanal, então todas as segundas-feiras todas as integrantes se encontram virtualmente e aí a gente tem, inicialmente, uma rodada de análise de dados de rede sociais e do site. Porque gente tenta entender o que deu certo o que não deu, então a gente tem tentado ser estratégica nas nossas escolhas então avaliamos “ah tal assunto deu muito certo semana passada, tal assunto não foi bem, tal assunto a gente teve muita audiência, então isso quer dizer que o nosso público está querendo muito ouvir sobre isso e entender mais sobre”.

Essas fontes de dados também nos ajudam a nos pautar. Além disso, cada uma de nós está em uma bairro periférico e faz parte de outras redes, organicamente mesmo, como grupos de WhatsApp, somos muito conectados ao movimento cultural das periferias, aos vários movimentos das periferias. Então sempre chega muita pauta, agendas sobre grupos que estão fazendo atividades nas periferias.

Toda semana a gente tem o “Dicas da Semana”, proposto pela Livia Lima. Então, toda semana a gente tem uma história. Nós temos uma organização editorial, toda segunda-feira sai uma coluna, toda terça-feira sai uma matéria, toda quarta-feira sai uma história, toda quinta-feira vai sair uma matéria de contexto mais profundo e toda sexta-feira temos “Dicas da Semana”.

A gente tentou fazer uma linha editorial que fosse balanceada e a gente parte de três pilares: que é contar as histórias, análises e contextos das mulheres. A história é sempre o centro do Nós, não é sempre que a gente vai conseguir fazer isso, mas uma matéria do Nós, começa pela história porque por mais que ela tenha dados e contexto, a história é o coração do Nós Mulheres da Periferia. Quando falamos em linha editorial, para além disso a gente sempre tem um cuidado muito grande de investigação e de pesquisa, então depois que essa matéria está terminada, ela vai passar por uma editora, vai para o ar e depois ainda passa por mais uma editora de redes sociais e ela vai ser publicada nas redes. A gente tem todo esse cuidado de checar a informação, para que a gente não propague alguma notícia falsa.

É claro que hoje estão chegando novas repórteres, essas meninas estão se adaptando a linha editorial do Nós. Então, não é que seja uma hierarquia, mas somos co-fundadoras, a maioria que é co-fundadora está como editora, porque a gente conhece a linha editorial um pouco mais. Então a gente faz a organização e a distribuição entre as outras repórteres, para que cada uma tenha o seu trabalho na semana, geralmente parte de todas a sugestão de pauta, parte de todo mundo, a pessoa que sugere às vezes fala “quero cobrir” ou se não a gente tem outras pautas, mas a gente discute coletivamente. Às vezes temos temas que são muito complexos e que era bom ter que esperar mais um tempo, pois é complexo não dá para escutar uma só pessoa, mas ali na reunião de pauta a gente já pensa um pouco isso já diz quem que a gente pode entrevistar, é bem bacana.

[Sobre receber ataques na internet] A gente sempre fez a leitura que não, a gente sempre entendeu que não recebemos muitos ataques, por ser um veículo menor, a gente tem um público menor também nas próprias redes sociais, agora que tá começando a crescer, a gente tem quase 25 mil seguidores no Instagram, mas é muito pequeno quando você pensa em outros veículos e outras redes.

Entretanto, é muito curioso que quando a gente começa a se colocar no lugar político, de cobrir política, que é um lugar que não se espera de uma mulher, muito menos uma mulher negra periférica, a gente começa a receber muito mais ataques. Então a partir de 2020 e 2021 a gente começa a receber.

Eu queria também dizer que tem uma coisa que a gente sempre recebeu e que a gente não tinha leitura de que eram assédios, esses comentários vêm pelos email ou no site. No e-mail sempre rolou de recebermos recados tipo: “Ai quantos anos vocês têm, eu estou procurando uma esposa”, por mais que isso diz o lugar da não informação, a gente não sabe quem que está do outro lado. Então esse tipo de assédio, a gente não compreendia como assédio até o ano passado, inclusive devido às nossas conversas mesmo com organizações que protegem jornalistas. Você não tem isso em uma matéria de um homem, sabe? Você pode ler todos os comentários de uma matéria de um homem que não tem nenhum comentário perguntando se ele faz programa, então como jornalistas essa mensagem nos afeta também.

A gente parte do lugar que nós somos anti-racistas, anti patriarcais e lutamos pelas questões de gênero. Se eu fosse ditar a linha editorial do Nós, seria isso.

O Nós Mulheres da Periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil é uma mídia voltada para construção de uma sociedade plural, anti racista e não patriarcal.

As nossas pautas falam sobre mulheres, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência, que são pessoas que nunca foram olhadas.

13. ANEXOS

Título: Não tem luta antirracista sem as trabalhadoras domésticas”, diz cineasta

LÍVIA LIMA | 03/07/2020

Subtítulo: A diretora Karoline Maia está com uma campanha de financiamento coletivo para finalizar o documentário “Aqui não entra luz”, com previsão de lançamento para 2021.

Lead: “Eu amo janela grande e ficava imaginando que deve ser uma droga morar em um lugar que não tem janela, não tem luz do sol entrando”. Foi esse pensamento que fez a diretora, filmmaker e fotógrafa Karoline Maia, 26, dar o nome “Aqui não entra luz” para seu primeiro longa-metragem, um documentário sobre as relações sociais e arquitetônicas entre o quarto da empregada e a senzala.

Presença de imagens, infográficos ou vídeos: a reportagem tem duas imagens no texto, sendo uma como capa, a foto mostra uma empregada doméstica, que é mulher negra com cerca de 40 anos, ela está em uma área de serviço de uma casa. A outra foto é da cineasta Karoline Maia e a sua equipe de filmagem, são ao todo 5 mulheres negras e jovens, que posam para a foto. No meio da matéria há uma galeria de imagens que compara fotos das casas grandes do passado com as casas atuais.

Principais temas: O filme, que investiga as relações de trabalho construídas no ambiente doméstico desde o Brasil colônia até os tempos atuais, está com uma campanha de financiamento coletivo que se encerra no dia 11 de julho [2020]. A verba arrecadada pretende garantir o processo de montagem e finalização do longa, além de sua distribuição, prevista para o ano de 2021.

Segundo Karoline, que é do Jardim Helena, zona leste da capital paulista, a ideia surgiu em 2016 como um projeto de instalação. Mas foi em 2018, com o apoio do programa Rumos, do Itaú Cultural, que ela conseguiu formar uma equipe para a produção e gravação do filme.

“A gente filmou várias senzalas e casas grandes. No Brasil colonial já existia trabalho doméstico e a senzala doméstica. O quarto de empregada é uma extensão desse tipo de moradia, leva a trabalhadora doméstica para dentro da casa. A empregada doméstica abre

mão de sua vida e passa a viver em função da vida dos patrões. A expectativa é estar ali, a qualquer momento, para servir”.

Durante o processo de gravação nos diferentes estados, a diretora constatou que a maioria dos espaços segue o mesmo padrão. “Os lugares são semelhantes: a entrada de serviço, o fundo da casa, um lugar isolado, com pouca entrada de luz, estratégico para o patrão, do lado da cozinha e da área de serviço”, explica.

“Independente se é casa ou apartamento, o lugar reservado é sempre escondido. Há diferença nas mobílias. Enquanto a casa é super bem cuidada, nos quartos têm móveis mais velhos, pouco cuidados, pouca atenção por ser um espaço social em que a família não convive, vale menos na casa”.

Karoline acredita que, diante da pandemia causada pela Covid-19, a discussão sobre o trabalho doméstico se fez ainda mais relevante e atual, já que, durante a quarentena, esse conflito mal resolvido no Brasil sobre o trabalho doméstico ficou ainda mais explícito.

Não tem como a gente no Brasil falar de luta antirracista sem incluir as trabalhadoras domésticas, sem incluir o trabalho doméstico nessa pauta. Trabalho doméstico realizado por mulheres negras.

É uma história muito negra, muito periférica, a do trabalho doméstico. Há muitos anos os cineastas negros estão disputando esse lugar, eu estou nessa disputa, de mais uma cineasta negra, porque ainda temos pouca projeção”, conclui.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/na-brasilandia-sp-continuamos-sozinhos-mas-cuidando-dos-nossos-diz-ativista/>

Título: ‘Na Brasilândia (SP), seguimos sozinhos, mas cuidando dos nossos’, diz ativista
REDAÇÃO | 08/07/2020

Subtítulo: Keit Lima reflete sobre como as periferias estão sendo afetadas pela Covid-19 e o descaso do Estado para os territórios diante da crise sanitária e social.

Lead: Eu moro na Brasilândia e consigo sentir o cheiro da morte. Todo dia uma notícia de alguém que faleceu, todo dia Brasilândia estampada nas telas dos celulares e televisões como o lugar com mais mortes, mesmo não sendo o com mais casos. Isso deixa bem evidente que não temos acesso a uma saúde de qualidade.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: a matéria tem 2 imagens, a primeira de capa que mostra a Brasilândia de fundo e Keit Lima, a ativista. No meio do texto há uma imagem com Keit Lima, uma moça jovem e negra com o punho cerrado para cima, um símbolo da resistência negra. Em sua camiseta está escrito: Em caso de opressão, quebre o silêncio.

Principais temas:

Estamos sentindo de forma descarada o descaso total com as nossas vidas.

Até 7 de julho, o Brasil tinha 65.487 mortes e 1.623.284 casos de Covid-19. O estado de São Paulo já somava 16.134 óbitos e 323.070 infectados pelo coronavírus. A capital paulista tinha 173.580 infectados e 7.787 mortes (dados do consórcio de veículos de imprensa e Boletim Diário da Prefeitura de SP).

Keit afirma: há um mês painho deu positivo. Eu nunca tinha sentido tanto medo na vida. Medíamos o tempo todo sua pressão e diabetes. Quando algum desses dois sobe demais, precisamos ir para o AMA (Assistência Médica Ambulatorial) ou hospital e falar para os médicos que ele está com Covid-19.

Eles então nos mandam voltar para casa. As pessoas na rua literalmente correm de nós. Há uns 10 dias minha irmã também deu positivo para a Covid-19. E o medo, mais uma vez, me atravessou. Estamos por conta própria. E, ao que tudo indica, continuaremos.

E como fica a família das pessoas com Covid-19? Quem está pensando nessas famílias? Como fazer isolamento em uma casa pequena e com muitas pessoas?

Isolamento não é uma possibilidade na minha casa. Estamos lidando todos os dias com os impactos das desigualdades econômicas e sociais, que com a pandemia se intensificaram e

ficaram mais escancarados. Contudo, não se engane, do lado de cá essa sempre foi a nossa realidade.

O Estado tem um projeto político de exclusão e extermínio dos pobres, pretos e periféricos. É um projeto genocida. O objetivo deles é nos deixar morrer, mas é preciso lembrá-los: atravessamos oceanos, construímos quilombos, reinventamos modos de viver e estamos resistindo há quase 500 anos...“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/fotografa-promove-ensaio-a-distancia-para-estimular-a-autocuidado-de-mulheres/>

Título: Fotógrafa promove ensaio à distância para estimular autocuidado de mulheres - POR REDAÇÃO | 10/07/2020

Subtítulo: A cada mulher que reservar uma sessão de fotos, um ensaio será doado pela fotógrafa a outra mulher que não tenha condições de bancar um ensaio. Para concorrer, utilize a hashtag #pelatelaPelajanela.

Lead: Se antes da quarentena a sobrecarga de trabalho e cuidados com o lar tinham rosto feminino, essa realidade assume camadas ainda mais densas com o distanciamento social. O autocuidado com o corpo e a mente por parte dessas mulheres neste momento de isolamento pode estar mais difícil. Para contribuir com a diminuição da falta de tempo para o autocuidado, potencializado por esse período de incertezas trazidas por conta da pandemia, a fotógrafa Maria Ribeiro, 34, está promovendo ensaios fotográficos à distância para mulheres.

Presença de imagens, infográficos ou vídeos: A imagem de capa é uma foto de Maria Ribeiro, uma moça de cerca de 30 anos, que posa de camisa de botão ao fundo está um quadro artístico.

Principais temas:

“Poder continuar fotografando mulheres durante o isolamento está sendo um caminho de descobertas”, revela Mara Ribeira que reconhece o formato como um novo mundo de possibilidades.

“Conseguir esse momento de respiro para nos celebrar, celebrar nossos corpos e nossas existências nesta pandemia é um ato de resistência. A gente se amar nesse momento é poderoso, porque quando nos cuidamos nos fortalecemos e temos mais energia para lidar com todo o medo, o ódio, o fascismo e as dificuldades desse período”, afirma.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/livraria-promove-1o-festival-de-literatura-negra-da-zona-norte-de-sp/>

Título: Livraria realiza 1º Festival de Literatura Negra da Zona Norte de SP LÍVIA LIMA | 10/07/2020

Subtítulo: O festival acontece de 13 a 17 de julho, com bate-papos sobre literatura contemporânea negra com a participação de escritores, além de uma oficina de criação literária.

Lead: Na próxima semana, entre os dias 13 e 17 de julho, acontece o 1º Festival de Literatura Negra da Zona Norte de São Paulo – o FELLIN, de forma totalmente virtual, seguindo as orientações de prevenção diante da pandemia de Covid-19.

Presença de imagens, infográficos ou vídeos:

A imagem de capa mostra Ketty Valencio em um fundo amarelo com o cabelo trançado e blusa cinza.

Principais temas: O evento tem curadoria e organização de Ketty Valencio, bibliotecária e proprietária da Livraria Africanidades. Criada em 2013, a partir de seu projeto de pós-graduação em “Cultura, Gestão e Economia”, o objetivo é divulgar as narrativas produzidas por escritores e escritoras negras. Recentemente, em parceria com a escritora Mel Duarte e a jornalista Jéssica Balbino, Ketty listou e divulgou a campanha “100 escritoras negras para se ler”.

Hoje em dia mudou muita coisa, mas, quando iniciei, a literatura era um espaço que achavam que as pessoas negras não podiam ocupar”.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nana-prudencio-lanca-filme-sobre-desigualdade-e-pandemia-nas-periferias-de-sp/>

Título: Pandemia do Sistema: documentário retrata desigualdade nas periferias

SEMAYAT S. OLIVEIRA | 16/07/2020

Subtítulo O média-metragem traz relatos e histórias de apoio entre vizinhos e vizinhas e de pessoas que foram ajudadas durante a quarentena.

Lead: Há quatro anos, Naná Prudêncio criou a Zalika Produções e decidiu viver do audiovisual. A empresária e documentarista irá lançar o seu segundo filme: ‘Pandemia do Sistema’, com estreia online no dia 4 de agosto, às 19h, na página do portal Alma Preta, no Facebook.

Presença de imagens, infográficos ou vídeos: A imagem de capa mostra um casal de idosos negros que moram na periferia, a senhora está conversando com a cinegrafista. No meio do texto há uma imagem da cinegrafista, uma moça jovem negra de boné e máscara, entrevistando um homem no meio da rua em uma periferia, o homem é alto, branco e tem uma blusa da CUFA (Central Única das Favelas). Também há a foto de uma menina negra, que aparenta ter uns 7 anos, com uma máscara com desenhos infantis, ela estava à espera de uma cesta básica quando a fotografia foi feita. Há mais uma foto de uma criança, desta vez de Yuri, um menino negro, cerca de uns 10 anos, que olha para foto com sua camiseta do Corinthians, o menino conseguiu um tratamento dentário devido ao trabalho de produção audiovisual da Zalika, pois uma dentista viu a obra em um museu e percebeu que o garoto sorria sem mostrar os dentes. Outra foto presente na reportagem é uma placa, escrita com letra de criança, em frente a uma porta “cuido de criança falar com Caique”.

Principais temas: O média-metragem traz relatos e histórias de apoio entre vizinhos e vizinhas e de pessoas que foram ajudadas durante a quarentena. Aborda aspectos como o racismo, o desemprego, a insuficiência no atendimento de saúde nesses territórios e como todos esses elementos, juntos, resultam em uma fórmula genocida.

Segundo estudos da Rede Nossa São Paulo durante a pandemia, os distritos com menor renda média familiar mensal têm 2,7 vezes mais óbitos por Covid-19 do que os distritos que concentram mais renda. Além disso, os territórios com maior concentração de população negra também são os que apresentam maior índice de mortes decorrentes da doença.

Quando comecei a ir nas paradas de entregas de cesta básicas, meu parceiro Nego Marco assumiu a Cufa (Central Única das Favelas) Taboão e a gente já tava entregando as fitas. E um dia, voltando de uma ação, a gente falou: não é só isso. Eu me senti rasa, voltei pra casa mal e pensei: o que eu sei fazer? Eu faço foto, faço vídeo e posso usar a minha força assim. Agora é a hora de voltar pro meu povo e devolver isso. Mas não queria ficar falando de um negócio temporal. Porque percebi que o problema da pandemia não era temporal, era atemporal. Era: ‘ganhei a cesta, mas eu nunca tive um gás’. Tá ligado? Era: ‘ganhei o produto de higiene, mas eu não tenho o rodo’. Sabe? Tipo, era uma parada que não veio com a pandemia. E eu precisava falar sobre isso.

Quando eu chegava na favela era assim: a liderança é o irmão ali, é o outro irmão ali, é a irmã ali. E vereador? Não tem vereador, não tem empresa, não tem Estado, não tem Planalto. Aqui é favelado cuidando de favelado

Não é só a arma que colocam na nossa cara, na cara dessas mães de favela. Na cara dos filhos dela. É a falta de comida dentro de casa. São várias ideias que eles – o Estado – fazem para apunhalar mesmo. E você vê que é. Mano, só em São Paulo a Cufa tá cuidando de 1.500 favelas. Isso dá quase 500 mil pessoas. Você acha que o governador e o prefeito não sabem que essas pessoas existem?

Muitas vezes eu tava ali na ação de entregar um negócio e entregar outro, mas eu percebia que – as mulheres – elas tinham mais liberdade comigo. Fui com um amigo lá no Taboão e uma mina chegou e falou: ‘oh nega, vem cá. Tem absorvente?’. Sabe? Porque ela não ia falar pra ele. Então tem essa representatividade, de mulheres pretonas como eu estarem lá pra trocar ideia. Quando eu falei que ia fazer o filme, as lideranças locais falaram: ‘Vamo, Naná! Já veio CNN, já veio Record, já veio muita gente aqui. Mas gente nossa, se bobear, você vai ser a única’. Eu quis colocar a experiência dessas pessoas em primeira pessoa. Tá aparecendo um monte de reportagem na televisão? Tá! Mas ainda é nesse formato. O repórter fala: ‘Estamos aqui no Capão Redondo. Como está aqui, senhora?’ E a pessoa fala 10 segundos e a repórter fala um minuto.

A pandemia me fez enxergar além do direito ao lazer, além do direito à Educação. Me fez enxergar não só os direitos, mas os deveres. Aí entra o ‘sistema’ que falamos no nome do filme. A periferia é a parte da população que é mais cobrada pelos deveres, mas é onde se tem menos direitos. A pandemia pra mim, é isso. E pandemia do sistema é isso. Todas essas fobias

(transfobia, xenofobia, lesbofobia, homofobia), o racismo. É tudo pandemia. Que é eterna, há mais de 500 anos. Muito se cobra e pouco se dá. A polícia quer que o moleque não roube, mas o moleque não tem escola. A mãe dele já não tem, a vó dele já não tinha e aí, qual perspectiva ele vai ter? A ‘Pandemia do Sistema’, pra mim, tem esse sentido.

Há quatro anos, eu ouvi de pessoas que era utopia conseguir viver da Zalika. Eu não só pensei, como eu ouvi muita gente falar assim pra mim: ‘você é doida. Você vai trabalhar pra você? Cê é louca? Nunca vi uma preta que tem uma empresa audiovisual.’ Sabe? Eu sou tão louca que eu to aqui.

Eu uso muito a frase ‘Nós só tem Nós’, é a maior verdade sobre a favela, sabe? Porque nós só tem nós real. Vem a empresa e dá 10 mil, mas ela não quer ajudar a favela. Ela quer o logo dela lá no bagulho. E a gente tem que enxergar mais isso.

Pra mim o resultado do meu trabalho é esse os manos da quebrada que me procuram e perguntam: ‘Naná, você tem uma foto do meu irmão? Ele morreu há uns cinco anos’. Então eu acho que a Zalika tá conseguindo isso. Hoje a produtora tá partindo muito pro lado jornalístico e do documental, que é uma coisa que eu sempre quis...

Eu quero poder ajudar famílias, eu sei que a Zalika ajuda famílias e que não é só a minha. Quem conhece o Yuri sabe o quanto ele é alegre, simpático. Mas ele não sorria. Olha como ele tá na foto, segurando o sorriso. Você vê que ele tá sorrindo, mas não tá mostrando os dentes. Em uma exposição em que eu participei como fotógrafa, a foto dele estava exposta e ele estava lá também. Durante o evento, olhando a foto, uma dentista percebeu que ele segurava o sorriso e, depois, me ligou. Ela faz tratamento com ele há dois anos e também começou a cuidar da irmã. Outra história é a do Caique que com 12 anos estava querendo ir trabalhar porque a mãe não estava conseguindo emprego. Aí fiz uma postagem e eles conseguiram levantar uma grana. E isso acontece desde o começo.

A Helena é a mãe do Caique, um menino que eu conheci na favela do Rio Claro, lá em São Mateus.

Ele colocou um cartaz na porta de casa escrito: ‘cuido de criança’. Ela trabalha de pedreira e, quando ela vai trabalhar, ele cuida dos irmãos mais novos. Aí, agora com a pandemia, como ela não tá trabalhando, começou a sair pra pegar lata e pra fazer os corres. São três filhos, sozinha. Aí, um dia ela chegou em casa e tava lá a placa.

Pedi pra conversar com ele. Disse que existem vários programas de Jovem Aprendiz e que ele pode se inscrever em alguns anos. Aí ele falou: ‘até lá eu fico vendo minha mãe passando veneno pra cuidar de nós? Eu quero trabalhar, quero comprar minhas paradas, comprar as paradas pra minha irmã. A gente come arroz e feijão. Eu comia carne na escola, não tá tendo escola. Eu quero trabalhar, comprar carne moída, comprar ovo’. Aquilo mexeu comigo demais. Aí eu fiz uma postagem no Facebook. Quando eu acordei no dia seguinte, a postagem tinha uns 400 compartilhamentos, só com a foto do bilhete dele. E aí eu liguei pra ela e disse que tinha gente querendo ajudar. Com o dinheiro ela pagou conta, comprou botijão de gás. Pra mim é isso, volta no asé. E é isso que eu quero fazer, o audiovisual tem esse poder, sabemos que tem. Eu só quero seguir assim e ocupar o meu espaço.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/projeto-forma-agentes-de-saude-para-prevencao-a-covid-19-nas-periferias/>

Título: Projeto forma agentes de saúde para prevenção à Covid-19 nas periferias

REDAÇÃO | 17/07/2020

Subtítulo: O projeto Agentes Populares de Saúde realiza ações de acompanhamento e apoio para pessoas com sintomas de Covid-19 nas comunidades de São Paulo.

Lead: Desde março, quando a Covid-19 também se tornou um risco no Brasil, as periferias têm sido os territórios mais atingidos pela doença. Até esta quinta-feira (16), o Brasil já tinha 1.966.748 casos confirmados, sendo 180.450 só na capital de São Paulo, como mostra o Boletim Diário Covid-19, da Secretaria de Saúde municipal. Diante desse cenário, a Uneafro Brasil e o Instituto de Referência Negra Peregrum construíram o projeto Agentes Populares de Saúde, com o objetivo de apoiar os territórios periféricos na prevenção do novo coronavírus.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: Uma foto mostra mulheres adultas, brancas e pretas, usando máscaras, no fundo há uma estante com livros. Abaixo há uma foto de uma das agentes oferecendo um ovo de páscoa para uma criança, que está no colo da mãe ao lado do pai. Há outra imagem, com uma das voluntárias entregando algo a uma menina pequena. Na camiseta da voluntária está escrito “Uneafro- Conhecimento é Poder”.

Principais temas: A ideia é repensar o direito à saúde formando agentes das próprias localidades para orientar a população e acompanhar quem está com sintomas de Covid-19,

principalmente os que não tiveram acesso a um atendimento médico presencial. A equipe capacitada para o serviço tem o apoio de profissionais da área de saúde como especialistas em medicina da família, psiquiatria, infectologia, psicologia e também profissionais do direito e assistência social.

“O projeto reforça que todas as pessoas têm direito à saúde e a importância do SUS [Sistema Único de Saúde] é inquestionável! Mas, nem sempre o serviço consegue atender todas e todos que necessitam dele”, aponta nota oficial da Uneafro.

“Ao ter acesso aos recursos, a gente consegue orientar as pessoas e passar a importância do autocuidado. Tudo que a gente tem de informação, passamos para as pessoas para que elas se previnam”, diz Sandra.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/sarau-das-pretas-lanca-1a-antologia-narrativas-pretas-com-20-novas-autoras/>

Título: Sarau das Pretas lança 1ª antologia ‘Narrativas Pretas’ com 20 novas autora

Subtítulo: No dia 25 de julho ocorre o lançamento oficial do livro “Narrativas Pretas”, resultado do concurso literário realizado pelo Sarau das Pretas.

Lead: No próximo dia 25 de julho ocorre o lançamento oficial do livro “Narrativas Pretas”, que é o resultado do concurso literário realizado pelo Sarau das Pretas. A escolha da data faz alusão ao Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha e ocorrerá de forma online, no Facebook do coletivo. A live terá ainda participação das artistas Bia Ferreira e Doralyce.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra 5 mulheres pretas, elas sorriem e posam para a foto. Abaixo há uma foto com as mesmas mulheres, que usam roupas coloridas e também sorriem para foto.

Principais temas: A publicação reúne 30 mulheres, sendo 20 autoras contempladas no concurso, escritoras homenageadas, as avaliadoras da obra e as integrantes do sarau. A obra traz textos inéditos de quem participou e venceu o concurso lançado em novembro do último ano. A proposta é destacar novas narrativas a partir da escrita de mulheres pretas das comunidades de São Paulo. Os textos da obra são todos inéditos e de mulheres que se autodeclararam negras e/ou LGBTQIA+.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/volta-as-aulas-professora-de-escola-particular-relata-medo-com-possivel-retorno/>

Título: Volta às aulas: professora de escola particular relata medo com possível retorno
REDAÇÃO | 21/07/2020

Subtítulo: Em relato, educadora de rede privada narra os desafios das aulas remotas, mas também seus receios em um possível retorno às aulas em setembro.

Lead: Eu acordo bem cedo. Tomo banho por volta de umas 6h. Tomo café. Às 7h, já começo a dar aula. Como eu tenho a manhã cheia, eu paro para almoçar das 12h às 13h, quando eu volto de novo, logo no sistema e vou até às 18h, na maioria dos dias.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é a foto do corredor de uma escola.

Principais temas: É bem cansativo e está sendo bem estressante, embora eu já tenha conseguido me adaptar mais com as aulas online. Agora consigo administrar os slides, apresentar tela. Tudo ficou mais mecânico, prático e rápido.

Mas, no início, foi bem difícil, até mesmo para eu aceitar que estava sendo assistida, porque eu estou dentro de uma tela, sendo assistida por todas as pessoas que querem assistir, não somente para aquele público que eu atendia, naquele período de aula somente, que eram as crianças.

Por meio de um link, hoje você pode ser compartilhada nas redes. Isso me incomoda, porque querendo ou não você se sente invadida.

Realmente, seria muito bom voltar. É o que colocaria um fim, um ponto final na minha angústia e aflição diária. Porém, mesmo com tudo isso, eu sou contra o retorno à escola no dia 8 de setembro, porque se nós paramos por conta de um ou dois casos que haviam aparecido no mês de março, qual é o motivo que faz com que a gente volte agora?

É só olhar as estatísticas, as estatísticas estão aí para acompanhar. Qual é o motivo que faz com que a gente possa colocar crianças e adolescentes dentro de uma sala de aula com um professor. Quem me garante que esse lugar é seguro?

Luciana é professora de inglês na rede privada na região norte da cidade de São Paulo e é moradora de um bairro periférico também na mesma localidade. Por receios de represálias, ela preferiu trocar o nome neste relato.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/dia-da-mulher-negra-marcha-fara-ato-online-com-intervencoes-de-rua/>

Título: Dia da Mulher Negra: Marcha fará ato online com intervenções de rua

POR REDAÇÃO | 22/07/2020

Subtítulo: Com o mote “Nem cárcere, nem tiro, nem Covid: corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas! Por nós, por todas nós, pelo bem viver!”, a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo vai apresentar uma programação online e intervenções de rua.

Lead: Pelo quinto ano seguido, mulheres negras do estado de São Paulo apresentam suas reivindicações para toda a sociedade alertando-a contra o projeto genocida em todas as esferas de governo, e sua visão de mundo com base no Bem Viver. Esse ano, porém, por causa da pandemia, a manifestação não vai reunir as milhares de pessoas nas ruas da capital paulista, mas vai conectá-las de onde estiverem, em qualquer parte do mundo.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra pessoas com punhos erguidos em um protesto.

Principais temas: No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades econômicas, sociais e raciais. A crise sanitária mostrou que o racismo estrutural impõe à população negra a maior vulnerabilidade diante da COVID-19, pois é esta parcela da população que segue sem acesso aos direitos básicos de saúde, saneamento, educação e moradia, particularmente, mulheres negras, pobres e trabalhadoras informais.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/volta-as-aulas-maes-e-professoras-discordam-com-retomada-escolar/>

Título: Volta às aulas: mães e professoras discordam com retomada escolar

JÉSSICA MOREIRA | 22/07/2020

Subtítulo: Com o anúncio de retorno às aulas, mães e professoras das educadoras explicam porque não concordam com o governador João Dória (PSDB).

Lead: A reabertura da rede de ensino paulista, prevista para 8 de setembro, segundo anúncio do governador João Dória (PSDB), tem gerado polêmica entre mães e educadoras das periferias de São Paulo.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa são crianças brincando em uma quadra esportiva. Há um vídeo de 5 minutos em que a ativista Iva Mendes, moradora da Brasilândia e coordenadora do Comitê SP da Campanha Nacional do Direito à Educação, fala sobre os principais desafios e perigos da volta às aulas no meio da pandemia de Covid-19.

Principais temas: Diante de um cenário crescente dos casos de contaminação e de mortes por Covid-19, as mulheres ouvidas pelo Nós, mulheres da periferia temem pela vida das crianças e também pelas suas próprias. São 13,3 milhões de estudantes e 1 milhão de profissionais da educação em todo o estado.

“Eu não vou deixar meu filho ir porque ele tem problemas respiratórios. É uma criança de risco, já teve pneumonia, bronquite, sinusite. Prefiro um filho que perca um ano [escolar] do que a vida”, diz Aline Alves, 30, dona de casa e moradora de Caieiras, região metropolitana de SP.

Os receios de Aline não são à toa. Embora os primeiros testes com vacinas tenham se iniciado, ainda não há uma solução capaz de proteger toda a população, nem aqui, nem no mundo. O estado de São Paulo lidera o ranking de contaminações, com mais de 422 mil infectados e ultrapassando a casa de 20 mil óbitos, sendo 1 a cada 4 mortes no país.

“É um absurdo o retorno diante do alto índice de contaminação. Eu me preocupo muito com quem está na periferia, assim como eu, que estou na região da Brasilândia (zona norte de SP), onde o índice de mortalidade tem sido um dos maiores”, reflete Iva Mendes, educadora popular, mãe de alunos e coordenadora do comitê paulista da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Mesmo assim, em 6 de julho, a capital paulista seguiu seu plano de reabertura econômica, com justificativa de que a cidade possui estabilização no crescimento dos casos da doença e lotação de UTIs abaixo de 70%.

Para a garantia deste número haverá rodízio entre as turmas. Na 2ª fase de abertura espera-se 75% de presença dos estudantes. Crianças com Covid-19 ou parte do grupo de risco não são obrigadas a ir. As famílias devem solicitar a liberação diretamente na escola.

A escola não é só o estudante e o professor. Ela mobiliza as famílias e toda uma comunidade. Dependendo da idade das crianças que estão na escola, pais ou algum membro da família precisa levar, utilizar o transporte coletivo. Pensando em toda essa complexidade, precisamos ter cautela para reabrir as escolas, pensar um planejamento e adaptações físicas”, afirma a especialista. “Todas as mães pensam como eu, de não mandar os filhos. A não ser as mães que trabalham, que realmente estão precisando do sustento dentro de casa, passando muita necessidade e precisam mandar os filhos para a escola para poder trabalhar”, comenta Aline, que entende que o cenário muda em cada família.

Afinal, mesmo com todos os desafios já apresentados, é importante lembrar que a volta à escola acontece perante a volta do comércio, onde muitas mulheres chefes do lar atuam. Algumas, inclusive, nunca nem tiveram quarentena e são as mais afetadas pela quarentena, economicamente e socialmente.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), até 2015 o Brasil tinha, ao menos, 11,6 milhões de arranjos familiares monoparentais, ou seja, lares chefiados por mulheres, sendo a maioria (61%) de mulheres negras. Dentre esses lares, 63% estão na linha abaixo da linha da pobreza.

O Instituto Polis também realizou um levantamento mostrando que, entre 21 de março e 27 de maio, alguns dos bairros com maior índice de mortos pela Covid-19, como Brasilândia e Capão Redondo, são os que possuem maiores concentrações de famílias de baixa renda chefiadas por mulheres.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/vamos-voltar-a-escola-em-detrimento-da-aprendizagem-questiona-professora/>

Título: ‘Vamos voltar à escola em detrimento da aprendizagem?’, questiona professora
JÉSSICA MOREIRA | 22/07/2020

Subtítulo: ‘Neste momento, é hora de parar, repensar os procedimentos, repensar a escola como um todo’, diz Juciele Nobre, da zona sul de SP

Lead: Na Educação infantil, o processo de ensino e aprendizagem não se dá de forma conteudista. As crianças aprendem principalmente na interação e socialização. É o brincar coletivo que propicia uma aprendizagem com mais significados.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa são crianças em uma escola pública lavando as mãos. Abaixo há a foto da professora que foi entrevistada pela matéria.

Principais temas: Assim, pensar uma escola dessa etapa de ensino sem o contato, o toque e a afetividade é uma escola que estará o direito à aprendizagem comprometido. Entendendo esse contexto e o cenário ainda complexo da pandemia, questionamos: retomar as aulas neste momento favorece a quem?

O Plano São Paulo, apresentado pelo governador João Dória, prevê um possível retorno às aulas em 8 de setembro. As datas ainda dependem da manutenção do status de segurança, que são estabelecidos a partir de critérios da Secretaria de Saúde.

A partir dos dados, podemos notar que a Secretaria de Saúde não aponta no sentido de que 8 de setembro seria uma data possível para o retorno. Já são mais de 81 mil mortes e mais de 2 milhões de casos em todo o país.

É importante lembrar que nós temos pessoas com mais de sessenta anos, que integram o grupo de risco e têm mais chances de desenvolver um quadro mais grave da Covid-19. Quem irá substituí-los? Como? Como será a adaptação?

É um momento de muita dificuldade para todos nós. Imaginamos os impactos emocionais que isso vai gerar nas crianças. Não temos nenhum indicativo de queda da contaminação, muito pelo contrário. Embora eu considere extremamente importante que a escola se reveja e repense o seu formato, a reabertura deve acontecer quando houver condições de segurança e de saúde, quando a transmissão estiver controlada e quando houver uma vacina e um remédio eficiente no tratamento e na cura da Covid-19.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/voce-sente-culpa-por-ter-preguica-mesmo-depois-resol-ver-um-titanic-de-problema/>

Título: Você sente culpa por ter preguiça mesmo resolvendo um ‘Titanic’ de problemas?
REDAÇÃO | 24/07/2020

Subtítulo: Negras Linhas: conheça o podcast que descoloniza os sentidos. Com o lançamento no Dia da mulher negra, o primeiro episódio fala sobre preguiça e ócio.

Lead: Promover debates sobre cotidiano e sociedade em uma perspectiva descolonizadora de forma leve e acessível é o objetivo de Janaína Oliveira, ilustradora, assistente social e idealizadora, roteirista e editora do podcast Negras Linhas.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: há uma foto de capa de Janaína Oliveira, em que ela usa uma máscara anti-covid.

Principais temas: Apresentar o podcast de Janaína. Com o programa, ela faz um convite para abandonarmos a âncora do pensamento colonial. Cada episódio é uma viagem, e como toda viagem, uma descoberta. “Por isso, deslocamos a nossa atmosfera para o oceano. Navegando, vamos sintonizando nossas experiências, desenvolvendo uma percepção para além do que nos foi dado como óbvio”, explica a idealizadora.

O episódio de estreia fala sobre preguiça e ócio e foi ao ar no dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Janaína e outras mulheres mostram que tem muita gente no mesmo barco, sentindo culpa por ter preguiça mesmo depois de resolver um Titanic de problemas. Muitas mulheres não conseguem ficar paradas um só minuto. Mas por que as coisas funcionam assim?

O Negras Linhas estará disponível quinzenalmente a partir do dia 25 de julho, 20h, no Spotify, no Deezer, no Google Podcasts e no Apple Podcasts.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/voce-nao-esta-sozinha-como-pedir-ajuda-em-caso-de-violencia-domestica-em-sp/>

Título: Você não está sozinha: como pedir ajuda em caso de violência doméstica em SP

REDAÇÃO | 24/07/2020

Subtítulo: Se você está em situação de violência doméstica ou quer ajudar uma amiga, conheça os serviços, os telefones e os aplicativos que você pode acessar

Lead: De acordo com a Lei Maria da Penha, violência contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero [mulher] que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra uma mulher com a mão para frente aberta em sinal de “pare”. Durante a matéria, vários ícones coloridos aparecem ao lado das informações dentro deles estão os nomes das organizações que ajudam as mulheres.

Principais temas: Caso você, leitora, esteja vivendo uma situação de risco de violência neste momento e precise de ajuda agora, ligue 190 e acione a polícia. Para além desse recurso, existem outras possibilidades de serviços de acolhimento.

Todas as mulheres brasileiras têm o direito de acessar uma rede de serviços públicos de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres que são compostas pelas instituições da Segurança Pública, Justiça, Saúde, Assistência Social, Educação, dentre outras.

Violência psicológica: considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Violência física: Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

Violência sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

Violência Patrimonial: Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais,

bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Violência Moral: É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Quem sofre violência doméstica pode procurar ajuda ligando na Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Ligue 180, serviço que oferece três tipos de atendimento: registros de denúncias, orientações para vítimas de violência e informações sobre leis e campanhas. O Ligue 180 funciona 24h por dia e garante o anonimato da vítima.

Se você é amigo, mora perto, conhece ou é um familiar de uma mulher que vive violência doméstica, você também pode fazer a denúncia. Se você presenciar situações de violência, mesmo que não conheça aquela família, também pode e deve denunciar. Qualquer pessoa pode usar um dos canais disponíveis e não precisa se identificar

-Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCMs)/SMADS

O (CDCMs)/SMADS Os CDCMs, sob gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), são serviços de atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência doméstica e situação de vulnerabilidade social. Veja aqui a lista de CDCMS em São Paulo.

-Centros de Referência da Mulher (CRMs)

Nos Centros de Referência à Mulher (CRM) a mulher será acolhida por profissionais capacitados, informada sobre seus direitos e encaminhada para os serviços necessários, como apoio psicológico e assistência jurídica. Em casos com risco de morte, a vítima será encaminhada para uma Casa Abrigo, com endereço sigiloso.

A mulher poderá estar acompanhada dos filhos (as), menores de 18 anos. Também poderá solicitar medida protetiva, para afastamento do agressor.

Centros de Cidadania da Mulher (CCMs)

Os Centros de Cidadania da Mulher são espaços de qualificação e formação em cidadania, nos quais mulheres de diferentes idades, raças e crenças podem se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais. Nestes espaços as mulheres também podem propor e

participar de ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade com o objetivo de potencializar, por meio do controle social, os serviços públicos existentes para atender às suas necessidades e de sua comunidade

Casas-Abrigo

Locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral à mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica. O serviço é sigiloso e temporário, até que a vítima tenha condição de retomar o curso de sua vida. Mulheres que precisem acessar esse serviço podem buscar informações diretamente no CREAS, CCM's, CRM's ou CDCM's.

Casas de Acolhimento Provisório

Oferecem abrigo temporário – de até 15 dias – e não-sigiloso para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de filhos, que não correm risco iminente de morte. Além de garantir a integridade física e emocional das vítimas, realiza diagnóstico dos casos para encaminhamentos necessários. Mulheres que precisem acessar esse serviço pode buscar informações diretamente no CCM's, CRM's ou CDCM's;

Casa da Mulher Brasileira

Integra no mesmo espaço serviços especializados para diversos tipos de violência contra as mulheres, como acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção de autonomia econômica, cuidado de crianças, alojamento de passagem (48h) e central de transportes. Possui atendimento em Libras, na Central de Intermediação, para atender mulheres surdas. A mulher que precisar desse serviço pode acessar os serviços acima ou ir diretamente. Confira aqui o endereço

DDM – delegacia de Defesa da Mulher

Delegacia especializada no atendimento de mulheres vítimas de violência física, moral e sexual. A maioria funciona 24h.

Atendimento hospitalar geral ou especializado em casos de violência doméstica e sexual

Por meio da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, eles devem prestar assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência doméstica e de violência

sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez prevista em lei nos casos de estupro. Casos de violência são considerados de notificação compulsória e devem ser notificados pelos sistemas de saúde;

Gevid: Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica

Atua na defesa e proteção dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da responsabilização dos/das autores/as de violência e pela consecução de ações e projetos voltados à efetivação da Lei Maria da Penha e à prevenção de situações de violência. O Grupo realiza um processo de articulação e integração com a rede de serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres, visando o desenvolvimento de estratégias que contribuam para o enfrentamento das múltiplas e complexas formas de violência contra as mulheres. Atualmente, o GEVID é composto por sete Núcleos, que estão distribuídos por todas as regiões do município de São Paulo.

Defensoria Pública

Serviço de orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita. Em razão de pandemia, desde o dia 23 de março a Defensoria tem realizado atendimentos apenas de maneira remota para casos considerados urgentes.

Para buscar orientações ou acompanhamento, envie um Whatsapp para o número (11) 942209995 ou visite o site www.defensoria.sp.def.br para informações, que são sempre atualizadas.

Plantão Judiciário

O plantão judiciário de 1ª instância funciona nos dias nos quais não há expediente normal (recessos, feriados e finais de semana). O atendimento pessoal é feito das 09h00 às 13h00 e há um juiz para deferir medidas protetivas, por exemplo. Em caso de não conseguir atendimento nas delegacias, essa é uma opção.

Como denunciar pelo celular

Em muitas situações, a vítima está constantemente na presença do agressor. Nesta condição, a indicação é que a mulher use mecanismos que não precisam de verbalização pelo aplicativo, site ou chat. Conheça alguns recursos.

Aplicativo Direitos Humanos Brasil

O aplicativo “Direitos Humanos Brasil” está disponível para Android e IOS. Além disso, no site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, é possível fazer a denúncia por meio de um formulário ou pelo chat. O site também oferece atendimento em libras.

A partir desta segunda-feira (27), o aplicativo Direitos Humanos Brasil pode ser baixado em dispositivos da Apple, com o sistema operacional iOS. A ferramenta é gratuita e já foi disponibilizada na App Store.

Boletim de ocorrência eletrônico

O atendimento digital da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi ampliado e agora, além de fazer o boletim de ocorrência online, as vítimas desse tipo de violência também podem solicitar medidas protetivas sem sair de casa. Consulte um manual virtual com o passo a passo para comunicar crimes dessa natureza à Polícia, bem como pedir medidas para garantir a segurança em relação aos agressores. que as vítimas não precisam dispor de todas as informações pessoais do agressor para concluir a comunicação do crime.

Robô Isa.bot

Uma robô programada para informar e acolher em casos de violência doméstica ou online. A ISA.bot é acionada pelas(os) usuárias(os). Você pode chamar a ISA.bot no inbox do Facebook ou ativá-la no Google Assistente.

Pelo Whatsapp

Uma parceria entre Instituto Avon e Uber deu origem a uma ferramenta para auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica durante o período da pandemia. O recurso é uma assistente virtual que, por meio de um chatbot, oferece uma forma silenciosa para que as mulheres peçam ajuda e recebam a orientação necessária dentro de suas próprias casas. Ao enviar uma mensagem pelo Whatsapp para o número (11) 94494-2415, a vítima é contatada

por uma assistente virtual, simulando uma pessoa em sua rede de contatos, para melhor entender sua situação.

Caso seja necessário buscar hospital, unidade de saúde, delegacia ou centro de atendimento que preste serviço de assistência social e psicológica e orientação jurídica, ela receberá um código promocional para solicitar uma viagem de forma gratuita no aplicativo da Uber.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/por-dentro-do-combate-a-violencia-domestica-os-desafios-de-quem-atende-mulheres/>

Título: Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres

Subtítulo: No período de distanciamento social, o número de feminicídios no Brasil cresceu 22%. Mulheres vítimas de violência doméstica, advogadas e psicólogas compartilharam quais têm sido os principais desafios nos atendimentos diante deste contexto.

Lead: “Eu me perguntei várias vezes porque eu não morri. Depois tive que ouvir coisas como: ‘foi ela que apanhou do marido, ela tentou se matar’. Mas... gente. Eu não tentei me matar. Eu pulei pra viver”, contou Victória*, moradora de um bairro periférico da cidade de São Paulo. Nesta reportagem, por proteção, a chamaremos de Victória.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: Há uma ilustração como capa de uma jovem sentada em um cômodo com a porta fechada, ilustrando a vida de Victória, que ficou presa no quarto porque seu companheiro a trancava.

No corpo do texto também há uma imagem das funcionárias do CDCM que foram entrevistadas pelo portal, são 3 mulheres negras: uma assistente social, uma advogada e uma psicóloga.

Principais temas: A reportagem conta sobre a violência doméstica vivida com Victória, que o namorado a trancava e uma vez a ameaçou de morte e para fugir ela pulou da janela e se machucou na queda. No hospital foram negligentes e a recomendaram que voltasse para casa com o agressor e em nenhum momento a separaram do agressor para conversar em particular com ela. Victória conta que ele falava como a mataria e o que faria para esconder seu corpo, mas ao mesmo tempo ela vivia em um ciclo de fugas e recaídas que, hoje, não compreende

porque voltava para a casa do agressor. Ela conseguiu ajuda e rompeu com o ciclo da violência no momento em que foi ao Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) em São Paulo.

A matéria também aborda sobre o aumento do feminicídio durante a pandemia. O espaço doméstico não é o lugar mais seguro para as mulheres. O Atlas da violência 2019 apontou que 39,2% das mulheres assassinadas no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017, estavam dentro dos seus próprios lares. Nesse período, o uso de arma de fogo nesse tipo de crime cresceu 29,8%.

E essa não acontece apenas com mulheres cis (considerada do sexo feminino ao nascer, usa nome feminino e se identifica como uma pessoa deste gênero). Segundo o Mapa da Violência de Gênero, a casa também é um dos lugares mais violentos para mulheres trans. O estudo indica que, entre 2014 e 2017, 49% das agressões a esse grupo foram cometidas na casa da vítima e 38% em via pública. A maioria das vítimas eram negras (54%).

Em 2020, houve um aumento de 41% dos feminicídios em São Paulo e 22% em todo o Brasil, ao mesmo tempo que o registro dessas denúncias diminuiu.

De acordo com lei nº 13.104/2015, feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em razão de sua condição de mulher, e ocorre quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Muitas vezes a denúncia parte de testemunhas das agressões, vizinhos e familiares. Outro levantamento, realizado durante a quarentena pelo Fórum de Segurança Pública em parceria com a Decode, empresa especializada em análise de dados, demonstrou um aumento de mais de 400% no número de posts nas redes sociais que relatavam brigas de casais na vizinhança, entre os meses de fevereiro e abril deste ano: “os vizinhos estavam brigando e ele bateu na mulher, eu não consigo ouvir isso e não sentir vontade de chorar, parece que eu sinto na pele tudo o que ela está sentindo“, dizia um dos posts.

Para Juliana, violência doméstica é um assunto de polícia também, mas não só. Em sua avaliação, a polícia por si só não vai resolver o problema, mas é um apoio importante. Muitas vezes, chegam primeiro numa situação porque um vizinho chamou ou porque alguém que estava perto viu e fez o mesmo.

“O que costuma acontecer é as mulheres se sentirem revitimizadas nos atendimentos policiais. Às vezes, a mulher que mora na periferia não vai chamar a polícia, porque ela já tem uma relação com a polícia de muita violência e não de proteção, nem de ajuda. Por isso, muitas vezes ela se sente mais segura de ir por outro caminho em um primeiro momento.”

No caso de Victória, a medida sugerida pelo equipamento foi encaminhá-la para um abrigo. Ela aceitou e foi com a roupa do corpo. Disse se lembrar até hoje da camiseta que recebeu de uma das profissionais que a atendeu para a sua primeira noite. A partir daí, começou a construir outra vida.

Para ela, denunciar via boletim de ocorrência não era a melhor opção, o que não mudava o fato de que precisava de ajuda. “O ideal é fazer, mas a mulher pode acessar a medida protetiva sem registrar o boletim de ocorrência”, explica Denise Novaes, advogada especialista na área Criminal de Violência Doméstica Contra a Mulher. A medida protetiva é um mecanismo legal que tem como objetivo proteger um indivíduo em situação de risco, como a exigência de distanciamento do agressor.

O desafio do acolhimento durante a pandemia

As equipes atuantes nos CDCMs ou CREAs (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), que atendem além da violência doméstica contra mulheres, não entraram em quarentena. Serviços públicos dessa natureza foram considerados essenciais desde o início da pandemia. Ainda assim, algumas mudanças aconteceram.

Falar por telefone pode fomentar o risco de violência da mulher. Então intensificamos as medidas de segurança do nosso ambiente de trabalho. Em situação de agressão física, a gente pede para a mulher vir até o serviço para entender o ocorrido e dar as devidas orientações“, explica a psicóloga.

Com base no seu plantão, Denna avalia que a maioria dos casos que atendeu chegaram depois de uma tentativa de feminicídio. Vários vieram do hospital porque o agressor bateu tanto que a vítima ficou internada. Dentro do hospital, o assistente social trabalhou com ela a possibilidade de buscar um lugar para se proteger.

Ela explica que tudo vira o foco: “o fato de muitas vezes a mulher receber o auxílio emergencial e o homem não, a sobrecarga da mulher com os afazeres de casa e o cuidado com os filhos. São as mulheres que têm enfrentado filas para o auxílio emergencial, muitas estão em situação de miséria”, reforça.

A advogada Denise Novaes exemplifica que, em alguns casos, a vítima relata que o agressor pega o auxílio emergencial. “Eles batem, quebram os celulares, exploram, xingam e roubam. Pegam o único dinheiro que elas têm para arcar com as contas”.

“Quando as pessoas falam assim: ‘ela não sai porque ela não quer’. Não. Não é culpa da mulher. Isso é um fato. Ela não é culpada. Ela aprende com a própria violência. A gente fala que isso é síndrome do desamparo aprendido. Ela suporta e vai aprendendo a lidar com aquilo”, explica a advogada Denise Novaes. A psicóloga Denna observa que, ao chegarem ao serviço, as mulheres têm uma semelhança: já esgotaram as possibilidades de tentar lidar com isso sozinha. Por isso é fundamental ter uma rede de apoio.

“Eu estava naquela situação e ainda pensava: ‘eu vou voltar. Não quero ficar assim, com as pessoas fazendo as coisas por mim’. Elas fizeram tudo de coração, mas eu pensava: ‘não, eu tenho que ir embora, estou deixando tudo pra trás’. Mas eu fui para o abrigo que me indicaram”.

Meses depois, conseguiu um emprego. “Aí eu aluguei um cômodo pra mim e tô aqui, sabe? Comprei um colchão, um fogão, uma geladeira, ganhei um armário. Coisas usadas, mas o básico pra montar minha casa”.

Mesmo com consequências que talvez nunca passem, e ainda chorando muito ao falar sobre tudo o que passou, hoje ela vive uma nova fase. “Eu não vou falar pra você que eu to superando. Eu superei”, fez questão de dizer.

“Nossa Secretaria é uma das que menos tem verba no orçamento. Temos 1,5% do orçamento de São Paulo. Mas somos uma política pública muito importante. Portanto, teríamos que receber uma verba maior para trabalhar com a proteção social que essas famílias merecem. Não só as mulheres vítimas de violência doméstica, como outras pessoas vítimas de violência”, denuncia.

Em consulta a dados públicos disponíveis no site da SMADS, o Nós, mulheres da periferia identificou que o valor total gasto em junho deste ano com os 15 CDCMs representa 0,6% do gasto total da secretaria com parceiros conveniados. Assim como outros equipamentos públicos, como o CREAS, os Centros de Defesa são terceirizados.

“É importante dizer que a violência doméstica está relacionada com uma violência do Estado, não podemos individualizar as questões. Quando a gente fala de política de enfrentamento à violência contra mulheres, queremos políticas de habitação, geração de empregos e uma educação anti-machista, não patriarcal”.

O Nós, mulheres da periferia questionou a Prefeitura de São Paulo sobre quais têm sido as medidas tomadas nos últimos anos, principalmente em termos de orçamento. Em nota, as Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), informaram um investimento de mais de R\$ 177 milhões em ações preventivas e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica [mas esse valor é de 2013 a 2020, são 8 anos].

Segundo um trecho da nota “A SMADS destinou entre 2017 a 2020, R\$ 88.791.313,92 para serviços específicos ao atendimento às mulheres, tais como: Centros de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres, Centros de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência e Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM). Entre os anos de 2013 a 2016, o valor foi de R\$ 66.359.489,14”.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/marcha-das-mulheres-negras/>

Título: Projeções marcam protesto da Marcha das Mulheres Negras de SP

Subtítulo: Durante todo o mês de julho, debates online tomaram as redes sociais para a comemoração do chamado Julho das Pretas. No último sábado, isso se estendeu para ações descentralizadas pela capital paulista desde o início da manhã, com faixas e cartazes levantados por grupos menores.

Lead: Pelo quinto ano seguido, mulheres negras do estado de São Paulo organizaram uma manifestação durante o 25 de julho, dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Durante todo o mês de julho, debates online tomaram as redes sociais para a

comemoração do ‘Julho das Pretas’, como ficou conhecida a sequência de programações realizadas neste período. No último sábado (25), isso se estendeu para ações descentralizadas pela capital paulista desde o início da manhã, com faixas e cartazes levantados por grupos menores.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A foto de capa é um holograma projetado com a imagem de uma mulher preta.

Principais temas: O grande diferencial veio durante a noite, quando projeções deram vida à prédios, igrejas e outros espaços simbólicos. As mensagens foram elaboradas com palavras de ordem e imagens históricas relacionadas ao combate ao racismo, ao machismo e à lesbotransfobia.

“Apresentamos nossas reivindicações para toda a sociedade alertando contra o projeto genocida em todas as esferas de governo”, diz a nota disparada à imprensa neste domingo, dia 26 de julho.

“Erguemos nossas vozes contra o encarceramento em massa, o capacitismo, a lesbofobia, a transfobia, a intolerância religiosa, a xenofobia, o etarismo e em defesa de todas as Mulheres Negras, onde quer que elas estejam”, ressalta trecho do manifesto lançado pelo coletivo.

No centro da cidade, em frente ao teatro municipal e na Praça Ramos, e na zona leste, na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, na Penha, as projeções foram realizadas em parceria com o Coletivo Coletores.

A reivindicação do Bem Viver, conceito que tem sido trabalhado nos últimos anos pela Marcha, continuou com força no protesto deste ano. O mote central foi: “Nem cárcere, nem tiro, nem Covid: corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas! Por nós, por todas nós, pelo bem viver!”.

Segundo as organizadoras, esta é a parcela da população que segue sem acesso aos direitos básicos de saúde, saneamento, educação e moradia, particularmente, mulheres negras, pobres e trabalhadoras informais.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/de-perus-a-cuba-memorias-da-minha-1-viagem-latino-americana/>

Título: De Perus a Cuba: memórias da minha 1ª viagem latino-americana JÉSSICA MOREIRA | 26/07/2020

Subtítulo: Relato da jornalista Jéssica Moreira sobre viagem a Cuba em 2017, com fotografias do cotidiano de mulheres e homens cubanos.

Lead: O dia 26 de julho é, historicamente, marcado como o Dia da Rebeldia Cubana. São 67 anos desde o assalto aos quartéis de Moncada e Carlos Manoel de Céspedes. Esse foi o pontapé para o início da luta armada contra a ditadura de Fulgêncio Batista, que recebia apoio dos Estados Unidos. Castro, seu irmão, Raul Castro, eram parte do grupo de 131 jovens que organizaram a ação e que, mais tarde, ficaria conhecido como Movimento 26 de Julho. Fidel. Mesmo não saindo vitoriosos, foi esse levante que deu origem à Revolução Cubana, que culminou com a destituição de Batista em 1 de janeiro de 1959.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: Há uma galeria com imagens de Cuba, tiradas por Jéssica Moreira, ela tirou fotos de uma rua organizada em homenagem aos orixás (religião de matriz africana), fotografou comércios, a movimentação de uma rua de Havana e crianças saindo de uma escola.

Principais temas: Em março de 2017, eu e outra amiga jornalista, a Cecília, decidimos passar férias em Cuba, passando quase 15 dias em Havana, a capital, e Trinidad, cidade muito parecida com Paraty (RJ). Abaixo, eu relato um pouco do que vi, mas lembrando que isso não representa a totalidade, uma vez que passei tão poucos dias no país. Portanto, vão para Cuba, sim, e descubram ainda mais sobre esse país, que deveria ser a capital do mundo.

Conversei muito com as mulheres, os jovens e os taxistas. Desses, todos e todas concordavam que a educação cubana era seu carro-chefe. Muita gente que tomei prosa era formada em Medicina ou queria estudar Medicina. Inclusive o segurança da sorveteria Cornélia (que saudade do sorvete de laranja), que tinha muito orgulhoso da profissão, mas, naquele momento, estava achando mais rentável ser segurança.

No primeiro dia, sentei na beirada do malecón, fiquei observando a juventude com seu rum e reggaeton ligado no rádio. Trocamos umas ideias. Todo mundo cheio de sonho: ser professor, engenheiro, médico. E o senso de humor lá em cima: “moça, viva la revolución” e davam risada da turista que era eu.

Não tinha internet em qualquer lugar ainda. Era preciso comprar uma tarjeta e sentar em praças específicas para usar as redes sociais ou conversar pelo WhatsApp.

Além do mesmo gosto dramático, os pratos locais se assemelham muito aos nossos. Arroz, feijão e carne, noutras vezes peixe ou frango, mas tudo que já me fazia lembrar a gente. Com pouco dinheiro se come bem. As religiões afro têm muito lugar. A santeria. Muita gente, muita gente mesmo veste branco, inclusive nas baladas — os jovens não precisam ter medo de viver sua fé. Mas tem suas complexidades, como aqui ou qualquer outro lugar.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/vamos-refletir-sobre-representacao-politica-das-mulheres-negras/>

Título: Vamos refletir sobre representação política das mulheres negras?

REDAÇÃO | 28/07/2020

Subtítulo: Debate será realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo e contará com a presença de Benedita da Silva, Áurea Carolina, Erica Hilton, Jô Cavalcante, Nilma Bentes, Selma Dealdina, Célia Xakriabá e Vilma Reis.

Lead: As mulheres negras são 55,6 milhões e chefiam 41,1% das famílias brasileiras. No entanto, alcançam apenas 2% de representação nas instâncias institucionais. Mais uma eleição está por vir e, para contribuir nas reflexões sobre a temática, a Fundação Rosa Luxemburgo, com o apoio do Ocupa Política, Mahín, Mulheres Negras Decidem e Coalizão Negra por Direitos realizam o debate “Mulheres Negras e política: a presença que faz a diferença”, na quinta-feira (30), às 19h, no Facebook e Canal do Youtube da organização.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma montagem com as mulheres mencionadas no título. Célia Xakriabá está de cocar e ornamentos típicos da cultura indígena.

Principais temas: A matéria é sobre a divulgação de um debate, que traz a importância da ocupação da institucionalidade a partir de uma perspectiva antirracista, feminista popular e periférica e de defesa de direitos. No contexto das ações de combate ao avanço da pandemia do Covid-19, são as mulheres que, cotidianamente, desenvolvem ações de resistência. Se não

fossem as lutas e as ações das mulheres negras, a situação no Brasil poderia ser ainda mais grave.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/pesquisa-aponta-que-50-das-mulheres-brasileiras-cuidam-de-alguem-na-pandemia/>

Título: 50% das mulheres cuidam de alguém na pandemia, diz pesquisa

REDAÇÃO | 30/07/2020

Subtítulo: Partindo da perspectiva de que as tarefas de cuidado e trabalho se sobrepõem de forma mais intensa durante o distanciamento social, o objetivo da pesquisa foi investigar os efeitos sobre o trabalho, a renda das mulheres e a sustentação financeira da casa.

Lead: **Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Gênero e Número**, veículo de jornalismo de dados, lançaram nesta semana a pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”. O levantamento ficará disponível online no dia 30 de julho (acesse o site) e mostra os impactos do contexto de isolamento social na crise da saúde para a vida das mulheres, considerando as desigualdades raciais.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é de uma mulher usando máscara, com olhos sérios ou tristes. Abaixo há este infográfico:

Principais temas: Os dados mostram que metade das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, mas os recortes indicam como a realidade não é a mesma para todas. Entre as mulheres que estão em ambientes rurais, 62% afirmaram que passaram a ter esse tipo de responsabilidade. No recorte de raça, os dados mostram que as mulheres negras têm menos suporte nas tarefas de cuidado.

Orientada pela economia feminista e por estudos feministas, o questionário incluiu 52 questões fechadas. Mais de 2.600 mulheres brasileiras foram atingidas e as respostas foram coletadas por formulário online, entre abril e maio.

Para as organizações envolvidas na pesquisa, o cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. “Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o

quanto isso se tornou evidente no momento de crise global, que também nos fala sobre uma crise do cuidado”, afirma o texto de divulgação.

Entre as que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários, 41% afirmaram estar trabalhando mais no período da quarentena. Deste total, a maior parcela é de mulheres brancas. As mulheres que estão em casa sem renda ou com prejuízo de renda são 39%. “Os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida não pararam – não podem parar. Pelo contrário, foram intensificados na pandemia. A economia só funciona porque o trabalho das mulheres, quase sempre invisibilizado e precarizado, não pode parar.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/dicas-filmes-e-series-para-celebrar-a-ancestralidade-africana/>

Título: Dicas: filmes e séries para celebrar a ancestralidade africana

LÍVIA LIMA | 02/07/2021

Subtítulo: Nós trazemos dicas de séries e filmes sobre experiências de resgate e conexões com nossa ancestralidade africana. Vale a pena conferir!

Lead: Julho está começando e é um mês muito importante para nós, mulheres negras, pois no dia 25 é comemorado o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Pensando nisso, nesta edição de Dicas da Semana, nós trazemos algumas séries e filmes sobre experiências de resgate e conexões com nossa ancestralidade africana. Vale a pena conferir!

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: a imagem de capa mostra uma mulher negra com uma coroa de pérolas. Há uma imagem no meio do texto com uma foto de um homem jovem e uma senhora em uma feira de alimentos na África.

Principais temas: Na matéria são apresentadas diversas séries, a primeira apresenta o conceito de Sankofa, que trata-se de um conceito de origem dos povos de língua Akan da África Ocidental, que aparece nos ideogramas Adinkra, representado por um pássaro que volta a cabeça à cauda (eu mesma tenho uma tatuagem desse símbolo!), cujo significado reflete sobre “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

A série Sankofa – a África que te habita, disponível na Netflix (2020), apresenta a saga do fotógrafo César Fraga e do escritor Maurício Barros de Castro visitando a África para investigar a verdadeira história da escravidão e seus impactos.

Em 10 episódios curtos – de até 30 minutos, a equipe viaja por diferentes países, mostrando em imagens exuberantes as conexões culturais e sociais do Brasil com a ancestralidade africana, marcadas pelo triste passado de escravização de seu povo. Uma grande aula de História!

Uma jornada gastronômica: Ainda na Netflix, na série “Da África para os EUA – uma jornada gastronômica” (2020) o chef e escritor Stephen Satterfield mostra pratos saborosos viajando da África a diferentes regiões dos Estados Unidos, exaltando a culinária produzida pelos negros, apesar das adversidades diante da escravidão e racismo.

Pedra da memória: Ainda no Benin, pequeno país da costa africana, o documentário Pedra da Memória (2011), de Renata Amaral, conta a história de uma comunidade afro-religiosa brasileira que viaja pela primeira vez ao país, indo ao encontro da cultura de seus ancestrais. O filme mostra, na outra margem, os Agudás, descendentes de ex-escravos brasileiros retornados ao Benin após a abolição, que cultivam, também, a cultura brasileira de seus antepassados.

A Rainha chegou

O documentário A Rainha Nzinga chegou (2019), produção disponível no SescTV, mostra três gerações de rainhas da Guarda de Moçambique e Congo Treze de Maio, de Minas Gerais, uma irmandade negra de caráter religioso, que descende da espiritualidade e das normas praticadas há séculos por Nzinga, rainha e guerreira histórica na resistência ao domínio português na África no século XVII.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/na-boca-do-povo-corrupcao-impeachment-e-manifestacoes-no-sabado/>

Título: Na boca do povo: corrupção, impeachment e manifestações no sábado

REDAÇÃO | 02/07/2021

Subtítulo: Desde o Super Pedido de Impeachment contra o atual presidente Jair Bolsonaro até as polêmicas da CPI da Pandemia, saiba o que pegou na semana.

Lead: Sexta-feira é dia de Na Boca do Povo, uma curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo. Aqui você acessa não só o fato, mas uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra um político coçando a cabeça em um sinal de dúvida. No meio do texto há um grupo de pessoas com uma bandeira escrita: Coalizão Jovem por Direitos. Alguns estão com os punhos erguidos simbolizando o símbolo da luta de resistência negra. Há uma outra imagem no meio do texto em que aparece o político Luiz Paulo Dominghetti apresentando um áudio durante a sessão, que ele atribuiu ao deputado Luis Miranda.

Principais temas: Na quarta-feira, 30 de junho de 2021, foi apresentado à Câmara dos Deputados um "Super Pedido de Impeachment" contra o atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Este é o 125º pedido de impeachment contra Bolsonaro e foi protocolado por partidos, parlamentares de direita, movimentos sociais e entidades envolvidas na Campanha Fora Bolsonaro, mobilização que tem organizado as manifestações contra o presidente por todo o país.

“**Sequência de Toma Toma, sequência de Vapo Vapo**”, esse verso da Mc Ingryd pode ser uma boa tradução para o que tem sido as sessões da CPI da Pandemia, oficialmente instalada no Senado Federal em 27 de abril de 2021. Acompanhada como uma espécie de série pela população brasileira, o “episódio” que mais chamou a atenção nesta semana foi o depoimento de Luiz Paulo Dominghetti, ouvido pela Comissão na última quinta-feira, 1 de julho.

Policial militar na ativa em Minas Gerais, o depoente se coloca como intermediador para a venda de vacinas entre a Davati Medical Supply e o Ministério da Saúde. A questão é que, na última terça-feira, 29 de junho, ele denunciou ao jornal Folha de São Paulo ter recebido pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato. A oferta teria sido feita durante um encontro com o então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, que foi exonerado do cargo na quarta-feira, 30 de junho.

Segundo Dominghetti, a Davati, empresa norte-americana, tinha a intenção de vender 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca que, por sua vez, afirma não ter intermediários e negocia apenas com governos. O ponto alto da sessão foi o momento em que o depoente apresentou um áudio em que, supostamente, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) estaria negociando vacinas com a empresa Davati.

O pulo do gato nessa história é que o deputado, irmão do servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, denunciou na semana anterior um esquema de compra superfaturada da vacina indiana Covaxin pelo governo federal. Os dois irmãos foram ouvidos pela CPI no dia 25 de junho, na última sexta-feira.

O deputado Luis Miranda afirmou em entrevista à CNN que levou a Jair Bolsonaro “provas contundentes” sobre a existência de crime na contratação e que o presidente “sabia que tinha crime naquilo”. Após os depoimentos dos irmãos Miranda à CPI da Pandemia, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime por prevaricação contra Bolsonaro.

O deputado Luis Miranda afirmou em entrevista à CNN que levou a Jair Bolsonaro “provas contundentes” sobre a existência de crime na contratação e que o presidente “sabia que tinha crime naquilo”. Após os depoimentos dos irmãos Miranda à CPI da Pandemia, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime por prevaricação contra Bolsonaro.

Nesta sexta-feira, a Procuradoria-Geral da República pediu a abertura de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar o presidente Jair Bolsonaro por prevaricação. A ação acontece logo após a ministra Rosa Weber, do STF, cobrar uma posição da procuradoria sobre a notícia-crime apresentada por três senadores ao tribunal pedindo a investigação das denúncias.

O que significa prevaricação? Segundo a Câmara dos Deputados, a prevaricação é um dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral que consiste em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. A pena prevista é de detenção,

de três meses a um ano, e multa. Isso quer dizer que, nesse caso, Bolsonaro é acusado de não ter atuado como deveria e perante a lei, em razão da sua posição, por interesses pessoais.

Como isso atinge você?

Neste sábado, 3 de julho, as ruas de diferentes cidades brasileiras serão ocupadas mais uma vez com um pedido para o impeachment de Jair Bolsonaro. Desde o mês de maio, após um ato chamado pela Coalizão Negra por direitos para o dia 29 de maio, diferentes estados e municípios têm se mobilizado para pressionar a saída do presidente. As manifestações, chamadas de “Fora Bolsonaro”, têm sido articuladas por diferentes organizações e com atuação nacional.

Após uma reunião de avaliação do último ato, realizado em 19 de junho, ficou definida a importância de ocupar as ruas mais uma vez, principalmente após as denúncias de corrupção em relação ao caso da Covaxin. As bandeiras do movimento são em defesa do impeachment, da vacinação para todas as pessoas, contra a fome, por empregos e pelo auxílio emergencial de R\$600, a luta contra o racismo, a violência e a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Um elemento novo para os atos deste sábado é o fato do PSDB ter convocado sua base para também ocupar as ruas. Em nota assinada pelo presidente do diretório municipal do PSDB da capital paulista, Fernando Alfredo, o partido convoca “a militância tucana e simpatizantes para que, dentro dos protocolos, estejam presentes nessa luta em defesa da democracia”.

Além disso, o Movimento Brasil Livre (MBL) também surgiu nos noticiários com a dúvida sobre a adesão ou não dos atos, mas até agora não houve uma decisão.

<https://nosmulheresdapерифeria.com.br/vale-gas-saiba-se-voce-tem-direito/>

Título:Vale Gás paulista: saiba se você tem direito

REDAÇÃO | 07/07/2021

Subtítulo:O produto foi reajustado e em São Paulo chega a custar R\$ 90. Sem renda, muitas famílias tiveram que recorrer ao fogão à lenha devido ao preço alto.

Lead: O governo de São Paulo (SP) anunciou no dia 17 de junho que irá disponibilizar para famílias de baixa renda um vale gás. O pagamento será feito em três parcelas de R\$ 100, a cada dois meses, sendo a primeira já neste mês de julho.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é de um homem segurando um botijão de gás.

Principais temas: A crise econômica, potencializada pela pandemia, tem afetado as famílias mais pobres. O contexto é de gente sem renda, tendo que sobreviver em meio a alta no preço dos alimentos e de serviços essenciais para sobrevivência da população mais pobre. O desemprego ultrapassa a marca de 14 milhões no país.

Esse cenário vem acompanhado do aumento no gás de cozinha, que em São Paulo foi reajustado em cerca 5,5%, com o preço do botijão de 13 Kg chegando a custar R\$ 90 em algumas regiões.

A conta de luz também foi reajustada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com aumento de 52% na vermelha patamar 2. O anúncio foi feito no dia 29 de junho.

Em São Paulo, o preço da Cesta Básica aumentou quase 20% desde abril do ano passado. Esse custo representa 98,6% do salário mínimo do brasileiro, de acordo com pesquisa feita pelo Procon-SP e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Sem renda, muitas famílias tiveram que recorrer ao fogão à lenha devido ao preço alto (cujo reajuste vem sendo recorrente) e dificuldades financeiras, conforme matéria veiculada pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias.

Diante desse cenário, o vale gás está longe de resolver o problema estrutural econômico enfrentado pelas famílias mais vulneráveis, que, como vimos, precisam de gás, mas também precisam ter o que cozinhar. No entanto, pode representar mais um alento para a população mais pobre que está vivendo no limite.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/samia-odio-e-ferida-aberta-do-pos-apartheid-na-africa-do-sul/>

Título: Sâmia: ódio é ferida aberta do pós apartheid na África do Sul

Subtítulo: A violência entre irmãs e irmãos negros é resquício da colonização e consequência da desigualdade social e do neoliberalismo

Lead: Na África do Sul, ataques de grupos xenófobos ocorrem com certa frequência e este movimento de ódio é sempre motivo de muito temor entre migrantes e refugiados.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é o mapa da África. No meio do texto há uma imagem de Sâmia, uma pesquisadora jovem, branca, de cabelos lisos e pretos, está com uma blusa branca e sorri para foto.

Principais temas:

No país, cerca de duas milhões de pessoas vieram de países vizinhos. Muitas delas chegaram à África do Sul há décadas, acreditando poder viver em melhores condições numa terra de promessas sociais progressistas.

No entanto, como qualquer país colonizado, dominado e explorado economicamente, a transição do governo para o fim do apartheid não conseguiu resolver questões mais profundas, que envolvem as marcas da colonização, a segregação histórica, a desigualdade social e o modelo econômico.

Eve, uma congoleza de 30 anos que vive na África do Sul, é militante do CRM (Congolese Renaissance Movement). Ela conta que vivenciou inúmeras manifestações violentas de xenofobia desde que chegou ao país, ainda adolescente.

Políticas de combate à xenofobia são escassas no país e apenas em 2019 foi incluído no relatório anual do SAPS (South African Police Service) ocorrências criminais motivadas por “antagonismo em relação aos estrangeiros”. Dentro desta categoria, foram relatados, em 2019 e 2020, 22 ataques comuns, 36 agressões com a intenção de causar danos corporais graves, 9 tentativas de assassinatos e 8 assassinatos consumados.

Outro dado a ser observado quando o assunto é xenofobia, são agressões motivadas por conflito étnico e racismo. Este último, teve registrados 38 casos de ataques comuns, 19 agressões com a intenção de causar danos corporais graves e 1 tentativa de assassinato.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/na-boca-do-povo-saiba-porque-voce-vai-pagar-mais-ca-ro-na-conta-de-luz/>

Título: Na boca do povo: você vai pagar mais caro na conta de luz

REDAÇÃO | 08/07/2021

Subtítulo: Tá todo mundo falando que o preço da conta de luz vai aumentar. Mas você sabe porque e no que esse aumento se baseia? A gente te explica.

Lead: Na Boca do Povo é uma curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo feita pela redação do Nós, mulheres da periferia. Aqui você acessa não só o fato, mas uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra uma moradia em uma comunidade periférica.

Principais temas: [A matéria começa abordando o aumento da luz com uma linguagem coloquial] Tá todo mundo falando que o preço da conta de luz vai aumentar. Mas você sabe porque e no que esse aumento se baseia? Bom, antes de tudo é preciso resgatar uma decisão feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lá em 2015. Neste ano foi adotado o sistema de bandeiras na conta de luz. Hoje isso é dividido em cores: verde, amarela e vermelha. E dentro dessas divisões também podem ter patamares diferentes.

A ideia é que o consumidor saiba se está pagando o valor normal ou um valor a mais pela energia elétrica. As bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. E neste momento, está caro gerar energia no Brasil.

Então é assim: se a conta de luz é calculada pela bandeira verde, significa que não há acréscimo. Quando a bandeira amarela entra em vigor a tradução é: as condições de geração de energia não estão favoráveis. Nesse caso, a conta sofre um acréscimo de R\$ 1,874 por 100 kilowatt-hora (kWh) consumido.

Já a bandeira vermelha, que é o nosso caso agora, demonstra que o processo para fazer a energia acontecer e chegar até a sua casa, comércio ou indústria, encareceu ainda mais. E é exatamente aqui que entram os patamares. O nível vermelho de alerta também tem duas subdivisões. No primeiro patamar, o valor adicional cobrado, proporcional ao consumo, é de R\$ 3,971 por 100 kWh. No segundo esse valor sobe ainda mais. São R\$ 9,492 por 100 kWh.

Em que contexto isso acontece?

É o seguinte: cinco estados brasileiros estão vivendo a pior seca dos últimos 91 anos. E quando uma crise hídrica acontece, ou seja, quando a água está escassa, também temos um aumento na conta de luz. Isso porque, para gerar energia, dependemos do elemento água.

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) informou que pelo segundo ano seguido, o Brasil registrou no mês de junho recorde de queimadas na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. Especialistas têm alertado que o aquecimento global altera a dinâmica do clima em todo o mundo. O desmatamento da Amazônia, neste sentido, só piora esse processo

O desmatamento da Amazônia também teria um impacto direto na questão da crise elétric

Como isso atinge você?

A primeira coisa que você precisa saber é que, diante de todo esse contexto, a partir do mês de julho a conta de luz estará pelo menos 5,5% mais cara. Uma das ideia dos alertas por bandeira é “preparar” a população sobre o aumento. Assim, é possível prever algumas mudanças de comportamento. Mas sabemos que isso não é assim tão simples. Mesmo assim, vamos deixar algumas dicas aqui de como fazer isso:

1. Use menos o ferro de passar roupas

O ferro elétrico não é o maior vilão no consumo de energia. Mas reduzir seu uso já ajuda. Então, passe as roupas de uma tacada só e, sempre que possível, adote medidas como:

Pendurar as roupas bem esticadas no varal para que fiquem menos amarrotadas e deem menos trabalho para passar;

Deixar as roupas mais finas penduradas no banheiro na hora do banho para desamassá-las só com o vapor,

2. Nada de banhos longos

A gente sabe que no frio a vontade de tomar banho quentinho e se demorar lá aumenta. Mas que tal reduzir para um máximo de cinco minutos? E sempre que possível, priorize o modo “morno” ou “verão” em dias quentes.

3. Não esqueça o carregador de celular na tomada

Nos tornamos pessoas tão viciadas em ter o celular sempre ligado que, muitas vezes, deixamos o carregador de celular na tomada sozinho, mesmo depois que o aparelho estiver completamente carregado. Vai bastante energia aí, viu?! Evite.

4. Se tem luz natural, não acenda as luzes

Se tem um sol raiando lá fora, deixe ele brilhar! Acender luzes em ambientes já naturalmente iluminados não é negócio.

5. Evite o ‘modo espera’ dos aparelhos

Toda vez que você não estiver usando um aparelho, desligue. Tire o eletrodoméstico da tomada e economize um pouco mais.

6. Escolha lâmpadas LED

Essa dica é antiga, mas não custa repetir. Dê sempre preferência às lâmpadas LED. Essas consomem até 80% menos que as lâmpadas convencionais.

9. Cheque se há fuga de energia na sua casa

Às vezes a gente estranha que a conta está ainda mais cara do que o normal e não entende bem porque. Este pode ser um dos motivos e é fácil de verificar. Confira se não há algum probleminha de escape na sua rede. É fácil. Primeiro, desligue e desplugue todos os aparelhos da casa. Depois, apague todas as luzes. E então, confira o seu medidor de consumo junto ao registro — caso ele continue girando, procure um eletricista e acabe com esse desperdício.

10: Deixe a geladeira quieta

A eletricidade gasta pela geladeira é para diminuir a entrada de calor em seu interior. O que significa que, quanto menos você abre e fecha suas portas, menos energia ela precisa usar. Por isso, confira as borrachas de vedação, já que elas isolam o interior do seu eletrodoméstico e impedem essa troca de calor, e não abra a geladeira para pensar no que vai pegar, sabe? Só abre e pega rapidinho 😊

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/dicas-da-semana-arte-acao-politica-de-mulheres/>

Título: Dicas da semana: arte e ação política de mulheres LÍVIA LIMA | 08/07/2021

Subtítulo: Para além dos protestos, existem outras formas de ação política, inclusive artísticas. Em nossas dicas apresentamos algumas. Confira!

Lead: No fim de semana passado, milhares de pessoas foram às ruas, em diferentes cidades, para protestar contra o atual (des) governo do nosso país. Quem aí participou? Para além das manifestações, existem muitas outras maneiras de realizar ação política, inclusive artísticas. Em nossas dicas da semana, apresentamos algumas iniciativas. Confira!

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: a primeira ilustração mostra mulheres, uma carrega um filho, uma está ferida com um olho sangrando, outra parece resistir com um estilingue e uma máscara, uma mais idosa está com um lenço vermelho sobre o rosto, por último, uma com traços negros olha de forma atônita.

Principais temas: [A matéria apresenta evento que ocorrerão no dia da mulher, como saraus, livros e teatros]

Marielle, semente!

Em junho, a editora Oralituras lançou o livro “A Radical Imaginação Política das Mulheres Negras Brasileiras”. Com organização de Ana Carolina Lourenço (Mulheres Negras Decidem) e Anielle Franco (Instituto Marielle Franco), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, a obra reúne escritos, entrevistas, projetos de leis e discursos de mulheres negras que dão as pistas do porquê de sua presença e ação política podem representar mudanças na qualidade da nossa democracia e sociedade.

Dentre os textos de Vilma Reis, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Benedita da Silva, Marielle Franco, Érica Malunguinho, dentre outras. É possível baixar a versão digital do livro gratuitamente no site da editora.

Memória território

Comemorando 17 anos de trajetória o Grupo Pandora de Teatro realiza a estreia de três curtas-metragens criados durante a pandemia sobre diferentes facetas do bairro de Perus, periferia e extremo da noroeste da cidade de São Paulo

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conversa-de-portao-41-afrofuturismo-e-o-meio-ambiente/>

Título: Conversa #41: meio ambiente e mulheres negras

JÉSSICA MOREIRA | 14/07/2021

Subtítulo: No 1º episódio da série Futurar, Nós, mulheres da periferia e Revista Azmina partem do Afrofuturismo e entrevistam mulheres negras sobre os futuros do Meio Ambiente.

Lead: Futurar: imaginar o que ainda não aconteceu, antever, prever. Afrofuturismo. Como sonhar amanhã em um agora que apresenta tantas incertezas? Pelo menos 6 a cada 10 lares brasileiros viveram algum nível de insegurança alimentar em 2020. Já são 14,8 milhões de pessoas desempregadas e o país bateu a triste marca dos mais de 500 mil mortos pela Covid-19.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A capa traz uma foto montagem com uma mulher negra, folhas e o universo.

Principais temas:

Em meio aos desafios trazidos pela pandemia, unidos àqueles que já existiam, como será que as mulheres negras estão imaginando e criando futuros possíveis?” Para refletir sobre Meio Ambiente, Economia do Cuidado e Tecnologia o Nós, mulheres da periferia e a Revista Azmina se uniram e criaram a série de podcast Futurar, que em três episódios vai conjugar o verbo futuro com mulheres negras que fazem acontecer no presente sem nunca esquecer do passado.

Para falar sobre os futuros do meio ambiente no Brasil, iremos utilizar o conceito de afrofuturismo e as histórias e respostas de futuro de Donana, griot do Quilombo Quingoma, primeiro do Brasil, situado na Bahia; Marcela Bonfim, do Projeto Amazônia Negra, em Rondônia, e Sônia Ara Mirim, das terras indígenas do Jaraguá, São Paulo. Ouça no Spotify:

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conversa-de-portai-42-economia-do-cuidado-e-as-mulheres-negras/>

Título: Conversa #42: economia do cuidado e mulheres negras

JÉSSICA MOREIRA | 14/07/2021

Subtítulo: No 2º episódio da série Futurar, Nós, mulheres da periferia e Revista Azmina refletimos sobre os futuros da economia do cuidado pelo olhar das mulheres negras.

Lead: Como você imagina que vai ser o futuro das tarefas de cuidado? Você acha que vai ser tudo automatizado? Onde as mulheres negras estarão? No segundo episódio da série Futurar, fomos a São Paulo e Pernambuco conversar com Luiza Batista, presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas, e com a doula e pedagoga Edite Neves para entender como o trabalho de cuidado das mulheres negras, dentro e fora de casa, move toda a sociedade: no passado, no presente e no futuro.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma fotomontagem de uma mulher com dois filhos, ela está de costas, usa tranças, no fundo há o universo em roxo.

Principais temas:

Se você viveu na década de 90, provavelmente viu aquele desenho “Os Jetsons“, que mostrava uma família do futuro. A animação trazia uma realidade super tecnológica e, nela, quem cuidava das tarefas domésticas era uma robô. Isso mesmo, uma robô, no feminino. Curioso né? Pensar que até no imaginário de um futuro tecnológico, quem é responsável pelas tarefas de cuidado é uma figura feminina.

Ouçã agora no Spotify.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/na-boca-do-povo-o-transfeminicidio-nao-para-de-crescer/>

Título: Na boca do povo: o transfeminicídio só cresce

REDAÇÃO | 14/07/2021

Subtítulo: No primeiro semestre de 2021 o Brasil perdeu pelo menos 89 pessoas trans. Deste número, 80 foram mortes causadas no primeiro semestre de 2021. Deste número, 80 foram mortes causadas por transfeminicídio.

Lead: Na Boca do Povo é uma curadoria dos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo feita pela redação do Nós, mulheres da periferia. Aqui você acessa não só o fato, mas

uma interpretação de como cada assunto impacta o seu dia a dia. Muita coisa acontece diariamente, e o Nós te ajuda a focar no que realmente importa.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa traz a bandeira LGBTQIA+ com as cores do arco íris.

Principais temas: O mês de junho e o início de julho tem uma marca sangrenta em Recife, capital de Pernambuco. Foram registrados quatro casos de transfeminicídio. Na madrugada desta quarta-feira (7/7) aconteceu um dos mais recentes. Fabiana da Silva Lucas, 30, foi encontrada morta com golpes de faca às margens da rodovia PE-160, em Santa Cruz do Capibaribe, no agreste do estado, a 200 quilômetros distante da capital.

Em que contexto isso acontece?

No primeiro semestre de 2021, o Brasil perdeu pelo menos 89 pessoas trans. Deste número, 80 foram mortes causadas por transfeminicídio e 9 foram tipificadas como suicídio. Além disso, houve 33 tentativas de assassinato e 27 violações de direitos humanos. Os dados são do último boletim da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), divulgado nesta semana.

O documento afirma que “o país naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans”. O maior número de mortes registrado até agora pela organização aconteceu em 2020. Durante o ano, houve um recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos.

Como isso atinge você?

No mês de junho foi lançada a Frente Nacional Transpolítica, grupo que reúne as parlamentares trans e travestis eleitas no Brasil, e os movimentos sociais que defendem os direitos das populações LGBTQIA+. Entre as reivindicações da Frente estão a necessidade de implementar ações legislativas e governamentais para a proteção à comunidade e promover a cooperação da sociedade, família e dos estados e municípios na promoção da autonomia, participação e integração da pessoa LGBTQIA+ à sociedade.

Mas tem uma coisa que não podemos fugir: a **autorresponsabilidade**. Nessa luta política sobre a importância de proteger a vida de pessoas, não podemos fugir da necessidade de cada

pessoa analisar a forma como tem se comportado e como tem lidado com a violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+. Essa pessoa pode ser sua irmã, amiga, pai, mãe, filha, vizinha. A nossa negligência também compactua com a morte sistemática dessa população. Portanto, devemos assumir a responsabilidade com a inclusão, defesa e convivência respeitosa com todas as pessoas.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/dicas-da-semana-arte-para-autoestima-das-meninas-pretas/>

Título: Dicas da semana: arte para autoestima das meninas pretas

LÍVIA LIMA | 15/07/2021

Subtítulo: Nós trazemos dicas que enaltecem a autoestima das meninas pretas, para que elas cresçam desde sempre aprendendo a se amar. Confira!

Lead: Estamos no meio do mês de julho, dedicado a refletir e homenagear as mulheres negras, por isso, nesta edição de nossa coluna semanal com Dicas da Semana, trazemos algumas sugestões que enaltecem e valorizam a autoestima das meninas pretas, para que elas cresçam desde sempre aprendendo a se amar. Confira!

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma fotomontagem com 4 meninas negras, uma com tranças azuis, outra segunda uma boneca de pele negra, a outra usa um laço e todas estão sorrindo.

Principais temas: A terceira edição do Julho das Pretinhas reúne uma série de ações voltadas para potencializar o empoderamento de meninas negras através de atividades culturais e educativas como bate-papos, oficinas criativas e apresentações artísticas. A programação deste ano tem como tema “Representatividade cura” e acontece virtualmente durante todo mês nas redes sociais

Hair Love

Sempre vale indicar o curta-metragem vencedor do Oscar de 2020, “Hair Love” (Matthew A. Cherry, Everett Downing Jr., Bruce W. Smith) que conta a história de Zuri e de seu pai, provocado a pentear os cabelos da filha pela primeira vez. O filme traz uma mensagem positiva de afeto e autoestima, nos mostrando o quanto os cabelos crespos das meninas pretas são especiais!

Passinho

No último dia 9 aconteceu o lançamento do livro infantil “De passinho em passinho”, do escritor Otávio Júnior, ilustrado pela artista Bruna Lubambo (Companhia das Letras). O livro apresenta para as crianças e para os leitores de todas as idades o rico universo da dança do passinho, essa expressão artística que transforma o sonho de muitos jovens em movimento.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/marcela-bonfim-celebramos-as-mulheres-afro-antilhanas-do-rio-madeira/>

Título: Marcela Bonfim: “celebramos as mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira
REDAÇÃO | 19/07/2021

Subtítulo: Na estreia de sua coluna, Marcela Bonfim conta a história das mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira, em Rondônia.

Lead: O texto desta coluna contém partes do artigo À cabeça de Negro, as imagens (in)visíveis da Cor (unesp.br). O mapeamento das mulheres é parte da jornada de encontros organizada em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho em parceria com o SESC-RO e com a Universidade Federal de Rondônia; com a organização de Joelma Holder, Anne Cleyanne e Elsie Shockness; e composição curatorial de Marcela Bonfim. O evento faz parte da jornada de encontros organizada em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, pela Prefeitura de Porto Velho em parceria com o SESC-RO, utilizando as referências da tese da doutora Cleide Blackman e informações prestadas pelas famílias das mulheres homenageadas.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa de uma mulher idosa negra com cabelos curtos e leve sorriso. No meio da matéria há 6 fotos de mulheres afro-antilhanas que tiveram suas histórias apresentadas no texto, todas são senhoras. Principais temas:

A mostra acontece de 22 de julho a 22 de agosto de 2021 no Mercado Cultural de Porto Velho, apresentando o Memorial fotográfico “Afro-Antilhanas do Madeira: pioneiras na arte de educar” à comunidade. No mês de Tereza de Benguela, celebramos as corpas-imagens das

mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira. Celebrar o mês de julho é, inclusive, ressignificar aspectos imaginários que envolvem a imagem de Tereza de Benguela.

Tereza, uma Rainha do Vale do Guaporé fadada à loucura pelo imaginário colonial, por exatamente ter ousado liderar de forma brilhante o quilombo lembrado por Quariterê, organizado em parlamentos na administração das potências. Estratégias e resistências que alimentam nossos imaginários com histórias de uma Amazônia Negra composta de mulheres protagonistas como a Rainha Tereza, e as afro-antilhanas que marcaram, às margens do Rio Madeira, com o empenho de seus esforços e conhecimentos na estruturação da rede de ensino público de Rondônia.

As populações afro-antilhanas cruzaram o norte do país chegando em grande número em Rondônia; inclusive todos associados à imagem do “barbadiano”; atualmente ressignificado pela historiadora barbadiana, Cleide Blackman, como afro-antilhanos.

A instalação dessas populações ocorreu massivamente às margens direita do Rio Madeira, no sudeste da Amazônia, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), com a edificação do Barbadian Town; que tanto possibilitou o reconhecimento gradual das potências desses corpos-imagens e suas qualificações profissionais em destaque no quadro funcional da EFMM.

A matéria conta a biografia de algumas mulheres afro-antilhanas, que tiveram forte participação social, principalmente na Educação, são fundadoras de escolas, professoras, membros de comissões da Secretaria da Educação. A maior parte das biografadas nasceu na década de 1930 e algumas da década de 1950 ou 60.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/infancia-negada-as-marcas-do-trabalho-infantil-para-criancas-negras/>

Título: Infância negada: as marcas do trabalho infantil para crianças negras SEMAYAT S. OLIVEIRA | 20/07/2021

Subtítulo: No Brasil, antes da pandemia, já havia mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes nessa situação. Mas qual a origem do trabalho infantil?

Lead: O dia 13 de julho marcou o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e que, até hoje, enfrenta desafios para ser cumprida no Brasil. Um dos pontos críticos em relação a isso é o trabalho infantil e isso é comprovado em números.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra uma fumaça densa, um homem negro usando chapéu de palha leva uma garota muito pequena pela mão, ela também é negra e usa maria chiquinhas, aparenta ser sua filha.

No meio do texto a uma fotografia de Elisiane Santos que é procuradora do Ministério Público do Trabalho e realizou um mestrado sobre trabalho infantil.

Principais temas: A matéria relaciona o aumento da Covid-19 com o possível aumento de casos de trabalho infantil. Um relatório divulgado em junho de 2020 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertou que o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões de meninas e meninos nos últimos quatro anos, de 2016 a 2020. Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da Covid-19.

No Brasil, antes da pandemia, já havia mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes nessa situação. Em entrevista ao Nós Mulheres da Periferia, Elisiane Santos, procuradora do Ministério Público do Trabalho, explica que a pandemia fez com que mais crianças saíssem ao trabalho para ajudar nas contas dentro de casa.

“E por que a gente precisa falar sobre isso? Porque, no Brasil, existe uma ideologia que foi sendo incorporada no dia a dia das pessoas, de que é normal ver crianças trabalhando. E isso se reproduz em alguns mitos, né? Do tipo: ‘ah, é melhor estar trabalhando do que estar na rua’ ou ‘é bom trabalhar porque é aprendizado’. Mas, na verdade, tudo isso oculta as violências que estão por trás do trabalho infantil”, disse Elisiane.

Essa naturalização pode aparecer de muitas formas diferentes, inclusive na fala de líderes nacionais, como é o caso do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Durante uma de suas lives, em 4 de julho de 2019, ele disse o seguinte: “Quando o moleque tá fumando um paralelepípedo de crack, ninguém fala nada. Então o trabalho não atrapalha a vida de ninguém”.

Embora o presidente da República tenha dito que “ninguém faz nada“, não custa lembrar que o país construiu meios legais para defender crianças e adolescentes, e não apenas com o ECA, a própria Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, a não ser que seja na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Além disso, o Artigo 227 da Constituição afirma que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, e na sequência consta uma lista ainda maior de direitos que deveriam ser respeitados pela sociedade civil e o estado

E mais do que isso, por trás dessas falas existe uma discriminação, principalmente em relação às crianças negras e pobres da classe trabalhadora de forma geral. Porque você só ouve esse discurso defendendo o trabalho de crianças e adolescentes para essas famílias, que estão em condição de vulnerabilidade.

Você não ouve essa fala de pessoas de classes médias, né? Classes altas no Brasil defendendo que os seus filhos trabalhem. Ao contrário, você ouve sempre uma defesa de apoio no estudo e as famílias, querendo que os filhos façam faculdade, graduação, pós-graduação, né? E por aí vai.

A procuradora do Ministério do Trabalho conta: “A conexão com o tema, na verdade, é meio que uma luta na minha própria história de vida, né? E na vida de muitas pessoas, acredito que da maior parte das famílias negras no Brasil. Porque a gente vem dessa trajetória de naturalização do trabalho, de assumir responsabilidades familiares muito cedo, principalmente as meninas negras que precisam cuidar das crianças menores, que trabalham nas casas de outras pessoas.

E o trabalho infantil doméstico nega direitos aos trabalhadores adultos, porque uma família que está explorando essa mão de obra infantil está deixando de contratar uma trabalhadora com direitos assegurados, né? Economicamente isso é vantajoso para quem explora, mas para criança é um sofrimento. A gente não pode romantizar isso.

É um sofrimento porque nós não deveríamos aceitar que as nossas crianças tivessem que cumprir determinados horários, cumprir determinadas responsabilidades, assumir responsabilidades domésticas de lavar roupa, de passar roupa, de cuidar de outras pessoas, né?

Substituir uma mão de obra que traz riscos reais, e aí vamos falar de legislação, os riscos do trabalho infantil, os prejuízos na saúde física e psicológica das crianças e adolescentes”.

E essa lista fala sobre todos os efeitos negativos e os riscos que estão inseridos na atividade. No trabalho doméstico você tem riscos de acidentes com queimaduras, com choque elétrico, com quedas, você tem prejuízos à sua formação músculo-esquelética, você sofre maior possibilidades de abuso e violência sexual dentro do ambiente doméstico, que é um ambiente privado. Isso é algo que muitas vezes não é visto e nem pensado em razão dessa naturalização e romantização.

Lamentavelmente, em um artigo eu trago relatos de dois casos de trabalho infantil doméstico que terminaram com um trágico resultado. Um deles com o resultado de morte, após diversas violências praticadas contra essa menina que foi vítima dessa situação. E outro deles com resultados terríveis também de violência física. Esses são os casos extremos, não significa que sempre vai acontecer isso, não necessariamente vai acontecer, mas é uma possibilidade.

A gente tem uma desumanização dos corpos negros de forma geral”, diz Elisiane sobre as consequências da escravização de pessoas negras e como essa herança se reflete ainda hoje

NMP: Como analisar as diferenças entre as famílias que poderiam contratar esse serviço e exploram crianças e as famílias que não têm outra opção?

Elisiane Santos: Sim, a gente tem esses dois vieses no trabalho infantil. Aquelas pessoas ou organizações que exploram deliberadamente essa mão de obra infantil e lucram com isso, e a gente também tem essa realidade de famílias que, muitas vezes, já são exploradas em diferentes formas de trabalho. Falo, inclusive, de trabalhos que são considerados como condição análoga à de escravo.

E toda família, criança e adolescente, termina também vítima dessa situação de trabalho. A gente precisa ter esse olhar diferenciado. Quando pensarmos nesse trabalho infantil que a

família está ‘impondo’, é importante observar que também há vítimas da violência do estado. A cobrança que precisa ser feita é para o estado brasileiro.

NMP: Tem uma questão que você trata no seu trabalho que é o fato das crianças negras, muitas vezes, não serem consideradas como crianças. Isso me lembra muito o caso Miguel, que acabou caindo do nono andar de um prédio por não ter sido retirado pela mão de um elevador por Sarí Côrte Real. Como esse contexto impacta as infâncias?

Elisiane Santos: Então, pensando nesse processo da escravização, a gente já tem essa desumanização dos corpos negros de forma geral, que vai se subjetivar e também estar representada nessa infância negra, que está dentro desse mesmo conceito. Tanto que é uma infância que está nessa condição cruel de trabalho e de servidão, e isso se perpetua porque são as formas de trabalho que mais se proliferam e de difícil enfrentamento, porque é onde é mais naturalizado, onde se fala do trabalho invisível.

Elisiane Santos: Uma questão que acho importante para as nossas crianças negras, e que é algo que eu não tive, é esse olhar de fortalecimento e o significado positivo das referências de mulheres negras, guerreiras, como Dandara, Akotirene, Luísa Mahin e de tantas mulheres. E falando de mulheres de hoje, vamos falar de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene, enfim, todas essas referências importantes que a gente pode encontrar e mostrar para as nossas crianças e elas saberem que existem direitos que precisam ser assegurados a todos.

Que nós temos o direito de ser e estar em diferentes espaços e que nós somos bonitas, capazes e temos oportunidades e possibilidades. As referências positivas são muito importantes. Pra mim já foi uma realidade muito diferente, de negação mesmo. Tipo assim: “segura a onda”, “aguenta isso”, “baixa a cabeça”, sabe? E agora, aqui na minha casa, tudo é diferente. É assim: “Vamos lá”, “isso aqui está errado”, “vamos fazer diferente”, “isso é racismo”, dou o nome e as palavras corretas.

No colégio [da filha], que é particular, tem uma comissão antirracista. E tem muito esse debate de como falar sobre racismo e as violências. Às vezes, as pessoas acham que as crianças não têm maturidade pra isso. Não, as crianças têm, elas entendem tudo. Então acho que a gente precisa falar sim com as crianças negras e as crianças não negras para que elas não reproduzam e não formem suas identidades em valores e representações excludentes e discriminatórias que trazem sofrimentos a todos e a todas.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/conversa-de-portao-43-tecnologias-negras-e-novos-imaginarios/>

Título: Conversa #43: tecnologias negras e novos imaginários

LÍVIA LIMA | 20/07/2021

Subtítulo: Os usos e o futuro das tecnologias negras são o tema do último episódio da série Futurar, uma parceria Nós, mulheres da periferia e Azmina.

Lead: Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma fotomontagem que mostra uma mulher negra idosa com um turbante na cabeça, com uma foto da Terra, de espadas de São Jorge e universo em tons roxos no fundo.

Principais temas: Os usos e o futuro das tecnologias negras são o tema do 3º e último episódio da série Futurar, uma parceria do podcast Conversa de Portão e Revista Azmina.

Desde instrumentos, de lidar com a terra, o poço, a vestimenta, a bolsa, etc., tudo isso vem de uma cultura do continente africano. Onde as pessoas que aqui eram escravizadas trouxeram essa cultura de tecnologia. Além disso, a gente tem também tecnologias que já existiam lá, e aqui a gente tem de dar um jeitinho, né? Dar um jeitinho do brasileiro. Então, fazer gambiarras para solucionar problemas é também formas de tecnologia”, contou Taís Oliveira.

Sil Bahia alerta para o racismo que se manifesta no ambiente digital. “A gente tem usado muito os dados, a inteligência artificial de hoje, para imaginar futuros. Só que esses dados eles já são carregados de estereótipos, né? Então como que a gente vai criar um futuro mais inclusivo usando dados desse passado e desse presente, que é racista, que é homofóbico, que é misógino, que já carrega um conjunto de cultura”.

As especialistas alertam que muitos desses problemas nos sistemas virtuais poderiam ser evitados se mais pessoas negras atuassem na área de tecnologias. Segundo dados do National Center for Education Statistics, apenas 3,8% dos funcionários do Facebook são negros. 4,5% na Microsoft e 3,7% no Google. As mulheres são apenas 25% no setor em geral.

Taís e Silvana compartilham da esperança por futuros mais inclusivos. “A gente tem essa herança da coletividade, né, de comunidade, de pensar o coletivo, de pensar juntos. A gente tem que conviver com a tecnologia e conviver de forma que ninguém seja explorado em

demasia a ponto de ficar refém de tecnologia, mas que a gente encontrar um meio termo pra lidar e utilizar ali, extrair da tecnologia, soluções coletivas e harmoniosas”, afirma Taís.

<https://nosmulheresdapерiferia.com.br/bruxa-preta-sol-em-leao-e-venus-em-virgem-chegam-para-tirar-a-gente-do-drama/>

Título: Bruxa Preta: Sol em Leão chega para tirar do drama

REDAÇÃO | 22/07/2021

Subtítulo: Com o Sol em Leão, nossa astróloga e taróloga preferida lê as cartas e traz previsões de cada signo para o fim do mês! Confira!

Lead: Olha ela aqui novamente para falar sobre esse momento tão esperado por alguns, mas não tão esperado por outros! Sol em Câncer, que, como eu disse, não seria fácil... Veio trazendo grandes verdades, seria este um dos períodos mais profundos, que com certeza nos levaria para dentro, para olhar toda a mágoa no coração, e prover os movimentos de deságue.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é o mapa do zodíaco e abaixo há imagens de cartas de tarot.

Principais temas: Na matéria a astróloga faz previsões para a semana e tira uma carta de tarot para cada signo.

<https://nosmulheresdapерiferia.com.br/dicas-da-semana-como-celebrar-o-dia-da-mulher-negra/>

Título: Dicas da semana: como celebrar o Dia da Mulher Negra LÍVIA LIMA | 22/07/2021

Subtítulo: Dia 25 celebramos o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Confira programação cultural de diferentes regiões do país!

Lead: No próximo domingo, dia 25 de julho, é celebrado o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em homenagem à líder quilombola Tereza de Benguela. Esta data é muito significativa para as mulheres negras, pois afirma seu valor e importância, além de ser também uma oportunidade de falar de suas lutas. Nesta edição de dicas da semana, nós apresentamos uma seleção de programações culturais em comemoração a esta data tão importante. Confira!

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra 3 gerações de mulheres pretas: avó, mãe e filha. Estão na sacada de uma casa e parecem estar debatendo algo. No meio do texto há uma imagem de 5 jovens negras, todas sorriem para a foto.

Principais temas: A matéria traz indicações de atividades para comemorar o dia Dia da Mulher Negra Latino americana e Caribenha e também para refletir sobre o seu significado.

Marcha das Mulheres Negras

Inspirada pela frase “Eles combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não morrer”, da escritora Conceição Evaristo, a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo realiza uma série de atividades políticas e culturais, online e com intervenções de rua no domingo (25). Pela segunda vez consecutiva, devido às medidas de restrição para conter a pandemia da Covid-19, o evento terá um formato híbrido, com uma programação transmitida ao vivo pela internet, além de faixas e projeções pela cidade de São Paulo e em outros municípios... Todas as ações se orientam pelo mote “Nem fome, nem tiro, nem Covid: Parem de nos matar! Fora Bolsonaro! Impeachment, já!

Filhas do vento

A partir de domingo (25), o coletivo Filhas do Vento, de Recife (PE), estreia uma série de vídeos com objetivo de contar a trajetória do grupo pernambucano ao longo dos seus cinco anos, e estimular o debate em torno de questões fundamentais do contexto social brasileiro a partir das vivências e expertise de mulheres negras.

Do amor à cura

No domingo também as cineastas Camila Izidio, Jessica Gonçalves e Karoline Maia lançam no Youtube “Do amor à cura”, um filme documentário de curta-metragem que apresenta três mulheres negras que narram como o amor afeta e cura as suas vidas.

Mulher negra: histórias negadas

Na semana que vem, a partir de quarta-feira, 28 de julho, a Festa Literária das Periferias – FLUP promove o ciclo “Mulheres Negras – uma história que nos negaram”, apresentando a história de mulheres que ajudaram a construir nosso país. Conheça as Congadeiras de Goiás,

as Rosalinas do Piauí, Laudelina de Campos Mello e Zacimba Gaba. Essas e outras mulheres de nosso passado serão apresentadas por mulheres do presente, que se conectaram através da oralidade, literatura, religião, cultura e mandaram avisar: nossos ancestrais têm nome e sobrenome. Com curadoria de Thais Alves Marinho e Rosinalda Simoni, os encontros on-line acontecerão sempre no YouTube e Facebook da FLUP, entre 28 de julho e 1º de agosto.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/julho-das-pretas-os-futuros-imaginados-pelas-mulheres-negras/>

Título: Os futuros imaginados pelas mulheres negras REDAÇÃO | 23/07/2021

Subtítulo: Nesta reportagem da Futurar, parceria Nós, mulheres da periferia e Revista Azmina, contamos como mulheres negras estão imaginando futuros.

Lead: Esta reportagem integra a série Futurar, uma parceria entre a Revista Azmina e Nós, Mulheres da Periferia, ouvindo mulheres que imaginam futuros sem nunca esquecer do passado. Reportagem por Jéssica Moreira e Marília Moreira. Edição Livia Lima e Helena Bertho.

Na infância de Ana Lúcia dos Santos Silva, 59, era por meio das histórias contadas pela avó Benedita que ela viajava no tempo. A mais velha estendia uma esteira, punha os netos todos em volta, sentava em um banquinho e narrava as estratégias de luta e sobrevivência do povo preto enquanto trançava os cabelos das crianças.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma fotomontagem com 6 mulheres negras em preto e branco, no fundo está a imagem do universo em tons roxos. As mulheres têm várias idades, todas estão sorrindo.

Principais temas: Esta matéria conta histórias sobre o passado, presente e futuro de mulheres negras... Ela segue os passos da sua ancestral. No quilombo em que vive, o Quingoma, é líder espiritual e griot: aquela que narra os acontecimentos do povo e do lugar, e transmite tradições e ensinamentos às gerações futuras. Saber da ancestralidade e dos ensinamentos de suas mais velhas fez de Donana uma defensora desse território, hoje ameaçado pela especulação imobiliária e o racismo ambiental. A comunidade está localizada em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, na Bahia, e possui origens que remontam ao ano de 1569, estimando-se que seja o primeiro quilombo do Brasil.

“Nosso povo nunca se conformou com a escravização, ele sempre lutou”, enfatiza Donana ao lembrar que os negros escravizados preferiam morrer na mata a seguir vivendo como propriedade.

Mas o que é afrofuturismo?

O termo afrofuturismo trata de um movimento multidisciplinar, que passa pela arte, literatura, ciência, filosofia e muitas outras áreas. É um movimento que reflete sobre futuros possíveis a partir de uma perspectiva não branca e não ocidental, debatendo os dilemas das populações negras atuais e revisitando o passado. A principal forma de fazer isso é por meio da mistura entre ficção e realidade, o que permite tanto especular sobre o porvir quanto revisar e interrogar o que passou.

“Sonho que a gente sonha só é só um sonho, mas sonho que a gente sonha com outras milhares e milhões de pessoas nesse país, eu acredito que é um sonho que um dia ele pode se tornar realidade”, defende a pernambucana Luiza Batista, 64 anos, presidenta da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). O sonho de Luiza para seus filhos — e, agora, para seus netos — foi o mesmo da sua mãe para ela: o estudo. Só que realizar esse sonho foi ainda mais difícil do que é hoje para as gerações mais novas da família.

“Imagine uma família numerosa, trabalhando no corte de cana na agricultura, não pra si, mas para o fazendeiro. Que sonhos a gente podia ter? Que sonhos a gente ia conseguir? Se onde morava, não tinha nem energia, não tinha luz elétrica?”, provoca Luiza, que começou a trabalhar como doméstica aos 9 anos para ajudar a família.

Devido, principalmente, à sua atuação nas lutas sindical e por moradia, Luiza acredita que o futuro precisa ser desenhado coletivamente.

“Com o direito respeitado vem também o respeito ao ser humano. Uma frase que eu sempre falo para as domésticas que chegam ao sindicato é: ‘respeito é via de mão dupla e informação é poder’. Então, esse espaço coletivo é também para isso, para mostrar para as pessoas que nós também temos o nosso valor, que somos seres humanos e precisamos ser respeitadas”, destaca.

Edite Neves, 38, em São Paulo. Doula, pedagoga e consultora familiar, Edite costuma dizer que ela é a realização de Eurides, sua mãe, e a cura das suas avós, Izaltina e Edite, esta que

carregava o mesmo nome de batismo da doula. A avó de Edite era uma mulher negra, que cozinhava em panela de barro para vender na feira seu alimento. Gostava de ‘botar samba’ para São Cosme e Damião no terreiro de casa e essa tradição foi passada, de geração a geração, até chegar em Edite, que agora a transmite também para seu filho Ravi, de 8 anos. Ela é a primeira da família a se formar na universidade.

Tais Oliveira, também filha de empregada doméstica, realizou a partir dos estudos os sonhos de sua mãe. Hoje, aos 31 anos, é Relações Públicas, mestre e doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal do ABC, em São Paulo. “Computador era algo extremamente inviável, mas a minha mãe mantinha uma boa relação com a sua ex-patroa, que deu para o meu irmão um computador. Então, desde os oito anos eu comecei a ter contato com a tecnologia”, recorda. Foi digitando currículos para os vizinhos na adolescência que a Taís começou sua experiência no empreendedorismo e na internet. Depois disso, se engajou nas comunidades das redes sociais, e, já na universidade, transformou essa experiência em seu objeto de pesquisa, estudando afroempreendedorismo e tecnologias da comunicação.

Foi ao encontrar outros corpos pretos na região da Amazônia, mais especificamente em Rondônia, que Marcela Bonfim, 38, finalmente se reconheceu como mulher negra.

“O reconhecimento é esse caminho, esse suporte que a gente utiliza pra poder trazer histórias, a nossa própria, e criar conexões”, diz Marcela. Hoje, ela se debruça sobre essas populações nos projetos fotográficos “Reconhecendo a Amazônia Negra”, em que resgata a ancestralidade negra apagada da Amazônia, e “Madeira de Dentro, Madeira de Fora”, em que tenta perpetuar outras imagens para o futuro

Mas no mundo da tecnologia e dos negócios que movimentam muito dinheiro, a presença de pessoas negras, especialmente das mulheres, ainda é ínfima. De acordo com a pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero”, publicada em 2018 pelo Instituto Ethos, apenas 0,4% dos cargos de CEO no Brasil são ocupados por mulheres negras.

“Mulheres negras têm menos acesso à tecnologia. Consequentemente, mulheres negras têm também menos acesso à formação e à carreira em tecnologia. Então, como pensar uma tecnologia com um olhar não hegemônico, se os espaços de decisão e de reflexão a respeito da tecnologia não são plurais?”, provoca a pesquisadora Taís Oliveira.

“Tão importante quanto a criação de tecnologia para suprir problemas ou melhorar processos e fluxos é a reapropriação dessas tecnologias”, defende Tais .

“Esse modelo hegemônico é puramente centrado no sistema. Ele é pensado para a individualidade e permite que pessoas violentas, grupos extremistas tenham espaço e se apropriem desse espaço com bastante liberdade e tranquilidade”, aponta. “Então, já que esse modelo não funciona, a gente precisa buscar outros modelos, outras referências, outros modos de pensar, outros pontos de vista. Eu não tenho soluções pra isso, eu tenho sugestões, sugestões de pensar por outros caminhos”, argumenta.

Em um momento onde os modos de produção vêm gerando diversas crises ambientais e afetando de forma ainda mais brutal as pessoas pretas e pobres, mulheres negras seguem pautando a necessidade de uma sociedade que zele pela centralidade do bem viver coletivo, seja em áreas urbanas, periféricas ou quilombolas,

Os sonhos de liberdade dos antepassados seguem nutrindo o presente e o futuro dessas mulheres, para quem olhar para o futuro é seguir lutando para que os direitos básicos da população negra sejam respeitados.

“Isso parece ser tão básico, mas ainda é um sonho. É importante sempre lembrar disso e lutar para que nós, negros, sejamos reconhecidos e respeitados dentro das nossas humanidades e enquanto pessoas de direito: direito ao conforto, à justiça, à saúde, à educação, à comunicação, à internet”, afirma Silvana Bahia

No futuro que essas mulheres vêm construindo, também não há espaço para o acúmulo desmedido de bens materiais e financeiros, nem para nada que estruture o modelo desenvolvimentista de sociedade que vivemos.

“O povo preto tem essa herança da coletividade, de comunidade, de pensar o coletivo, de pensar juntos o movimento social, o movimento negro”.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/lana-souza-comunicacao-faz-a-verdadeira-revolucao/>

Título: Lana Souza: “comunicação faz a verdadeira revolução” LANA SOUZA | 23/07/2021

Subtítulo: A jornalista carioca Lana Souza estreia sua coluna reafirmando a importância da comunicação a partir das favelas e periferias.

Lead: Trechos da matéria foram retirados e adaptados da matéria “Jornalismo comunitário: Uma ferramenta necessária para a comunicação no Brasil” publicado no portal alemão Kobra – Kooperation Brasilien. As favelas e periferias do Brasil são muito diversas. Isso é um fato. Se assemelham nas vivências, luta e falta de garantia de direitos, mas o tamanho das diferenças e particularidades que existem em cada uma é imensurável.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é da jornalista Lana Souza com uma máquina de filmagem, abaixo no texto há outra imagem da jornalista, em que ela está sorrindo de óculos escuros e brincos azuis.

Principais temas: O fazer diário de uma favela depende de tantos fatores que é impossível determiná-los, mas sempre vai existir uma pessoa com vontade de se expressar e colocar no mundo o que de melhor existe em seu espaço. No Complexo do Alemão, favela da zona norte do Rio de Janeiro, existe uma organização chamada Coletivo Papo Reto. Grupo do qual faço parte e que atua com comunicação baseada nos direitos humanos.

Por isso, quero falar de um lugar que muito me afeta, em todos os sentidos dessa palavra: Comunicação comunitária. Comunicação popular, jornalismo comunitário, comunicação comunitária, etc

A comunicação popular geralmente está associada a uma ideia de transformação e de resistência. Mas, assim como existe a necessidade desses grupos produzirem uma nova forma de comunicar os problemas que enfrentam morando nas favelas e periferias do país, existe também um desejo intenso de serem reconhecidos e fortalecidos pela qualidade técnica que seus trabalhos possuem e também por suas produções culturais e de registro da memória local

Por isso, é urgente que os jornalistas de escritório – aqueles que SÓ passam os seus dias atualizando as redes sociais em busca de alguma pauta policial vinda da favela – verdadeiramente compreendam que existe qualidade de apuração no trabalho feito por um jornalista que narra a sua própria vivência

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/na-boca-do-povo-qualis-os-pontos-de-atencao-do-voto-impresso/>

Título: Na Boca do Povo: quais os pontos de atenção do voto impresso

JÉSSICA MOREIRA | 26/07/2021

Subtítulo: Nos últimos dias, a pauta do voto impresso voltou ao centro do debate, tanto no Congresso Nacional quanto na mídia. Entenda o caso!

Lead: Se tem um assunto que voltou à tona na última semana, este com certeza foi o voto impresso, remexendo com o jogo político brasileiro um ano antes das eleições presidenciais de 2022. Na sexta-feira (23), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que pode investir até R\$2 bilhões para comprar impressoras a serem utilizadas nas urnas eleitorais eletrônicas. Por que impressoras?

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra uma mulher votando na urna eletrônica brasileira.

Principais temas: os eleitores continuarão utilizando a urna eletrônica, mas a máquina irá imprimir automaticamente um registro de cada voto em um espaço de acrílico lacrado, sem intervenção direta do eleitorado. Bolsonaro alega que esse modelo pode garantir a contagem de modo manual, em caso de suspeita de fraude. Seu posicionamento é duramente criticado por cientistas políticos, porque demonstra descridibilidade com o atual sistema político brasileiro que utiliza a urna eletrônica. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nunca houve registros de fraudes comprovadas.

Em que contexto isso ocorre?

A fala integra um conjunto de outros pronunciamentos do presidente ou membros do seu governo em torno da “volta do voto impresso” – uma bandeira levantada por ele antes mesmo de chegar ao poder.

8 de julho, Bolsonaro disse em entrevista em frente ao Palácio do Alvorada: “Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”.

Como isso atinge você?

As urnas eletrônicas completaram 25 anos em 2021, contabilizando um total de 13 eleições bem sucedidas e sem nenhuma comprovação de fraude. Elas começaram a ser implantadas no Brasil em 1996. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já nas Eleições de 1996, 57

idades utilizaram a urna eletrônica, ou seja, 70 mil urnas e mais de 32 milhões de brasileiros e brasileiras, o que representava um terço do eleitorado daquele período. Em 2000, passou a ser utilizada de forma definitiva em todo o território nacional. O grande objetivo era eliminar possíveis fraudes que existiam no sistema impresso, afastando o máximo possível a intervenção humana no processo, além de propiciar uma apuração mais rápida e logisticamente viável.

Para o TSE, o voto impresso traz uma série de desafios, entre eles maior chance de fraude em comparação com o voto eletrônico; o segundo obstáculo é que, a cada dois anos, o país terá que organizar um esquema logístico que garanta o transporte dos votos de 148 milhões de eleitores do Brasil. Além disso, o TSE enxerga como um problema o risco da judicialização das eleições

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-lanca-novo-posicionamento-e-jeito-de-fazer-jornalismo/>

Título: Nós lança novo posicionamento e jeito de fazer jornalismo REDAÇÃO | 27/07/2021

Subtítulo: Bate-papo ao vivo acontece na sexta (30) e contará com a presença da jornalista Flávia Oliveira. Não perca!

Lead: Com mais de sete anos de existência, o site jornalístico Nós, mulheres da periferia apresenta nesta sexta-feira (30) seu novo posicionamento, o que inclui uma nova identidade visual, novas editorias, e um novo jeito de falar sobre o Brasil e o mundo pelo olhar das mulheres negras e periféricas.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: Uma mulher jovem negra usando máscara aponta a câmera do celular para uma outra mulher, que também usa máscara, parece estar acontecendo uma entrevista. Atrás delas há outras mulheres e à esquerda um carro da polícia.

Principais temas: A matéria notícia um bate papo que ocorrerá com jornalistas e as co-fundadoras da organização Jéssica Moreira e Semayat Oliveira.

O Nós é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil

e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal”.

O que encontrar de novo no Nós após sete anos, desde seu lançamento, o Nós entendeu a importância de atualizar seu jeito de fazer jornalismo, ampliando o diálogo com outras periferias além de São Paulo, fortalecendo uma comunidade de leitoras também em outros estados. As histórias das mulheres estão no coração do projeto jornalístico do grupo, sendo este nosso principal ponto de partida para qualquer conteúdo. Acompanhando as histórias, todos os conteúdos trazem também o contexto no qual as entrevistadas estão inseridas, com informação e apresentação de dados de forma didática e de fácil compreensão — um jornalismo informativo, reflexivo e pautado em uma narração que gera identificação em quem lê.

Nova identidade – com cores mais quentes e vibrantes, a nova identidade busca trazer a intensidade e a mistura das periferias do mundo. Nas formas circulares, a nova marca fala sobre os encontros e os movimentos desses corpos, que do passado constroem futuros, em ciclos intermináveis, e, ao mesmo tempo, as formas delimitam e marcam um lugar de fala, um ponto de onde se vê o mundo.

Novas editorias – para encontrar e ler esse jeito do Nós de ver o mundo, o site vai contar com um novo menu principal que organiza o conteúdo em novas editorias: Histórias, Análise, Contexto e Comportamento.

Histórias: as trajetórias de mulheres negras e periféricas sempre foram e irão continuar sendo o coração do jornalismo feito pelo Nós, com destaque para as biografias, que são perfis em profundidade sobre essas histórias. Compõe ainda essa editoria a coluna aberta “Nossas Vozes” para relatos pessoais das leitoras.

Análise: para aprofundar em alguns temas, o Nós possui entrevistas e também colunas, mostrando que podemos trazer reflexões sobre os mais diversos assuntos.

Comportamento: em comportamento, teremos as previsões da Bruxa Preta, entrevistas e reportagens sobre saúde, estética e lazer, assim como a coluna “Dicas da Semana”, com a programação cultural que vem das bordas.

Em 2015, a partir de oficinas de comunicação destinadas a mais de 100 mulheres entre 17 e 92 anos, chegamos onde as outras mídias ainda não chegavam, incidindo sobre a importância da diversidade no jornalismo.

Realizamos uma exposição multimídia que recebeu a visita de mais de 500 mulheres e também produzimos o documentário *Nós, Carolinas* que foi exibido em centenas de escolas, unidades básicas de saúde e centros comunitários ligados às mulheres.

A organização foi agraciada, em 2016, pelos prêmios de comunicação antirracista Almerinda Farias Gama e Antonieta de Barros, além de ocupar o 2º lugar do Troféu Mulher Imprensa em 2017. Em 2020, o *Conversa de Portão* foi listado como um dos 20 melhores lançamentos do ano pelo Spotify.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/jogos-olimpicos-participacao-feminina-enfrenta-machismo/>

Título: Jogos olímpicos: participação feminina enfrenta machismo REDAÇÃO | 27/07/2021

Subtítulo: Em nosso editorial, apontamos que mulheres continuam enfrentando desafios ao disputar os jogos olímpicos, ligados à igualdade de gênero.

Lead: Os Jogos Olímpicos de Tóquio estão sendo marcados pela ampliação da participação de mulheres nas modalidades esportivas, que representam 48,8% do total de atletas. Mesmo diante deste avanço, as mulheres continuam enfrentando desafios ao disputar os jogos olímpicos, ligados principalmente à igualdade de gênero.

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos:

Principais temas: A matéria disserta sobre as dificuldades das mulheres na Olimpíada. São dificuldades que impactam diretamente no seu direito de escolha: seja na aparência, ainda relacionada como um fator de relevância, assim como a exposição ou não dos corpos das competidoras. Competir com a vestimenta que consideram mais confortável; o poder de definir entre usar ou não maquiagem, assim como o simples fato de usar seus cabelos de maneira que não interfira em sua identidade. São fatores que deveriam estar superados, mas que, infelizmente, ainda permeiam as competições femininas, para além da performance esportiva das atletas.

Exemplos não faltam, como é o caso das jogadoras de handebol de praia da Noruega, que foram multadas por se negarem a usar o “tradicional” biquíni e optar por shorts e top. Uma foto com a seleção masculina e feminina mostra a diferença da exposição dos corpos, sendo o das mulheres os mais expostos, claro. Outra polêmica em torno da aparência perpassa não só o machismo, mas também o racismo, e diz respeito às nadadoras negras, que foram impedidas de usar toucas voltadas para cabelos crespos.

A falta de estímulos para que meninas pratiquem esportes competitivos, por vezes associados ao gênero masculino, pode estar atrelada ainda à baixa representatividade nos jogos. Uma pesquisa realizada pelo Ministério dos Esportes, que detalha a prática esportiva no Brasil, aponta que 34,8% das meninas abandonam a prática até os 15 anos, percentual que cai para 19,3% entre os homens.

Outro dado coletado pela ONU Mulheres revela baixa auto-estima das meninas no período da puberdade. Em comparação com a dos meninos, esses níveis caem duas vezes, o que pode sinalizar que exigências físicas dos padrões de beleza, que são mais cobrados quando se é mulher, podem potencializar a ausência dessas garotas nessas competições.

Essa olimpíada entrou para a história como sendo a maior com participação feminina, com 48,8% de mulheres nas competições. O COI se comprometeu ainda em elevar de 20% para 40% o total de funcionárias no comitê. É inegável o avanço para que mais mulheres possam competir nos Jogos Olímpicos.

No entanto, a linha de chegada encontra obstáculos sociais como a sexualização, o racismo e a falta de representatividade. Quando vemos meninas como Rayssa Leal levar prata na competição de skate street, prática esportiva associada ao gênero masculino, entendemos como ocupar esses espaços é um caminho sem volta. Quando assistimos na dança rítmica a ginasta negra Rebecca Andrade se classificar para a próxima etapa da competição ao som de “Baile de Favela”, sentimos a esperança renovada para que essa linha de chegada fique menos custosa para nós, mulheres.

<https://nosmulheresdapерiferia.com.br/conversa-de-portao-44-feminismo-alem-dos-livros-academicos/>

Título: Conversa de Portão #44: Feminismo além dos livros acadêmicos REDAÇÃO | 27/07/2021

Subtítulo: A primeira temporada da série ‘Feminismos’ no podcast Conversa de Portão está acabando. Neste episódio, discutimos sobre o que é o feminismo

Lead: Este episódio do podcast Conversa de Portão integra a série Feminismos, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo. A primeira temporada da série Feminismos, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, está chegando ao fim. E para encerrar, o episódio #44 do Conversa de Portão questiona: o que significa o feminismo para você?

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa mostra as jornalistas do Nós Mulheres da Periferia em preto e branco, todas sorriem para a foto.

Principais temas: Para começar essa conversa, a jornalista Semayat Oliveira parte do seguinte princípio: mulheres negras brasileiras não lutavam pelo direito de trabalhar porque já trabalhavam, mas lutavam e ainda lutam por uma condição digna de trabalho

Ou seja, na vida real o feminismo não fez sentido para todas ao mesmo tempo, mas mesmo com embate político o desejo de todas sempre foi avançar. Nos últimos anos, especialistas apontam um aumento no número de ataques a mulheres e movimentos que se declaram como feministas. Ao mesmo tempo, cresce também uma onda antifeminista. Para debater esse assunto e para uma definição mais cotidiana deste movimento, a âncora do episódio conversa com Mara Lúcia, servidora pública na área da saúde e integrante da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, Luana Bispo, presidente da ONG Lar Maria e Sininho, e com as jornalistas Lívia Lima e Jéssica Moreira, do Nós, mulheres da periferia.

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/dicas-da-semana-atletas-olimpicos-para-aprender-e-inspirar/>

Título: Dicas da semana: atletas olímpicos para aprender e inspirar

LÍVIA LIMA | 28/07/2021

Subtítulo: Nossas dicas culturais da semana estão com espírito esportivo e destacam obras sobre atletas olímpicos. Confira!

Lead: Os Jogos Olímpicos de Tokyo de 2020, adiados para esse ano por conta da pandemia de Covid-19, tiveram início na semana passada e, apesar disso, têm animado os torcedores. O Brasil já garantiu o histórico ouro no Surf e a prata no Skate, modalidades que entraram nesta edição do evento. Em nossas Dicas da Semana, nós trazemos algumas indicações de cinema, leitura e música com histórias de atletas olímpicos, que nos ensinam e nos inspiram. Confira!

Presença de imagens, infográficos ou presença de vídeos: A imagem de capa é uma jogadora de tênis negra. Ela fita a bola com os olhos no momento do saque e usa uma viseira esportiva, enquanto segura sua raquete.

Principais temas: A matéria indica filmes com um olhar sensível às questões sociais sobre esportistas mulheres, como a patinadora branca que sofreu abuso em seu casamento, ou a japonesa de ascendência africana que luta por causas raciais.